



ADILTON LUÍS MARTINS

O ESPÍRITO DO MEDO: ROMA DE MONTESQUIEU

CAMPINAS

2012



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

ADILTON LUÍS MARTINS

O ESPÍRITO DO MEDO: ROMA DE MONTESQUIEU

Orientador: Prof. Dr. Paulo Miceli

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em História, na área de História Cultural.

CAMPINAS

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

M366e Martins, Adilton Luís, 1978-
O espírito do medo: Roma de Montesquieu / Adilton
Luís Martins. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Paulo Miceli.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Montesquieu, Charles de Secondat, baron de, 1689-
1755. 2. História antiga. 3. Filosofia moderna.
4. Despotismo. I. Miceli, Paulo, 1950- II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The spirit of law: Montesquieu's Rome

Palavras-chave em inglês:

Ancient history

Modern philosophy

Despotism

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Paulo Miceli [Orientador]

Pedro Paulo Abreu Funari

Aline Vieira de Carvalho

Renato Pinto

Renilson Rosa Ribeiro

Data da defesa: 20-12-2012

Programa de Pós-Graduação: História

ADILTON LUÍS MARTINS

O espírito do medo: Roma de Montesquieu

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Celso Miceli.

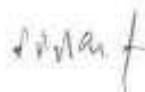
ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO ADILTON LUÍS MARTINS, ORIENTADO PELO PROF. DR. PAULO CELSO MICELI E APROVADO PELA COMISSÃO JULGADORA EM 20/12/2012.

BANCA EXAMINADORA:

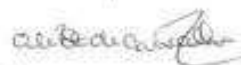
Prof. Dr. Paulo Celso Miceli – orientador



Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari – DH/IFCH/UNICAMP



Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho – DH/IFCH/UNICAMP



Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro – UFMT



Prof. Dr. Renato Pinto – UFPE



Profa. Dra. Luzia Margareth Rago – DH/IFCH/UNICAMP – suplente

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto – DH/IFCH/UNICAMP – suplente

Prof. Dr. Glaydson José da Silva – UNIFESP – suplente

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus irmãos André e Gilmarise, cujo apoio é
irrestrito.

Agradecimentos

Agradeço aos meus Pais e todos os meus familiares, que me apoiaram nesta caminhada quase quixotesca. Agradeço à minha alfabetizadora, professora Marilene, que na escola rural me ensinou a ler e a escrever. Nunca vou me esquecer que um dia troquei a borracha do chinelo havaianas, que usava para apagar os cadernos, presente da dona pobreza, pelos computadores da Unicamp.

Agradeço ao mestre de uma vida, Paulo Miceli, que me ensinou muito sobre historiografia, política e educação, mas, a partir de sua relação com os filhos me ensinou a ser humano. Paulo Miceli é doutor, pai do Vitor e meu orientador.

Agradeço ao professor Pedro Paulo Funari; nele vejo o profissionalismo sem fim, e, sobretudo, a humanidade ética, sóbria e incansavelmente animadora de todos os meus projetos. Nunca vi alguém apoiar tanto os próprios alunos como este educador.

Agradeço aos meus amigos revisores, Renilson Rosa Ribeiro e Glaydson José da Silva, que se dedicaram a ler e a debater meu trabalho, com aquela paciência de Jó, mas do personagem bíblico depois das provações.

De modo geral, agradeço aos professores que fazem parte desta banca e dos colegas de linha. Centro de debate e militância política, no que se relaciona à memória social, gênero e liberdade de pensamento.

Epígrafe

I have a dream that one day this nation will rise up and live out the true meaning of its creed: "We hold these truths to be self-evident; that all men are created equal".

I have a dream that one day even the state of Mississippi, a state sweltering with the heat of injustice, sweltering with the heat of oppression, will be transformed into an oasis of freedom and justice.

I have a dream that my four little children will one day live in a nation where they will not be judged by the color of their skin but by the content of their character.

I have a dream today.

I have a dream that one day down in Alabama with its vicious racists, with its governor having his lips dripping with the words of interposition and nullification one day right there in Alabama little black boys and black girls will be able to join hands with little white boys and little white girls as sisters and brothers.

I have a dream today.

I have a dream that one day every valley shall be exalted, every hill and mountain shall be made low, the rough places will be made plains, and the crooked places will be made straight, and the glory of the Lord shall be revealed, and all the flesh shall see it together.

This is our hope. This is the faith that I go back to the South with.

With this faith we will be able to hew out of the mountain of despair a stone of hope.

With this faith we will be able to transform the jangling discords of our nation into a beautiful symphony of brotherhood.

With this faith we will be able to work together, to pray together, to struggle together, to go to jail together, to stand up for freedom together, knowing that we will be free one day.

Martin Luther King Jr. August 28, 1963

Epígrafe 2

O Sol Nascerá

A sorrir

Eu pretendo levar a vida

Pois chorando

Eu vi a mocidade

Perdida

Fim da tempestade

O sol nascerá

Fim desta saudade

Hei de ter outro alguém para amar

A sorrir

Eu pretendo levar a vida

Pois chorando

Eu vi a mocidade

Perdida

Cartola

Resumo

Montesquieu criou uma história universal das leis em meio à sua luta antiabsolutista. Seu trabalho enfrentou a maneira erudita de se fazer história no século XVIII, severamente apoiada pela monarquia. No centro, está sua história de Roma com ares epistemológicos e políticos. Toda a estrutura do pensamento de Montesquieu a respeito do político passa, necessariamente, por uma ordem romana: Monarquia, República e Império. Para alcançar bons resultados, três elementos compõem a obra, três dobras: antigos e modernos; nós e os outros; e racionalismo e empirismo; em cada uma se justapõem elementos distantes para poder afirmar sua teoria de leis, maneira de fazer a história e sua luta política.

Abstract

Montesquieu created a history of universal laws while enmeshed in his anti-absolutism battle. His work opposed the heavily monarchy-supported and erudite way of making history in the eighteenth century. In the centre of it all is his history of Rome, with political and epistemological hues. The entire structure of Montesquieu's thought about Politics relies necessarily on a Roman order: Monarchy, Republic and Empire. To achieve good results, three elements make up his work, threefold: ancient and modern; we and the others; and rationalism and empiricism; in each one he juxtaposes remote elements in order to assert his theory of laws, his way of making history and his political struggle.

Sumário

Dedicatória	vii
Agradecimentos	ix
Epígrafe	xi
Epígrafe 2.....	xiii
Resumo	xv
Abstract	xvii
Introdução	23
Capítulo 1: Dom Quixote.....	31
1.1 Introdução	31
1.2 Duas personagens	33
1.3 Da Philosophiæ Naturalis Principia Mathematica	38
1.3.1 A uma ciência dos homens	38
1.3.2 Ultramar.....	44
1.3.3 Os Clássicos.....	56
1.3.4 Retornando a Newton.....	59
1.3.5 O câmbio	72
1.4 Conclusão	74
Capítulo 2: As leis como união do signo mundo	77
2.1 Introdução	77

2.2	As leis	78
2.2.1	O “corpo político”	84
2.2.2	Corpo político como Sistema de pensamento	96
2.3	Mecânica da História	109
2.4	Conclusão	121
Capítulo 3: Como se escreve a História no Século XVIII		123
3.1	Introdução	123
3.2	O Tripé Da Erudição	124
3.2.1	O Latim	132
3.2.2	História e Religião	136
3.2.3	O Direito	145
3.3	A Diplomática	147
3.3.1	A Diplomática Antes De Mabillon	149
3.3.2	A Diplomática após Mabillon	162
3.3.3	O método e a vida	164
3.4	A Roma De Colbert	167
3.4.1	Vertot	169
3.4.2	L’« Antiquite Expliquée »	172
3.5	Conclusão	175
Capítulo 4: O Espírito do Medo: Roma e o absolutismo		177
4.1	Introdução	177
4.2	Montesquieu e a Erudição	178

4.3	O Espírito de Roma	182
4.3.1	A República Romana.....	185
4.3.2	O princípio da república a virtude	202
4.3.3	Características gerais da República Romana	208
4.3.4	Corrupção da República Romana	213
4.3.5	A república germânica	217
4.4	Conclusão	219
Capítulo 5:	Despotismo romano	221
5.1	Introdução	221
5.2	A Queda da República	222
5.3	Como Montesquieu teoriza e afirma que o Império Romano é despótico. 228	
5.4	Monarquia	242
5.5	Conclusão	257
	Conclusão	259
	Bibliografia.....	263
5.6	Textos Antigos.....	263
5.7	Textos Modernos.....	264
5.8	Textos Contemporâneos	269
5.9	Anexos	281
5.9.1	ANEXO 01	282
5.9.2	ANEXO 02.....	283

5.9.3	ANEXO 03.....	294
5.9.4	ANEXO 04.....	300
5.9.5	ANEXO 05.....	307
5.9.6	ANEXO 06.....	313
5.9.7	ANEXO 07.....	314
5.9.8	ANEXO 08.....	315
5.9.9	ANEXO 10.....	317
5.9.10	ANEXO 11.....	319
5.9.11	ANEXO 12.....	320
5.9.12	ANEXO 13.....	321
5.9.13	ANEXO 14.....	334
5.9.14	ANEXO 15.....	340

Introdução

George Orwell em “1984” afirma que “quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”. Este pensamento persiste nos que estudam os “usos da história”, que encaram a historiografia como projeto político, agenciado na formação política dos agentes.

Projeto baseado na subjetividade. Projeto emocional e depois racional. Projeto de paixões. Projeto que cria mundos. Projeto para leitores. Por tese, procura-se afimar o contrário de George Orwell, porque o controle do passado total não é possível, pois há sempre outro contador de história, há sempre outra forma de contar.

O controle do passado é mais uma artimanha, um desejo que coopta alguns leitores, assistentes do espetáculo de criação de memórias. Mas, nessa imaginação, que se compõe a partir de interesses variados de todo os sistemas políticos modernos. A História, entendida como uso arbitrário, não afasta do seu projeto científico, uma vez que ciência e política só são em separados de forma aparente.

A história como uso é entendida como institucionalização, discurso partidário de algum interesse. No entanto, seu uso é possível no campo da política, porque ela, a História, é de alguma maneira de interesse público. O historiador faz

alguma coisa de interesse público, e mais, do interesse do público ou de públicos leitores.

As pessoas precisam de histórias, contações, quer para entender-se, quer para conviver com os seus e os outros. Desejos, ódios e indiferenças explicam a floresta humana. O passado surge como explicação, modelo de permanência, restauração ou superação. Os que querem mudanças e os que a rejeitam se degladiam historicamente. A luta busca a melhor performance historiadora. Por isso, controlar a história significa controlar a luta, mas, ainda que se controle a luta é preciso controlar os leitores. Controlar os ouvidos, controlar as ideias. No entanto, não seria a história o instrumento para controlar as ideias?

A história texto, a história fala científica que se afirma para criar legitimações e adeptos. O Iluminismo surge com suas contras-histórias, suas novas maneiras de ver e rever o passado. Fazer política no Iluminismo consistia em desmascarar os poderes, em pensar racionalmente o passado. O tabu é uma constituição do ontem.

O bom selvagem de Rousseau é totalmente recheado do sentido histórico: quanto mais verdadeiro o projeto do contrato mítico-histórico, ou seja, o Contrato Social, melhor a aquisição dos eleitores do projeto de representação política. Voltaire dissolve o poder teológico numa filosofia da história; Diderot procura nos gregos uma nova maneira de se portar racionalmente; mas, sobretudo, Montesquieu assume este contra-projeto historiográfico.

Controlar a luta e os ouvidos constitui-se um projeto da monarquia francesa, agenciando as necessidades do povo letrado ou não: aos leitores de textos, históricos e jurídicos e aos leitores de imagens, estátuas e prédios.

Para cada capítulo observaremos argumentos que sustentam a tese geral de que **Montesquieu criou uma história universal das leis em meio à sua luta antiabsolutista. Seu trabalho enfrentou a maneira erudita de se fazer história no século XVIII, severamente apoiada pela monarquia. No centro, está sua história de Roma com ares epistemológicos e políticos. Toda a estrutura do pensamento de Montesquieu a respeito do político passa, necessariamente, por uma ordem romana: Monarquia, República e Império. Para alcançar bons resultados, três elementos compõem a obra, três dobras: antigos e modernos; nós e os outros; e racionalismo e empirismo. Em cada uma se justapõem elementos distantes para poder afirmar sua teoria de leis, maneira de fazer a história e sua luta política.**

O primeiro capítulo configura-se por uma compreensão teórica da modernidade. A partir do pensamento de Michel Foucault, há uma comparação entre Dom Quixote, figura imaginária, e Montesquieu, objeto deste texto, ambas as personagens envolvidas no cenário de interpretações do mundo. A ruptura entre as “palavras e as coisas”, inaugural da modernidade.

Montesquieu procura por uma ciência dos homens, influenciado de forma decisiva pela obra de Newton. Para tanto, utilizou de uma metáfora simples, a dobradura de papel. Cada uma das três dobras representa conexões que aparecem na obra de Montesquieu. A *Dobra 1*, ou dos antigos e modernos, trata-se da construção histórica dos antigos numa extremidade e da compreensão do século XVIII noutra. Ou seja, antigo e moderno, desdobrando-se na “folha do papel” epistemológica.

A *Dobra 2*, ou da construção epistemológica, trata-se da convivência na obra de Montesquieu de duas escolas de pensamento marcadas pela história da

Filosofia como opostas: o racionalismo de origem cartesiana e o empirismo de origem newtoniana, num complexo jogo de deduções e induções, a partir de modelos previamente constituidores da “ordem discursiva” do século XVIII. Se a *Dobra 1* caracteriza-se pela a autoridade e pelas imagens, a *Dobra 2* responde a questões de ordens científicas e filosóficas no centro do período – em especial, nas academias de ciências.

A *Dobra 3*, ou das narrativas de viagens, afirma uma significativa mudança no mundo do saber, trazido por meio da relação política com o outro. Trata-se da colonização e da evangelização. O que o mar traz? O que revelam as naus? Que notícias e novidades trazem os textos? Nos portos desembarcam notícias de mundos conhecidos, exóticos. Ao curioso leitor destas notícias, salta-lhe aos olhos o revelar identitário de “quem somos”, assim como o desenterrar do antigo revela a identidade bifrontista do europeu, algumas vezes como continuidade, outras como ruptura. O extremo novo que se desdobra sobre a que vem a ser o europeu e sua história – tal identidade surge em um jogo entre oposição e harmonia.

Quem nós somos, diante do que se revela em cada memória dos navegantes, dos que foram? O olhar distante inaugura outra Europa, outro universo com novos mundos de ideias que permitem a erudição uma forma mais ousada de pensar os homens e seus mundos. O humano dilata-se na pena dos pensadores do além-mar, por meio da multiplicidade que, por vezes, repete o mesmo – a identidade cultural do escritor.

No entanto, a multiplicidade parece necessitar de ordem. Montesquieu é um Dom Quixote da multiplicidade. Ele procura por uma ordem geo-histórica. O “Espírito das Leis” constitui-se como uma nau ou um mapa que aponta para todos os lugares e

homens. Sua busca não é acidental, não cabe à sorte, nem ao mar turbulento das verdades eruditas dos homens. Firma-se sobre uma cartografia densa, mapa muitas vezes redobrado sobre si, sedimentado por valores, em resposta a problemas típicos ao mundo do saber do século XVIII.

Por isso, não é de se estranhar a lisura da comunhão justaposta nas mesmas páginas do “Espírito das Leis” antigo romanos, franceses, francos, incas, espanhóis, chineses e tantos outros, para constituir-se como um antiabsolutismo como o papel em que se desenha a cartografia política de Montesquieu.

No segundo capítulo, partindo da ideia foucaultiana, ou seja, da ideia da ruptura entre signo e mundo, o “Espírito das Leis” tem duas condições hermenêuticas. A primeira, que marca a ruptura, é uma tentativa de superação. A segunda, que se refere diretamente a esta primeira, como exercício de superação, une Newton a Descartes.

O “Espírito das Leis”, grande texto de Montesquieu, presta o serviço de ser referência da relação signo-mundo por meio das leis - leis estas que servem tanto à física quanto à história, do corpo dos homens ao corpo da política em seu significado singular e plural. No corpo plural, ou corpos políticos, repousa a compreensão política dos grupos. Porém, “corpos” como unidade que criam ação e reação, “corpos” “unidades sem órgãos”, simplesmente, sujeitos e objetos de ação de forças.

Em sentido singular, o corpo político é tratado como sistema de ideias, sistema de formas de fazer, ou técnicas, e enfim, sistema político. Como *sistema de ideias* configura-se a religião ou a literatura, ou qualquer conjunto teórico que abarque a compreensão de um povo. Como *sistemas de técnicas*, abrange o comércio e a

cobrança de impostos. Por fim, sistema político trata das configurações de poder em Montesquieu, Monarquia, República e despotismo.

Assim, baseado na física newtoniana, Montesquieu tem como agenciar o signo e o mundo sob a regência de uma mecânica de leis. A lei une tudo e estabelece uma nova ordem. Ela é um quixotismo aceito. Ela demonstra a íntima relação do mundo da matéria e do mundo dos homens e suas ideias. A lei é a constituição da união signo e mundo.

No terceiro capítulo, há um recuo para outra visão da construção da historiografia moderna, segundo a genealogia metodológica de Foucault, orientado pelas pesquisas empíricas de Blandine Kriegel, que se traduzem em duas perguntas com respostas desenvolvidas ao longo deste: o que significa a erudição e qual sua relação com o poder? Como a erudição se constitui como um saber-poder?

Inserida no “olho do furacão” da construção do Estado moderno, a erudição sempre foi palco de debates políticos, identitários e jurídicos. O mundo da verdade passa necessariamente pelo jogo erudito, uma das maiores invenções da Renascença.

Localizar-se-á o nascimento da ideia de fonte histórica, importância política (poder) e valor positivo de conhecimento (saber), sincrônicos em relação a três instâncias geradoras do saber-poder moderno no mundo da História: o latim, a História da Religião e o Direito.

Uma vez estabelecido o conflito Estados e Igreja, e seu Império Germânico, o Absolutismo francês inaugura uma indústria com uma maquinaria historiadora, o convento de Saint Maur, cuja vida monástica gera a máquina de fazer história – a diplomática de Mabillon.

Colbert, primeiro ministro de Luís XIV, apropria-se da maquinaria, ao mesmo tempo em que a constrói, lado a lado, com a erudição beneditina. Ele financia a História-Memória-Jurídica do reinado absolutista entre os séculos XVII e XVIII, que será combatida por Montesquieu, ao passo que se relaciona com a expectativa das leituras frente ao desejo da anticomania.

O grupo social de Montesquieu aparece no quarto capítulo, e ele, como teórico político da defesa dos seus, os Nobres. Entram em cena o antiabsolutismo de Montesquieu, sua compreensão da história romana e sua teoria germanista da história, uma e outra em oposição ao absolutismo e à sua historiografia legitimadora, ou melhor, criadora.

Certamente, a história é o metal que liga os dois gumes de uma espada do poder absoluto, a criação e a legitimação. A história erudita se comporta com liga metálica. Armadura. Forja. Ela é fábrica de medo e sedução, profeta espiritual do Estado que vê por sua vidência a reencarnação de Roma Imperial sob os pés da Monarquia.

Montesquieu enfrentou a erudição católica, monárquica e burguesa com a exaltação e queda da República Romana. Se Roma alguma vez foi um bom modelo a ser seguido, isto começou e se encerrou com a República. A República Romana é, acima de tudo, a política sem medo, virtuosa que cai sob o Império do medo. A lei histórica do medo como fonte de corrupção grassa as ruas e os chambers da França do século XVIII.

Enfim, o argumento antiabsolutista, Montesquieu reaparece no quinto capítulo para demonstrar como a Roma Republicana torna-se corrupta e que esta

corrupção é a construção de um Império, sem virtudes e sem glórias. Em destaque, a sua visão antiabsolutista.

Enfim, procede para o discurso diretamente germanista, contrariando a pretensão monárquica de legitimar seu despotismo na herança do Império Romano. A evocação de uma espécie de República Franca, para uma Monarquia Franca, surge como resposta ao sentimento corrupto da monarquia francesa e despótica.

Todo este trabalho oferece uma metodologia de pesquisa do uso do passado, uma interpretação histórico-política da obra de Montesquieu e um aprofundamento sobre a construção ética do trabalho do historiador, uma vez que há uma análise sobre o papel do leitor.

Capítulo 1: Dom Quixote

1.1 Introdução

O primeiro capítulo se configura por uma compreensão teórica da modernidade. A partir do pensamento de Michel Foucault, há uma comparação entre Dom Quixote, figura imaginária, e Montesquieu, objeto deste texto, ambas as personagens envolvidas no cenário de interpretações do mundo. A ruptura entre as “palavras e as coisas”, inaugural da modernidade.

Montesquieu procura por uma ciência dos homens, influenciado de forma decisiva pela obra de Newton. Para tanto, utilizou de uma metáfora simples, a dobradura de papel. Cada uma das três dobras representa conexões que aparecem na obra de Montesquieu. A *Dobra 1*, ou dos antigos e modernos, trata-se da construção histórica dos antigos numa extremidade e da compreensão do século XVIII noutra. Ou seja, antigo e moderno, desdobrando-se na “folha do papel” epistemológica.

A *Dobra 2*, ou da construção epistemológica, trata-se da convivência na obra de Montesquieu de duas escolas de pensamento marcadas pela história da Filosofia como opostas: o racionalismo de origem cartesiana e o empirismo de origem

newtoniana, num complexo jogo de deduções e induções, a partir de modelos previamente constituidores da “ordem discursiva” do século XVIII. Se a *Dobra 1* da autoridade e de imagens, a *Dobra 2* responde a questões de ordens científicas e filosóficas no centro do período – em especial, nas academias de ciências.

A *Dobra 3*, ou das narrativas de viagens, afirma uma significativa mudança no mundo do saber, trazido por meio da relação política com o outro. Trata-se da colonização e da evangelização. O que o mar traz? O que revelam as naus? Que notícias e novidades trazem os textos? Nos portos desembarcam notícias de mundos conhecidos, exóticos. Ao curioso leitor destas notícias, salta-lhe aos olhos o revelar identitário de “quem somos”, assim como o desenterrar do antigo revela a identidade bifrontista do europeu, algumas vezes como continuidade, outras como ruptura. O extremo novo que se desdobra sobre a que vem a ser o europeu e sua história – tal identidade surge em um jogo entre oposição e harmonia.

Quem nós somos, diante do que se revela em cada memória dos navegantes, dos que foram? O olhar distante inaugura outra Europa, outro universo com novos mundos de ideias que permitem a erudição uma forma mais ousada de pensar os homens e seus mundos. O humano dilata-se na pena dos pensadores do além-mar, por meio da multiplicidade que, por vezes, repete o mesmo – a identidade cultural do escritor.

No entanto, a multiplicidade parece necessitar de ordem. Montesquieu é um Dom Quixote da multiplicidade. Ele procura por uma ordem geo-histórica. O “Espírito das Leis” constitui-se como uma nau ou um mapa que aponta para todos os lugares e homens. Sua busca não é acidental, não cabe à sorte, nem ao mar turbulento das verdades eruditas dos homens. Firma-se sobre uma cartografia densa, mapa muitas

vezes redobrado sobre si, sedimentado por valores, em resposta a problemas típicos ao mundo do saber do século XVIII.

Por isso, não é de se estranhar a lisura da comunhão justaposta nas mesmas páginas do “Espírito das Leis” antigo romanos, franceses, francos, incas, espanhóis, chineses e tantos outros, para constituir-se como um antiabsolutismo como o papel em que se desenha a cartografia política de Montesquieu.

1.2 Duas personagens

O glorioso Dom Quixote, personagem de Cervantes, assim como Montesquieu, está em uma situação. Um problema quase imperceptível, próximo a um ponto de fuga. O personagem imaginário está em uma mesma situação que o personagem histórico; ambos estão inseridos cada qual em seu respectivo mundo de mudanças e com um mesmo drama, a saber, a honra em ser nobre diante da “desonra” da Modernidade burguesa e sua política.

Dom Quixote¹ afirma com sua “loucura” um mundo que “já se passou”. O personagem de Cervantes vive *em* e *do* passado, para dizer que realmente algo passou, mostrando-se, deste modo, como “signo-agora” de outrora, estabelecido com a geração de um universo que não se constitui mais como já fora. Agora, ele mesmo

¹ VIEIRA, Maria Augusta Da Costa. O Dito pelo Não-dito: paradoxos de Dom Quixote. Volume 14 de Ensaios de Cultura. São Paulo: Edusp, 1998.

se torna refém de seu próprio reflexo, produto de seu próprio signo². Para Foucault, Dom Quixote fora constituído como signo, para dizer que o mundo não é mais feito por signos.

Notoriamente, há uma contraposição entre Montesquieu, personagem histórico, e Quixote, personagem de imaginação. O iluminista explica o mundo a partir de uma nova conjunção para relação signo-mundo. Ele deseja o mundo. Ao contrário, Dom Quixote significa a marca da ruptura entre as palavras e as coisas. Montesquieu revela-se como desejo de unir palavras e as coisas. Em pauta, a relação moderna entre o representar e a verdade do objeto a ser representada, em que realmente consiste uma palavra em relação a algo.

Não se apresenta apenas a ruptura. Se a Modernidade afastou o realismo medieval e, assim, o mundo tornou-se “prosa de signos”³, no século XVIII, houve diversas tentativas de uma nova reconciliação entre signo-mundo, sedimentada especialmente por Issac Newton e a lei matemática da natureza, que influencia Montesquieu a unir homens, história e signo.

A “prosa do mundo” durou até o século XVI, onde mundo se desdobrava sobre si mesmo⁴:

O mundo se enrolava sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem. E a representação – fosse ela festa ou saber – se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o

² FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 241.

³ CALMON, Jean. O Dom Quixote de Foucault. São Paulo: E-papers, 2003

⁴ COELHO, Kamilla Kristina Sousa França. A Representação E O Real Em Michel Foucault. In: RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 03, nº 01, jan./jul, 2011.

título de toda a linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar.

Então, o que acontece após o século XVI? Para Foucault, a semelhança dá lugar a uma nova similitude⁵, a “trama semântica” enriquece-se. Na *convenientia*, o ser que esta a par de outrem, comunicando paixão e movimento, tem-se o lugar, a natureza, as propriedades, ou seja, a combinatória da vizinhança. Na *aemulatio*, ou a emulação, o pensamento está ignorando a proximidade da vizinhança e anulando a distância. Se por conveniência há similitude entre o corpo e alma, eternos vizinhos, a emulação estará entre distantes, o corpo e seu reflexo no espelho. A *analogia* que aproxima o todo se superpõe à trama epistemológica, esta velha conhecida medieval, na Renascença, e capaz de aproximar todas as coisas e todas as palavras. Esqueletos humanos de esqueletos de pássaros, dedos e asas; corpo humano como a cosmologia, onde os excrementos são o inferno. Conclui Foucault:

O espaço das analogias é, no fundo, um espaço de irradiação. Por todos os lados, o homem é por ele envolvido; mas esse mesmo homem, inversamente, transmite as semelhanças que recebe do mundo. Ele é o grande fulcro das proporções – o centro aonde as relações vêm se apoiar e donde são novamente refletidas.⁶

A última forma de similitude, a *simpatia*, torna a coisa idêntica à outra. Ela altera em direção ao idêntico. Esta forma de assemelhar deforma em direção a unidade e unicidade, a identidade radical e o vazio das diferenças. Por isso, a irmã gêmea da *simpatia* é a *antipatia*. Há um ódio no cosmos, “a oliveira e a videira odeiam a couve”.

⁵ FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. Volume 1 de Oficina das artes : Traduzido por Jorge Coli. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

⁶ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 31.

Assim, infinitamente, através do tempo, os seres do mundo se odiarão e manterão, contra toda a simpatia, seu feroz apetite. “O rato da Índia é pernicioso ao crocodilo, pois a natureza lhe deu por inimigo; de sorte que, quando esse violento animal se deita ao sol, ele lhe arma uma emboscada e astúcia mortal; percebendo que o crocodilo adormecido em suas delícias dorme com goela aberta, entra por ela e desliza pela ampla garganta até o seu ventre, rói-lhe as entranhas e sai enfim pelo ventre do animal morto”.⁷

O jogo da antipatia que leva ao fim, à morte, mantém a certeza das outras figuras. A morte mantém as similitudes, pois permanecem após o homem, o sábio e os seres que se decompõem pelo tempo.

Com a “assinalação”, aparece a linguagem. Em tudo Deus deixou sinais, e a linguagem é a manifestação por signos destes sinais: brasões, hieróglifos, cifras, dão visibilidade ao invisível. Como ver a música? Por meio das cifras, da partitura visível, uma e outra se somam – similitude, assimilação, emulação, simpatia.⁸

A partir do século XVI, surge a questão de “*como reconhecer que um signo designasse realmente aquilo que significava?*” para “*como um signo pode estar ligado àquilo que ele significa?*” Eis o divórcio entre o visto e o lido. Entre o visível e o enunciável. Entre as palavras e as coisas.

Assim, Dom Quixote é pura renascença, pura similitude – o moinho é similar, análogo, ao gigante. No trágico herói de Cervantes, o pensar renascentista já em decomposição revive. Por isso, a loucura e a sabedoria não encontram lugar neste mundo. A nobreza se desfaz pelos valores ou contravalores da burguesia. O encantamento do mundo já não supera o domínio do mesmo, pela fé protestante:

⁷ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 33.

⁸ OROPALLO, Maria Cristina. A presença de Nietzsche no discurso de Foucault. São Paulo. 2005. (Dissertação em Filosofia) - Universidade São Judas Tadeu.

A supressão absoluta da salvação eclesiástico-sacramental (que no luteranismo de modo algum havia se consumado em todas as suas consequências) era o absolutamente decisivo em face do catolicismo. Aquele grande processo histórico-religioso do desancamento do mundo que teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca da salvação, encontrou aqui sua conclusão. O puritanismo genuíno ia ao ponto de condenar até mesmo todo vestígio de cerimônias religiosas fúnebres e enterrava os seus sem canto nem música, só para não dar trela ao aparecimento da superstição, isto é, da confiança em efeitos salvíficos à maneira mágico-sacramental. Não havia nenhum meio mágico, melhor dizendo, meio nenhum que proporcionasse a graça divina a quem Deus houvesse decidido negá-la.⁹

Dom Quixote é um mapa de territórios em transição, um mapa movediço.

Com suas voltas e revoltas, com suas aventuras, traça um limite entre a floresta cheia de vitalidade do signo e suas semelhanças. Os romances de cavalaria são os signos da semelhança que deve alcançar em suas aventuras. Se os livros de cavalaria podem ser queimados, então ele mesmo será a signo para semelhança. “Seu caminho todo é busca por similitudes”, busca das palavras e das coisas não -divorciadas, no qual não há magia, não há encantamento e não há separação cósmica.

Igualmente, a ciência tomará, no século XVIII, o vácuo entre as palavras e as coisas. Reencantará o mundo com a matemática, com a física, com a mecânica, a taxionomia da ordem das coisas e pela Biologia.

⁹ WEBER, Max. A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 95.

Ver também: NASCIMENTO, Márcio Luiz do. Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”. In: Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 207-227, jan./jun. 2008.

NOIRIEL Gérard. Max Weber et le sens des limites. In: *Genèses*, 32, 1998. Anthropologie et histoire politique. p. 140-155.

1.3 Da *Philosophiæ Naturalis Principia Mathematica*¹⁰

1.3.1 A uma ciência dos homens

Com a ruptura entre as palavras e as coisas, do século XVIII em diante ter-se-á o desafio de uma teoria que una o mundo perdido da linguagem com o mundo real das coisas, dos seres, dos entes. A ciência, certamente, terá um papel cada vez mais preponderante na inconsciente busca pela verdade. Um novo universo de problemas surgiu, como por exemplo, O enigma da Bíblia, Aristóteles e a física newtoniana. Como conciliar? Como é possível o homem americano antes de Colombo?

Montesquieu não foge ao princípio basilar de mundo das ideias de seu tempo. Ele quer uma ciência para os homens, associada a uma ciência geral das coisas. Na escrita de Jean Starobinski¹¹, Montesquieu fez de Issac Newton o grande filósofo moderno da natureza, uma fonte de inspiração para o seu a método científico para História.

A reflexão de Montesquieu aplica-se a todos os domínios do saber. Não por um movimento contínuo e sistemático, de acordo com o espírito da filosofia do século XVII. São fatos precisos que ele quis estabelecer, leis experimentais que procurou formular, seguindo o exemplo dos naturalistas e, sobretudo a lição de Newton. “As observações são a história da filosofia, e os sistemas são a sua fábula.” Ele tem

¹⁰ ANEXO 01

¹¹ STAROBINSKI, Jean. *Montesquieu*. Companhia das Letras: São Paulo, 1990. p.17.

opiniões sobre a física e a fisiologia; examina plantas no microscópio, observa os efeitos do frio e do calor sobre os organismos animais; imagina a experiência sobre a possibilidade que teria o homem de voar como os pássaros, elabora uma sociologia do direito, esboça uma estética, enuncia princípios de economia política, sonha geologia e geografia, conhece receitas de drogas e pode explicar a excelência de um medicamento:

Era distante de qualquer semelhança com o sonho de Comte, que sintetizava seu projeto de uma ciência para os homens em uma física social:

Entendo por física social a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados sob o mesmo espírito com que são considerados os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos. Isto quer dizer, sujeitos às leis naturais invariáveis, pois a descoberta é mais importante que suas pesquisas. Deste modo, ela se propõe diretamente para explicar, com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humano, tendo em vista toda a sua parte essencial.

Para mim, é suficiente, neste momento, apenas indicar, rapidamente, sobre esta matéria, o esquema fundamental de que as noções reais de ordem e o progresso deve ser, na física social tão rigorosa como são indivisíveis, na biologia, os conceitos de organização e de vida, que, sob olhos da ciência, destes são derivados.¹²

Montesquieu desejava, de algum modo, um mundo de similitudes que Dom Quixote nunca abandonou. Em “As Etapas do Pensamento Sociológico”, Raymond Aron define bem a diferença entre Montesquieu e Comte. Na primeira parte de sua obra, em que tratou de “Os Fundadores”, figura, em primeiro lugar, Montesquieu, Auguste Comte, Karl Marx e, encerrando a cronologia, Alexis de Tocqueville. Comparando o pai “tradicional” da sociologia e o filósofo iluminista, Aron afirma:

¹²COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. Tome quatrième. 1839. p. 07.

Montesquieu é, antes de tudo, o sociólogo consciente da diversidade humana e social. Para ele, o objetivo da ciência é por ordem num caos aparente; é o que consegue, concebendo tipos de governo ou de sociedade, enumerando determinantes que influenciam todas as coletividades e, talvez mesmo, em última análise, identificando alguns princípios racionais de validade universal, embora sujeitos a eventuais violações, aqui e ali.¹³

A sutileza de Aron em tratar o pensamento de Montesquieu, para além dos academicismos burocráticos das origens dos termos, seus autores e as muralhas das disciplinas, resume, à sua maneira, que “*Montesquieu parte da diversidade para chegar, não sem esforço, à unidade humana*”¹⁴. Isso significa o extremo oposto do trabalho de Comte. De forma manifesta aponta:

Auguste Comte, ao contrário, é antes de qualquer coisa o sociólogo da unidade humana e social, da unidade da história humana. Leva sua concepção da unidade até o ponto em que dificuldade é inversa: tem dificuldade em encontrar e fundamentar a diversidade. Como só há um tipo de sociedade absolutamente válido, toda a humanidade deverá, segundo sua filosofia, chegar a esse tipo de sociedade.¹⁵

Montesquieu é *sui generis*. Aron começa seu capítulo sobre este Barão pedindo autorização, justificando e explicando. Mostra que apesar de Comte ter sido o pai do termo *sociologia*, será Montesquieu o fundador do pensamento científico sobre a humanidade. Conclui Althusser:

Declarar Montesquieu como o fundador da ciência política é uma verdade adquirida. Disse-o Auguste Comte, repetiu-o

¹³ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Tradução de Sérgio Bath. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 65.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

Durkheim e nunca ninguém contestou seriamente tal afirmação.¹⁶

Curiosamente, a inclassificável Hannah Arendt parece andar lado a lado aos passos de Althusser seu “adversário” marxista a respeito de Montesquieu. Eles também querem demonstrar a sua importância fundadora para as ciências humanas. O capítulo-curso a “Revolução no Método”¹⁷, de Althusser, e o texto-conferência de Arendt, “A Revisão da Tradição em Montesquieu”¹⁸, propõem questões quase idênticas, a saber: que novidade é esta que Montesquieu apresenta? Lembrando de que são autores que em muitos pontos de vista e sobre diversas temáticas são contrários e até adversários. Mas, o inusitado é que têm uma mesma visão sobre Montesquieu.

Para observar a ordem ao caos das palavras e das coisas de Montesquieu, o primeiro recuo dos textos de Arendt e Althusser é o mesmo, ou melhor, ambos comparam Montesquieu a Platão. Althusser aponta para um projeto antigo e moderno, que consistiria em realizar a ciência política:

Já Platão escrevera que a política é o objeto de uma ciência, e como prova, temos dele a “República”, o Político e as Leis. Todo o pensamento Antigo viveu a convicção que uma ciência do político era possível, o que é uma convicção crítica, mas que era necessário fazê-la. Nos modernos, esta tese que vemos expressa em Bodin, Hobbes, Spinoza e Grotius. Acho que se deve recusar aos Antigos, não a

¹⁶ ALTHUSSER, Louis. Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, Lisboa: 1972. p. 17.

¹⁷ ALTHUSSER, Louis. Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, Lisboa: 1972. p. 17-38

¹⁸ ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução de Jerome Kohn; tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel: 2008. pp.110-117.

pretensão de refletirem sobre a política, mas a ilusão de lhe terem construído a ciência.¹⁹

Platão, em contraposição à Montesquieu de Hannah Arendt, é bem mais específico; trata-se também da análise comparativa de dois textos e temas, a saber, as leis. Aqui, Arendt analisa o “Espírito das Leis”, de Montesquieu, e as “Leis” de Platão.

Foi somente nas Leis, não na República nem no Político, que Platão que a legalidade em si mesma, as leis da cidade, podia ser concebida de modo a impedir toda perversão possível do governo, a única mudança que levou em conta. Mas, a legalidade tal como Montesquieu a entendia, só pode por limites as ações, nunca inspirá-las.²⁰

1.3.1.1 Dobra 1

Eis aqui dois autores do século XX, ambos fazendo recuos ao antigo para pensar o moderno, o que será chamado de “*dobra 1*”. Althusser e Arendt vasculham o velho, o antigo, em busca do novo, o moderno. A beleza destes trabalhos não introduz uma comparação estética ritualista, pelo contrário, em cada um aparece à importância do antigo pensamento, sua diferença com o novo e, sobretudo, o alcance do que configura o moderno. Deste modo, Montesquieu não é apenas novo como fetiche histórico do que pode significar algo moderno, nem novo por declaração eficiente de grandes clássicos, Comte e Durkheim. Sua novidade constrói-se a partir da possibilidade de novas navegações para o pensamento moderno e contemporâneo a respeito do homem em sociedade.

¹⁹ ALTHUSSER, Louis. Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, Lisboa: 1972. p.17.

²⁰ ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução de Jerome Kohn; tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel: 2008. 112.

Eis a extensão cartográfica apresentada por Hannah Arendt:

A grandeza das leis de uma sociedade livre é que elas nunca nos dizem o que devemos fazer, mas somente o que não devemos. Em outras palavras, Montesquieu, precisamente, por ter tomado como ponto de partida a legalidade dos governos, viu que o direito e poder não são suficientes para explicar, tanto as ações concretas e constantes dos cidadãos que vivem entre os muros da lei, quanto, o desempenho dos próprios corpos políticos, cujo “espírito” é tão obviamente diverso.²¹

O mundo da história torna-se mundo da política de uma maneira não apenas motivacional ou analítica com o passado, algo típico em Maquiavel e seu reino de exemplos de *virtú* e *fortuna*²², mas no presente e na possibilidade mesma, nas estruturas dos costumes, dos povos e dos climas, da diversidade de possibilidades que o tempo pode prometer. Tempo, multiplicidade de formas e conteúdo. Tempo, multiplicidade histórica. Tempo construtor. Tempo devir.

As leis partem do homem e não para o homem. Elas são relações históricas, não ideais, necessárias,²³ sofridas na vertigem das necessidades humanas. Elas se multiplicam assim como as culturas. Elas atendem, não são atendidas.

²¹ ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução de Jerome Kohn; tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel: 2008. p. 110-117.

²² MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Tradução de Brasil Bandecchi. 13. ed. São Paulo : Centauro, 2008.

Ver também: KRITSCH, Raquel. Maquiavel e a construção da política. Lua Nova [online]. 2001, n.53, p. 181-190. - Murari Pires Francisco. Machiavel, la cour des Antiques et (le dialogue) avec Thucydide. In: Dialogues d'histoire ancienne. Vol. 34 N°1, 2008. p. 59-84.

²³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro I. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749.

1.3.2 Ultramar

Montesquieu, como cartógrafo, não traça linhas em direção ao passado, mas o engloba. A reta direcionada ao passado abre espaço para linhas tortas de segmentaridade, o construído, e linhas de fuga, o devir, para o ponto do possível, o “ponto em que estamos”, que estivemos ou que podemos estar.

Passado e presente se apresentam, Europa e mundo também. O pensamento cruza oceanos, ilhas de história e abismos de cultura. Assim afirma Althusser sobre o tempo que inspira Montesquieu:

Uma revolução no espaço e no mundo. Uma revolução na sua estrutura. É o tempo da terra descoberta, das grandes explorações que abrem à Europa o conhecimento e a exploração das Índias do Oriente e do Ocidente, e da África. Os viajantes trazem então nos seus cofres as especiarias e, na memória, o relato dos costumes e de instituições que abalam todas as verdades estabelecidas.²⁴

O que o novo pode fazer? Qual a sua potência? Qual sua vantagem? O que impulsiona sua busca? A simples curiosidade? Um “espírito” humano e aventureiro? Unir as palavras com as coisas? Os homens e os enunciados verdadeiros sobre eles?

O novo não é fruto da curiosidade. O drama moderno europeu precisa de novas verdades. As guerras civis, revoluções religiosas, nascimento sofrido dos Estados modernos e seus plebeus poderosos e seus empobrecidos nobres. Característica estratégica do absolutismo pós-frondes.

²⁴ ALTHUSSER, Louis. Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, Lisboa: 1972. p. 19 -20.

A Europa moderna é a Europa da Crise, esta do que pensa ser²⁵. Ela precisa de verdades, compiladores e sistematizadores de verdades, mas não velhas verdades. Deseja verdades revolucionárias, pois a crise estabelece o fracasso de norteadores epistemológicos, existe a ruptura. O Iluminismo, por exemplo, será marcado pela luta entre a erudição católica desejosa do passado pela forma textual erudita e pelos seus temas derivados.

Por outro lado, os iluministas, em geral, serão os homens e mulheres de respostas simples, factuais e explicativas, formando livros de fácil leitura com novos temas baseados na crítica aos antigos e fundamentados nas ciências concorrentes²⁶.

As colônias e os descobrimentos não só aumentavam a crise, eram parte estruturante para pensar-se como europeu, como cristão. A Antropologia dos iluministas politicamente pensava o Bárbaro – um maldito às franjas da Europa, com sua fé mulçumana ou qualquer fé pagã oriental, sempre rejeitou a civilização. Conheceu e rejeitou. Também, os iluministas pensavam o Selvagem – como surgimento moderno, nascido do seio da colonização, distante, de muito longe. As navegações foram um catalizador estruturante de crise ou salvação.

No início do Renascimento, o oceano representava loucura. Em uma das passagens mais bonitas de “A História da Loucura”, Foucault nos encanta e informa ao tratar da *Stultifera Navis*:

Confiar o louco aos marinheiros é com certeza evitar que ficasse vagando indefinidamente entre os muros da cidade, é ter a certeza de que ele irá para longe, é torná-lo prisioneiro

²⁵HAZARD, Paul. La crise de la conscience européenne. Paris:Boivin et Cie, Paris, 1935.

²⁶ GRELL, Chantal. L'histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique à l'âge des Lumières. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

de sua própria partida. Mas a isso a água²⁷ acrescenta a massa obscura de seus próprios valores: ela leva embora, mas faz mais que isso, ela purifica. Além do mais, a navegação entrega o homem à incerteza da sorte: nela, cada um é confiado a seu próprio destino, todo embarque, é potencialmente o último. É para o outro mundo que parte o louco em sua barca louca. “Esta navegação do louco é simultaneamente a divisão rigorosa e a Passagem absoluta”. Num certo sentido, ela não faz mais que devolver, ao longo de uma geografia semirreal, semi-imaginária, a situação liminar do louco no horizonte das preocupações do homem medieval - situação simbólica e realizada ao mesmo tempo pelo privilégio que se dá ao louco de ser fechado às portas da cidade: sua exclusão deve encerrá-lo; se ele não pode nem deve ter outra prisão que o próprio limiar, seguram-no no lugar de passagem, ele é colocado no interior do exterior, e inversamente. Postura altamente simbólica, e que permanecerá sem dúvida a sua até nossos dias, se admitirmos que aquilo que outrora foi fortaleza visível da ordem tornou-se agora castelo da nossa consciência. (.)

É o Passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem. E a terra a qual aportará não é conhecida, assim como não se sabe, quando desembarca, de que terra vem. Sua única verdade e sua única pátria são essa extensão estéril entre duas terras que não lhe podem pertencer. (.) Uma coisa pelo menos é certa: a água e a loucura estarão ligadas por muito tempo no sonho do homem europeu.²⁸

Também, a lenda medieval de Tristão e Isolda, tão visitada no Brasil²⁹, seria uma espécie de arquétipo desta associação, mar-loucura. Tristão, disfarçado de louco, fora jogado pelos marinheiros.

Não vem da terra sólida, com suas sólidas cidades, mas sim da inquietude incessante do mar, desses caminhos desconhecidos que escondem tantos estranhos saberes, dessa planície fantástica, avesso do mundo. Isolda é a

²⁷ Destaque especial para esta tese.

²⁸ FOUCAULT, Michel. A História da Loucura: na Idade Clássica. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 11-12.

²⁹ CASTEL, Robert. Rupturas irremediáveis: sobre Tristão e Isolda. Lua Nova, 1998, no. 43, pp.171-188.

primeira, a saber, que esse louco é filho do mar, e que marinheiros insolentes o jogaram ali, signo da desgraça: “Malditos sejam os marinheiros que trouxeram este louco”! Por que não o jogaram ao mar?³⁰

A terra europeia, lugar das verdades, “está de cabeça para baixo” no século entre os séculos XV e XVIII. As ideias radicais, como as da Revolução Inglesa, deixam esta verdade notória. Eis algumas passagens de Christofer Hill:

Em 1649 Walwyn foi acusado, apesar de seus desmentidos, de ter dito que "um pequeno punhado de espíritos diligentes e audazes pode virar o mundo de ponta-cabeça"³¹.

Mas a maior parte dos radicais não era prudente; Tany, certamente, não o era. George Foster advertiu os seus leitores, caso se sentissem tentados a desqualificá-lo como insano, que também Jesus Cristo se portara de maneira excêntrica, pelos padrões de seu tempo. Igualmente Foster poderia ser um agente de Deus, enviado para pôr o mundo de ponta-cabeça.³²

Será preciso vivermos numa sociedade pré-capitalista para podermos apreciar a diferença. Justiça se faça aos quacres: eles mereceram a prosperidade que, a despeito das perseguições, já começavam a ter antes mesmo da morte de Fox. Porém, isso nada tinha em comum com virar o mundo de ponta cabeça, como os diggers, e até os ranterers, haviam desejado.³³

Ao final deste mesmo livro, uma bela escrita de Hill sintetiza a construção da Modernidade em geral, a partir do mundo inglês do século XVII,

³⁰ FOUCAULT, Michel. A História da Loucura: na Idade Clássica. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005. P. 11-12. Apud Tristan et Iseult, ed Bosuat.

³¹ HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 328.

³² Ibid. p 272.

³³ Ibid. p 356

Nossa história termina apontando a Idade da Razão, mais do que o mundo de ponta-cabeça. Mas a "liberdade" da Revolução Inglesa libertou a imaginação enquanto Cristo esteve ressuscitado, ainda que por tão pouco tempo, em seus filhos e filhas.³⁴

A Modernidade chegara, liquidificando valores e pessoas. Olhar para o ultramar torna-se a política dos iluministas. O bom selvagem do Rousseau mora na Amazônia. A América seria saída epistemológica, também, para os jesuítas, como Lafitau³⁵ e sua história universal da religião. Em todos os portos, os Jesuítas procuravam traços dos filhos de Adão.

Neste mesmo século, mas em uma perspectiva cultural diferente, o jesuíta Lafitau, também, enfrentou esta dificuldade, na tentativa de reintegrar o selvagem no curso geral da humanidade. Dando sequência a uma perspectiva já própria a outros missionários jesuítas, a sua obra acabou deslocando a questão inicial e abandonando a ideia de uma impossível história cronológica dos selvagens, acompanhando tudo quanto os "cientistas" de sua época vinham propondo. Se, por um lado, a estratégia não era nova, por outro lado, influenciará profundamente o trabalho de mediação cultural - dos missionários, antes, e da etnologia, depois - tanto em relação ao Novo Mundo, quanto em relação às culturas europeias: tratava-se de introduzir, na análise da figura do selvagem, um novo discurso que se fundamentava na comparação.³⁶

A Europa católica está enlouquecida pelos filhos de Lutero e busca no absurdo da sua contemporaneidade com os primitivos outras respostas:

³⁴ HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 395

³⁵ LAFITAU. Joseph-François. Moeurs des Sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps, 2 vol.; puis, en 1733, Histoire des découvertes et des conquêtes des Portugais dans le nouveau monde, 2 vol.

³⁶ AGNOLIN, Adone. Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupí (séculos XVI-XVII). São Paulo: Editora Humanitas, 2007. p. 432.

Percurso histórico propriamente ocidental, de uma conceituação das sociedades indígenas (aqui proposto em breve síntese), este trajeto se constrói e se oferece enquanto uma utopia que se torna chave de leitura privilegiada do próprio imaginário antropológico: a associação entre utopia e primitivismo destaca-se, sobretudo, com o Renascimento que faz renascer, todavia, uma longa e antiga tradição à qual ambos são fortemente tributários.

Exatamente a partir deste ponto problemático que a Antiguidade ressurge, mas ela não ressurge num lugar chamado “lá”. Ressurge aqui e agora, como uma folha de papel que em suas bordas contrapostas se desdobram para formar algo novo. Em uma borda o antigo, noutra o moderno.

Mais uma vez, a mediação da Antiguidade toma-se, como já apontamos em nosso estudo, uma maneira de reabsorver a dramática ruptura da descoberta com relação ao quadro referencial já conhecido: a inadmissibilidade do primitivo no presente é mediada por meio de sua analogia - e a consequente construção de estágios da Humanidade - com a Antiguidade. É este o sentido, também, da significativa aproximação, na época, entre utopia e primitivismo.

E essa aproximação ecoa, por exemplo, na França - entre os séculos XVII e XVIII - nas obras citadas de Lescarbot, Lafitau, Charlevoix, Raynal, Montesquieu, mas também de Fontenelle, Rousseau e Diderot e, finalmente, por meio desses autores, exercerá sua grande influência no debate dos filósofos das Luzes³⁷.

Este apetite antropofágico europeu³⁸ se estende por todo antigo conjunto da loucura, o oceano. De longe viria a solução. Do mar das incertezas da Modernidade, resplandessem novas orientações, explicações, fábulas. Nos navios, as Narrativas de viagens não depositam mais o louco. Não se configuram pela *stultifera navis*. As

³⁷ AGNOLIN, Adone. Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupí (séculos XVI-XVII). São Paulo: Editora Humanitas, 2007. p. 529-530.

³⁸ Idem.

narrativas de viagens são, sobretudo, verdades ocultas sob as sombras das velhas certezas.

A respeito da problemática levantada pela aproximação utopia/primitivismo no século XVIII, vê-se a obra, citada, de Christian Marouby, *Utopie et primitivisme*, que, partindo da Utopia de Thomas More, analisa a importância que teve no debate filosófico desencadeado - mesmo que por premissas radicalmente diferentes acerca do que constitui a condição natural do homem - pelo “Leviatã”, de Hobbes e, o “Emílio”, de Rousseau, até chegar à tradição do pensamento liberal³⁹.

O “lá-agora” também é uma borda, contraposta ao “cá-agora”. Princípio de identidade-alteridade; nós, os europeus, com uma Antiguidade e os outros, bárbaros ou selvagens. Uma borda do papel tem-se o oriente, noutra, o ocidente. Elas se desdobram, precisam se desdobrar. “Cá-agora” mescla-se “lá-agora”, e sua soma, sua dobra, ou sua junção, cria o homem universal. A “*Dobra 2*” é a de identidade, dissociação ou comparação, como uma massa de pastel se dobra formado outra constituição de si. Em seu recheio, está a verdade universal.

Para Paul Hazard, o final do século XVII está marcado pelo clima das viagens. Oportunamente, e assim como Foucault, seu arquétipo moderno está no cavaleiro de Cervantes, Dom Quixote⁴⁰. No capítulo XVI, da segunda parte, o cavaleiro, vestido de verde, apresenta-se como a “velha” Europa. A identidade perdida diz:

³⁹ AGNOLIN, Adone. Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupí (séculos XVI-XVII). São Paulo: Editora Humanitas, 2007. p. 187. Nota 23.

⁴⁰ HAZARD, Paul. La crise de la conscience européenne. Paris: Boivin et Cie, Paris, 1935. p. 9-10.

Eu, senhor cavaleiro da Triste Figura, sou um fidalgo de uma aldeia, aonde iremos jantar hoje, se Deus for servido; sou mais do que medianamente rico e chamo-me D. Diogo de Miranda; passo a vida com minha mulher e meus filhos e com os meus amigos; os meus exercícios são a caça e a pesca; mas não sustento falcões nem galgos, apenas algum perdigueiro manso ou algum furão atrevido; tenho por aí umas seis dúzias de livros, latinos e espanhóis, uns de história, outros de devoção; os de cavalaria ainda me não entraram das portas para dentro; folheio mais os profanos do que os devotos, contanto que sejam de honesto entretenimento, que deleitem com a linguagem e suspendam com a invenção, posto que destes haja pouquíssimos em Espanha. Algumas vezes janto com os meus amigos e vizinhos, e muitas vezes os convido; os meus jantares são limpos, asseados e fartos; nem gosto de murmurar, nem consinto que diante de mim se murmure; não esquadrinho as vidas alheias, nem sou lince dos feitos dos outros; ouço missa todos os dias, reparto os meus bens com os pobres, sem fazer alardo das boas obras, para não dar entrada no meu coração à hipocrisia e vanglória, inimigos que brandamente se apoderam do coração mais recatado; procuro fazer as pazes entre os que sei que estão desavindos, sou devoto da Virgem e confio sempre na misericórdia de Deus Nosso Senhor.⁴¹

O cavaleiro de Triste Figura é retro espelho da Europa moderna, do que nos fala Foucault⁴². O talvez-louco de Cervantes seria, então, para Paul Hazard, a Europa da Crise. Diante da sedentária Europa de capa verde, Dom Diogo de Miranda, a nova Europa viajante de Dom Quixote. A Europa da crise diz:

Esta figura que Vossa Mercê está vendo, por ser tão nova e tão diversa das que se usam vulgarmente, não me maravilho que o espante; mas deixará Vossa Mercê de se espantar, em eu lhe dizendo que sou cavaleiro, destes que dizem as gentes que vão às aventuras. Saí da minha pátria, empenhei a minha fazenda, deixei os meus regalos e entreguei-me nos braços da fortuna, que me levasse aonde

⁴¹ CERVANTES, Miguel de. Dom Quixote de la Mancha. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 372.

⁴² FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

fosse servida. Quis ressuscitar a já morta cavalaria andante, e há muitos dias que, tropeçando, caindo, despenhando-me aqui, levantando-me acolá, cumpro, em grande parte, o meu desejo, socorrendo viúvas, amparando donzelas e favorecendo casadas, órfãos e pupilas, ofício próprio e natural de cavaleiro andante; e, assim, pelas minhas façanhas, muitas valorosas e cristãs, merecia andar já impresso em quase todas, ou na maior parte das línguas do mundo. Estamparam-se trinta mil exemplares da minha história, e parece-me que ainda se hão de imprimir mais trinta mil milhares, se o céu lhe não acudir. Finalmente, para tudo resumir em breves palavras, ou numa só, digo que sou D. Quixote de la Mancha, por outro nome chamado o cavaleiro da Triste Figura; e, ainda que o louvor em boca própria é vitupério, é-me forçoso dizer eu talvez os meus, já se vê, quando não estiver presente quem os diga em meu lugar. Portanto, senhor fidalgo, nem este cavalo, nem esta lança, nem este escudo, nem este escudeiro, nem estas armas todas juntas, nem a palidez do meu rosto, nem a minha magreza extrema vos poderão admirar doravante, visto que já sabeis quem sou e a profissão que sigo.⁴³

De um lado, Dom Diogo de Miranda⁴⁴ e os que não viajavam, os clássicos, a sabedoria clássica, não iluminista, tais como Nicolas Boileau (1636-1711), Jean Baptiste Racine (1639-1699) e Jacques Bossuet (1627-1704), teocrata e mestre de Luís XIV que recebe a ironia severa de Paul Hazard: “jamais foi a Roma”. Também François Fénelon não foi a Roma (1651-1715). A última figura associada ao sedentarismo absolutista citado, sob a capa verde de Dom Miranda, será Molière (1622-1673), que jamais “retornou a uma barbearia de Pezénas”, no Lanquedoc, Sul da França.

Em oposição ao absolutismo de pensamento sedentário estão os iluministas viajantes. Dom Quixote, o talvez-louco figura “os errantes Voltaire,

⁴³ CERVANTES, Miguel de. Dom Quixote de la Mancha. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 371.

⁴⁴ *il est seulement chargé de préfigurer, en 1615, l'idéal de la sagesse classique.* HAZARD, Paul. La crise de la conscience européenne. Paris: Boivin et Cie, Paris, 1935. p. 9-10.

Montesquieu, Rousseau”⁴⁵, ainda que esta passagem seja obscura. Se as viagens e sua importância epistemológica são para Althusser um sintoma da crise europeia, em Hazard elas serão a fonte.

Aponta Hazard que, ao final do XVII, a França recebia um viajante que falava do costume de viajar dos franceses. Com muito bom humor, escreve suas impressões de Paris. Giovanni Manara⁴⁶ morou por dez anos na capital francesa e seu livro-epístola lembra as “Cartas Persas”, de Montesquieu. Este italiano chama a atenção de que não se trata de regionalizar o gosto por viagens aos franceses. Pelo contrário, ao falar do gosto de viagens dos alemães, Hazard aponta para o comediante Charles de Saint-Évremond (1614-1703), que em sua comédia expressa:

O Alemão (personagem): E um costume geral na Alemanha de viajar: nós viajamos de pai para filho, sem que nenhum assunto nos impeça, jamais. Bem cedo, nós aprendemos a língua latina, nós nos preparamos para viagem. A primeira coisa pois, que se fornece a si, é um itinerário, que ensina os viajantes⁴⁷. A segunda, um pequeno livro, que ensina o que há de mais curioso em cada país. Quando os viajantes são pessoas de letras, eles se municiam em partir de seus lares com um livro em branco, bem religioso, sob o nome *Album Amicorum*, e não deixam de visitar os sábios e todos os lugares onde eles passam e de lhes presentear, afim de que aí possam colocar o seu nome.⁴⁸

⁴⁵ HAZARD, Paul. La crise de la conscience européenne. Paris: Boivin et Cie, Paris, 1935. p. 9-10..

⁴⁶ MARANA, Giovanni-Paolo. Lettre d'un Sicilien à un de ses amis, 1700-1710. Introdução et notes par l'abbé Valentin Dufour. Paris, A. Quantin: 1883.

⁴⁷ Do original: les voyes.

⁴⁸ SAINT-EVREMOND, Pierre Silvestre. Sir Politik. In: Maizeaux Org. Oeuvres de monsieur de Saint Evremond: avec la vie de l'auteur.. Volume 2. 1740 P. 234-235.

1.3.2.1 Dobra 3

O gosto de pelas viagens também se encontra em toda a Europa, constrói de forma geral a “*dobra 3*”. Ingleses e franceses se diferenciam, sobretudo, pelo fato de que o cambio favorável beneficia os ingleses; portanto, gastam mais. O comércio, por sua vez, exige viagens e narrativas. Os holandeses, aos estabelecerem o caminho das Índias, também estabelecem a necessidade de contínua demanda de informação. Afinal, o que ocorre nas colônias? E mais, como elas são?

Em sua tese-poesia, Paulo Miceli escreve sobre os cartógrafos:

Para realizá-los⁴⁹, pacientes artistas valeram-se de conhecimentos lentamente acumulados e cuidadosamente transmitidos, a partir da leitura quase tátil das franjas que delimitavam terras e mares.

Desfrutando de privilégios equivalentes à importância de sua ciência, esses cartógrafos eram disputados por reis e imperadores sempre interessados em sua arte – aliás, uma arte essencialmente política, já que o deslocamento voluntário e dificilmente perceptível da costa de um continente ou de uma ilha podia dificultar a nação rival o acesso aos caminhos do comércio ou colocar uma região sob domínio deste ou daquele monarca.⁵⁰

Tais viagens, no entanto, transformam as consciências, alteram a forma de pensar. O bom selvagem americano é inocente, prépecador original ou diabólico? Como chegou à América sem os grandes navios? A cartografia antiga, o que realmente confere? A sabedoria egípcia? Qual a força dos deuses pagãos? O mundo provoca uma nova Europa. No século XVIII, até o árabe recebe seus elogios. Maomé

⁴⁹ Cartas de navegação, mapas. Nota para esta tese.

⁵⁰ MICELI, Paulo. O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, século XV e XVI) 4ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 95.

fora tido por muitos como inventor de uma sábia e coerente religião. *Ler as narrativas de viagens faz-se invadir, passar a estabilidade do espírito ao movimento*⁵¹.

As narrativas de viagens são bem mais que uma característica estilística, eram a forma mesma de compreender o universo e a história. O grande volume de textos no leva à África⁵², América⁵³, Ásia⁵⁴ e Oceania. Desempenho de “*dobra 3*”, oriente e o ocidente. A folha de papel que argumenta de dobra, cria volume, não permite que o escritor seja facilmente rasgado, furado. Sustenta seu texto pelo papel que escreve, une o ocidente e oriente em suas bordas equidistantes, e assim, pesam. Tornam-se fortes, contínuas, explicativas e justapostas, como o envelope que guarda uma carta cheia de verdades a um remetente especial. Como o pastel, típico da cozinha brasileira, desdobra-se sobre si para guardar o recheio, para ser sabor.

A própria Europa não é abandonada. Em sua sede quixotesca, começa a procurar a sua “verdadeira origem”, pelo menos a sua “origem” empírica, “*dobra 2*”. Demonstra os franceses e seu interesse pela sua França⁵⁵, filha pródiga e agora reencontrada pelo absolutismo.

Algo que chama muito a atenção são as viagens para a Itália. Lá, presente e passado se unem. A Itália⁵⁶ é uma dobra temporal. Serve a todos, padres e iluministas, moralistas e libertinos, com suas Repúblicas modernas, com seu

⁵¹ HAZARD, Paul. La crise de la conscience européenne. Paris: Boivin et Cie, Paris, 1935. p. 25.

⁵² ANEXO 2

⁵³ ANEXO 3

⁵⁴ Uma rápida procura em bibliotecas virtuais, encontramos mais de cinquenta e cinco mil livros que tratam destas viagens entre 1600 e 1750.

⁵⁵ ANEXO 4

⁵⁶ ANEXO 5

Renascimento, seu papado e sua glória Romana, por vezes, imperial, outras, republicana.

1.3.2.2 Dobra 2

Assim, a “*dobra 2*” se constitui por uma mescla heterogênea, cheia de mutabilidades que se movimentam aleatoriamente, ou segundo a vontade dos sujeitos. As duas polaridades da “*dobra 2*” são o empirismo, em especial, da física Newtoniana – exige provas. E o racionalismo de Descartes, precisa de deduções. Um teórico da sociedade, do homem, da política, da lei, precisa induzir ideias gerais. Precisa de elementos escritos ou objetos realizados para apontar generalidade.

Do lado racionalista, baseado em Descartes, fiel às doutrinas cristãs, necessita de valores e verdade, sempre Europeus, para deduzir, virtudes, vícios, horrores, magnitudes, justiça e qualquer derivativa das afirmações impostas. Os iluministas vão se diferenciar dos eruditos justamente por esta crítica constante a deduções de elementos empiricamente não comprovados⁵⁷. A ciência histórica nasce por disputas religiosas e políticas.

1.3.3 Os Clássicos

Não só as viagens, as revoluções, Newton e Descartes: o século XVII lega ao XVIII iluminista. A experiência com Antiguidade parece ser algo que jamais fora, até

⁵⁷ GRELL, Chantal. L'histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique à l'âge des Lumières. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

então, realizado como o XVIII a quis. A erudição cartesiana que forçava os padres a relerem os antigos vai ser submetida à moda empírica do XVIII. Um dos sinais fortes, além da anticomania⁵⁸, será a presença de Pompéia e Herculano. Nasce a arqueologia clássica⁵⁹.

Colecionar preciosidades antigas significa trazer um pedaço do passado para o presente. Passado e presente em casa. Objeto que amplia a subjetividade do colecionador. Objeto identidade, mistério e devoção⁶⁰. Objeto memória sábia⁶¹. Tudo se explica pela palavra *curiosidade*. Mas, o que vem a ser esta curiosidade? Por que os historiadores dizem que os homens do XVIII são curiosos? Porque epistemologicamente o século XVIII precisou dobrar, para pensar-se, “*dobra 1*”, antigo e moderno, “*dobra 2*”, empirismo e racionalismo, e “*dobra 3*”, identidade e alteridade.

Se o elemento subjetivo ou psicológico torna-se uma relação social em tonalidade weberiana, deveu-se ao seu “sentido partilhado” de curiosidade:

Por “relação” social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes que se orienta por essa referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade.⁶²

⁵⁸ LAURENS, Annie France, POMIAN, Krzysztof. L'Anticomanie. La collection d'antiquités aux xvme et xixe siècles. Paris : EHESS, 1992.

⁵⁹ GRELL, Chantal. Herculaneum et Pompéi dans les récits de voyageurs Français du XVIIIe siècle. Naples: publications du Centre Jean Bérard, 1982.

⁶⁰ CHAMPY, Cécilie. Curieux idolâtres et acheteurs de statues: Le marché de la sculpture sous la Révolution et l'Empire à Paris. Dissertação de Mestrado, Paris Sorbonne, 2008.

⁶¹ STEWART, Susan. On Longing: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1984, p. 135-136.

⁶² WEBER, Max. Economia e Sociedade, Brasília, Ed. Universidade Brasília, 2000, p. 16-7.

Assim pode falar em curiosidade geral no século XVIII, pois o que é tangível é o volume de livros e coleções, derivados de um mercado próprio para isso. Tal mercado é encontrado por toda França no início do XVIII⁶³, com características variadas, sobretudo greco-romana⁶⁴, prelúdio do financiamento da arqueologia⁶⁵ e fenómeno tipicamente europeu⁶⁶. Junto aos textos, a anticomania criará o clássico:

A tese de R. Bray (La Formation de la doctrine classique em France, 1927, réimpr. Paris, Nizet, 1963) concede provas superabundantes de consenso de teóricos clássicos. – sobre a sorte de Racine, de Boileau et de Ronsard, ainda sobre o conformismo da crítica ver. Roubine, Lectures de Racine, Paris, Colin, 1971, B. Beugnot et R. Zuber, Boileau. Visages anciens, visages nouveaux, Presses de l'Université de Montréal, 1973, et notre thèse dactylographiée : Mortet Résurrection de la Pléiade (1585-1828), Sorbonne, 1974. « La critique est répétitive », constate J.-J. Roubine; mas o fato de que não pode ser interpretada à luz da noção de “terreno comum.”⁶⁷

Além das viagens de expansão, para falar de Montesquieu, Althusser retorna a Grécia e Roma, colocando-o em meio ao seu tempo:

⁶³ Dominique FRERE et Marie-Hélène SANTROT, « Un aspect de l'anticomanie dans les pays de l'Ouest : histoire des collections grecques, étrusques et phéniciennes en Bretagne et dans les Pays de la Loire », Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest [En ligne], 112-1 | 2005, mis en ligne le 20 mars 2007, Consulté le 09 novembre 2011. URL : <http://abpo.revues.org/1134>

Marie-Hélène SANTROT, « Un autre aspect de l'anticomanie : l'histoire des collections égyptiennes en Bretagne et dans les Pays de la Loire », Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest [En ligne], 115-2 | 2008, mis en ligne le 30 juin 2010. URL : <http://abpo.revues.org/325>

⁶⁴ BENSARD Eva. Anticomanie: L'Antiquité vivante en Europe. Archeologia (Paris) A. 2011, n° 484, p. 38-53.

DOSTERT Astrid, POLIGNAC François de. La description historique des antiques du cardinal de Polignac par Moreau de Mautour : une collection « romaine » sous le regard de l'érudition Française. In: Journal des savants. 2001, N°1. p. 93-152. doi : 10.3406/jds.2001.1642

Laurent Hugot « La Grèce et l'Étrurie dans l'Ouest de la France », Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest 2/2008 (n° 115-2), p. 107-120.

⁶⁵ LLINARES, Sylviane, « Marine et anticomanie au xviii^e siècle : les avatars de l'archéologie expérimentale en vraie grandeur », Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest [En ligne], 115-2 | 2008, mis en ligne le 30 juin 2010, Consulté le 09 novembre 2011. URL : <http://abpo.revues.org/331>

⁶⁶ GALLO Daniela. Per una storia degli antiquari romani nel Settecento. In: Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Italie et Méditerranée T. 111, N°2. 1999. p. 827-845.

⁶⁷ Apud. Claude Faisant. Lieux communs de la critique classique et post-classique. Études Françaises, Volume 13, numéro 1-2, avril 1977, p. 143-162

O que anteriormente não eram mais que temas a compilar, bizarras para satisfazer as paixões dos eruditos, torna-se como que o espelho das inquietações presentes, o eco fantástico daquele mundo em crise. É este o fundamento do exotismo político (até a história conhecida, a Grécia e Roma, se torna esse outro mundo em que mundo presente procura a sua própria imagem) que domina o pensamento a partir do século XVI.⁶⁸

No século XVIII, a Antiguidade reaparece, ainda que jamais tenha se ocultado, no entanto, como presença material, a anticomania e como texto, os escritos antigos; percebida sob a égide de novas questões, trazidas pelo protestantismo, pelo absolutismo e pelas Revoluções, em naus cheias de escritores, em textos de além-mar, em novas descobertas científicas. Surge a Antiguidade pós Newton dos iluministas.

1.3.4 Retornando a Newton

Montesquieu se difere de muitos do seu tempo. Como nobre, erudito, mas também cientista e antiabsolutista. Seu desejo é compreender a horizontalidade do mundo presente e a verticalidade da história, completando o feixe da tridimensionalidade entre o racionalismo cartesiano e empirismo newtoniano.

Discípulo de Fontanelle, cuja erudição cartesiana vivia em combate a Newton, Montesquieu ainda apreciava o pai da física moderna e buscava nele uma compreensão da trama entre razão e matéria, homem e mundo, signo e realidade. A

⁶⁸ ALTHUSSER, Louis. Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, Lisboa: 1972. p. 17.

contradição que há entre cartesianos e newtonianos não existia sob seus olhos, não era problema para ele.

Na carta 97, de Usbek a Hassein, o dervixe de Jaron, Montesquieu critica a figuração excessiva dos textos religiosos e se apoia em Newton, para dizer que há leis naturais, que devem ser seguidas para elaboração de leis humanas. Assim, a mecânica é a nova ligação entre signo e mundo. Newton é a possibilidade de uma nova sociedade para pensamento de Montesquieu, e, uma certeza que a filosofia ocidental, diria moderna, é superior à oriental e a de cunho religioso. Não obstante, sem fazer uma ruptura com a erudição típica do Iluminismo pós-cartesiano.

Em “Cartas Persas”, oriente e catolicismo se fundem. Escreve Montesquieu:

Não podes acreditar até que ponto este guia os levou. Deslindaram o Caos e usaram uma mecânica simples para explicar a ordem da arquitetura divina. O autor da natureza imprimiu movimento à matéria: bastou isso para produzir esta prodigiosa variedade de efeitos que constamos no Universo⁶⁹.

Logo em seguida, sua fala contempla o progresso europeu proveniente de Newton, o desejo de leis imutáveis, frente a leis particulares, frutos de diversas culturas e vontades particulares:

Propõem-nos⁷⁰ os legisladores ordinários⁷¹ leis para que regulemos as sociedades humanas: leis tão sujeitas à

⁶⁹ MONTESQUIEU. Charles de. Lettres persanes. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. Letras Persas. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

⁷⁰ A tradução de Renato Janine Ribeiro nos apresenta no lugar “propõem-nos”, como aqui, “proponham”, para a tradução de “*Que les législateurs ordinaires nous proposent des lois, pour régler les sociétés des hommes*”.

⁷¹ Todo aquele que não é um filósofo newtoniano. Nota para este artigo.

mudança quanto o espírito dos seus proponentes e dos povos que a elas obedecem!⁷²

O segredo da boa legislação consiste que todas as leis deveriam ser imutáveis, eternas, sem exceções a nada, ordenadas, caracterizadas, sobretudo, pela “regularidade e presteza infinitas, na imensidão dos espaços”, ou seja, leis universais, sobre toda legislatura ou cultura. Preparado para que o destinatário persa tomasse estas leis perfeitas como escondidas no mistério da divindade (islâmica ou católica), alerta, pois, para estas leis que

são tão simples que durante muito tempo foi impossível compreendê-las, e somente depois de longa reflexão é que se fez possível medir toda a sua fecundidade e alcance.⁷³

Depois de falar dos legisladores e das leis dos homens, sem mediações quaisquer, para não diferenciar leis da natureza com leis dos homens, escreve:

Diz a primeira delas que todo corpo tende a descrever uma linha reta, a menos que se depare com algum obstáculo que dela o desvie. A segunda lei, que não passa de corolário da anterior, explica que todo corpo que gira em torno de um centro tende a afastar-se dele, porque, quanto mais longe estiver, mais a linha que descreve aproximará da reta.

Eis, sublime dervixe, a chave da natureza; eis uns princípios fecundos, dos quais podemos extrair consequências a perder de vista.

O conhecimento de cinco ou seis verdades cumulou esta filosofia de milagres, e fez que produzisse quase tantos

⁷² MONTESQUIEU. Charles de. *Lettres persanes*. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. *Letras Persas*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. p. 138.

⁷³ MONTESQUIEU. Charles de. *Lettres persanes*. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. *Letras Persas*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. p. 139.

prodígios e maravilhas quanto tudo o que nos contam de
nossos santos profetas.⁷⁴

Posteriormente, em outro texto, aparecerão pequenas verdades que configurarão as leis para todos os homens. Em o “Espírito das Leis”, Montesquieu pensa o universo, homem e natureza, como submissos a verdades eternas, que só podem ser descobertas a partir de princípios. A história dos homens, assim como a observação da natureza, oferece a todos a simplicidade destes princípios. Cabem ao cientista e ao historiador demonstrá-lo.

Antes de discutir no “Espírito das Leis”, a vontade de unir signo ao mundo, em um realismo científico de Montesquieu, ainda aparece em outro “fato” histórico que solidifica esta ideia de unir signo e coisas, mas de forma contrária.

Em “Cartas Persas”, a figura de outro inglês está bem clara. John Law, que sem as prerrogativas de Newton, propõe no reinado francês a transformação dos signos do valor, “trancando o ouro por papel”. Com a derrocada do banco de Law, em 1720, chegará a hora de repensar os princípios econômicos. Os novos signos desta economia diziam pouco sobre o mundo.

Personagem na “Carta 132”, Rica conta a história de um cavaleiro distinto, de fino aspecto, que todos escutavam em um típico café parisiense do século XVIII, onde se lia e se falava de tudo⁷⁵. Ele falava em trocar todas as suas posses – mundo, por letras de câmbio – signo. Seis meses depois, no mesmo café, muitos homens lamentavam a perda de capital:

⁷⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *Lettres persanes*. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. *Letras Persas*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. p.139.

⁷⁵ CHARTIER, Roger. Leituras e leitores “populares” da Renascença ao período clássico. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). *História da leitura ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. v. 2, cap. 10, p. 117-134.

sim, cavalheiros – disse, alçando a voz-, estou arruinado; já não tenho de que viver, pois agora possuo em casa duzentas mil libras em papel-moeda e cem mil escudos em prata. Vejo-me numa situação horrível: pensei que estava rico, e eis-me reduzido ao asilo. Pelo menos, se possuísse tão-somente uma terrinha onde me retirar, teria certeza de sobreviver; mas não tenho bens de raiz nem do tamanho deste chapéu.⁷⁶

A nota 84 da tradução de Renato Janine Ribeiro explica:

“entre as duas visitas ao café começou a falir o “sistema” do banqueiro Law, que enriquecera especuladores rapidamente – por isso, no começo a terra e o ouro de nada valiam e as letras, tudo - e depois com a mesma rapidez levou todos à ruína – por isso, pagar com dinheiro (ou prata, ou papel moeda) significa o mesmo que não pagar nada.”⁷⁷

A ironia de Montesquieu, sobre Law e a tentativa de confiar no signo divorciado o mundo material, está presente, ainda, na Carta 142. Rica escreve a Usbek sobre um anticomaníaco que olhava para a Antiguidade sem sair de casa, corrigindo textos antigos sem experiências sociais no seu presente. Na narrativa, abruptamente conta um mito que sem dúvida representa John Law. Trata-se do filho de Éolo, deus dos ventos. Neste trecho, Montesquieu escreve sob um sorriso discreto da ironia:

Povos da Bética⁷⁸, pensais ser ricos só porque tendes ouro e prata. Sinto pena de vosso erro. Crede em mim, largai o país

⁷⁶ MONTESQUIEU. Charles de. *Lettres persanes*. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. *Letras Persas*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. p.134.

⁷⁷ MONTESQUIEU. Charles de. *Lettres persanes*. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. *Letras Persas*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. p. 134. Ibid. nota 84.

⁷⁸ Bética (*Baetica*), Antiga Colônia Romana, correspondente hoje à Andaluzia. Referencia à França.

dos vis metais; vinda ao Império da Imaginação, e prometo-vos riquezas que vos hão de surpreender⁷⁹.

Também:

Povos da Bética desejais ser ricos? Imaginai que sou muito rico, e que também o sois; todo dia de manhã metei a cabeça, ainda na cama, que vossa fortuna dobrou durante a noite; levantai-vos então; e se tiverdes credores, só lhe pagueis com esse produto de vossa imaginação, e mandai-vos dizer-lhes que também imaginem⁷⁹.

Quando o “sistema de Law” estava chegando ao colapso: *Povos da Bética, eu vos dei o conselho de imaginar, e vejo que não o fazeis. Pois bem! Agora é uma ordem*⁸⁰. E ainda:

Povos da Bética, comparo o feliz estado no qual hoje vos encontro com aquele que de quando aqui cheguei: hoje sois o povo mais feliz da Terra; mas, para completar vossa fortuna, aceitai que eu vos prive da metade de vossos bens⁸¹.

Em “Cartas Persas”, encontra-se a ironia a sistemas de pensamento cuja fonte se constitui pela incapacidade de leis puras. Objetivamente, consiste em estar sob o domínio do gosto, da cultura e do imaginário. Só a compreensão das leis ou o espírito de todas as coisas poderiam ser a fonte de toda a verdade. O espírito da obra “Espírito das Leis” constitui-se por uma espécie de mecânica. Mais que uma metafísica, trata-se de um materialismo para pensar os homens. Assim, afastamo-nos

⁷⁹ MONTESQUIEU. Charles de. Lettres persanes. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. Letras Persas. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. p.205.

⁸⁰ MONTESQUIEU. Charles de. Lettres persanes. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. Letras Persas. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. p.206.

⁸¹ MONTESQUIEU. Charles de. Lettres persanes. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. Letras Persas. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005. p.206. p.207.

um pouco da leitura de Foucault. Para o “franco atirador” do Collège de France, Law não havia destituído a relação valor-signo⁸².

Ao tratar do valor, Foucault narra as variações rupturais da concepção no capítulo “Trocar”, do polêmico “As Palavras e as Coisas”.⁸³ Sua narrativa aponta primeiramente para a relação de valor entre o macrocosmo e o microcosmos, em meio ao XVI. No Renascimento, o metal tem valor em si, a moeda é o microcosmo de valor. Ela reflete o todo, e isso faz sentido ao comparar o brilho das estrelas com o brilho do ouro.

“O metal monetizado (medida e substituto) sobre a reduplicação de seu caráter intrínseco, o fato de ser precioso. O insigne metal era, por si, marca da riqueza; seu brilho oculto indicava suficientemente que ele era ao mesmo tempo presença escondida e visível assinalação de todas as riquezas do mundo. Por essa razão é que tinha um preço; por esta razão, também media todos os preços; por essa razão, enfim, era possível trocá-lo por tudo que tinha um preço. Era precioso por excelência⁸⁴.

A partir da problemática encontrada em Copérnico, Malestroit, Bodin e, principalmente, Davanzatti, Foucault apresenta uma ruptura com a discussão posterior, do reino da semelhança-signo para o reino do signo-representação. No século XVII, ouro e prata perdem seu valor em si, e o signo é valor suficiente. Citando Scipion de Grammont diz o seguinte:

⁸² FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁸³ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 239.

Se são procurados, se os homens acham que lhes fazem falta, se escavam minas e guerreiam pela sua posse, é porque a fabricação das moedas de ouro e prata lhes deram uma utilidade e uma raridade que, por si mesmos, esses metais não detêm. “A moeda não empresta seu valor da matéria de que é composta, mas sim da forma, que é a imagem ou a marca do príncipe”. É por ser moeda que o ouro é precioso. Não o inverso. Desde logo, a relação tão estreitamente fixada no século XVI é invertida: a moeda (e mesmo o metal de que é feita) recebe seu valor de sua pura função de signo⁸⁵.

A dilatação ou o decalque do signo, que Foucault via em Dom Quixote, que “desenha o negativo do mundo do Renascimento”⁸⁶, é o divórcio entre as palavras e as coisas, que constitui a *episteme* clássica. No século XVII, o signo se divorcia do mundo, torna-se o signo *per si*; o personagem de Cervantes é o signo sem realidade em similitude:

Dom Quixote é a primeira das obras modernas, pois que aí se vê a razão cruel das identidades e das diferenças desdenhar infinitamente dos signos e das similitudes: pois que aí a linguagem rompe seu velho parentesco com as coisas, para entrar nessa soberania solitária donde só reaparecerá, em seu ser absoluto, tornada literatura; pois que aí a semelhança entra numa idade que é, para ela, a da desrazão e da imaginação.⁸⁷

De cena sai a similitude, microcosmo e macrocosmo não estão mais em sintonia e surge algo novo, poderosamente ruptural, a linguagem da representação. A pergunta que se impõe após a Renascença aparece: “como uma palavra pode representar uma coisa?”.

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.241.

⁸⁶ Ibid. 65.

⁸⁷ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 67.

Ao mapear a moeda que forma a e atribui a preciosidade ao metal, entre o século XVII e XVIII, Foucault aponta para Montesquieu como aquele que não consegue escapar do jogo da representação clássica:

Tem-se o hábito de ver nessas experiências, no seu contexto teórico, nas discussões a que deram lugar, o confronto entre os partidários de uma moeda-signo e os de uma moeda-mercadoria. De um lado, coloca-se Law, é claro, com Terrasson, Dutot, Montesquieu, o cavaleiro de Jaucourt; defronte, alinham-se, além de Paris-Duverney, o chanceler d'Aguesseau, Condillac, Destutt⁸⁸.

Em seguida, ignora esta divisão, e impõe à *episteme* a condição de garantia da moeda. No entanto, nos é difícil ler Law e Montesquieu, em um mesmo grupo a respeito da teoria de valor. Ainda que a leitura que os agrupa se configure apenas pelo capítulo XXII do Espírito das Leis, o que justificaria, em certa medida, o agrupamento, a ironia de Cartas Persas, leva-nos a repensar esta configuração. Se superficialmente a ordem do discurso do início do XVIII impõe o debate moeda- representação, presente neste capítulo, o próprio esforço geral do “Espírito das Leis”, desloca a dedução, ou a dificulta em sua legitimidade, para não simplificarmos no jogo triste e dualista da contradição.

Ao tomar somente o capítulo II, do Livro XXII, do “Espírito das Leis”, entenderemos perfeitamente a posição de Foucault. Aqui, e a partir do capítulo I, Montesquieu divide os povos em dois tipos: os que têm poucas mercadorias para comercializar e os que têm muitas. Respectivamente, os usuários da troca, como os Tombuctus, “negros que trocavam seu ouro pelo sal dos mouros”, dos que fazem uso

⁸⁸ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 249.

da moeda, instrumento que avalia a partir da multiplicidade das mercadorias. “A moeda é o signo que representa o valor de todas as mercadorias”⁸⁹. No entanto, ainda nesta tradução não temos a seguinte nota:

A moeda metálica não é um valor que se troca contra todas as espécies de mercadorias; ela tem seu preço intrínseco; não é um signo de convecção. De outra maneira, como ela seria recebida por povos estrangeiros?⁹⁰

A garantia do signo repousa em duas dimensões: a primeira é o valor do metal, a segunda, no Estado. No governo moderado vale muito, na tirania nada. Este valor está imediatamente relacionado à coisa (palavra-coisa), não ofusca a segunda dimensão, no capítulo III, o dinheiro que representa dinheiro, ou as moedas ideais. A corrupção dos homens em fazer moedas mais leves que o designado provoca a criação do dinheiro ideal. A libra de prata é o peso de uma libra de prata. A vigésima parte da libra de prata é o soldo. No entanto, em alguns estados a libra real tornou-se ideal e, por conseguinte, o soldo também. Sem o correspondente real, o valor do dinheiro é inseguro.

Montesquieu parece perceber a história produtora dos ideais, um universo de moeda-similitude e outro de moeda-representação. Moeda-representação configura-se como contingencial, devir da corrupção dos homens. No entanto, como meio para suprir a corrupção geradora da moeda-signo escreve:

Para suprimir a fonte de abusos, seria uma lei muitíssimo boa em todos os países em que se deseja que o comércio

⁸⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XXIII. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.333.

⁹⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XX. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749.

floresça, a que ordenasse o emprego de moedas reais e a proibição de operações que possam torna-las ideais⁹¹.

Cabe à boa legislação a realidade da moeda, ou seja, realidade por similitude. Montesquieu rejeita a ideia de representação. No caso, a moeda de Montesquieu se opõe ao argumento de Foucault, ainda que não altere sua proposição, ao passo que sustenta a ideia de uma busca por uma relação intrínseca entre palavras e coisas na obra de Montesquieu.

Assim, o elemento histórico define o sistema de valor da moeda. O signo, cuja função a prata recebe, está diretamente relacionado à sua raridade. A moeda ideal e a moeda real se diferem por isso. O valor real não pode ser derivado do símbolo. A prata americana constitui-se no Capítulo VI do livro XXII do “Espírito das Leis”, o exemplo.

A prata extraída das minas da América transportada para a Europa, enviada ainda daí para o Oriente, favoreceu a navegação da Europa: é uma mercadoria a mais que a Europa recebe em troca da América e que envia em troca para as Índias. Uma maior quantidade de ouro e prata é, pois, favorável quando se consideram esses metais como mercadorias: ela não o é quando são considerados símbolos, pois sua abundância afeta sua qualidade de símbolo, que está estritamente relacionada com a sua raridade⁹².

Como de costume, sua obra retorna aos romanos, fonte explicativa e exemplificadora; nas Guerras Púnicas, a relação de cobre para prata era de 960 para 01, enquanto que no hoje de Montesquieu estava em 73 ½ para 1⁹³.

⁹¹MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XXII. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. .

⁹² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XXII. Capítulo IV. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.335.

⁹³ Nota de Montesquieu: Supondo a parata a quarenta e nove libras o marco, e o cobre a vinte soldos a libra.

A prata não fora desvalorizada, o que perdeu foi o seu signo. A prata era a prata, como a terra da vítima lamuriosa do café das “Letras Persas” era nada mais que terra. O valor esta inerente ao objeto – signo-mundo.

Contudo, o jogo de signo mundo sofre uma conspiração. A história. Contingencialmente, os estados criaram o dinheiro, que consiste no preço das mercadorias. O princípio é simples, para o total de mercadorias ou produtos divide-se o ouro e a prata total de um estado. Uma totalidade para outra totalidade. Contudo, o preço não é dado pela moeda, mas pelo símbolo. Indisponível o ouro e a prata, usa-se o símbolo. O mecanismo deverá consistir em quantidade de símbolo, que deve ser segundo a quantidade de mercadorias.

Além do mundo romano, Montesquieu exige a presença de uma narrativa de viagem para explicar e legitimar seu argumento. O Inca Garcilaso de la Vega⁹⁴ apresenta o argumento sobre o pouco dinheiro na Espanha antes da conquista do Peru. Contudo, segue o gosto epistemológico de associar o Mundo Antigo ao Moderno. Por exemplo, antes de comentar sobre a prata, desdobra-se para explicar a ideia de “triunvirato romano” aplicado à conquista espanhola, Francisco Pizarro González (François Piçarre, 1476-1541), Diego de Almagre (1475-1538) e o padre Hernando de Luque (+1532).

O triunvirato dos romanos tinha por obrigação a desolação de toda a terra. E como a desolaram. Em vez disso, veremos como os espanhóis a enriqueceram totalmente, as provas foram vistas, e serão ainda observadas em nossos dias, e como será bem detalhada ao longo dos capítulos seguintes.⁹⁵

⁹⁴ ANEXO 8

⁹⁵ VEGA, Garcilaso de la. Histoire des guerres civiles des Espagnols dans les Indes: causées par les souslevemens des Picarres et des Almagres. Tradução para o francês de Boudoin. Volume 1. Simeon Piaget, Paris, 1658. p.5.

O mundo romano aparece explicitamente nesta argumentação sob a atitude do imperador Juliano (331-363) em relação à Antioquia, citando Sócrates Scholasticus (380-), em sua “História da Igreja”:

Destarte, o príncipe ou o magistrado não podem mais taxar o valor da mercadoria como não podem estabelecer, por uma ordenança, que a relação de um para dez seja igual à de um para vinte. Tendo Juliano baixado os gêneros na Antioquia, ocasionou uma horrível fome.⁹⁶

De Roma para uma continuação ultramar. De Roma à África.

Os negros da costa da África têm um símbolo dos valores sem moeda: é o símbolo puramente ideal, baseado no grau de estima que eles atribuem, em seu espírito, a cada mercadoria em, na proporção da necessidade que delas têm.⁹⁷

O valor atribuído é chamado de mascuta. Assim, continua o capítulo para explicar que o número de mascutas deve a divisão geral de toda a mercadoria de um, no caso de aplicado à França. A mascuta francesa deverá ter o valor do número de mercadorias. Do contrário, a atuação príncipe em modificar o valor da mercadoria pela sua representação pode criar transtornos à sociedade. Eis o liberalismo entre Roma antiga, França e a África, tudo em um golpe de olhos.

⁹⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 4º Parte. Livro XXII. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.336..

⁹⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 4º Parte. Livro XVIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

1.3.5 O câmbio

A questão do câmbio também aponta para a compreensão signo mundo em suas dimensões – similitude e representação. Para Montesquieu:

O câmbio é uma fixação do valor atual e momentâneo das moedas.

O dinheiro, como metal tem um valor como todas as demais mercadorias; e tem ainda um valor decorrente do fato de ser capaz de se tornar símbolo de outras mercadorias, e se fosse apenas uma simples mercadoria, não se pode duvidar que perderia muito do seu preço⁹⁸.

A moeda, diferente do nosso tempo, não é igual ao dinheiro. A moeda consiste em seu metal, mas o dinheiro, uma fixação artificial sob o domínio do príncipe, que estabelece o valor do dinheiro e da moeda segundo determinada quantidade de metal. Fixa a relação dos metais e da moeda e, por último, define o peso do metal na moeda e seu valor ideal, ou seja, valor positivo.

O valor positivo será importante na medida em que a lei ordene a possibilidade de corrupção; aqui, o retorno ao capítulo III é fundamental “para suprimir a fonte de abusos, seria uma lei muitíssimo boa”, pois ela superaria a fragilidade contingencial da representação. A mesma que Newton encontrou na natureza.

Por isso, a história é o espaço para encontrar estas leis, e a História Romana é o lugar ideal, já que concentra toda a estratificação do possível. A história de Roma é a história do possível. Lá se encontram as leis, e a solução entre a ruptura das palavras e as coisas:

⁹⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XXII. Capítulo X. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.338.

Certas medidas de autoridade tomadas na França atual, com relação às moedas, em dois ministérios consecutivos, os romanos as tomaram em escala maior, não na época dessa república corrompida, nem época dessa república que não passava de uma anarquia, mas quando, na força de sua instituição, pela prudência e pela coragem, depois de ter vencido as cidades da Itália, ela disputava o império aos cartaginenses⁹⁹.

Comparar tudo a Roma, e desta cidade, anarquia, monarquia, república e império é tirar as leis seguras para o mundo. O legislador o é se verdadeiro historiador.

Os romanos se conduziram, portanto, melhor do que nós, que envolvemos, em nossas operações, quer as fortunas públicas, quer as fortunas particulares. Isto não é tudo; veremos como procederam em circunstâncias mais favoráveis que as nossas¹⁰⁰

O modelo para a resposta signo-mundo vem de Roma. Quando na ocasião da tomada de Roma pelos gauleses encontraram em torno de mil libras de ouro¹⁰¹, esta ilustração serviu para o argumento do pouco ouro na Itália.

Com a Paz de Pirro, a prata aparece para se cunhar o denário. Com a Segunda Guerra Púnica, restabeleceu-se, por meio da pilhagem, a proporção entre metais e moeda. O domínio da Sicília e da Sardenha faz dos romanos ricos em prata. A pequena narrativa do capítulo XII do livro XX do “Espírito das Leis” termina com a recomendação

⁹⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XXII. Capítulo XI. Genève: Barillot et fils, 1749. . p. 342.

¹⁰⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XXII. Capítulo XI. Genève: Barillot et fils, 1749. . p. 343.

¹⁰¹ Citação de Plínio o velho, Naturalis Historia. Liv. XXXIII art. 5

Examinai os romanos; nunca os encontrarei tão superiores como na escolha das circunstâncias nas quais praticaram os bens e os males¹⁰².

Da República ao Império. Para Montesquieu é o câmbio que destrói a autoridade monetária do príncipe. O excesso de prata faz com que desapareça o ouro, guardado entre os que o possuem. Independente da ordem do príncipe, o próprio comércio desvalorizará o dinheiro dado por lei. O signo ideal do legislador não se mantém fora do jogo do comércio.

Se um príncipe lança o bilhão, todos continuam e o fazem em seu lugar; as espécies fortes saem em primeiro lugar, e lhe são devolvidas fracas. Se, como os imperadores romanos, ele enfraquece a prata, sem enfraquecer o ouro, verá subitamente o ouro desaparecer, e será reduzido à sua má prata. O cambio, como disse no livro precedente, suprimiu as grandes medidas de autoridade, ou pelo menos seu êxito.¹⁰³

1.4 Conclusão

Neste capítulo pode-se observar que o contexto da comparação em o “Espírito das Leis” de Montesquieu e a leitura que Michel Foucault, fazem de “Dom Quixote” o romance que anuncia a ruptura moderna entre as “palavras e as coisas”. São dois nobres desesperados devido ao fim da analogia medieval, mas que procuram um sistema novo.

¹⁰² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 4º Parte. Livro XXII. Capítulo XII. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 343.

¹⁰³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 4º Parte. Livro XXII. Capítulo XII. Genève: Barillot et fils, 1749. . p. 343.

No caso do personagem histórico, Montesquieu recorre a três estratégias. A estratégia das dobras. *Dobra 1*, comparação entre os antigos e modernos. De um lado a continuação por legado e ruptura como política. *Dobra 2*, uso do empirismo newtoniano e do racionalismo cartesiano. *Dobra 3*, refere-se à comparação cultural entre o europeu e os reféns das narrativas de viagens.

Na obra de Montesquieu a história, a etnografia, o clima, a diferença, as leis, as virtudes, as corrupções, os antigos e os modernos, todos cooperam para o antiabsolutismo nobilitário e filosófico dele. Àqueles que perderam poder, privilégios e foram humilhados pela tecnologia burocrática da burguesia como se mostrará nos próximos capítulos.

Capítulo 2: As leis como união do signo mundo

2.1 Introdução

Partindo da ideia foucaultiana, da ideia da ruptura entre signo e mundo, o “Espírito das Leis” tem duas condições hermenêuticas. A primeira, que marca a ruptura, é uma tentativa de superação. A segunda refere-se diretamente a esta primeira, como exercício de superação, que une Newton a Descartes.

O “Espírito das Leis”, grande texto de Montesquieu, presta o serviço de ser referência da relação signo-mundo por meio das leis - leis estas que servem tanto à física quanto à história, do corpo dos homens ao corpo da política em seu significado singular e plural. No corpo plural, ou corpos políticos, repousa a compreensão política dos grupos. Porém, “corpos” como unidade que criam ação e reação, “corpos” “unidades sem órgãos”, simplesmente, sujeitos e objetos de ação de forças.

Em sentido singular, o corpo político é tratado como sistema de ideias, sistema de formas de fazer, ou técnicas, e enfim, sistema político. Como *sistema de ideias* configura-se a religião ou a literatura, ou qualquer conjunto teórico que abarque a compreensão de um povo. Como *sistemas de técnicas*, abrange o comércio e a cobrança de impostos. Por fim, sistema político trata das configurações de poder em Montesquieu, Monarquia, República e despotismo.

Assim, baseado na física newtoniana, Montesquieu tem como agenciar o signo e o mundo sob a regência de uma mecânica de leis. A lei une tudo e estabelece uma nova ordem. Ela é um quixotismo aceito. Ela demonstra a íntima relação do mundo da matéria e do mundo dos homens e suas ideias. A lei é a constituição da união signo e mundo.

2.2 As leis

Se a moeda representa um valor sobre o mundo, mesmo assim esta representação não se dá como um todo, pois na representação habita o divórcio entre o signo e o mundo, o “Espírito das Leis” é a tentativa de reconciliação. As palavras e as coisas têm suas leis, elas podem ser descobertas. A lei é a reconciliação de tudo sob a égide do conhecimento. Por isso, em meio ao jogo da representação, o sistema newtoniano é a possibilidade que há como superar a ruptura do signo com mundo, em seu quadro mais dramático, justamente, porque, “*Newton teria uma visão empírica da*

*ciência que progrediria por meio de sucessivas aproximações dos modelos matemáticos*¹⁰⁴.

Por seu turno, Montesquieu define as leis

As leis, no seu sentido mais amplo, são relações necessárias que derivam da natureza das coisas e, nesse sentido, todos os seres têm suas leis; a divindade possui as suas leis; o mundo material possui as suas leis; as inteligências superiores ao homem possuem as suas leis; o homem possui as suas leis¹⁰⁵.

No entanto, as leis só o são, assim como em Newton, se confirmadas pela observação. No caso de Montesquieu, olhar a história. Os fragmentos, as franjas do texto principal de Montesquieu não cansam de teorizar, ou profetizar, sobre a história *“Isso é confirmado por toda a História e está muito de acordo com a natureza das coisas”*¹⁰⁶.

O conceito apenas o é se confirmado pela experiência, seja física ou histórica. Mas, aqui devemos fazer um recuo, e deixar a história ser viva, não amordaçá-la, ou resumi-la, e eticamente respeitar sua densidade e intensidade. Talvez ao se colocar o problema apenas em oposição entre a construção foucautiana da *episteme* clássica, que propõem uma ruptura entre linguagem mundo, e a criação do reino da representação e Montesquieu e, talvez, Newton tentando reorganizar a relação entre um reino e outro. Ainda que pareça um falso problema, ou seu contrário direto, um problema compreendido em excesso. Creio que a oposição, ainda que aparente, faz acontecer o repensar.

¹⁰⁴ SAPUNARU, Raquel Anna. A Construção lógica do "Estilo Newtoniano". Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 14, n. 1, 2008. p. 58.

¹⁰⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro I. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. . p. 33.

¹⁰⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro I. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. . p. 49.

Seria difícil supor que Newton e Montesquieu estavam com o mesmo ponto de vista de Foucault. Se ambos os autores modernos vissem que todo seu trabalho seria uma forma de divórcio entre signo e o mundo, ou que seria uma reconciliação entre estas dimensões, esta tese não estaria tratando de homens que viveram, mas de personagem de uma comédia, risíveis e endoidecidos por problemas do século XX.

Eles só podem servir, agora, ao mundo do século XXI, que pode olhar o regime de textos destes períodos como uma forma de traduzir e alongar o mundo pela linguagem, e fazer da linguagem um mundo em si. Do fim da semelhança para a ruptura pela análise. O mundo estaria, portanto, divorciado de uma ordem espontânea, esperando por ser revelada. Agora, segundo a composição feita pelo arquivo de Foucault, os homens teriam então que encontrar o sentido do mundo. A harmonia direta, espontânea, acabara no XVI. Pelo menos não está no mundo, ela terá que ser encontrada ou inventada. Estes homens partiram na jornada difícil para encontrá-la. Ao relatar sua viagem, Foucault as coloca no bojo da representação – pela sensibilidade da representação, sentida agora, define a **vontade de ordem**, *mathésis*,¹⁰⁷ que substitui a interpretação. O ideal de verdade passaria pela análise ordenadora do mundo, matematização do mundo, classificação do mundo.

A ordem seria a condição das leis. A ordem quer se casar com o mundo, domá-lo, mas para isso precisa ser comprovada pelo mundo. Assim, Newton saiu imaginando que suas leis eram universais, valiam para todos os planetas. Confirmando aqui e ali, praticava a ordenação física do mundo. Montesquieu ordenava

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 99.

o mundo da história e das leis pelos cálculos quase que matemáticos dos governos, princípios, educação e corrupção, em que a história, domada, confirmava.

A vontade de ordem seria parte da *episteme* clássica. Criar uma ordem que possa ser comprovada pela física ou pela história poderia produzir diversas ordenações, por vezes contraditórias. Dezenas de mecanicismos. O sucesso destes elementos dependia muito das estratégias dos seus ordenadores, o que faz o germanismo¹⁰⁸ de Montesquieu e sua teoria de Estado serem bem mais conhecidos que o pensamento germanista de Henri de Boulainvilliers e seu Estado. É o mesmo estratagema que faz com que Newton possa ter “esquecido” de anomalias empíricas, como por exemplo, a órbita de mercúrio.

Historiador das ideias do século XVIII, como nenhum outro, Jean Ehrard mostra Montesquieu “fiel aos princípios mecanicistas” (1994 p. 105):

sobretudo Montesquieu mereceu, portanto, estar situado em seu tempo: época diversa que herda as pretensões imaturas da ciência mecanicista, das ambições abortadas do racionalismo cristão, das ambições equivocadas da “libertinagem erudita”¹⁰⁹

A respeito da relação Newton e Montesquieu, Denis Casabianca (2008) aponta para algumas passagens. Em o “Espírito das Leis” há uma referência direta ao “sistema do mundo”, subtítulo do “Principia”¹¹⁰, em especial, a respeito dos livros II e III. Sistema do mundo era uma expressão muito conhecida na vida intelectual da França do XVIII, o que pertence a uma discussão própria do período: um sistema

¹⁰⁸ NICOLET, Claude. La fabrique d'une nation. La France entre Rome et les Germains. Paris: Perrin, 2006. p. 56-106.

¹⁰⁹ EHRARD, Jean. L'idée de nature en France dans la première moitié du XVIIIe siècle... Chambéry : Impr. réunies, 1963. p. 20.

¹¹⁰ NEWTON, Issac. The mathematical principles of natural philosophy. London, Printed for BENJAMIN Motte, 1729. Tomo 2 – Livro 3, p 200.

universal que opunha Newton e Descartes, configurada pelo exemplo do texto Louis-Bertrand Castel, *Le Vrai Système de physique générale de M. Isaac Newton*¹¹¹.

O “Espírito das Leis” constitui a Mecânica do poder, da política e da sociedade. O espírito é a mecânica materialista, não necessariamente determinista ou simplesmente oposta ao finalismo. Este mecanicismo do XVIII, a quem Montesquieu também afirmou, com todas as características, como explicação dos fenômenos, não apenas observação e categorização, mas o entendimento de seu funcionamento. Assim, procurou-se o paralelo entre a inércia e a república, entre movimentos de objetos e as insurgências, mecânica como jogo de forças, corpos políticos como elementos não biológicos¹¹². Nos moinhos deste “Quixote”, o que se vê é a mecânica. Sob este aspecto deve-se ler trechos como este, que se referem ao princípio da monarquia:

Direis que isso se assemelha ao sistema do universo, em que há uma força que afasta incessantemente todos os corpos do centro do sistema¹¹³, e uma força da gravidade que para aí os reconduz. A honra movimenta todas as partes do “corpo político”; liga-se por sua própria ação, fazendo com que cada uma caminhe para o bem comum acreditando ir em direção a interesses particulares¹¹⁴

A honra para a monarquia conjuga e se assemelha ao universo, ela é gravidade e centrifugação. Ela movimenta o “corpo político” como uma massa em uma formulação newtoniana. Mesmo quando as leis não estão claras no texto, a

¹¹¹ CASTEL, Louis-Bertrand *Le Vrai Système de Physique Generale de M. Issac Newton*. Exposé et analysé em parallele avec celui de Descartes; à la portée du commun des Phyficiens. PARIS, Jorry, Libraire, Quay des Auguftins, près le Poni S. Michel, aux Cigognes. 1747. (com privilégio real).

¹¹² CASABIANCA, Denis de. Le(s) "corps politique(s)" dans L'Esprit des lois de Montesquieu. *Trans/Form/Ação*. 2007, v. 30, n. 2, p. 23-32.

¹¹³ Centrifugação.

¹¹⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro III. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749. . p. 53.

compreensão mecanicista do século XVIII não deve ser confundida com a compreensão biologizante do século XIX. Ao falar da liberdade dos árabes e da servidão dos tártaros o “corpo político” não tem uma conotação além de um corpo no qual atuam as forças, movimento e energia:

Efetivamente, numa região em que as diversas hordas guerreiam continuamente e conquistam sem cessar umas às outras; uma região em que, pela morte do chefe, o “corpo político” de cada horda vencida é sempre destruído, a nação em geral quase não pode ser livre, pois não existe uma parte dela que não deva ter sido subjugada numerosas vezes¹¹⁵.

Os princípios da “mecânica política”, os norteadores de qualquer lei constitucional, podem conservar o próprio Estado, mesmo quando surgirem leis capazes de destruí-lo. Antes das leis, vêm os princípios – fonte de forças universais para a política e para o todo do universo.

Quando a lei política, que estabeleceu no Estado certa ordem de sucessão, torna-se destruidora do “corpo político” para a qual foi feita, não se deve duvidar de que outra lei política não possa mudar esta ordem; e, bem longe de ser esta mesma lei oposta a primeira, ser-lhe-á inteiramente conforme na essência, pois ambas dependerão deste princípio: A SALVAÇÃO DO POVO É A SUPREMA LEI¹¹⁶.

¹¹⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XVIII. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749. . p. 262.

¹¹⁶ Grifo do autor. MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XXVI. Capítulo XXII. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.413.

2.2.1 O “corpo político”

Um dos conceitos mais importantes na física é o de corpo. No entanto, aparece em Montesquieu a expressão “corpo político”, que nos leva a considerar a presença de Newton. Pois, quando o conde se refere a este termo, trata-o com ares mecanicistas. Denis Casabianca¹¹⁷ dedicou-se a este respeito.

O que está em jogo aqui é a concepção de “corpo político” em Montesquieu: estaria ele dividido ou reconciliando duas fontes de pensamento diferentes, respectivos Descartes e Newton? O pai da sociologia teria criado o organicismo político moderno? Nas palavras de Casabianca:

Pode se perguntar se há um verdadeiro lugar para se opor uma visão mecanicista à uma visão organicista da sociedade. Na verdade, para alguém que fala como um “cartesiano rígido”¹¹⁸.

Aqui se seguem dois trechos que parte Casabianca, o primeiro, “Observations sur l'histoire naturelle” de 1721,

Tendo observado no microscópio um inseto o qual não se sabe nome (pode até ser que ele não tem em nenhum ponto ele seja confundido com um a infinidade de outros quantos se conhece) percebemos que este pequeno animal, que é muito belo e vermelho, aparece quase cinza quando você olhar através da lente, não conserva mais que uma pequena sombra do vermelho; que no parece para confirmar o novo sistema de cores de Newton, que acredita quem objeto não aparece vermelho, porque se refere aos raios capazes de

¹¹⁷ CASABIANCA, Denis de. Le (s) “corps politique (s)” Dans l’Esprit des Lois de Montesquieu. In: Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 23-32, 2007.

¹¹⁸ CASABIANCA, Denis de. Le (s) “corps politique (s)” Dans l’Esprit des Lois de Montesquieu. In: Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2) 2007. p. 24.

produzira sensação de vermelho absorve e reenvia levemente todo o que pode excitar as outras cores; e como o principal virtude sob o microscópio é trazer os raios questão separados não teria força suficiente para excitara sensação, o que chega nesta observação que os raios cinza foram sentidos pela sua reunião por que anteriormente eles foram dispersos para nós: deste modo este pequeno objeto não mais nos apareceu vermelho, porque estes novos raios tocaram nossos olhos por meio do microscópio¹¹⁹.

No segundo, em 1719, Montesquieu discursa na Academie de Sciences de Bordeaux, *“Projet d’une histoire physique de la terre ancienne et moderne”* texto projeto de seu cartesianismo.

Trabalhamos em Bordeaux para dar ao público a História da Terra Antiga e Moderna e todas as mudanças que vieram tanto gerais como específicas, quer por terremotos ou outras causas, tais como, inundações. Com uma descrição rigorosa dos progressos diferentes da Terra e treinamento do mar e a perda de montanhas, ilhas rios, lagos, vales estreitos, os limites das baías e a todas as suas mudanças de estruturas feitas com as mãos do homem que deu um novo rosto para a terra, dos principais canais que foram usados para juntar-se mares e grandes rios, de mutações aconteceu no terreno e constituição da nova mina de ar ou perdido na destruição das florestas e desertos trazido pelas guerras e pestes, e outros flagelos com a causa física de todos estes efeitos e observações críticas sobre aqueles que são encontrados falsos ou suspeitos¹²⁰

O caminho de Casabianca leva a Montesquieu ao “Espírito das Leis”, vinte e nove anos depois. No capítulo II do livro XIV, temos a relação entre clima e caráter das pessoas, e como a lei deve reconhecer estas condições para favorecer a vida política. O caráter de cada legislação é derivado do caráter imposto pelo clima.

¹¹⁹ MONTESQUIEU, Charles de. "Observations sur l'histoire naturelle". In: Ouvres de Montesquieu. Paris, Lequien: 1819. p.174.

¹²⁰ MONTESQUIEU, Charles de. Oeuvres complètes de Montesquieu: Le temple de Gnide. Arsace et Ismène. Poesies. Discours. Ebauche de l'éloge historique du maréchal de Berwick. Pensées diverses. t. 8. Lettres familières. J. Decker, 1799. p. 153.

2.2.1.1 O ar frio¹²¹

Montesquieu o clima frio encontra na Inglaterra, na Alemanha, e na Holanda, e partes da França. O seu ar frio comprime as extremidades do corpo. Isso aumenta a sua energia e favorece o retorno do sangue das extremidades para o coração que se torna mais potente. Já os nervos se comprimem, a pele também. Por isso, somente sentem as fortes sensações. Para as outras, eles estão retraídos. As pessoas de terras frias têm menos sensibilidade ao prazer e são menos sensíveis a dor. A física do amor o faz menos sensível. O corpo-máquina de uma região fria, no entanto, é maior e mais sadia.

A relação entre os fluidos pensados sobre o prisma cartesiano está mais exposta quando do corpo partem o caráter das pessoas. Assim, o frio imprime mais vigor, mais confiança e assim coragem, certeza de sua superioridade, e menos desejo de vingança, já que aumenta a franqueza e se diminui a suspeita. Em um mundo com pouca malícia, diminui-se a necessidade de política, mostrando constantemente a liberdade, a juventude.

Até mesma as óperas revelam o caráter calmo destes povos. No entanto, o gosto pelo rude, única forma de movimentar o sangue, faz com que a caça, as viagens, a guerra e o vinho tornem-se uma constante. Nas terras frias não se encontram muitos vícios, mas abundam virtudes.

Nossos pais, os antigos germanos, viviam num clima em que as paixões eram muito calmas. Suas leis só encontravam nas coisas que viam e nada mais imaginavam. E, como julgavam os insultos feitos aos homens segundo a grandeza dos

¹²¹ ANEXO 08

ferimentos, essa leis igualmente não introduziam complicações nas ofensas cometidas contra mulheres.¹²²

2.2.1.2 O ar quente¹²³

As regiões em que as pessoas têm o clima quente, em especial, sul da Europa, África, China e Índia, sentem sua máquina, corpo, com o relaxamento das extremidades das fibras, pois este ar as alonga. No entanto, diminui a força e a energia. Este ar que afasta o sangue para as extremidades causa o enfraquecimento do coração.

Contudo, as extremidades dos nervos estão desabrochadas, exposta a ação dos menores objetos. Assim, produz a exagerada sensibilidade ao prazer físico, que acarreta ao caráter a indisposição e desencorajamento da alma.

Povos de regiões quentes são tímidos como os anciões, sentem o constante temor. Na guerra da Sucessão Espanhola, por exemplo, os grandes e valorosos homens do norte que foram combater em terras quentes não produziram grandes guerras, e fizeram-na com efeitos superficiais. Outro caso, indianos são sem coragem, europeus nascidos nas Índias perdem a coragem de seu clima.

Da malemolência à malícia caracterizam-se estes homens que respiram ares quentes. Produzem óperas arrebatadoras, como as italianas. Suas almas são movidas a tudo o que diz respeito à união de dois sexos. Estes seres amam o amor (sexual) em si mesmo. Assim, entregam-se a um amor, num serralho, por exemplo, e deixa as suas mulheres em grande independência.

¹²² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 3º Parte. Livro XIII. Capítulo XIV Genève: Barillot et fils, 1749. . p.216.

¹²³ ANEXO 09

Sua alma não encontra paz, vive sujeito a grandes perturbações; assim, está sob a rotina da multiplicação de paixões e crime, e seu caráter fraco e preguiçoso quer tirar vantagem de tudo. Por isso, precisam mais de legislador que nós e devem exercer maior educação sobre as crianças.

São tão preguiçosos que a sua religião, os seus costumes, suas maneiras e suas leis são as mesmas há milênios. Como exemplo, usa o texto de Simon de La Loubere (1643-1729)¹²⁴ para demonstrar como para os “tailandeses” a felicidade perfeita consistiria em não permitir qualquer animação da máquina (corpo).

Eles creem que a alma está no corpo, e que ela rege o corpo, mas não parece que eles, como nós, creem que a alma seja unida fisicamente ao corpo, por um tempo. Bem longe de pensar que a inclinação natural das almas deva ser no corpo, eles acreditam em um cuidado doloroso por ela, e uma ocasião de sofrer, e de expiar seus pecados pelos sofrimentos; porque não há gênero de vida que não tenha suas penas. A suprema felicidade da alma é, na sua opinião, de não ser mais obrigada à animar nenhum corpo, mas de residir eternamente em repouso: e o verdadeiro inferno da alma é, ao contrário, senão aquele, da necessidade perpétua de animar os corpos, e de passar de um ao outro por contínuas transmigrações.¹²⁵

O padre jesuíta e quase enciclopedista Jean-Baptiste Du Halde (1674-1743) revela uma China preguiçosa, onde a religião e a Filosofia não estão voltadas para a prática. Seria o próprio Buda a ensinar a inação. Esta sem dúvida provoca o monaquismo, que é a legitimação da preguiça. Homens trocam seus bens pela ociosidade. No Livro de Du Halde:

¹²⁴ LA LOUBÈRE, Simon de. Du Royaume de Siam. Paris, chez la Veuve de Jean-Baptiste Coignard et Jean-Baptiste Coignard, 1691.

¹²⁵ LOUBÈRE, Simon de La. Description du Royame du Siam. A Paris, chez la Veuve de Jean-Baptiste Coignard et Jean-Baptiste Coignard, 1691. p. 456. Em nota, apenas no original em francês do Espírito das Leis, encontramos: “Note_15 La Loubère, Relation de Siam, p. 446”. Trata-se do mesmo tema, provavelmente, da edição de 1714.

Tradução de um diálogo onde um filósofo chinês moderno nomeado Tchin expõem seu sentido sobre a origem do estado do mundo:

Le Fo, respondera o filósofo, é um outro visionário, que também tem pretendido se tornar imortal. Conforme ele disse, tudo o que não é vazio, não tem nada de real. Seguindo este belo princípio, deseja que se pense em nada, que se reduza o coração ao puro vazio de toda afeição; que se vá até se esquecer de si mesmo, como que em si não fosse. Nós temos dois olhos e duas orelhas, é preciso não ver nada, nem nada entender: estes órgãos deveriam ser vazios de todo objeto, isto é seu estado perfeito. Nós temos uma boca, duas, dois pés, é preciso que todos os membros estejam na inação¹²⁶.

Sobre o clima quente conclui Montesquieu:

Se, a esta fraqueza de órgãos que faz com que os povos do Oriente recebam as mais fortes impressões do mundo, acrescentardes certa preguiça do espírito, relacionada naturalmente com a do corpo, que faz com que esse espírito não seja capaz de qualquer ação, de qualquer esforço, de qualquer contenção, compreendereis que a alma, que uma vez recebeu impressões, não mais pode modificar-se. É isso que faz com que as leis, os costumes e as maneiras, mesmo as que parecem indiferentes, como a maneira de vestir, sejam hoje, no Oriente, semelhantes às de mil anos atrás¹²⁷.

Uma vez compreendida a relação clima, corpo e legislação, promove-se uma questão muito cara à teoria política moderna. Se a tradição organicista platônica, que via na cidade a tripartição da alma em três classes¹²⁸, se a teocracia política observava tanto na Igreja, quanto nos reinados e impérios a figura de um corpo regido

¹²⁶ DU HALDE, Jean-Baptiste. Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'Empire de la Chine e de la Tartarie Chinoise. p.-G. Le Mercier : Paris, 1735. Tomo III. p.. 49.

¹²⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro XIV. Capítulo IV Genève: Barillot et fils, 1749. p. 221.

¹²⁸ PLATÃO. A República. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Martins Fontes: São Paulo, 2006.

pela cabeça, ora Cristo, ora o Papa, ora o rei, e a tradição jusnaturalista que, imediatamente, Montesquieu faz oposição no início do “Espírito das Leis” ¹²⁹.

A tradição jusnaturalista sempre promoveu a ideia do “corpo político”, ela está presente em Hugo Grócio (1583-1645) e em Thomás Hobbes (1588-1679) ¹³⁰.

Em uma passagem do “Direito de Guerra e Paz” (liv. II, cap. IX, §2, nº3 p. 376), Grotius declara que os corpos artificiais se parecem perfeitamente ao corpo natural”. Esta analogia, que Grotius descobre entre os corpos artificiais e os corpos naturais, foi repetida por Hobbes, que desenvolve complacentemente na introdução de seu Leviatã: “A arte, diz-se, vai mais longe ainda quando ela imita a racional e mais excelente obra da natureza, o Homem. Pois, é a arte que criou este grande Leviatã, que se chama República ou Estado, que não é outra coisa que um homem artificial” ¹³¹.

Para se afastar desta tradição de maquinaria despótica, segundo Casabianca, Montesquieu logrou cinco usos diferentes para “corpo político”. Aqui apresentar-se-ão apenas dois mais significativos. Primeiro no plural, em seguida, o uso no singular.

2.2.1.3 Corpo político – Função Plural

O primeiro uso do termo “corpo político” está no plural. Sua função semântica consiste em tratar “corpo político” como grupo, por exemplo, corpo dos nobres, corpo clerical e corpo legislativo. *O governo republicano é aquele que o povo,*

¹²⁹ Contra Hobbes. MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1ª Parte. Livro 1. Capítulo II Genève: Barillot et fils, 1749. . p.34-35.

¹³⁰ MATHIOT, Jean. A República segundo Hobbes: o corpo ou a razão? Tradução de Maria das Graças de Souza Nascimento In: Revista Discurso. Nº 22. 1993. FFLCH, USP. São Paulo.

¹³¹ DERATHE, Robert. "A teoria orgânica da sociedade em Rousseau e seus antecessores." In: Robert. DERATHE. Jean-Jacques Rousseau e da ciência política do seu tempo . Paris, Vrin, 1995. p.

como um todo.¹³², ou somente uma parcela, possui a soberania¹³³. Quando, em uma república, corpo do povo possui a soberania, é uma democracia¹³⁴. Aqui a nota número quatro da edição de 1749 nos encaminha para o seguinte texto:

Por democracia entenda que Montesquieu fala de Atenas e de Roma. E quando ele diz: “é essencial fixar o número de cidadãos que devem formar as assembleias. No estado popular se divide o povo em certas classes, etc.” traduza por: eis aí como faziam nas repúblicas de Atenas e de Roma. Não esqueça sobretudo que as reflexões do autor não apenas isso, mas na medida dos fatos observados¹³⁵

A definição da democracia em corpo necessita da República Romana e da Democracia Ateniense. A epistemologia política de Montesquieu segue os rumos de planícies históricas. Como se fosse um eixo y em um diagrama.

A aristocracia forma um corpo, como na Veneza de seu tempo (eixo X) “Mas, quando numa aristocracia o corpo dos nobres dá os sufrágios, ou em uma democracia o senado”¹³⁶. Os nobres formam também um corpo, e que recebe um alerta de Montesquieu: “A conspiração é perigosa em um senado e também entre o corpo dos nobres”¹³⁷; e continua no capítulo precedente:

¹³² “Corpo Político” como pluralidade de pessoas. A tradução de 1973, não apresenta a ideia de corpo analisada por Casabianca, mas de “todo”. Como se pode observar: *le gouvernement républicain est celui où le peuple en corps, ou seulement une partie du peuple a la souveraine puissance*. Para este tópico será utilizado apenas a versão original, em francês visto que ao comparar com a tradução mais conhecida no Brasil, nos trás outra interpretação. MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo I Genève: Barillot et fils, 1749.

¹³³ Idem p. 39.

¹³⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo I Genève: Barillot et fils, 1749.

¹³⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo I Genève: Barillot et fils, 1749. Nota 4.

¹³⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo I Genève: Barillot et fils, 1749.

¹³⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo II Genève: Barillot et fils, 1749.

Quando os nobres estão em grande número, é preciso um senado que regre os assunto do corpo dos nobres que não sabera¹³⁸ decidir e que prepare aqueles que decidem. Neste caso, pode-se dizer que a aristocracia é algum tipo de senado, a democracia no corpo dos nobres, e o povo não é nada¹³⁹.

A expressão “corpo político” torna-se ainda mais clara como grupo de pessoas, não totalidade do Estado, da sociedade, ou até mesmo do povo. O “corpo político” aqui é uma posição intermediária. Assim demonstra Montesquieu:

M. Law, por uma ignorância igual da constituição republicana e da monárquica, fora um dos maiores promotores do despotismo que se tenha visto na Europa. Além das mudanças que fizera, tão bruscas, tão inusitadas e tão incompreensíveis, ele desejava dissolver os corpos políticos^{140,141}

Aqui, Montesquieu toma uma referência da própria história da Europa, seu presente, figurado em Law se legitima num modelo, Fernando de Aragão II (1456-1516)¹⁴², que se fez grão mestre.

O “corpo político” não é apenas um agrupamento de pessoas intermediárias dentro do Estado, mas é um grupo responsável pelas leis. Aqui, os magistrados tomam o seu assento; portanto, o parlamento é um “corpo político”:

Não é suficiente que haja, em uma monarquia, posições intermediárias, é indispensável ainda um repositório de leis. Esse repositório só pode existir nos corpos políticos que

¹³⁸Do original em francês: Ne sauroit décider –antiga conjugação do futur simple da 3ª pessoa do plural do verbo savoir.

¹³⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1ª Parte. Livro II. Capítulo III Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁴⁰ Grifo para tese.

¹⁴¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1ª Parte. Livro II. Capítulo IV Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁴² Montesquieu não define com exatidão de qual Fernando de Aragão, no entanto, a posição de perseguir nobres pela figura do *corrigidor*, é facilmente comparável as *recherches de Noblesse* de Louis XIV.

anunciam as leis, quando são feitas, e relembram, quando são esquecidas.¹⁴³

E o “corpo político” como grupo de pessoas que funcionam em meio a um estado político torna-se ocasião de uma “militância política” contra o absolutismo a “tirania moderna”. O inimigo do parlamento dos nobres, arquivo “vivo” das leis do país é o conselho do rei:

A ignorância natural da nobreza, sua desatenção, seu desprezo pelo governo civil, exigem que haja um corpo que sem cessar faça surgir leis da poeira onde elas estariam enterradas. O conselho do príncipe não é um repositório adequado. É, por sua natureza, o repositório da vontade momentânea do príncipe que executa, e não o lugar das leis fundamentais. Ademais, o conselho do monarca muda sem cessar, ele não é permanente, ele não poderia ser numeroso; não possui um alto grau de confiança do povo; pois, não está em estado de esclarecê-lo em tempos difíceis, nem de exigir a sua obediência.¹⁴⁴

Ainda calcula que o conceito de “corpo político” como conjunto designado da sociedade é muito extenso. Aqui temos a concentração na parte política da obra, mas Casabianca calcula ainda vinte e seis ocorrências entre o livro II e VIII. Salienta que quando Montesquieu pensa a sua “amada” Inglaterra, das quarenta ocorrências no livro XI, trinta e nove foram dedicados à constituição da Inglaterra¹⁴⁵, cujo apreço Montesquieu não esconde.

¹⁴³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo IV Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁴⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo IV Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁴⁵ CASABIANCA, Denis de. Le (s) “corps politique (s)” Dans l'Esprit des Lois de Montesquieu. In: Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 23-32, 2007. p. 26.

2.2.1.4 *Corpo político – Função singular*

O segundo uso para “corpo político” está no singular e tem outro significado. A primeira ocorrência do termo demonstra uma base newtoniana, na qual a ambição no sistema monárquico opera como a força centrífuga, e a honra, como força gravitacional:

Direis que isso se assemelha ao sistema do universo, em que há uma força que afasta incessantemente todos os corpos do centro do sistema, em uma força de gravidade que para aí os reconduz. A honra movimenta todas as partes do *corpo político*¹⁴⁶; liga-as a sua própria ação, fazendo com que cada uma caminhe para o bem comum acreditando ir em relação de seus interesses particulares.¹⁴⁷

Centrifugação e gravitação são leis naturais aplicadas à política. Se a ambição dos particulares afasta os grupos, a honra da monarquia orienta para o centro. Portanto, a lei da política não está na vontade individual ou no particular, mas na relação do sistema.

Será a ideia de sistema que conduzirá à política, e não as vontades individuais característica do desagregamento político, que é a corrupção de qualquer sistema, seja ele monárquico, republicano ou tirânico. Pode-se afirmar que o sistema é o significado de “corpo político” no singular?

A resposta é afirmativa. Tem-se, portanto, um casamento de conceitos, Newton e Descartes, longe de concorrerem à maneira de Fontanelle, mestre de Montesquieu.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Grifo para tese

¹⁴⁷ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1^o Parte. Livro III. Capítulo VII Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁴⁸ Suzanne Delorme. *La vie scientifique à l'époque de Fontenelle d'après les Éloges des savants*. In: Archeion. International Academy for the History of Science. Volume 19, Volume 19 / 1937.

Jean Ehrard, o incansável historiador das ideias do século XVIII, demonstra este um aspecto de tão amplo e complexo debate entre cartesianistas como Fontanelle e newtonianos:

Aqui está precisamente o centro do debate. A repugnância dos cartesianos franceses à palavra e à ideia de atração¹⁴⁹, facilmente, se compreende e se têm em conta o clima intelectual do início do século. O termo de “qualidade oculta” que se retoma até a saturação se justifica por meio das deformações animistas da filosofia corpuscular contra as quais sua luta jamais pode cessar, pelas imprudências ou pelo dogmatismo de seus adversários. Admitir a atração é retornar ao peripatismo¹⁵⁰: é preciso escolher entre o universo inteligível da ciência mecânica¹⁵¹ ou uma natureza misteriosa e quase mágica¹⁵². Durante cinquenta anos, Fontanelle não deixou de repetir.¹⁵³

Por outro lado:

Em vão os newtonianos invocam a vontade de Deus para justificar o inteligível: é um subterfúgio, replica Fontanelle. A analogia que eles desejam estabelecer a esta consideração entre a impulsão¹⁵⁴ e atração¹⁵⁵ é um feito puramente verbal.¹⁵⁶

Para Fontanelle os newtonianos teriam destruído a teologia natural, a mecânica simples da natureza. Mas esta oposição não é um problema para

¹⁴⁹ Grifo do autor.

¹⁵⁰ Referencia ao conceito de Deus em Aristóteles, por ser um ser perfeito atraia para si todos os entes imperfeitos. Nota para esta tese.

¹⁵¹ De Descartes.

¹⁵² Newtoniana.

¹⁵³ EHARD, Jean. L'Idée de Nature en France dans la Première Moitié du XVIIIe Siècle. Albin Michel: Paris, 1963. p.152.

¹⁵⁴ Centrifugação, por exemplo

¹⁵⁵ Gravidade.

¹⁵⁶ EHARD, Jean. L'Idée de Nature en France dans la Première Moitié du XVIIIe Siècle. Albin Michel: Paris, 1963. p. 153.

Montesquieu. Ele não é um analista acadêmico que tem que escolher. Montesquieu não escolhe, ele cria. Os debates de seu tempo são apenas o caminho para a cristalização de seu pensamento. Assim, percebe-se uma tríplice aventura em Montesquieu: aventura história, geográfica e teórico-científica. Como os três eixos de um desenho, eixo y, histórico como verticalidade do passado, presente e do futuro, eixo x, geográfico como horizontalidade entre diversos povos e climas, entre a identidade do nós e a estranheza do outro e, por fim, eixo z, da compreensão científica e filosófica para formar o todo.¹⁵⁷ Eixo y, *dobra 1*, antigos e modernos; eixo z, *dobra 2*, epistemologia híbrida; eixo y, geográfica.

De forma audaciosa, poder-se-ia afirmar que o “corpo político” em singular seria o mesmo que a compreensão de sistema como um todo, não classe, não nação, nem sociedade. Uma mecânica de forças de Newton e uma mecânica orgânica de Descartes. A ideia de sistema aparece em Montesquieu para designar desde o universo até o pensamento de determinados autores.

2.2.2 Corpo político como Sistema de pensamento

Há várias formas importantes do uso da palavra sistema em Montesquieu, como sistema de ideias, sistema como modos de fazer e sistema como característico do político. Este último é o que mais aproxima a ideia de sistema mundo de Newton com a de sistema legislativo e político de Montesquieu.

¹⁵⁷ ANEXO 09

2.2.2.1 Sistema de ideias

Na “Defesa do Espírito das Leis”, a palavra sistema aparece como resposta a uma suposta contradição ao conceito de leis como “relações necessárias”. Aqui, o inimigo é o sistema de ideias:

por causa deste artigo combate, com o qual este artigo combate expressamente os sistemas perigosos. O autor teria em vista atacar o sistema de Hobbes, sistema terrível, que, fazia depender todas as virtudes e todos os vícios do estabelecimento das leis que os homens fizeram, e desejava provar que os homens nascem todos em estado de guerra, e que a primeira lei natural é a guerra de todos contra todos.¹⁵⁸

Na resposta à “décima objeção”, Montesquieu afirma que o “Espírito das Leis” não afirma o sistema da religião natural¹⁵⁹. Aqui, o sistema é uma produção fechada e conceitual. A discussão geral na “Defesa do Espírito das Leis” gira em torno a interpretações e citações corretas.

Ao se referir à liberdade do cidadão, demonstra que a liberdade do filósofo é a liberdade de seus sistemas, enquanto a liberdade política garante a primeira¹⁶⁰. A liberdade política é a garantia dos sistemas de pensamento.

Ao criticar a legislatura indiana que favorece o sistema metafísico do repouso, que não opera contra o clima demasiado quente, aqui sistema significa o conjunto de ideias religiosas. A ideia de imortalidade da alma também aparece como vetor de sistema religioso:

¹⁵⁸ MONTESQUIEU, Charles de. *Defense de L'Esprit des lois*. Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁵⁹ MONTESQUIEU, Charles de. *Defense de L'Esprit des lois*. Genève: Barillot et fils, 1749. Resposta 10.

¹⁶⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 2º Parte. Livro XII. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749.

O dogma da imortalidade da alma divide-se em três ramos: o da imortalidade pura, o da simples mudança de morada, o da metempsicose, isto é do sistema dos cristãos, o sistema dos citas, o sistema dos hindus. Acabo de falar dos dois primeiros; e direi do terceiro que, como foi bem e mal dirigido, teve nas Índias bons e maus efeitos.¹⁶¹

Os efeitos bons a que Montesquieu se refere, no caso das Índias, tratam-se do horror ao derramamento de sangue, fazendo baixar a taxa de homicídios. No entanto, as mulheres, seres inocentes, têm que ser cremadas junto aos maridos. “Lá, só os inocentes sofrem morte violenta”¹⁶².

Arte e literatura também formam um sistema, ao explicar, a relação apaixonada dos homens pelas mulheres, os combates medievais e as leis em torno do tema provocaram o nascimento do:

Maravilhoso sistema da cavalaria. Todos os espíritos abriram-se para essas ideias. Viram-se, nos romances, paladinos e necromantes, fadas, cavalos alados ou dotados de inteligência, homens invisíveis ou invulneráveis, mágicos que se interessam pelo nascimento e pela educação de grandes personagens, e ainda palácios encantados e desencantados; em nosso mundo, um mundo novo; e o curso ordinário da natureza deixado somente para os homens comuns.¹⁶³

2.2.2.2 Sistema como formas de fazer

Outra forma de usar o sistema está no modo de fazer, que podem ser, práticas ou legislaturas para assuntos pequenos. Por exemplo, ao discutir sobre o adultério das mulheres, inicia discutindo a “Lei Júlia” do tempo de Augusto. No

¹⁶¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 4ª Parte. Livro XIV. Capítulo XX. Genève: Barillot et fils, 1749..

¹⁶² Idem.

¹⁶³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6ª Parte. Livro XVIII. Capítulo XX. Genève: Barillot et fils, 1749..

parágrafo seguinte aponta para legislatura a respeito das mulheres, aqui a palavra sistema significa formas de agir, portanto, regramento do político:

Na monarquia, todo sistema político relativo às mulheres transformou-se. Não se tratava mais de manter a pureza dos costumes, entre elas, mas de punir esses crimes porque não mais se puniam as violações, que eram absolutamente esses crimes.¹⁶⁴

Já a arrecadação tem seu espaço; à maneira de cobrar Montesquieu chama de sistema¹⁶⁵. A maneira de aumentar as tropas é outro exemplo, como na Prússia, que adotou o sistema de armar a população¹⁶⁶. A Espanha árabe aparece por suas técnicas de irrigação que estão presentes no âmbito da palavra sistema.¹⁶⁷

Em sua acidez típica ao se referir aos romanos, trata de sua prática de destruir as cidades arriscando todo o comércio. Aqui, sistema como técnica militar de conquista.

Os romanos, adotando um sistema a que já me referi alhures, destruidores para não parecerem conquistadores, arruinaram Cartago e Corinto; e, com tal prática, ter-se-iam também arruinado se não houvesse conquistado toda a terra. Quando os reis do Ponto se tornaram senhores das colônias gregas do Ponto Euxino, se abstiveram de destruir o que deveria ser a causa da sua grandeza.¹⁶⁸

Do comércio, Montesquieu passa a pensar o sistema como economia. Em claro destaque, ao falar de John Law, reporta-se como “a época do Sistema”, sempre

¹⁶⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 2º Parte. Livro XIII. Capítulo XIX Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁶⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VII. Capítulo XIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁶⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 2º Parte. Livro XII. Capítulo XVI. Genève: Barillot et fils, 1749. Nota 47. . p. 204.

¹⁶⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 3º Parte. Livro XVIII. Capítulo X. Genève: Barillot et fils, 1749. Nota 18.

¹⁶⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 4º Parte. Livro XXI. Capítulo X. Genève: Barillot et fils, 1749..

em letra maiúscula¹⁶⁹. Mas, Law foi contraposto a César, por meio de Dion de Halicarnasso:

Proibia Cesar que se guardasse em casa mais de sessenta sestércios. Em Roma, esta lei foi considerada muito para conciliar devedores com os credores; porque, obrigando os ricos a emprestar aos pobres, colocava esses em situação de satisfazer os ricos. Lei semelhante, estabelecida na França, na época do Sistema¹⁷⁰, foi muito funesta: é que a circunstância em que fora feita era terrível. Depois de suprimir todos os meios de empregar o dinheiro, suprimiu-se até o recurso de guarda-lo na própria casa; César fez sua lei para que o dinheiro circulasse entre o povo; o ministro da França fez a sua para que o dinheiro fosse depositado numa só mão¹⁷¹.

Se César garantia os empréstimos com bens fundiários, que são "coisas" ligadas à palavra lei, Law garantia os investimentos com títulos que são "palavras" desligadas das "coisas". Fez se a palavra garantindo a palavra.

Outra comparação entre o mundo de Montesquieu e o mundo romano, ainda no âmbito do comércio, permanecendo com a ideia de que modelos imperiais romanos são insustentáveis na Modernidade. Montesquieu salienta em 1732:

Na época em que conquistou o Egito, Augusto levou para Roma o tesouro dos ptolomaicos. Isso acarretou na cidade mais ou menos a mesma revolução que o descobrimento das Índias introduziu na Europa, e o mesmo que alguns sistemas¹⁷² introduziram em nossa época: as reservas dobraram de valor em Roma. Como Roma continuou a atrair para si riquezas da Alexandria, que por sua vez, recebia as da África e do Oriente, o outro e a prata

¹⁶⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 4^o Parte. Livro XX. Capítulo XVI. Genève: Barillot et fils, 1749. Nota 47.

¹⁷⁰ Nota do autor: Le système de Law. Letras Persas XXVIII et CXLII.

¹⁷¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXIX. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁷² A. de certains systèmes ridicules. Nota do autor: *de alguns sistemas ridículos*.

tornaram-se muito comuns na Europa, *o que colocou os povos em estado à pagar impostos bem consideráveis em espécie.*¹⁷³

A parte em destaque itálico refere-se à última frase do parágrafo que na tradução brasileira de Vera Ribeiro está como: “o que deixou os povos em condições de pagar impostos consideráveis em espécie”. No original em francês: *ce qui mit les peuples en état de payer des impôts très considérables en espèces*. O uso da crase aqui procura precisar a referência ao pensamento de Montesquieu sobre este mesmo assunto; quando tratar do valor da prata Espanhola, no ano de 1749, Montesquieu “sistematizará” o câmbio:

Após a conquista das Índias, os que tinham prata foram obrigados a diminuir o preço ou o aluguel de sua mercadoria, isto é, o lucro.

A partir essa época o empréstimo não pôde retornar à antiga taxa, porque a quantidade de prata aumentou todos os anos na Europa.¹⁷⁴

2.2.2.3 Sistema político

O que mais interessa a esta tese consiste em tratar o sistema pensado como político, pensando sistema como prática, ou forma do político. O capítulo II do Livro II do “Espírito das Leis”, ao tratar do sufrágio grego antigo, a nota dezessete explica, fazendo uso de Aristóteles:

Aristóteles, Política, Livro IV, capítulo IX. Seria o sistema (de sufrágio)¹⁷⁵ adotado por alguma cidade gregas para

¹⁷³ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amesterdã: Pierre Mortier, 1734. p. 107-108. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 140.

¹⁷⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 4ª Parte. Livro XXII. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁷⁵ Entre parênteses explicação para esta tese. Não consta no original.

nomear à certas funções públicas, mas é difícil de ver em uma maneira bastante grosseira em ler que seria esta a maneira da democracia grega.¹⁷⁶

A república é um sistema para Montesquieu. O primeiro e maior exemplo está em Roma. “Nas considerações sobre as causas da grandeza dos romanos de sua decadência”, o emblemático capítulo XI, o capítulo da queda “verdadeira”, ou melhor, capítulo que trata do fim da república e início do “despotismo” cesariano, Montesquieu afirma:

As leis de Roma tinham dividido sabiamente o poder público em um grande número de magistraturas, que apoiavam, continham e moderavam umas às outras; como todas tinha apenas um poder limitado, todos os cidadãos estava aptos a chegar a elas, e o povo, vendo passar diante de si vários personagens, um após outro, não se habituava a nenhum deles. Nessa ocasião, entretanto, o sistema da República modificou-se: os mais poderosos fizeram com que o povo lhes desse encargos extraordinários, o que aniquilou a autoridade do povo e dos magistrados e pôs todas as grandes questões nas mãos de um só homem, ou de poucos.¹⁷⁷

Sobre a constituição inglesa também, em seu longuíssimo capítulo, aparece a figura de Tácito, autor central para os germanistas antiabsolutistas. Aqui o debate político está regido pelo problema entre o parlamento legislativo e o exército. Para Montesquieu, o exército deve obediência ao executivo; este sistema é germânico:

Quem ler admirável obra de Tácito “Sobre os costumes dos Germanos” verá que foi deles que os ingleses extraíram a

¹⁷⁶ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro II. Capítulo II 17. Genève: Barillot et fils, 1749. Nota 17.

¹⁷⁷ *Plebis opes imminutae, paucorum potentia crevit* (Salústio, Da conspiração de Catilina). Nota do autor.

MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734. p. 107-108. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 83.

ideia do governo político. Este ótimo sistema foi encontrado na floresta.¹⁷⁸

Novamente Roma, por meio da forma de governo dos decênviros. Montesquieu pergunta que “qual era o sistema de tirania?”¹⁷⁹ Sistemas que vão mudando conforme o tempo – ou a história, no livro XXVII, ao debater as transformações das leis dos Romanos sobre as sucessões, Montesquieu explica porque nunca existiu uma rainha romana. No parágrafo que desapareceu na tradução brasileira aparece:

Assim, quando a monarquia se estabeleceu em Roma, todo o sistema de sucessões foi mudado. Os magistrados chamaram os pais por ausência de parentes masculinos das mulheres; no lugar das antigas leis, os pais pela mulher nunca eram chamados. A declaração do senado *Orfiliana*, chama os filhos para a sucessão de sua mãe; o imperador Valentiniano, Teodósio e Arcádio chamaram os netos pela filha à sucessão do avô. Enfim o imperador Justiniano retirou até o menor vestígio do direito antigo sobre as sucessões: ele estabeleceu três ordens de herdeiros, os descendentes diretos, os ascendentes e os colaterais, sem nenhuma distinção entre os masculinos e os femininos, entre os pais por parte da mulher e os pais por parte dos homens.¹⁸⁰

A ironia abate sobre o secretário perpétuo da Academia Francesa Abade Dubos¹⁸¹, cujo texto absolutista procura combater as ideias de Henri de Boulainvilliers, o grande nobre germanista, em que a batalha política deu-se pela História¹⁸²:

¹⁷⁸ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 2ª Parte. Livro XI. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.162.

¹⁷⁹ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 2ª Parte. Livro XI. Capítulo XV. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.168.

¹⁸⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 6ª Parte. Livro XXVII. Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁸¹ DUBOS, Jean-Baptiste. *Histoire critique de l'établissement de la monarchie Française dans les Gaules*. Paris. 1735.

¹⁸²Cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. P. 135-258; MARTINS, Adilton Luis. *Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. Cap. III.

Entretanto, um autor célebre¹⁸³ forma um sistema do Estabelecimento dos Francos nas Gálias¹⁸⁴, no pressuposto de que eles eram os melhores amigos dos romanos. Eram então os francos os melhores amigos dos romanos, eles que lhes causaram e que deles receberam males terríveis? Eram os francos amigos dos romanos, eles que, após tê-los subjugado pelas armas, oprimiram-nos a sangue frio, com suas leis? Eles eram amigos dos romanos tal como os tártaros que conquistaram a China eram amigos dos chineses.¹⁸⁵

E como Dubos construiu o sistema político-histórico, no sentido de historiado, de “representação historiadora”¹⁸⁶, da qual Montesquieu está plenamente absorto. Mesmo assim, como todo historiador não apenas está submerso em sua crença história, mas cumpre o papel de criticar o trabalho de outro, sobretudo quando posições políticas estão claramente em combate:

Mas, o abade Dubos abeberou-se em más fontes para um historiador: os poetas e os oradores: não é sobre obras de ostentação que se devem fundar os sistemas.¹⁸⁷

Aqui política e história se confundem. Por um lado, Montesquieu apresenta sua metodologia iluminista de evitar a erudição e buscar textos mais “empíricos”, as narrativas de pessoas presentes nos lugares e tempos que se falam. Por outro lado, Montesquieu sabia que uma mudança na compreensão da história desenhava ou

¹⁸³ Nota 38 do texto original: L'abbé Dubos. (Montesquieu.) — Le livre a paru en 1731, 2 vol., in-4°.

¹⁸⁴ Nota do autor. É necessário recordar que a nobreza francesa, da qual Montesquieu era membro, afirmava-se descendente direta dos francos estabelecidos na gália, daí o nome França.

¹⁸⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXVIII. Cap. III. Genève: Barillot et fils, 1749.

¹⁸⁶ RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. P. 247-301.

¹⁸⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXVIII. Cap. III. Genève: Barillot et fils, 1749.

legitimava um projeto político determinado. Portanto, a função política historiadora, no sentido ricoeriano, poderia ser veneno ou remédio¹⁸⁸.

Para Montesquieu, a história antiabsolutista de Boulainvilliers certamente é a tentativa de uma “história remédio” para França, ainda que tenha seus problemas:

O conde de Boulainvilliers¹⁸⁹ falhou no ponto capital de seu sistema; não provou que os francos tenham feito um regulamento geral que colocasse os romanos numa espécie de servidão.¹⁹⁰

Ainda, para o irmão de nobreza, propõem um elogio à monarquia moderada, sob a égide da honra e ao trabalho de Boulainvilliers:

Como sua obra foi escrita sem nenhuma arte, e como, nela, ele fala com aquela simplicidade, com aquela franqueza, e com aquela ingenuidade da antiga nobreza de que saiu, todos são capazes de julgar não só das belas coisas que diz como também dos erros em que incidiu. Por isso, não o examinarei. Direi apenas que possuía mais espírito do que luzes, mais luzes do que saber; mas esse saber não era desprezível, porque sabia muito bem as grandes coisas de nossa história e de nossas leis.¹⁹¹

No livro que procede, ou seja, o XXX consiste no mais antiabsolutista. Desde Richelieu, as Frondes e até Luís XIV, o absolutismo procurou uma legitimação histórica. O rei tem o poder sobre os nobres. Mais que um monarca absoluto, é um senhor para os nobres. Eis o absolutismo.

¹⁸⁸ RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁸⁹ Henri de Boulainvilliers (1658-1722)

¹⁹⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Cap. X. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.488.

¹⁹¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Cap. X. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.488.

A conclusão que oferece ao debate acaba por mostrar, fazendo uso de Ovídio, qual é o ponto de vista de Montesquieu a respeito do seu trabalho:

O conde de Boulainvilliers e o Abade Dubos fizera, cada um, um sistema, dos quais um parece ser uma conjuração contra o Terceiro Estado, e o outro uma conjuração contra a nobreza. Quando o Sol deu a Faetonte seu carro para conduzir, disse-lhe: “se você subir muito alto, queimará a morada celeste; se descer muito baixo, reduzirá a cinzas a terra. Não vá muito para a direita, cairá na constelação da Serpente; Não vá muito para a esquerda, ira para a de Ara: conserve-se entre as duas.”¹⁹²

A legislatura, em si, consiste em um sistema:

As três leis francesas formam um sistema muito coeso e muito consequente; as três leis inglesas formam outro sistema que não é menos.¹⁹³

Partindo para o fim do Império Romano, Montesquieu escreve sobre a queda de um sistema. No “Espírito das Leis”, Montesquieu aponta que o que dá força à tirania, também é o que a corrompe. Por isso, toda tirania estará fadada ao fracasso derivado do medo, seu princípio¹⁹⁴. O fim da república já é a queda do político, pois fracassa para o império, para um déspota, para um “rei absolutista”. César é a origem do fim de Roma. Assim como Luís XIV e sua política constituem-se o fim da França. A história da queda de Roma constitui parte do “agenciamento das origens” em Montesquieu.

Definindo o sistema em colapso, Montesquieu narra:

¹⁹² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Cap. X. Genève: Barillot et fils, 1749. . p.488.

¹⁹³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXIX. Capítulo XI. Genève: Barillot et fils, 1749. Nota 47.

¹⁹⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro III. Capítulo IX. Genève: Barillot et fils, 1749.

Não faltou política aos que governaram no Ocidente. Eles julgaram que era preciso salvar a Itália, que era, de certa maneira, a cabeça e o coração do Império. Fez-se com que os bárbaros passassem para os extremos e lá eles foram instalados. O projeto era bem concebido e foi bem executado. Essas nações pleiteavam apenas sua subsistência: foram-lhes dadas as planícies; os romanos reservaram-se as regiões montanhosas, as passagens dos rios: preservaram a soberania. Ao que parece, esses povos teria sido forçados a se tornar romanos,¹⁹⁵

O que caracteriza para Montesquieu a ideia que os bárbaros foram obrigados a se tornarem romanos? O que caracterizaria a “romanização”? A resposta esta na continuação deste texto:

.e a facilidade com que tais destruidores foram destruídos pelos francos, pelos gregos e pelos mouros justifica esta ideia. Todo esse sistema foi derrubado por uma revolução mais fatal do que todas as outras.¹⁹⁶

A continuação do texto preanuncia a concepção do Espírito das Leis:

O exército da Itália, composto de estrangeiros, exigiu o que fora concebido a nações ainda mais estrangeiras: sob o comando de Odoacro, formou uma aristocracia que concedeu a si mesma 1/3 das terras da Itália. Foi o golpe mortal desferido contra o Império.¹⁹⁷

A extinção do interstício entre uma aristocracia ou república, como Montesquieu concebia, e outra, que se chamou de Império Romano. Em um quadro

¹⁹⁵ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734. p. 107-108. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 218-219.

¹⁹⁶ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734. p. 107-108. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 218-219.

¹⁹⁷ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734. p. 107-108. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 218-219.

geral, a política para Montesquieu é sistemática, para bater asas principalmente a partir de Newton. É bem provável que a lei de inércia tenha inspirado o capítulo seguinte:

Quando um governo dispõe de uma forma há muito estabelecida, quase sempre é prudente deixá-la assim, porque as razões, amiúde complexas e desconhecidas, que fizeram com que essa situação subsistisse fazem com que ela continue a se manter. Entretanto, quando se modifica o sistema total, só é possível remediar os inconvenientes que se apresentam na teoria, enquanto restam outro que somente a prática pode levar a descobrir.¹⁹⁸

No livro III do “Espírito das Leis”, no capítulo que trata sobre a monarquia, surge o termo newtoniano “sistema do universo”. O sistema da natureza, a maneira com que a natureza existe. Seria uma terceira acepção da ideia de sistema, modo de agir da natureza, seria a monarquia é uma expressão particular do sistema universo. Aqui se tem a nítida relação entre Newton e a política anunciada por Jean Starobinski¹⁹⁹

Diria que é como parte do sistema do universo, onde há uma força que afasta sem cessar do centro todos os corpos, e uma força de pensamento que as reconduz. A honra faz mover todas as partes do corpo político; liga-as por sua própria ação.²⁰⁰

¹⁹⁸ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734. p. 107-108. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 141.

¹⁹⁹ STAROBINSKI, Jean. *Montesquieu*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15

²⁰⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro III. Capítulo VII 17. Genève: Barillot et fils, 1749.

A monarquia aqui é repetição da lei da natureza. Do sistema mundo de Newton, do sistema universal tão repetido no século das luzes, que precisava compreender o todo, sem recair sobre o jusnaturalismo contratual de Hobbes.

2.3 Mecânica da História

A partir de agora, o centro do debate proposto por esta tese será a construção de um sistema-história em agenciamento, uma carta cartográfica que não demonstra passo a passo nem as identidades do ofício do historiador em suas instâncias arbitrariamente irracionais, tais como a metodologia, a teoria e o objeto. O sistema cartográfico geológico de pensar²⁰¹ nos permite a simultaneidade da fabricação do texto máquina de conhecimento, quer o “Espírito das Leis”, quer “Cartas Persas”, ou outra obra. Em Montesquieu, simultâneos são a teoria de história, a teoria sócio jurídica, a metodologia e os objetos, que podem ser França, Roma antiga e Leis; não lhe falta um sistema ordenado de ideias, o que lhe caracteriza, sobretudo, é a lisura do ato de pensar, ato criador. Montesquieu define leis como relações necessárias:

As leis, no sentido mais amplo, são relações necessárias que derivam da natureza das coisas e, nesse sentido, todos os seres têm suas leis; a divindade possui suas leis; o mundo material possui suas leis; as inteligências superiores ao

²⁰¹ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 23.

homem possuem suas leis; os animais possuem suas leis; o
homem possui suas leis.²⁰²

No mundo dos homens, as leis procedem da natureza dos tipos de governo. Neste mesmo universo, as leis têm sua eficácia, ou seja, a sua força, retirada dos princípios dos tipos de governos. Sem esta força o resultado da lei é igual a zero. Assim como seria zero um movimento de qualquer objeto sem uma força empregada sobre ele mesmo. A lei tem sua forma a partir do tipo de governo de um determinado povo, enquanto sua eficácia é determinada pela submissão do povo ao princípio, deste mesmo governo. Explica o autor:

Entre a natureza do governo e seu princípio há uma diferença: sua natureza é o que faz ser como é, e seu princípio é o que faz agir. A primeira constitui a sua estrutura particular e, a segunda, as paixões humanas que o movimentam.²⁰³

Como na Física clássica, a composição de uma mecânica para as leis humanas exige a observação. A observação empírica da relação entre lei e homens é o que legitima a certeza de um estudo sobre a política. Justamente, nisto consiste a leitura de Althusser sobre Montesquieu, isto o faria o precursor da Política científica, e não a filosofia clássica ou medieval, citando neste contexto Aristóteles, Platão e Tomás de Aquino²⁰⁴:

Já Platão escrevera que a política é o objeto de uma ciência, e como prova temos dele a “República”, o “Político” e as “Leis”. Todo o pensamento antigo viveu sob a convicção

²⁰² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro I. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. Nota 47.

²⁰³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro I. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. Nota 47. . p. 50.

²⁰⁴ ALTHUSSER, Louis. Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, Lisboa: 1972. p. 17.

não de uma ciência do político era possível, o que é uma convicção crítica, mas de que era necessário fazê-la. Os modernos retomaram esta tese que vemos expressa em Bodin, Hobbes, Spinoza e Grotius. Acho que se deve recusar aos antigos, não a pretensão de refletirem sobre a política, mas a ilusão de lhe terem construído a “ciência.”²⁰⁵

Althusser ainda explica que o modelo de ciência dos modernos era baseado na matemática, mas que até então, não se havia constituído uma ponte entre os avanços destes conhecimentos e a vida dos homens. O rigor do mundo dos números não aparece nos modernos citados, menos ainda em Maquiavel. Ainda que no século XVI tentou-se a *física moral ou política*, ainda, não obteve sucesso.

Para Leibniz²⁰⁶, a ciência do homem estava em Deus. Spinoza (1632-1677)²⁰⁷ e Hobbes (1588-1679)²⁰⁸ acreditavam que os fatos humanos poderiam ser explicados como as coisas da natureza. Apelavam para a história frente os ideais.

Eis dois princípios metodológicos – cálculo da relação lei-princípio e observação empírica destas relações, retiradas na única possibilidade empírica de um estudo sobre os homens, ou seja, a história. Em Montesquieu, história e empíria se confundem; no entanto, é o cálculo lei-princípio que não o permite enganar-se.

Ao seguir este raciocínio, o espírito só é espírito se observado em sua operação histórica. Os particulares da observação revelam o espírito universal do que foi observado. Disto impõe-se uma necessidade metodológica: observar as leis e delas extrair as explicações e conclusões, confirmar hipóteses e lograr o

²⁰⁵ ALTHUSSER, Louis. Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, Lisboa: 1972. p. 17.

²⁰⁶ HIRATA, Celi. Leibniz e a Conciliação entre fé e razão. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política. Nº 10. USP, São Paulo, 2007. www.fflch.usp.br/df/cefp/Cefp10/hirata.pdf

²⁰⁷ SPINOZA, Benedictus de. Ética. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

²⁰⁸ HOBBS, Thomas. Leviatã, ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

conhecimento verdadeiro. Os tipos de governos possíveis são dados pela e na história respectivamente, nela são seus princípios. Não há ideal nem metafísica na política, pelo contrário, trata-se de uma Física para a política que é determinada pela história.

Certamente, é a própria história que faz com que o filósofo conclua e entenda o processo do espírito, que, sem dúvida, para ele consiste em um processo de cálculo. Assim, Montesquieu conclui: a forma da monarquia tem sua força na honra, e a estrutura do despotismo depende do medo da mesma maneira que a república só está em movimento pela força virtude.

O processo espiritual da lei necessita da prova cabal, por isso, a história é o lugar de observação, de confirmação e de teorização. Estes três elementos concorrem num ato único de escrever a história de qualquer, imaginá-la ou apenas pesquisá-la. Assim, escrita do espírito das leis e escrita da história nascem siamesas em Montesquieu:

Para que o governo monárquico ou despótico se mantenha ou se sustente não é necessária muita probidade. A força da lei²⁰⁹, no primeiro, e o braço do príncipe sempre levantado²¹⁰, no segundo, tudo regulamenta ou contém. Mas, num Estado popular, é preciso força a mais: a Virtude.²¹¹

Isso é confirmado por toda a História e está muito de acordo com a natureza das coisas. Pois é claro que numa monarquia, onde quem manda executar as leis se julga acima das leis, tem-se necessidade de menos virtude do que num governo popular, onde quem manda executar as leis sente

²⁰⁹ Força que é a honra de quem obedece. Nota do autor

²¹⁰ Ou medo deste braço. Nota do autor.

²¹¹ Devemos entender, pela palavra "virtude", a virtude do cidadão que Aristóteles já acrescentava às do homem honesto, mesmo as distinguindo. Política, cap. III, 2. nota do autor.

que ele próprio a elas está submetido e que delas sofrerá o peso.²¹²

A observação desta história está presente em todos os trabalhos de Montesquieu, inclusive ele recomenda: “vejamos o mundo”²¹³ para entender suas leis, este convite está contra Hobbes, que só o imaginava a partir de uma “fatalidade cega”²¹⁴.

Não há lugar para fatalidade em Newton nem em Montesquieu, este que ainda convida: “Vejamos em Tito-Lívio e em Denis de Halicarnasso”, pesquisemos em autores, a composição do sufrágio aristocrata²¹⁵, e com outros autores, outras forças, outros movimentos e outras energias impressos nos corpos políticos, “voyez”, “voyons nous”.

Mas, o olhar retrospectivo não resume o processo metodológico e filosófico, não tem a primazia. Ele partilha com a necessidade do “vejamos o passado”, a obrigação do “vejamos também o hoje”. Afinal, toda trajetória pertence a um mesmo universo, a um mesmo espírito. Neste, em todos os seus princípios são eternos, tanto para a política, quanto para a física. Tatear o hoje mostra a história como uma trama contínua, que apenas explica e revela seus próprios princípios. A história das leis só pode ser a revelação de seus princípios e de sua natureza, que não mudam com o tempo. Em Montesquieu, a mecânica apresenta o passado se rearticulando constantemente com o presente. Mecânica nunca foi, ela só é.

²¹² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro III. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. . p. 49.

²¹³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro I. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749.

Ao olhar o passado e o presente, ao explicá-los em uma mesma “Física” de leis humanas, permite entender a ação política. Daí extrai a resposta a questões tais quais: como a monarquia decai? Quais as causas da queda do Império Romano e de qualquer outro império? Não se trata de paralelos, mas de explicações a acontecimentos a partir de princípios que os próprios acontecimentos orientam na sua explicação. Grosso modo, pode-se imaginar como fórmulas políticas, uma metáfora matemática.

Uma “equação”, invertendo o jogo dos cientistas “das ciências exatas”, $N + (EP - CP) = FE$ (natureza do governo + (educação para o princípio – corrupção do princípio) = Força do Estado). Para bem compreender esta metáfora será preciso recorrer aos princípios de governo, em especial, o que define o cerne desta tese.

Como hoje, a história romana era dividida, no tempo de Montesquieu, em três partes, a saber, monarquia, república e império. A partir disso, a teoria de lei inspirada na ciência do século XVIII e a história romana, promovem uma interpretação do todo humano que gerou a Sociologia.

Nas “Considerações”, Montesquieu demonstra parte de sua metodologia de trabalho histórico:

Isso requer nossa reflexão, sem a qual veríamos os acontecimentos sem compreendê-los. Não percebendo bem a diferença das situações, ao ler a história antiga acreditaríamos estar vendo homens diferentes de nós.²¹⁶

Os antigos e os modernos são iguais. Portanto, compreender onde todo do político, monarquia, república e império aconteceram consiste em uma questão

²¹⁶ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734. p. 107-108. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 23.

metodológica e teórica, como condição epistemológica. Roma não é detalhe nem exemplo, constitui-se solo epistemológico de Montesquieu, e por que não, da cultura erudita e católica do século XVIII.

Montesquieu cita, no início de sua história de Roma apenas três reis. O primeiro, Rômulo, o guerreador. O segundo, Numa, o pacífico e o último, Tarquínio, o usurpador:

Tarquínio apoderou-se da coroa sem ter sido eleito pelo Senado ou pelo povo²¹⁷. O poder tornara-se hereditário; ele o tornou absoluto. Essa duas revoluções não tardara a ser seguidas por uma terceira.²¹⁸

Eis uma forte referência ao absolutismo “vencedor das Frondes”. Aqui, não é sem importância notar a dispensa dos senadores, da mesma forma que a política de Luís XIV dispensava os parlamentos, pelo conselho.

O que acontece aos tiranos? Montesquieu apresenta a regra geral, que serve para os antigos e modernos:

A história moderna nos fornece um exemplo do que então aconteceu em Roma, o que é realmente notável, pois, como em todas as épocas os homens tiveram paixões, as ocasiões que produzem as grandes mudanças são diferentes, mas as causas são sempre as mesmas.

Assim como Henrique VII, rei da Inglaterra, aumento o poder dos plebeus para aviltar os nobres, Sérvio Túlio, antes dele, havia ampliado os privilégios do povo para rebaixar o

²¹⁷ O senado nomeava um magistrado no interregno, a qual elegia o rei. Essa eleição tinha que ser confirmada pelo povo. Ver Dionísio de Halicarnasso, Livros II, III e IV. Nota do autor.

²¹⁸ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 10.

Senado; mas o povo, que logo se tornou mais audacioso, derrubou tanto uma quanto a outra monarquia.²¹⁹

Dar poder ao povo retirando-o dos nobres, queixa implícita ao aburguesamento da burocracia absolutista, representado sobre tudo na figura de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683). Montesquieu ataca a política de Luís XIV, sustenta, à sua maneira, o antiabsolutismo²²⁰.

Roma, expulsa seus reis, e assume o consulado. Torna-se a República Romana, mas uma república com poucas virtudes:

Sendo Roma uma cidade sem comércio e quase sem arte, a pilhagem era o único meio que tinham os particulares para enriquecer.

Assim, introduzia-se a disciplina na maneira de pilhar, e nela se observava mais ou menos a mesma ordem que é hoje praticada entre os pequenos tártaros.²²¹

Como a “virtude” para Montesquieu é o princípio da república, afirma:

Assim, Roma vivia em guerra eterna, sempre violenta. Ora, uma nação permanentemente em guerra, por princípio de governo, estava necessariamente fadada a perecer ou derrotar todas as outras, as quais, fosse em guerra, fosse em paz, nunca estavam tão prontas a atacar nem tão preparadas para se defender.

Com isso, os romanos adquiriram um conhecimento profundo da arte militar. Nas guerras passageiras, a maioria

²¹⁹ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734.. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.p. 11.

²²⁰ Sobre o anti-absolutismo MARTINS, Adilton Luis. *Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010

²²¹ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734.. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 11.

dos exemplos se perde: a paz dá outras ideias, e esquecemos
nossas falhas e até nossas virtudes.²²²

Assim, no “Espírito das Leis” a monarquia somada à honra é igual a um Estado forte. A demonstração pode ser realizada a partir da história. Uma monarquia que se deixa guiar pela corrupção da honra mostrar-se-á como um Estado fraco. Neste Estado, o nobre precisa aprender a honra, pois, se não vive segundo a honra, perderá os seus privilégios para o déspota, que iguala a todos sob sua vontade. Uma monarquia sem honra é solo fértil para o despotismo que é o primeiro inimigo político de Montesquieu – a religião dos bárbaros.

Para explicar como a monarquia sem honra decai para o despotismo, recorre à história chinesa de Tsin e Suei, elaborada pela narrativa do jesuíta Padre Du Halde (1674-1743), do segundo volume da “Description de Chine”²²³. Segundo Du Halde, havia uma “ilustre” dinastia Chou (Tcheou – considerada medieval) que na expressão deste autor caiu em decadência, triste e infeliz, pois, teve seu fim marcado pela submissão de todos os príncipes por Qin Shi Huang (Tsin chi hoang). Em seguida, como sugere o título *Parallele de deux courtes Dynasties Tsin & Souy* (Paralelo de duas curtas dinastias Qin e Sui), o padre apresenta a Dinastia Sui. Além da característica constante de unir a China sob um império, o autor afirma algo que dá a Montesquieu mais uma prova de sua teoria:

Se verá também que tendo se transformados mestres do
império, ele não desejaram nada mais que perpetuar em suas

²²² MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence*. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734.. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 13.

²²³ DU, HALDE, Jean-Baptiste. - *Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'empire de la Chine et de la Tartarie chinoise* / vol. II 1735. p. 648-651.

famílias. Chegou e saiu na segunda geração. De onde vem isto? É que em tudo eles se distanciaram das regras da Antiguidade. Primeiramente, ao invés de se limitar a uma inspeção geral somente digna do soberano, eles desejaram tudo governar imediatamente por si mesmos. Em segundo lugar, eles fundaram seu governo pelo rigor e punição física, e não sob a lei e sob a virtude. Em terceiro lugar, eles se privaram de poder ter o mais firme apoio. Eles confiaram sua herança a pessoas mal escolhidas, próximas a eles e as suas famílias. Não é muito ordinário os Soberanos descarregarem sobre outros tudo que no governo é penoso, faltar as aplicações, e se adornar de prazeres. Quando o soberano que está à cabeça é de seu caráter, todo o Estado se ressentido e é por aí que comumente que se vê cair os maiores impérios.

A monarquia decai para Império, que decai pela mesma razão. A nobreza vira serva. Neste estado, existe uma igualdade servil e amedrontada, e por isso corrupta, abaixo do soberano, que tem o direito de vida e morte sobre todos que nada podem fazer para corrigi-lo. Todos têm medo e procuram agradá-lo, sem honra, sem beleza, na mais dura servidão. Seria assim com a França absolutista. O texto de Du Halde aponta para a possível alusão a Luís XIV, pois também, o viajante compara, em sua narrativa, a ideia de unir o Estado à capital, da capital à corte e da corte a si mesmo.

Ainda no capítulo VII, do “Espírito das Leis”, os exemplos do passado romano que provam a que a desonra na monarquia causa o despotismo se apresenta, em nota:

Sob o reinado de Tibério, erigiram-se estátuas e deram-se ornamentos triunfais aos delatores: o que aviltou de tal modo as honrarias, que aqueles que as havia merecido, desdenharam-nas. (.) Vede (voyez), em Tácito²²⁴, como

²²⁴ Sobre a leitura e importância de Tácito para Montesquieu ver: Volpilhac-Augier, Catherine. Tacite en France de Montesquieu à Chateaubriand. (SVEC, 313.) Oxford: Voltaire Foundation, 1993. Volpilhac-Augier, Catherine. Tacite et Montesquieu Oxford: Voltaire Foundation, 1985.

Nero, na descoberta e punição de uma pretensa conjuração, deu a Petrônio Turpiliano, a Nerval, a Tigelino, os ornamentos triunfais. (.) vede também como os generais desdenharam guerrear, porque desprezaram as suas honrarias (.)²²⁵

Eis Montesquieu, relacionando passado e presente para elaborar uma análise que considere as leis do político. Em seguida, ele lembra a imagem de Cômodo com a Medusa em seu peito, dizendo: “*neste Estado, o príncipe sabia bem qual era o princípio de seu governo*”²²⁶ – o medo, representado por aquela cujo olhar petrificava. Montesquieu não cessa de dizer que o Império Romano vivia sob o princípio do medo.

Ainda sob o argumento da relação da mecânica do poder, a fórmula $N + (EP - CP) = FE$ (*natureza do governo + (educação para o princípio – corrupção do princípio) = Força do Estado*), quando trata do império ou despotismo, cujo princípio é o mesmo, ou seja, o medo, ele apresenta que o castigo e a punição são que ensinam a temer (EP). Não obstante, a corrupção, neste governo, está intimamente ligada ao seu princípio, por medo se obedece e por medo se mente, por medo se trai. O princípio do medo mantém, mas também, pode destruir um Estado, ou um “corpo político”. Todo despotismo é fadado ao fracasso. Para legitimar esta ideia tem ao seu lado a história. Os exemplos da Queda da Roma²²⁷, das insurreições e das leis da Polônia²²⁸, da colonização espanhola²²⁹, e por que não, entre outros casos, o tão condenado absolutismo Francês?

²²⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VIII. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749.

²²⁶ Idem.

²²⁷ MONTESQUIEU. Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

²²⁸ MONTESQUIEU: Espírito das Leis: L2, cap. III; L7, cap. III; L8, cap. IX; Cartas Persas: Carta 135.

A corrupção da democracia só destrói o Estado, quando todo o povo abandona a virtude. “Não vigia os vigilantes”²³⁰. Portanto, a fórmula $N + (EP - CP) = FE$, esta metáfora matemática para aproximar do pensamento de Montesquieu, revela na educação para virtude uma condição maior que em outras. Se o medo no despotismo leva a ambiguidade do poder, a educação para igualdade leva a conservação do Estado, desde que não leve à igualdade extrema, que é o esquecimento das autoridades, em especial a autoridade da própria lei. Assim, a República Romana torna-se império, troca-se a virtude pelo medo.

A “mecânica política”, de Montesquieu, une sob os princípios tempo e espaço, na constituição das leis e da sua manutenção. O capítulo V do Livro XI, do “Espírito das Leis” parece confirmar esta mecânica, uma vez que nele apresenta leis universais que perpassam leis particulares:

Apesar de todos os Estados possuírem, em geral, um mesmo objetivo, que é manterem-se, cada Estado possui, entretanto, um que lhe é particular. A expansão era o objetivo de Roma; a guerra o da Lacedemônia; a religião o das leis judaicas; o comércio de Marselha; a tranquilidade pública, o das leis da China; a navegação, o das leis dos ródios; a liberdade natural é o objetivo do modo de vida dos selvagens; as delícias dos príncipes, o dos Estados despóticos; sua glória e a do Estado, o das monarquias; a independência de cada indivíduo é o objetivo das leis da Polônia, e o que resulta é a opressão de todos.²³¹

A relação história e leis não se tratam de uma contraposição entre o universal da lei e o particular de um momento histórico. Trata-se de pensar a história

²²⁹ Espírito das Leis: L4, cap. VI; L8, cap. XVIII; L10, cap. IV “*Quel bien les Espagnols ne pouvoient-ils pas faire aux Mexicains ?*”; L17, cap. V; L24, cap. 24; Considerações: p. 57;

²³⁰ Sátira VI do filósofo Juvenal (60-127 AC).

²³¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro I. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749.

como um universo capaz de particularidades, que revelam a universalidade mesma das leis do político. O objetivo de um Estado ou de outro pode variar; no entanto, não há uma certeza, são Estados, portanto, submissos a leis que os constituíram. Estas leis são dadas pela história. A história é feita por associações de homens submissos a “leis destas associações”, criadas por eles mesmos.

2.4 Conclusão

A partir da física newtoniana, Montesquieu tem como agenciar o signo e o mundo sob a regência de uma mecânica de leis. A lei une tudo. Estabelece uma nova ordem. A lei demonstra a íntima relação do mundo da matéria e do mundo dos homens e suas ideias. A lei é a constituição do elo signo e mundo.

Para tanto, Montesquieu oferece elementos físicos no seu debate teórico. O “Espírito da Leis” é referência da relação signo-mundo, por meio das leis, que servem tanto à física quanto a história, do corpo dos homens ao corpo da política em seu significado singular e plural. No corpo plural, ou corpos políticos, repousa a compreensão política dos grupos; porém, corpos, como unidade que criam ação e reação, corpos unidades sem órgãos, simplesmente, sujeitos e objetos de ação de forças.

Em sentido singular, o corpo político é tratado como sistema de ideias, sistema de formas de fazer, ou técnicas, e enfim, sistema político. Como sistema de ideias configura-se a religião ou a literatura, qualquer conjunto teórico que abarque a compreensão de um povo. Como sistemas de técnicas, abrange o comércio e a

cobrança de impostos. Por fim, sistema político trata das configurações de poder em Montesquieu, monarquia, república e despotismo.

Assim, Montesquieu pode partir da ideia foucaultiana da ruptura entre signo e mundo. Com o “Espírito das Leis”, há duas proposições hermenêuticas: a primeira, que marca a ruptura, é uma tentativa de superação. A segunda, que se refere diretamente a esta primeira como exercício de superação, une Newton a Descartes.

Capítulo 3: Como se escreve a

História no Século XVIII

3.1 Introdução

Neste capítulo há um recuo para outra visão da construção da historiografia moderna, segundo a genealogia metodológica de Foucault, orientado pelas pesquisas empíricas de Blandine Kriegel, que se traduzem em duas perguntas com respostas desenvolvidas ao longo deste: o que significa a erudição e qual sua relação com o poder? Como a erudição se constitui como um saber-poder?

Inserida no “olho do furacão” da construção do Estado moderno, a erudição sempre foi palco de debates políticos, identitários e jurídicos. O mundo da verdade passa necessariamente pelo jogo erudito, uma das maiores invenções da Renascença.

Localizar-se-á o nascimento da ideia de fonte histórica, importância política (poder) e valor positivo de conhecimento (saber), sincrônicos em relação a três instâncias geradoras do saber-poder moderno no mundo da História: o latim, a História da Religião e o Direito.

Uma vez estabelecido o conflito Estados e Igreja, e seu Império Germânico, o Absolutismo francês inaugura uma indústria com uma maquinaria historiadora, o convento de Saint Maur, cuja vida monástica gera a máquina de fazer história – a diplomática de Mabillon.

Colbert, primeiro ministro de Luís XIV, apropria-se da maquinaria, ao mesmo tempo em que a constrói, lado a lado, com a erudição beneditina. Ele financia a História-Memória-Jurídica do reinado absolutista entre os séculos XVII e XVIII, que será combatida por Montesquieu, ao passo que se relaciona com a expectativa das leituras frente ao desejo da anticomania.

3.2 O Tripé Da Erudição

Nos corredores dos meios acadêmicos brasileiros e, principalmente, depois do texto de Roberto Gomes²³², paira uma questão nada simples. Pensamos como brasileiros ou somos um decalque do pensamento Europeu, ou de qualquer país rico? Nisto adentra-se outra questão: aqueles que sabem várias línguas, possuem muita leitura, são verdadeiramente críticos ou são apenas eruditos “cinzas”²³³?

Ao contrário do erudito “cinza”, não haveria o “crítico” nada ortodoxo que se aproveita de sua falta de erudição para militar contra os burgueses falantes que não lutam por um país melhor. Portanto, oficiosamente, haveria os “críticos” acadêmicos pouco eruditos e militantes, e os “cinzas”, acadêmicos supereruditos e pouco

²³² GOMES, Roberto. Crítica da razão tupiniquim. São Paulo: FTD, 1994.

²³³ GOMES, Roberto. Crítica da razão tupiniquim. São Paulo: FTD, 1994. p. 9-16.

dispostos a discutir ou modificar os problemas brasileiros. Bem que esta questão poderia se basear na *práxis* marxista e seja uma questão de origem social de cada intelectual.

Saber línguas é para quem não precisa trabalhar o dia todo e fazer faculdade no período noturno. Ter tempo para ler consistia em um hábito dos gregos antigos para os não escravos. Assim, a erudição estaria bem alocada entre os que “não trabalham” – acusados de burgueses. Por outro lado, os que não têm o hábito de leitura em diversas línguas, nem na materna, deveriam ser os mais assíduos à biblioteca. Estes, entretanto, dividem o pouco conhecimento acadêmico entre aulas e militância – seriam os proletariados do saber, amantes das histórias orais, regionais, locais e se pudessem caseiras, afinal, não poderiam sequer estudar a história feita a mais de “cem quilômetros de casa”. Mesmo que morasse na fronteira com o mundo de língua espanhola, tal como Paraguai ou Argentina. Esquecendo também os “malditos padres” que escreviam em latim ou em língua indígena. Cobrem sua incapacidade histórica sob o manto das raízes esquecidas de algum lugar. Militância do micro sem ressonância em nada além do micro. Assim, as cadeiras de história Antiga, Moderna e Contemporâneas tornam rodapé da verdadeira grade, para melhorar a própria pós-graduação e evitar qualquer possibilidade de interdisciplinaridade. Viva a nano história sem ressonância do “Bem Amado”, de Frederico Paraguaçu²³⁴ e sua história regional de Sucupira.

Esta caricatura, protesto da academia brasileira, não está longe da realidade: cursos de graduação que proíbem trabalhadores de estudar, pois são ditos integrais, e cursos pós-graduação exigem que o candidato domine diversas línguas, e,

²³⁴ GOMES, Dias. O Bem Amado. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1985.

quase de forma caridosa, exigindo apenas línguas modernas, colocam para fora os não eruditos. Afinal, a academia brasileira, desde seu vestibular, foi construída para pensadores-leitores-ociosos e amantes do saber, não para os que não combinam com o estilo da Sorbonne *Belle Époque*.

Este problema se desdobra no âmbito político. Os eruditos são os conservadores e os não eruditos são os militantes? Focalizando este problema, partimos para estudar a feitura da história no século XVIII.

A primeira preocupação sobre a erudição do século XVIII consiste em ajustá-la à obra de Montesquieu. Não é difícil concluir que há severas diferenças entre o pensamento iluminista e a erudição²³⁵. Diferentes na forma de escrita, no volume de textos, na relação entre dedução e indução. Mas erudição é a “ordem do discurso”²³⁶ do século XVIII.

Em segundo lugar, a preocupação se desenrola sobre o pensar as fontes.

Por isso, passar por uma reflexão de Arnaldo Momigliano consiste em uma obrigação:

Todo método de pesquisa histórico moderno está fundado sobre a distinção entre as fontes originais e fontes derivadas. Por fontes originais, nós entendemos somente as testemunhas oculares, sejam os documentos ou todos os outros traços materiais que sejam contemporâneos destes eventos, ainda que não sejam testemunhas, mas entendidos como quem deve falar diretamente ou indiretamente a partir de fontes originais. Nós acordamos igualmente valor aos historiadores não contemporâneos pelos julgamentos que eles dispõem em que concerne a interpretação e a avaliação de fontes originais. Esta distinção entre fontes originais e fontes derivadas não foi tornado o patrimônio comum da pesquisa histórica até o fim do século XVIII. Sem dúvida

²³⁵ GRELL, Chantal. L'histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique à l'âge des Lumières. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

²³⁶ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso, Loyola, 2002.

pode-se encontrar anteriormente, mas, ela não seria formulada com o mesmo grau de precisão nem considerada como um pressuposto necessário dos estudos históricos. Em meio à formação do método histórico novo e por consequência na relação moderna com o passado, aqueles que nós chamamos de antiquários foram os primeiros a propor estes problemas essenciais. Eles mostram como usar uma evidência não literária, mas, também fazem refletir sobre a diferença que existe entre a colação e a interpretação dos fatos.²³⁷

O que é uma fonte história? Um texto original testemunha de algo que prova algo. Um pedaço de papel cheio de verdade histórica para edificar a história, que como diria Gabriel Monod:

Pretendemos permanecer independentes de toda opinião política e religiosa, e a lista de homens eminentes que de bom grado quiseram acordar seu apoio a *Revue* prova que eles creem este programa realizável eles estão longe de professar todos as mesmas doutrinas em política e em religião, mas pensam, como nós, que a história pode ser estudada por ela mesma, e sem se preocupar com as conclusões que podem daí ser retiradas por ou contra tal crença. Sem dúvida, as opiniões particulares influem sempre, em certa medida, sobre a maneira com a qual estudamos, com a qual vemos e com a qual julgamos os fatos ou os homens. Mas, devemos nos esforçar para descartar estas causas de prevenção e de erro para não julgar os acontecimentos e as personagens mais que por eles mesmos. Não admitiremos, por outro lado opiniões e apreciações divergentes, salvo condições de que sejam apoiadas sobre provas seriamente discutidas e sobre fatos, e que não sejam simples afirmações.²³⁸

Como saber se uma prova histórica é verdadeira? No início do século XVIII ela teria o diploma. Pertenceria a um arquivo. Mas como surgiu a ideia de fonte

²³⁷ MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ancient History and the Antiquarians*. In: *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*. Volum XIII, 1950. Nº 4.

²³⁸ MONOD, Gabriel. *Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI*. In: *Revue Historique – Tomo 1876*. Tradução de Glaydson José da Silva. In: *A Escola Metódica*. Nº 61, Textos Didáticos. IFCH-Unicamp, Campinas, 2006.

verdadeira? E estranhamente como estas fontes foram agenciadas em arquivos, como surge a ideia de arquivo, dos quais os diplomas são a base.

Como um químico que inventa sua química²³⁹, o historiador inventa a sua história. No entanto, esta ciência inventada sintetiza-se no próprio historiador. A “fonte histórica” surge a partir de duas condições histórias, a primeira é o antiquariato, e o segundo se trata da Diplomática. O antiquário procura pela solução do mistério que envolve o objeto. A Diplomática evoca outras ciências²⁴⁰, ou seja, o nascimento das ciências auxiliares. Ao contrário da escola dos *Annales*, a erudição não faz surgir como documentos algo que não seja texto. A diplomacia não pode ser pensada como Febvre pensava a história:

Textos, sim: mas eles são textos humanos. E até mesmo as palavras que os formam são repletos de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferente, dependendo do tempo, e mesmo se eles se referem a objetos materiais, não significa que a realidade qualidades raramente idênticos iguais ou equivalentes.

Textos, sem dúvida, mas todos os textos. Não apenas estes documentos de arquivo para o qual se cria um privilégio - o privilégio de obter, como dizendo que outro, um nome, local, uma data, um nome, um lugar - todo o saber positivo, concluiu, um historiador descuidado da realidade. Mas um poema, uma pintura, um material de drama para nós, a evidência de uma história humana viva, saturado com potencial de pensamento e ação em potência.

Textos é claro: mas não apenas os textos. Outros documentos também, qualquer que seja a sua natureza, os utilizadas para um longo período de tempo, especialmente,

²³⁹ FEBVRE, Lucien *Combats pour l'Histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1992.

Ver também: FEBVRE Lucien. Sur une forme d'histoire qui n'est pas la nôtre. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 3e année, N. 1, 1948. p. 21-24.

²⁴⁰ KRIEGLER, Blandine. *L'histoire à l'Age classique*. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p.18.

aqueles fornecidos pelo esforço bem sucedido de novas disciplinas: estatísticas, dados demográficos substituindo a genealogia, na medida em onde o *Demos* substitui reis e príncipes.²⁴¹

A Erudição, personagem de interstício entre a Ciência Histórica e a Crônica Medieval, personagem que é prática, que é ação social, consistindo como em Weber, numa atividade de sentido partilhado²⁴², tem por sua técnica o desejo de “fortalecimento, redução e purificação²⁴³” do texto escrito. A erudição é uma ação sócia, porque procura responder a questões imaginadas por adversários:

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento dos outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros).²⁴⁴

Ademais, esta ação social está determinada por um fim, e por isso torna-se racional:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação –

²⁴¹ FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1992. p.26. ainda sobre Lucien Febvre.

²⁴² WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol. I. 3ª edição. Editora da UNB: Brasília, 1994.

²⁴³ KRIEGLER, Blandine. *L'histoire à l'Age classique*. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p. 18.

²⁴⁴ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol. I. 3ª edição. Editora da UNB: Brasília, 1994.

absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado;²⁴⁵

Entretanto, este grande “tipo social”, o erudito, teria também uma ação social e afetiva? Considerando o pensamento de Weber, norteador de todas as generalizações desta tese, apresenta:

A ação afetiva e a ação racional referente a valores distinguem-se entre si pela elaboração consciente dos alvos últimos da ação e pela orientação consequente e planejada com referencia a estes, no caso da última. Têm em comum que, para elas, o sentido da ação não está no resultado que a transcende, mas sim na própria ação em sua peculiaridade.²⁴⁶

Certamente, os monges de Saint-Maur²⁴⁷ tinham no ato de escrita da história erudita muito mais que o racional objetivo de escrever histórias antigas, medievais e contemporâneas de sua França. Para eles, era parte do ofício beneditino, reformada sob as bases absolutistas impostas por Richelieu²⁴⁸.

Para Kriegel, sobre a ação dos eruditos, eles criavam arquivos, que não podiam ser considerados arquivos no sentido que hoje se toma esta ” palavra-conceito” para história. O conjunto de fontes que fariam o “arquivo” chega a se aproximar de Febvre²⁴⁹, mas distancia-se, porque está disposto sob os poderes, sob a independência do historiador. De Jerusalém a Roma, de Creta à Turquia, os

²⁴⁵ WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol. I. 3ª edição. Editora da UNB: Brasília, 1994. p. 15.

²⁴⁶ WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol. I. 3ª edição. Editora da UNB: Brasília, 1994. p.15.

²⁴⁷ LEROY, Hugues. Les procédures juridiques et canoniques de réforme des monastères : l'exemple de la congrégation de Saint-Maur. In: Revue Mabillon. Brepols Publishers. Volume 13, Volume 13 / 2002.

²⁴⁸ ROUSSEAU, François. Dom Grégoire Tarrisse, premier supérieur général de la Congrégation de Saint-Maur (1575-1648). Paris, Lethielleux, 1924., vol. 85, n° 1, p. 170-171.

²⁴⁹ BRAUDEL, Fernand. Lucien Febvre et l'histoire. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 12e année, N. 2, 1957. p. 177-182.

documentos são divididos segundo as organizações políticas, ou melhor, organizações de poder – metaforicamente em Estados.

No conjunto, elenca Kriegel, inscrições em pedras, textos régios, títulos de propriedade, tabletes de argila, cálculos de riqueza e evoluções fiscais:

A apologia e a exaltação das ações das quais elas desejavam guardar a lembrança ao povo e que devem ser inscritos, gravados no bronze, incisos nas pedras, escritos sobre o papiro ou pergaminho, impressos sobre o papel. Todo poder que proclama sua grandeza está voltado a esta tarefa que traduz sua historicidade: a produção de marcas específicas.²⁵⁰

Compreender os poderes no tempo, os governos e seus povos, os grandes nomes, os memoráveis artistas, os importantes intelectuais ou os grandes maus exemplos da história, necessitava do trabalho entediante de copiar, transcrever, desenhar, classificar, conservar. Mas o “arquivo” em que os eruditos trabalhavam não era construído em bases históricas, sua epistemologia – ou melhor, sua “arquivologia”, estabelece-se sobre uma necessidade burocrática de organização de Estado.

O absolutismo necessitava organizar seu Estado nascente, por meio de levantamento de impostos, número de soldados, populações, mas também, certificando-se da autenticidade de documentos históricos e jurídicos. Por isso, Blandine Kriegel²⁵¹ listou alguns elementos estruturantes desta arquivística erudita. O primeiro da lista seria o Latim.

²⁵⁰ KRIEDEL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique*. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p. 19.

²⁵¹ KRIEDEL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique*. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. pp 23-135.

3.2.1 O Latim

O estilo de escrita de Paul Ricoeur²⁵² apresenta-se o argumento completo de um autor, justapõe aos outros com afinidade sobre um mesmo tema, em busca da redução fenomenológica. Outrossim, parte-se para a hermenêutica, procurando derivar sentidos, e para genealogia procurando pelas relações de poder inseridos em meio aos textos.

Na base da erudição, os filólogos, são responsáveis, à grosso modo, durante a Renascença, pelo “retorno” das fontes antigas, o trabalho de restituição e purificação. Retorcer, corrigir e envolver a linguagem²⁵³ no campo da “redescoberta”. E diferente do que inventou a técnica do moinho de água, a transmissão do moinho cilíndrico, a bússola, o relógio astronômico, os eruditos filólogos têm nome, são “vedetes²⁵⁴” de sua ciência. Desfilam, portanto, Petrarca (1304-1374), Boccace (1313-1376), Lorenzo Valla (1407-1457).

O capítulo, “A Glória Moderna”, do sempre referencial da história da Renascença, Jacob Burckhardt²⁵⁵, traz a seguinte afirmação:

Petrarca desfrutou também deste novo incenso, outrora reservado apenas aos heróis e santos, dele respirando a plenos pulmões e, em seus últimos anos, até mesmo convencendo-se de que seu perfume era companhia vã e importuna²⁵⁶.

²⁵² RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa (vol.1). Tradução de Constança M. César. Campinas: Papirus, 1994. RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa (vol.3). Tradução de Roberto L. Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

²⁵³ KRIEGL, Blandine. L'histoire à l'Age classique. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p. 24.

²⁵⁴ KRIEGL, Blandine. L'histoire à l'Age classique. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p. 24.

²⁵⁵ BURCKARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália: Um Ensaio. Tradução de Sérgio Tellaroli. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

Os grandes da Renascença faziam o povo recordar os grandes da Antiguidade: quem de renome havia nascido, vivido ou trabalhado em “nossa cidade”?

A partir de então, as cidades italianas voltam a recordar seus cidadãos e habitantes da Antiguidade. Nápoles talvez jamais tenha esquecido inteiramente seu túmulo de Virgílio, já em função do significado semimítico que se apoderar desse nome. Pádua, ainda no século XVI, acreditava piamente possuir não apenas os ossos legítimos de seu fundador troiano, Antenor, como também os de Tito Lívio²⁵⁷.

Na Idade Média, as cidades haviam proclamado seu orgulho pelos santos de sua região, na Renascença, ao lado dos santos e milagres, os homens de grande espírito, ainda que não sejam repletos da virtude cristã e da graça divina. Homens antigos e contemporâneos associados ao *heros*²⁵⁸ da Antiguidade.

Ao se perguntar sobre que razão de poder, estes homens tomam lugar de honra, Kriegel²⁵⁹ aponta para os conflitos entre o Império e o papado. Petrarca partidário do império precisa da proteção deste para impedir as usurpações papais. O pontificado poderia fazer uso abusivo de qualquer cidade italiana com a proteção do imperador.

Portanto, se Petrarca é um partidário do Império, ele partilha com Dante e Marsílio de Pádua, que acredita que pode ser mais completa, como o autor da “De Monarchia”, e os jurisconsultos imperiais, que o universo deveria possuir

²⁵⁶ BURCKARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália: Um Ensaio. Tradução de Sérgio Tellaroli. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p.156.

²⁵⁷ BURCKARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália: Um Ensaio. Tradução de Sérgio Tellaroli. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p.158.

²⁵⁸ BURCKARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália: Um Ensaio. Tradução de Sérgio Tellaroli. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p.159.

²⁵⁹ KRIEGL, Blandine. L'histoire à l'Age classique. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p. 24.

apenas um só chefe, e que este chefe único é o imperador germânico herdeiro do povo romano, que o Império não revela mais que Deus.

Assim, a luta entre o papado e os Hohenstaufen significou certa autonomia às cidades italianas. Retornar aos antigos trata-se de rememorar sistemas políticos, talvez reinventá-los para produzir liberdade às cidades. Maquiavel e seu “Príncipe” são a própria regra. *Cidade, ciência e liberdade é a tripla aliança*²⁶⁰.

A filologia do *Quattrocento* oferece mais que uma inspiração para a erudição francesa do século XVII (*Cinquetento* francês) sob a sombra do absolutismo nascente e da anticomania. O tipo ideal, “os beneditinos”, acostumados ao copismo acrítico, tomarão diante de si a Antiguidade. Petrarca produz algo novo, revela a estes monges, “*a harmonia dos versos de Virgílio e o equilíbrio da prosa de Cícero*”²⁶¹. Lorenzo Valla critica à “*Donatio Constantini*”²⁶²

A política expansionista do papa Eugenio IV sobre o reinado de Nápoles provocou, em certa medida, junto ao rei Alfonso V, o Magnânimo, um *arsenal* de argumentos filológicos provenientes de Lorenzo Valla, em apoio à monarquia, contra o papado e partidário do Império. O principal “texto-máquina de guerra”²⁶³, de Lorenzo Valla, fora “*De falsa credita et emendita Donatione Constantini*”, e neste demonstra a

²⁶⁰ KRIEGL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique*. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p. 29.

²⁶¹ KRIEGL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique*. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p. 30. Ver também: MONNIER, Philippe. *Le Quattrocento : essai sur l'histoire litteraire du XVe siecle italien* Paris: Perrin, 1931. HORNIK, Henry. *Three Interpretations of the French Renaissance*. In: *Studies in the Renaissance*. Vol. 7, (1960), p. 43-66. The University of Chicago Press.

²⁶² ROJAS DONAT, Luis. *Para una historia del derecho canónico-político medieval: la donación de constantino*. *Rev. estud. hist.-juríd.*, Valparaíso, n. 26, 2004

²⁶³ DELEUZE, Gilles e FELIX, Guatarri. *Tratado de nomadologia: A máquina de guerra*. In: *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Volume 05. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. pp 11-110.

Lorenzo Valla agencia o desejo ao ponto de fuga pela rota do antigo, mesmo dentro da rotina da política territorial. O uso do documento papal, guerra real, vai ser enfrentado na descaracterização do mesmo documento. Portanto, a luta jurídica dar-se-á no campo da história e não do direito. Sobre este conceito noto “i” ao final do capítulo.

falsidade da Doação de Constantino, algo já denunciado por Nicolau de Cusa, em 1432. Em 1440, a sua “máquina de guerra” demonstrou as faltas de exatidão, as contradições e os anacronismos que continha o texto²⁶⁴. Todo rei que queria enfrentar o Império ou o Pontificado poderia consultar um filólogo. O próprio império construíra sua máquina filológica de Guerra.

Pode-se identificar no trabalho de Lorenzo Valla, e aí sim, uma máquina de guerra não apenas de enfrentamento, mas de criação, o método. Procurando evitar o *barbarismo*²⁶⁵, a influência de outras línguas na escrita do latim:

Lorenzo Valla forjara os critérios do método moderno, comparando o sentido das palavras em um texto aos sentidos latinos clássicos, Cícero, César, Tito Lívio, e estima o erro como também a proporção de distanciamento deste “corpus”. A sua apreciação supõem, pois, como preambulo, o conhecimento da língua latina clássica que as redescobertas dos textos havia tornado possível.²⁶⁶

História e linguística se casam. Uma depende da outra, num relacionamento digno do clichê de Lesbos. Em Valla, não há uma meta linguagem, um debate sobre o que é o signo e o que é a gramática, ou até mesmo, uma semântica. Nele repousa o conhecimento dos autores ditos clássicos, com a sua língua latina clássica. Mas, também depende conhecimento de história romana, dos escritores da capital do Império e dos provincianos. Geografia dos textos para conhecer a

²⁶⁴ROJAS DONAT, Luis. Para una historia del derecho canónico-político medieval: la donación de constantino. Rev. estud. hist.-juríd., Valparaíso, n. 26, 2004

²⁶⁵ KRIEGL, Blandine. L'histoire à l'Age classique. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p.36.

²⁶⁶ KRIEGL, Blandine. L'histoire à l'Age classique. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p.36.

contaminação por qual tipo de língua bárbara. Assim, passou a autoridade da fonte história do ditame da autoridade para o da verificabilidade²⁶⁷.

3.2.2 História e Religião

Seguindo os passos da relação saber-poder, listado por Kriegel, tem-se a relação história e religião – típica da metodologia foucaultiana. Pode-se facilmente perguntar, qual a relação entre a filologia renascentista e a autoridade governamental da Igreja? Qual a relação entre a mudança no campo do saber filológico e no campo do poder eclesiástico?

Não é uma novidade para os estudiosos da historiografia medieval que as crônicas e seus relatos “históricos” eram realizados, sobretudo, sob o jugo da fé. Em seu prisma, as luzes revelam as cores da escatologia, da alma, da salvação e do sagrado e do profano. A beleza estética destes imensos arquivos está em observar como “Deus agiria na história humana”, em um jogo nem sempre fácil de compreender entre liberdade humana e vontade divina. A igreja era a senhora da história. Contudo, a Renascença tornou-a desprovida deste saber-poder, pelo menos em parte. A historiografia renascentista foi construída, passo a passo, a favor ou contra os inimigos do papado. O fenômeno se estabelece, e reis e protestantes negam as interpretações

²⁶⁷ GUENEE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris, Aubier-Montaigne, 1980.

históricas de cunho clerical²⁶⁸. O mundo está de cabeça para baixo²⁶⁹, figura empírica e poética de Christopher Hill.

Do papado para o Estado, os reis governarão a história. Uma primeira ação em relação a este tema fora a aplicação de elementos humanistas sobre o texto bíblico. O que a filologia fizera até então sobre os textos clássicos, fez também com a bíblia. Em pauta, três grandes povos considerados originais do ocidente, as “raízes” da Europa, gregos, romanos e judeus, todos do Mundo Antigo, e o ressurgimento respectivo de suas línguas, grego, latim e hebraico²⁷⁰.

O interesse que os humanistas tinham pelo conhecimento do hebreu concernia diretamente à meditação erudita da Bíblia. Fato, claramente, exposto em Erasmo:

A maior vantagem seria, pois, a meu ver que fosse confiado a alguns homens de fé piedosos e doutos, esta tarefa de escolher um resumo, a partir das fontes mais puras dos evangelhos e dos apóstolos, a partir dos exegetas mais conceituados, todo o conjunto da filosofia cristã em tal simplicidade que não exclua a ciência.²⁷¹

²⁶⁸Cf: SNOEKS, Rémi. L'argument de tradition dans la controverse eucharistique entre catholiques et réformés Français au XVIIe siècle. Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1951

VOELTZEL, René, Vraie et fausse Eglise selon les théologiens protestants Français du XVIIe siècle, Paris, PUF, 1956.

CÉDRIC Monget, La Théologie de controverse des auteurs catholiques du diocèse de Bordeaux et de Bazas à l'époque baroque (1598-1629), thèse de doctorat d'histoire. Université de Bordeaux 3, 2005.

POLMAN, Pontien, L'élément historique dans la controverse religieuse du XVIe siècle. Gembloux, J. Duculot, 1932.

²⁶⁹ Cf. HILL, Christopher. O mundo de Ponta-cabeça. Ideias radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Cia das Letras: São Paulo, 1987.

LIEBEL, Silvia. O Mundo às avessas na Europa dos séculos XVI e XVII: Humor sandice e crítica social. Dissertação de Mestrado, UFPR. Curitiba, 2006.

²⁷⁰ KRIEGLER, Blandine. L' Histoire à l'Age Classique. La Défaite de l' Erudition. Presses Universitaires de France: Paris, 1988, 50.

²⁷¹ ERASMO, Echiridio militis crhistiani in: Collected Works of Erasmus: Spirituality, Volume 66 . University of Toronto Press, 1988

Em *Annotationes*²⁷², de Valla, aparecem várias anotações sobre a vulgata, demonstrando vários erros de interpretações falsas do texto sagrado, além, é claro, de traduções não confiáveis do novo testamento, que a partir de agora recebe o método novo de leitura²⁷³. Novas edições do novo testamento, como as de Erasmo²⁷⁴, surgem por toda a Renascença²⁷⁵, Febvre não deixa de notar os principais nomes destes tradutores em espaços “proibidos” da biblioteca da Sorbonne no tempo de Rabelais:

Ultima observação: todos os livros incluídos no Catalogue des ouvrages visités [Catálogo das obras inspecionadas], qualificados pela Sorbonne em 1542, são livros de autores reformados ou pelo menos simpáticos à Reforma. O Gargântua e o Pantagruel aí se incluem ao lado de obras de François Lambert d'Avignon, de Calvino, Erasmo, Marot, Ecolampadé, Bucer. Jean Brentz, Bugenhagen, Zwingli, Melanchthon — e de numerosas traduções de livros santos em francês. Mais uma vez, por gentileza da Sorbonne, Rabelais toma lugar não na coorte dos libertinos, mas no estado-maior da Reforma: *cenevangelistarum antesignani* [o pelotão de frente dos cenevangelistas]. E, da mesma maneira, Dolet. Não é um "ateu" que é perseguido em 1543—mas, visivelmente, um fomentador da heresia reformada.²⁷⁶

Exemplo francês com grande destaque é o de Lefèvre d'Etaples²⁷⁷, na Inglaterra aparece John Colet²⁷⁸, cujo retorno da Itália o faz um reformista de renome,

²⁷²ERASMUS Desiderius e VALLA, Laurentius. In *Novum Testamentum annotationes*. Basiléia, 1541.

²⁷³ MANGAN, John Joseph. *Life, Character and Influence of Desiderius Erasmus of Rotterdam Derived from a Study of His Works and Correspondence*. Whitefish: Kessinger Publishing, 2003. p. 193.

²⁷⁴ ERASMUS Desiderius e VALLA, Laurentius. In *Novum Testamentum annotationes*. Basiléia, 1541.

²⁷⁵ RUMMEL, Erika. *Biblical Humanism and Scholasticism in the Age of Erasmus*. Danver: Brill, 2008. p. 24p

²⁷⁶ FEBVRE, Lucien. *O Problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais*. Tradução de Maria Lucia Machado. Tradução do latim de José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo, 2009.

²⁷⁷ Ver Anexo 10

²⁷⁸ Obras: *Absolutissimus de octo orationis partium constructione libellus* (Anvers, 1530)

principalmente devido aos seus comentários bíblicos²⁷⁹. Na Espanha²⁸⁰, Francisco Cisneros de Ximenes²⁸¹ publicou a bíblia poliglota²⁸². Na Itália, a Albert Castellani²⁸³ produziu de revisão do texto da Vulgata surge junto à criação da Escola de Línguas Orientais, de Girolamo Savonarola. O papa Clemente VI ordenou uma nova tradução do Antigo Testamento em 1527, com apoio de doze sábios,;seis deles eram judeus, e seis deles eram cristãos. A introdução dos estudos hebraicos aproximou a exegese da cabala, produzindo a “cabala cristã”²⁸⁴. Pico de la Mirandola, por meio da cabala cristã, procura demonstrar a superioridade da cultura judaico-cristã sobre a cultura pagã²⁸⁵, logo seguido por Johann Reuchlin²⁸⁶.

Reuchlin chegara a uma conclusão que, logicamente, devem encontrar os humanistas de formação bíblica, confrontou a tradição greco-romana e que fora uma antecipação sobre

Rudimenta Grammatices (Londres, 1539)

Daily Devotions, Monition to a Godly Life, Epistolæ ad Erasmum, et divers commentaires de livres de la Bible.

²⁷⁹ SEEBOHM, Frederic. The Oxford reformers: John Colet, Erasmus, and Thomas More, Longmans, Green, and co., 1869 disponível em 09/05/2012 18:14:55 em http://books.google.com.br/books?id=yvsPAAAAAYAAJ&dq=John+Colet&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

²⁸⁰ BATAILLON, Marcel. Erasme et l'Espagne, recherches sur l'histoire spirituelle du XVIe siècle rééd. avec une préface de Jean-Claude Margolin, Genève, Droz, 1998, coll. n°10.

²⁸¹ CISNEROS, Francisco Jiménez de. Cartas del cardenal don fray Francisco Jimenez de Cisneros, dirigidas á don Diego Lopez de Ayala: publicadas de real. Colegio de sordo-mudos y de ciegos, 1867. Disponível em 09/05/2012 18:25:18 em http://books.google.com.br/books?id=tLPUZ62RWhEC&dq=Francisco+Jim%C3%A9nez+de+Cisneros&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

²⁸² CISNEROS, Francisco Jiménez de e ZÚÑIGA, Diego Lopez de. *Bíblia poliglota: Vetus Testamentu[m] multiplici lingua..* Industria Arnaldi de Brocario, 1517

²⁸³ FATIO, Olivier e FRAENKEL, Pierre. Histoire de l'exégèse au XVIe siècle: textes du Colloque international tenu à Genève en 1976. Librairie Droz, 1978.

²⁸⁴ SCHOLEM, Gershom Gerhard. La kabbale: une introduction : origines, thèmes et biographies. Cerf, 1998 -

²⁸⁵ MIRANDOLA, Giovanni Pico della. *Oratio de hominis dignitate*: Oration on the dignity of man. Traduzido para o inglês por Elizabet Livermore Forbes. Anvil Press, 1953.

²⁸⁶ REUCHLIN, Johann. La Kabbale. (De arte cabalistica); introduction, traduction, notes par François Secret. Archè, Milan collection bibliothèque de l'unicorne numéro 49 ,1995.

alguns pontos da superioridade da filosofia rabínica sobre a sabedoria antiga.²⁸⁷

Erasmus de Roterdã é a figura emblemática da retórica bíblica sobre a pagã e sua “adoração aos antigos”. Por seus “Adágios”, torna-se best-seller²⁸⁸. No mundo das ideias surge, ao mesmo tempo, os “biblistas sábios” – defensores do hebraico para interpretar a bíblia; os protestantes crentes, sobretudo, na graça superior a fé, determinante na sua leitura sobre o Antigo Testamento. Evoca-se o conflito entre a lei e a graça.

Por outro lado, a partir do Antigo Testamento surgem novas teorias políticas, que fomentaram a sede protestante de legitimação política. Torna-se necessário esquecer o mundo greco-romano e suas teorias e filosofia políticas. O entulho da tradição precisa subsumir diante da graça.

Outras figuras surgem com a bíblia em mãos. Trata-se dos eruditos seculares e sua crítica às interpretações “sagradas”, que têm em Benedito Espinosa um dos nomes mais relevantes desta terceira via, grosso modo, no mundo das ideias políticas e religiosas.

Uma vez assim apresentados os fundamentos da fé, concluo, finalmente, que o conhecimento revelado não tem outra finalidade senão a obediência e que, tanto pela finalidade como pelos fundamentos e pelo método, ele é completamente diferente do conhecimento natural, não tendo nada em comum com este, pois cada ocupa a sua área sem que o outro se insurja e sem que nenhum tenha de considerar subordinado. Como, além, disso, os homens são por temperamento bastante diferentes, e como uns preferem esta, outros aquela opinião, inspirando a uns sentimentos religiosos o que a outros só provoca escárnio, concluo ser

²⁸⁷ KRIEGL, Blandine. *L' Histoire à l'Age Classique. La Défaite de l' Erudition*. Presses Universitaires de France: Paris, 1988, p. 55.

²⁸⁸ CHOMARAT, Jacques. *Grammaire et rhetorique chez Erasme*. Paris: Société d'Édition “Les Belles Lettres,” 1981. 2 vols. p. 235.

necessário deixar a cada um a liberdade de julgar e a possibilidade de interpretar os fundamentos da fé segundo a sua maneira de ser, e não se ajuizar de ninguém, a não ser pelas suas ações, conforme piedosas ou ímpias. Só assim poderão todos obedecer a Deus de livre e inteira vontade e dar valor apenas à justiça e a caridade.²⁸⁹

A História começa a ser refeita em cena, lutando pelo protagonismo, pela História católica, pela História protestante e pela História secular. Sobre a história protestante, Pontien Polmian²⁹⁰ afirma que o primeiro motor de transformação consiste na invenção da imprensa. Graças à publicação de diversas obras o trabalho do erudito que procura pela história se transforma. A fonte está ao alcance. Do lado dos protestantes, o passado aparece sem a tradição católica; outrossim, ao lado dos jesuítas, o humanismo oferece um método, um caminho distante da autodidaxia.

Protestantes e seculares criam uma nova arma contra a teologia católica, a filosofia da história. Em *Loci Theologici*, de Philipp Melancton, é um exemplo disso. Duas teses são fundamentais, a primeira “decadência da igreja primitiva – versão protestante da história do papado”. A segunda tese trata da “pureza evangélica dos precursores da reforma”, o evangelho antigo sendo vivido paralelamente ao papismo.

Assim,

O protestantismo torna a ver o passado como a garantia de uma ordem imutável que determinou a reprodução sem nenhuma mudança, procurava a autenticidade em sua Antiguidade, sua verdade nas origens, seu valor no imobilismo.²⁹¹

²⁸⁹ ESPINOSA, Benedicto. Tratado Teológico-Político. Tradução, introdução e notas por Diogo Pires Aurélio. S. Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 9.

²⁹⁰ PONTIEN POLMAN, R. p.. L'élément historique dans la controverse religieuse du XVIe siècle. Gembloux J. Duculot, 1932.

²⁹¹ KRIEGLER, Blandine. L' Histoire à l'Age Classique. La Défaite de l' Erudition. Presses Universitaires de France: Paris, 1988, p. 61.

Para Lutero e Calvino o contexto não pode mudar o “espírito” da escritura sagrada. Logo, a tradição católica seria um absurdo. Reescrever a história do cristianismo significava não apenas uma crítica ao papado, mas assegurar a fé na escritura, na formação de uma nova ética, religiosidade e cultura. O protestantismo necessitou rever a origens de sua fé. A história acabou por subsidiar a fé. E a fé implicou numa reforma em se fazer na história.

A “*Historia Ecclesiae Christi*” ou as “Centúrias de Magdeburgo”, obra coletiva de 1559 a 1574, marcam esta nova experiência historiográfica.

Os reformadores, que em sua maioria foram fortemente influenciados pelo humanismo, ecoaram isso com respeito à Escritura e à Igreja primitiva. Melanchthon caracterizou a Reforma como a era “em que Deus chamou a Igreja de volta a suas origens” (*in qua Deus Ecclesiam iterum ad fontes revocavit*; Ferguson 1948, p. 52). A percepção de que “mais antigo é melhor” caracterizou as histórias da Igreja provenientes das Reformas. Sob a liderança do luterano Matias Flácio Ilírico (1520-75), um grupo de pesquisadores desenvolveu uma história da Igreja de seu início até 1400, intitulada *Historia Ecclesiae Christi*. Visto que esta obra dividiu a história da Igreja em séculos e foi iniciada na cidade de Magdeburgo, também é conhecida como as “Centúrias de Magdeburgo”. O modelo eusebiano continua em vigor nas “Centúrias”, pois Flacius sustentou que a Reforma era a restauração da pureza original da Igreja primitiva. De maneira não surpreendente no caso de um apologeta luterano, a chave para a fidelidade da Igreja era vista como a doutrina da justificação somente pela graça. A pureza original da Igreja teria durado até mais ou menos 300, e com algumas reservas mesmo até 600, quando então teria havido uma renegação da fé devido à expansão do papado.²⁹²

As centúrias dividiam a história do cristianismo em três partes. Em sua primeira parte, um tema cronológico, as origens da igreja até o século IV. Já a segunda parte trata da decadência medieval da igreja, do século IV até o XV. A última

²⁹² LINDBERG, Carter. As Reformas Na Europa. Editora Sinodal: São Paulo, 2001.

parte tem como exame a restauração da vida evangélica pelo protestantismo. Trata-se, novamente, do “agenciamento das origens”²⁹³: criação, queda e restauração em uma visão panorâmica da história.

Os conceitos, Criação, Queda e Restauração consistem no tripé epistemológico basilar da experiência da temporalidade teológica. A Queda do Homem é sempre um distanciamento primevo da origem universal, ao passo que a Criação e a Restauração são efeitos imediatos circunscritos a esta mesma origem.

Se, no sulco da “queda” fixa-se a igreja do papado, os reformadores terão a redenção na sua própria obra. Assim, novamente a história original do *Genesis* faz sentido, sem nunca afirmar Adão como o papado e o Cristo como os reformadores. Salvação prometida e agora alcançada.

Outro texto importante da reforma da fé pela história consiste em “*Examen Concilii Tridentini*” (1580), de Martin Chemnitz. Para Bernt Torvild Oftestad trata-se de uma obra apologética, a maneira dos católicos. No entanto, ele retira a tradição católica, e investe em sua crítica ao Concílio de Trento a partir do texto bíblico²⁹⁴. Com este texto, demarcaria o fim da primeira geração da história protestante.

Para Kriegel, a segunda geração dos historiadores protestantes abandonaria de vez a crítica à patrística e assumiria o biblismo ortodoxo. Cita como exemplo o Colóquio de Ratisbonne em 1601. Tal será conhecido como a História

²⁹³MARTINS, A. L. Pensar as origens. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 48/49, p. 195-223, 2008. Editora UFPR. MARTINS, Adilton Luís. Arestas do poder: Antiguidade e Modernidade. São Paulo, SP: FAPESP: Annablume, 2010. p. 20.

²⁹⁴ Conforme artigo da monumental obra em Inglês sobre este tema:

OFTESTAD, Bernt Torvild. Further development of Reformation hermeneutics. In: Hebrew Bible/Old Testament; the History of Its Interpretation. From the Renaissance to the Enlightenment. Vol. II. Magne Saebø. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008.

luterana. Ainda a autora trata de criar uma história calvinista, nomeada por Henri Bullinger e Pierre Martyr, e de outro lado, Duplessis-Mornay, Aubertin e outros²⁹⁵.

Contra a história protestante, o catolicismo não se calou, e diante da crítica ao Concílio de Trento, que afirmava a autoridade eclesiástica da tradição sobre a interpretação bíblica reformadora. Para Pontien Polmian²⁹⁶ os historiadores católicos respondem às investidas aos “Santos Padres” com mais adesão à declaração conciliar. O pai da tradição é o Espírito Santo. A história católica precisava demonstrar como o Espírito Santo agia para constituir a autoridade da tradição. “Renasce”, portanto, no século XVII, a Patrística com ares humanistas, e com ela a universalidade e Antiguidade, fator de poder no saber histórico e religioso.

De modo geral, todos os defensores da patrística, buscavam oferecer uma relação causal entre a vida da Igreja e o mundo secular, como o Espírito Santo se afirmava diante da “Cidade dos Homens” e constituía a “Cidade de Deus” agostiniana. Pode-se concluir, junto a Pontien Polmian, que a reforma e a contrarreforma nada mais fez que afirmar o humanismo como método de estudo histórico e a história como método de legitimação religiosa. A história por meio da religião torna-se o campo de batalha no coração dos homens.

²⁹⁵ KRIEGL, Blandine. *L' Histoire à l'Age Classique. La Défaite de l' Erudition*. Presses Universitaires de France: Paris, 1988. p. 69-70.

²⁹⁶ PONTIEN POLMAN, R. p.. *L'élément historique dans la controverse religieuse du XVIe siècle*. Gembloux J. Duculot, 1932. p. 531.

3.2.3 O Direito

O terceiro pé da erudição nascente e permanente estabelece-se em relação ao direito. A luta, utilizando o armamento histórico, direciona-se para conhecidos personagens. O mentiroso, o fraudulento e aquele que vai contar, arrancando o véu da ignorância e do erro à verdade. O cavaleiro da verdade, segundo a moda de seu tempo, tomará o reinado. Cabe a reformadores, reis e padres manterem ou tomarem o poder.

Não se trata do poder pelo poder, mas do poder como legitimação de uma crença, direito de exercer. É na crença que nasce e se desenvolve o direito de mando e de ser servido. Quando se muda a história, mudam-se as crenças. O humanismo filológico e o biblicismo mudam não só as crenças pelos seus conteúdos, mas pela forma de se produzir verdades, autenticá-las e narrá-las.

Michel Villey orienta neste caminho, o caminho da lei e da crença. Diferente do Mundo Moderno, o nosso mundo produz sua própria Constituição, sua legislação e sua forma²⁹⁷. O primeiro centro da busca do nascimento do direito renascentista está em “*Mos Gallicus*”²⁹⁸.

São os juristas franceses que colocaram o direito em meio a Modernidade, afastando-se da ideia de meros comentadores – modelo medieval de estudo do

²⁹⁷ VILLEY, Michel. La formation de la pensée juridique moderne. Paris, 1976

²⁹⁸ Ver também: HUPPERT Georges. Naissance de l'histoire en France : les « Recherches » d'Estienne Pasquier. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 23e année, N. 1, 1968. p. 69-105.

direito. Os “*Mos Gallicus*”²⁹⁹ contrapuseram o direito francês ao romano. Dedicaram-se, sobretudo, à história francesa para encontrar originalidade jurídica deste povo.

Quando se afirma a história francesa e ainda se faz história do direito, o pano de fundo é a legitimação de algo que seja francês. Poderíamos chamar já no século XVI de Estado, caracterizado pela separação entre bens propriamente seculares ou dos príncipes e dos religiosos ou da Igreja. Algo tipicamente reformador, mas que não deixou de influenciar o mundo católico, como aponta Pierre Chaunu³⁰⁰. Tal separação criou uma “insegurança institucional”. O que e a quem pertencem todas as coisas? Como as mudanças no campo da fé serão resolvidas em qual tribunal? Sob que direito serão julgadas?

Havia duas saídas, o direito romano e os costumes locais. No entanto, o direito romano sofrerá uma reviravolta interpretativa, na medida em que a Escola de Bourges e a Escola de Bolonha enfrentassem o desafio cronológico imposto pela filologia humanista.

Os *Mos Gallicus* foram totalmente contra o Direito Romano em solo francês. Direito este atualizado pelo Sacro Império Germânico que permitia à Europa certa unificação jurídica e herança romana. A tese principal destes doutos fora que entre o século IV e XI o Direito Romano fora descontinuado – a ideia de ruptura.

Em contrapartida, a Escola de Bolonha que apareceu entre o século XVI e XVII procurou o renascimento do direito romano antigo. Como uma espécie de nova continuação após a Antiguidade. O que produz um problema histórico difícil de ser

²⁹⁹ ARABEYRE Patrick. NATALINI, Cecilia. «Convenientem reconvenire»: genesi et sistematica della riconvenzione nella dottrina dei glossatori (1120-1234). Giovanni Minucci. Alberico Gentili tra «mos italicus» e «mos gallicus»: l'inedito commentario «Ad legem Juliam de adulteriis», Bibliothèque de l'école des chartes, 2005, vol. 163, n° 1, p. 270-272.

³⁰⁰ CHAUNU, Pierre. Le temps des reformes. Paris, 1975

resolvido seria esta nova produção do saber jurídico capaz de fornecer base justificadora suficiente para afirmação dos Estados frente ao Sacro Império?

A cada código romano encontrado, datado e interpretado, havia novas dúvidas a respeito de culturas tão dessemelhantes. Por exemplo, como conciliar o Direito Romano antigo, produzido em meio a uma religião típica, com costumes típicos a um mundo cristão? O *pater familias* poderia ser o príncipe em seu reinado? O rei seria o pai dos franceses?

Além da preocupação com a liberdade civil e poder dos príncipes, produziu-se ainda mais conhecimento sobre a separação entre poder militar e religião.

3.3 A Diplomática

Que novidade consiste em dizer que a história não nasce como ciência? Nascida em meio as maquinaria fumeantes do XIX, bem antes de ser uma ciência é um ofício. No Mundo Antigo, em geral, sua função é moralizadora e política. No mundo medieval, cronista de reinados, reis e seus feitos, e compiladora jurídica. Na Modernidade, em especial, com o absolutismo, ela será um ofício remunerado, fruto da burocratização dos Estados emergentes.

De onde vem a necessidade da história? De modo geral, a cultura ocidental tem uma religião histórica, dependente da narrativa, como disse Marc Bloch

Pois, diferentemente de outros tipos de cultura, ela sempre esperou muito de sua memória. Tudo a levava a isso: tanto a herança cristã como a herança antiga. Os gregos e os latinos, nossos primeiros mestres, eram povos historiógrafos. O cristianismo é uma religião de historiador. Outros sistemas

religiosos fundaram suas crenças e seus ritos sobre uma mitologia praticamente exterior ao tempo humano; como Livros sagrados, os cristãos têm livros de história, e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os faustos da Igreja e dos santos. Histórico, o cristianismo o é ainda de outra maneira, talvez mais profunda: colocado entre a Queda e o Juízo, o destino da humanidade afigura-se, a seus olhos, uma longa aventura, da qual cada vida individual, cada "peregrinação" particular, apresenta, por sua vez, o reflexo; é nessa duração, portanto dentro da história, que se desenrola, eixo central de toda meditação cristã, o grande drama do Pecado e da Redenção. Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas.³⁰¹

Entre os séculos XVII e XVIII franceses, a história se torna uma verdadeira instituição política administrativa. Julgará documentos, criará arquivos, afirmará verdades, combaterá inimigos da coroa e apontara para destinos.

Diferente dos "grandes mestres", a história surge em instituições, não em grandes nomes, como Montesquieu, Voltaire, Lenglet, Dufresnoy, Mably ou o renomado Bayle. Estes são a página seguinte, a oposição. E se oposição, somente o é a algo. Fazer história dos grandes é uma escolha elitista da Filosofia e da História política, contra as quais se levantaram a história social, cultural e genealógica.

Em 1681, o livro *De Re Diplomatica*³⁰² apresenta a diplomática como método que produz um impacto no mundo do saber histórico. Ela se constitui como fruto do tripé formado pela escritura, religião e direito, e produz a fonte de saber e poder à diplomática.

³⁰¹ Bloch, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio: Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lília Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002. p. 42.

³⁰² MABILLON, Jean. *De Res Diplomatica*. Livri IV. Paris, 1681-1704.

À serviço de sua majestade Luís XIV, Jean Mabillon escreve como se deve identificar um documento original. Sua obra oferece a Colbert e Louis XIV a busca desenfreada por documentos antigos e medievais por toda a França. Muito mais que Voltaire ou Bayle, a história opera junto ao estado absolutista. Não se pode esquecer aqui de Lucien Febvre, que apontava como o trabalho do historiador definir as fontes autênticas³⁰³.

Para Mabillon, o conselho ao historiador consistia em:

A primeira regra é o amor à verdade, mas, eu ainda não tinha um compromisso particular em dar aos originais das coisas: pois aqueles que tratam a história desta maneira fazem uma profissão particular de procurar a verdade; eles testemunham que não desejam nada avançar além de quem se apoia na Antiguidade mesmo. Mas enfim quando eu seria o primeiro a fazer tais discussões, é que eu sou o primeiro que dá os originais – e esta maneira de escrever engaja, necessariamente um autor uma sinceridade e em uma discussão extraordinária.

3.3.1 A Diplomática Antes De Mabillon

A primeira espécie de tratado de diplomática de documentos, pelo menos na França e, segundo Arthur Giry, é proveniente de Gregório de Tours, em sua *Historia Francorum*, I. IX, c. XX. Aponta, também, que as biografias e hagiografias dependem de cartas de grandes personagens. Como exemplo, o Imperador Luís, o Piedoso (778-840) ordena que se escreva uma história de Saint-Denis. Igualmente,

³⁰³ FEBVRE, Lucien. Combats pour l'histoire. Paris: Colin 1953. La leçon de « A Study of History ».

deseja que seja escrita por meios de textos gregos e latinos e das cartas da Igreja de Paris.

Os locais de diplomática eram os mosteiros ou o próprio rei. A autoridade do documento dependia exclusivamente da autoridade do historiador. Apenas no início da Renascença que Bernardo Gui teria refutado uma carta a respeito das relíquias do Santo Agostinho. Estas querelas em torno da verdade documental, e eram resolvidas nas chancelarias e tribunais. A verdade do documento estava no meio social e institucional, não em uma ciência específica para tal.

Nas chancelarias e nas jurisdições, os praticantes, os expertos em escritura, eram os que deveriam fazer as regras em uso para a redação dos atos e habilidade de reconhecer as falsificações. Contudo, seu erro, em especial, estava em declarar falsos documentos como autênticos³⁰⁴.

Outra característica da “diplomática medieval” consiste na criação de grandes depósitos de arquivos. A partir do século XIII, na Europa espalha-se e cria-se uma nova figura na paisagem dos eruditos, o jurista versado no conhecimento dos atos antigos.

O *Trésor des chartes* dos reis da França foi classificado e conservado por muitas gerações de “guardas”, que em contato com os documentos, tornaram-se verdadeiros eruditos. Um deles, Gérard de Montaigu, ocupou-se deste ofício sob o reinado de Charles V³⁰⁵, deixou-nos uma pequena coleção de observação de sua mão. Testemunha que ele não apenas estudava somente os documentos confiados à

³⁰⁴ ARTHUR, Giry. *Manuel de diplomatique*. Paris: Alcan, 1925. p.54.

³⁰⁵ Carlos V de Valois, o Sábio (Vincennes, 21 de Janeiro 1338 - Beauté-sur-Marne, 16 de Setembro 1380) foi Rei de França da Casa de Valois de 1364 até à sua morte.

sua guarda, do ponto de vista dos direitos do rei e dos assuntos do reinado, mas se observa que há comentários, também, que poderiam interessar a história - os usos, a curiosidade e, como diríamos hoje, a crítica diplomática³⁰⁶.

Não pode haver dúvidas na composição da paisagem em torno do que vem a ser um dia a documentação histórica. Nesta paisagem, surge a figura do jurista erudito, que acaba, por seu turno, em escrever histórias. Direito e história não nascem como ciência, são, acima de tudo, ofícios nascidos no século XIII.

Além do ofício clerical de contar a história de todos os homens, linearmente a partir de Adão, Jesus e o Fim do mundo, os Capetos inauguram um novo gênero de narrativa e uma nova figura o historiador político e jurídico. De religião à política. A história é a alma do ocidente. A narrativa é desejada como única forma de verdade.

A verdade está submissa à história e à narrativa. O poder deseja a narrativa perfeita, legitimada por documentos comprovadores, eis um relevo do século XIII francês.

Desejosos de construir sua própria imagem e de fortalecer o compromisso de seus temas, incitaram a identificar a linhagem do soberano, o Estado Capeto. Impulsionado por um forte crescimento, encomenda, em meados do século do XIII uma *Chronique de France*, que inventa o gênero de história nacional. A iniciativa representa uma ruptura com a concepção clerical de história universal, mas sem renunciar seu modelo narrativo nem cessar de se referenciar a ele. Esta tensão nunca desapareceu.

Mesmo se o discurso nacional é um discurso de singularidade, uma nação jamais se sente só no mundo. Não somente as vicissitudes de sua história a

³⁰⁶ ARTHUR, Giry. Manuel de diplomatique. Paris: Alcan, 1925. p.54.

confrontam com os seus vizinhos, mas ela não pode conservar-se assim sem lhe atribuir uma significação universal, sem investir em uma missão a respeito do resto da humanidade. Este messianismo, herdeiro do modelo bíblico, que se encontra em todas as histórias nacionais europeias, pode servir também para justificar as necessidades de glórias e das referências imperialistas que se suporta sobre o modo cristão no caso da derrota, como bem mostrou Lucette Valensi no caso de Portugal confrontado ao desastre militar de 4 de agosto de 1578 e o desaparecimento do rei Dom Sebastião.³⁰⁷

De um lado temos o caudaloso rio da fé cristã, cujas margens são o sentimento e a narrativa. A história nacional surgida pelos Capetos parece um desvio deste rio cristão. Uma transposição que reconfigura-se a partir das margens originais, à fé passa para o documento jurídico-histórico – poderia ser este o nascimento da burocracia e a narrativa do especialista. Sem Deus ao centro, os políticos precisam do direito e da história. Papel e historiador. A glória do imperador não está no mármore esculpido à sua imagem, e igualmente, no arquivo que exige escultores, desenham e glorificam *a priori*.

Os primeiros trabalhos críticos em relação à diplomática são provenientes da Renascença. A Antiguidade que moverá os eruditos a crítica aos documentos medievais. Os historiadores, os jurisconsultos e os publicitas aplicaram novos métodos para estudar o passado, mas agora caracterizado pela preocupação com a fonte, diante da Antiguidade que aparecia nos textos antigos, a necessidade de multiplicá-los e de discutir seu valor. Então, deveriam aparecer os heróis, os personagens, os fatos, os costumes, os usos, o direito público antigo.

³⁰⁷ BURGUIÈRE, André. L'historiographie des origines de la France: Genèse d'un imaginaire national. In: Annales HSS. 2003, nº1. p. 41-62.

Pode-se citar como um dos primeiros exemplos da crítica diplomática a resposta endereçada por Petrarca, em 1361, ao imperado Charles IV, que havia consultado sobre a autoridade de pretendidos privilégios concedidos à Áustria por Júlio César e Nero³⁰⁸.

Lorenzo Valla atacou a doação de Constantino. Sob as regras da retórica latina, submeteu o documento a um rigoroso exame. Estes métodos, ainda rudimentares de análise de veracidade de textos, foram apoiados principalmente pela Reforma Protestante.

As polêmicas da história religiosa, consequência da Reforma, fizeram avançar ainda mais a pesquisa, a implementação da crítica das fontes diplomáticas. Mathias Flach Francowitz (*Flacius Illyricus*) e os centuriators de Magdebourg, tudo exprimia a regra dos documentos do gênero que estão faltando para a justificação histórica da Reforma³⁰⁹.

Já o absolutismo nascente necessitou da busca desenfreada do direito verdadeiramente francês frente ao Sacro Império Germânico.

A vontade de reivindicar o direito de soberania para o monarca francês necessitou de várias apropriações do Direito Romano, aliançadas com outras peculiaridades da história da França. Por exemplo: 1) o conceito de *imperator in suo regno*, de Charles Grassailles, cuja originalidade estava em estabelecer um poder imperial na França sobre a herança de Carlos Magno; 2) a afirmação *Princeps*, de Guillaume Durand; 3) a equidade entre o serviço do rei e o serviço do imperador, de Bonifácio VIII; 4) a doutrina que asseverava que O Rei é Imperador em seu reinado,

³⁰⁸ ARTHUR, Giry. *Manuel de diplomatique*. Paris: Alcan, 1925. p. 55.

³⁰⁹ ARTHUR, Giry. *Manuel de diplomatique*. Paris: Alcan, 1925. p. 57.

dos Legistas Reais, em 1302; 5) a utilização das regalia, suscitada a partir do Direito Romano Imperial, que possibilitou a doutrina do poder publico inovador, a saber “a doutrina da soberania.”

Em geral, pode-se afirmar que a “nacionalização” da soberania francesa provocou a modernização tanto do Direito, quanto da História. Para compreender as atividades: compilação, publicação e codificação dos costumes. Também, deve-se destacar três “lugares” ou instâncias cênicas, a saber: a École de Bourges, as Missions Scientifiques e o Cabinet de Chartes.³¹⁰

A condição da criação dos estados nacionais foi à constituição da história das monarquias. O mecanismo da relação história e política é simples. O mundo ocidental crê, mas crê em algo que não vê: crê numa história e na palavra narrada. O próprio conceito de fé indica a ausência de empiricidade e presença do invisível, representado pela palavra ou imagem. No que crê o ocidente? Em histórias. A adesão pessoal ou social a uma narrativa, a uma história que se repete, que pode ser comprovada ou não, é que subsiste da religião para o político.

O cristianismo acredita em histórias. Delas faz celebrações, liturgias, guerras, purificações, sacramentos, ritos, novenas, catedrais, morais. O Cristianismo é a adesão à história narrada. Por exemplo, o que é o Natal? O nascimento do menino Jesus narrado. Crer no Natal é crer na narrativa do evangelho de Lucas e dispor desta adesão afetiva para uma moral de simplicidade, família e esperança.

A condição histórica do ocidente opera a partir da multidão que a espera por narrativas, apta a crer, desejosa de aderir. A operação política aqui está em desenvolver histórias para estes sedentos.

³¹⁰ MARTINS, Adilton Luís. Pensar as origens. In: História Questões & Debates. Curitiba. Vol. 48, No 0 (2008).

Paul Ricouer procura pensar epistemologicamente a narrativa, ou melhor, o caráter narrativo da história, ao passo que apresenta a crítica explícita à história narrativa.

Duas convicções de força igual estão na origem da presente investigação. A primeira diz que é hoje causa perdida ligar o caráter narrativo da história à sobrevivência de uma forma particular de história, a história narrativa. Quanto a isso, minha tese sobre o caráter ultimamente narrativo da história não se confunde absolutamente com a defesa da história narrativa.³¹¹

Ao defender o caráter narrativo da história, aparece outra convicção, mas que também é um problema:

Minha segunda convicção é de que, se a história rompesse todo e qualquer laço com a competência de base que temos de seguir uma história e com as operações cognitivas de compreensão narrativa, tais como as descrevemos anteriormente, ela perderia seu caráter distintivo no concerto das ciências sociais: cessaria de ser histórica. Mas de que natureza é esse laço? Esta é a questão.³¹²

Preocupação parecida com a de Braudel³¹³. Ao retirar a trama narrativa, o que sobra? Como dizer que tal texto ainda é história? Ricouer defende a ideia que a história é uma derivação da narrativa, não por justaposição, evolução do discurso, ou uma semiologia histórica. Para Braudel:

Minha tese é que a história mais distante da forma narrativa continua a ser ligada à compreensão narrativa por um laço de derivação, que se pode reconstituir passo a passo, grau

³¹¹ RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo II. Campinas, SP: Papirus, 1995.

³¹² RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo II. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 202.

³¹³ BRAUDEL, Fernand. Historia e ciencias sociais. Tradução, Rui Nazare. 6. ed. Lisboa: Presença, 1990. p. 133

por grau, por um método apropriado. Esse método não diz respeito à metodologia das ciências históricas, mas a uma reflexão de segundo grau sobre as condições últimas de inteligibilidade de uma disciplina que, em virtude de sua ambição científica, tende a esquecer do laço de derivação que continua contudo a preservar tacitamente sua especificidade como ciência histórica.³¹⁴

Fugir, ocultar, negar, subsumir arbitrariamente a narrativa, seus traços e produzir a história-ciência, são artimanhas dos historiadores do século XIX. Na paisagem, da historiografia geral, Ricouer aponta para a transposição fluvial, da Crônica medieval para História moderna. Gabriel Monod, no emblemático texto de 1876, no tomo I da *Revue Historique*, proclama a profissão de fé dos “historiadores” que poderia ser facilmente citada em “Tempo e Narrativa”:

Pretendemos permanecer independentes de toda opinião política e religiosa, e a lista de homens eminentes que de bom grado quiserem acordar seu apoio à *Revue* prova que eles creem este programa realizável. Eles estão longe de professar todas as mesmas doutrinas em política e em religião, mas pensam, como nós, que a história pode ser estudada por ela mesma, e sem se preocupar com as conclusões que podem daí ser retiradas por ou contra tal ou tal crença.³¹⁵

Não importa o leitor, a verdade histórica será dita. O seu fundamento, segundo o próprio Monod? A “crença neste programa realizável”. Ainda neste parágrafo apresenta não só o novo objeto de estudo, mas afasta-se da narrativa:

Sem dúvida, as opiniões particulares influem sempre, em certa medida, sobre a maneira com a qual estudamos, com qual vemos e com a qual julgamos os fatos e os homens. Mas, devemos nos esforçar em descartar estas causas de

³¹⁴ BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Tradução, Rui Nazare. 6. ed. Lisboa: Presença, 1990. p. 134

³¹⁵ MONOD, Gabriel. Introdução. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. *Revue Historique*. Tomo I, 1876. In: SILVA, Gláydson José da. *A “Escola Metódica”*. Textos Didáticos. Campinas, IFCH/Unicamp, 2006. p. 59.

erros e de prevenção e de erro para não julgar os acontecimentos e as personagens mais que por eles mesmos. Não admitiremos, por outro lado opiniões e apreciações divergentes, salvo condições de que sejam simples afirmações. Nossa Revue será uma coletânea da ciência positiva e de livre discussão, mas ela se enclausurará no domínio dos fatos e permanecerá fechada às teorias política e filosóficas.³¹⁶

Seria muito fácil acreditar numa evolução histórica da crônica medieval. A história moderna surge no século XVI, devido ao humanismo desejoso do antigo e do protestantismo cético do diploma católico sobre qualquer documentação; entre jogos políticos a história encontrará sua cientificidade no positivismo do XIX, que nos ilustra Monod, seguiria, ainda para algo mais profundo, a história dialética romântica ou marxista e a história problema representado principalmente pelos *Annales*.

Antes mesmo de uma semântica, é preciso entender a história de forma semiótica. Antes de ser narrativa ou descritiva, ela é texto interpretável. Ao pensar a história sua primeira empiricidade, descobre-se que ela não é o tempo, nem o fato, nem o problema. O que ela é em sua menor e mais primordial aparência? A resposta é simples, ela é texto. Por ser texto, o cuidado com o autor que pode ser a academia, o historiador, o literato, o filósofo e tantos outros, fazem, arrogantemente, em nome da ciência, desaparecer o papel do leitor.

Mas, o autor e o leitor leem narrativamente o mundo. Eles organizam os fatos, as migalhas da história problema, das profusões dialéticas em uma contação. Do círculo endógeno dos grandes historiadores e filósofos caem as migalhas didáticas narratológicas. Mas, além da relação texto-leitor, da qual somente os “políticos” estão preocupados, Ricouer demonstra que dentro da própria epistemologia que nega a

³¹⁶ MONOD, Gabriel. Introdução. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. *Revue Historique*. Tomo I, 1876. In: SILVA, Gláydson José da. A “Escola Metódica”. Textos Didáticos. Campinas, IFCH/Unicamp, 2006. p.59.

história narrativa repousa no círculo olimpiano dos historiadores: a narrativa. Semanticamente, a narrativa triunfa. Se semanticamente há a produção da palavra texto, a semântica dá a liberdade ao leitor de interpretá-lo à sua maneira, em um mesmo processo discursivo.

História e narrativa estão casadas. Somente o círculo dos eruditos as quer separadas. Mas, o que faz estas damas manterem uma união tão permanente e fiel? Ocultas em debates teóricos, recusadas na cientificidade de uma, quando a outra é aninhada à literatura.

Para responder por que narrativa e histórias estão aninhadas, a fenomenologia hermenêutica de Ricouer invoca a “intencionalidade”. Os homens de alguma forma têm uma intencionalidade de pensamento histórico, assim, quando intuem ou percebem o tempo e a sua própria ação, produzem história.

A consciência pensa: “algo passou”, diante dela a intuição do tempo. Se algo passa, se existem o antes, o agora e o depois, existe o sujeito cômico da passagem do tempo. A consciência também percebe que houve uma ação. Ela pode afirmar: “coisas acontecem”. Experiência quase que primitiva, tempo e ação. E escrever sobre tempo e ação é fazer história. Encadear tempo e ação é narrar.

Algo se passou! Consciência da passagem e consciência de algo. Passagem e os seres que passam desde a infância produzem os sujeitos adultos. De geração em geração, as crianças aprendem a conjugar verbos, ou seja, a dizer o tempo, pois o tempo é uma garantia quase que natural da consciência. Os verbos aprendidos apresentam um mundo cheio de passagens, que se cruzam, distanciam, provocam, reagem. Eis a intriga. Antes de saber quem é o homem, conhece-se o tempo. Constitui-se a identidade do “eu consciente” a partir do tempo conhecido.

Para Ricoeur, tempo e intriga constituem o caminho da narrativa,

o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.³¹⁷

A intriga é a primeira noção narrativa, “*mimeses I*”³¹⁸, onde os sujeitos compõem qualquer ação por meio de agenciamento dos fatos, “*aconteceu algo, e este algo é isto e aquilo, depois disto*” do mundo; o sujeito ordena simbolicamente, ele copia para si o ocorrido, assim, se apropria do “algo” e do “aconteceu”.

Os sentidos do acontecer no presente, no acontecido e na espreita do acontecerá, torna o mundo em linguagem. Onde se enraíza esta pré-configuração do mundo, esta pré-compreensão? Na intencionalidade da consciência, que é sempre consciência de algo. Mundo e ação, ou algo e acontecimento, tornam-se humanos pela palavra em uma intriga de símbolos.

A inteligibilidade da ação, por meio das palavras, é a primeira estrutura. Imitar a ação e o mundo por e onde ocorre esta ação é o que os sujeitos fazem desde a infância. Assim, aprende-se a questionar: Quem fez? O agente da ação. Porque fez? O motivo. Para que fez? A finalidade. Com quem fez? A interação. Como pode fazer? As circunstâncias externas. Como terminou? O resultado. Cada uma destas questões decompõem a ação e o mundo, enraizados pela intencionalidade, na estrutura de inteligibilidade. Qualquer cultura de origem cristã tem nestas questões sua maneira de compreender o mundo. Seja o erudito ou não.

³¹⁷ RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 85.

³¹⁸ RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 101.

Ao falar das culturas de origem de influencia cristã, que compõem o Mundo Moderno, o propósito é demonstrar um segundo ancoramento do imitar a ação e o mundo dentro da intriga da mimese I, que está relacionada diretamente à maneira de fazer. As maneiras de précompreensão do mundo e da ação não são inventadas pelo sujeito, mas herdadas. Nossos recursos simbólicos são dados pela cultura. Brasileiros pensam em português. É o que Ricouer chama de compreensão prática.

Se alguém vai compreender o mundo em seu processo cognitivo o fará na linguagem social do grupo a que pertence. A mimese I é estruturada pela partilha simbólica, que define as normas, formas, articulação de signos, regras. Assim, há na pré-compreensão algo público, social e de maneira geral, político.

Ricouer se sustenta em Geertz, que afirma que *"a cultura é pública porque a significação o é"*³¹⁹. Deixa-nos claro como é difícil pensar algo absolutamente novo, alteridade radical. Pois, o pensar o mundo e a ação estão entrelaçados em significações pré-estabelecidas. O signo que se usa para pensar o mundo e a ação já pertence ao campo da interpretação, do pensante e também do outro que possa ouvir ou ler este pensamento. Assim, toda ação é quase um texto. E todo texto narrativo é uma ação compreendida.

A mais desafiadora das estruturas da pré-compreensão é a terceira, ou seja, a intratemporalidade. Os signos por si mesmos não são capazes de apresentar a temporalidade com exatidão. O verbo da intriga arremessa a compreensão de várias possibilidades de compreensão de tempo. Alguém pensa: chove agora! O que significa este agora? Seria marcável no relógio, 13h33min. Seria a mudança climática: chove onde não chovia. Chove onde chovia pouco. Talvez este agora, seja o instante

³¹⁹ GEERTZ, C.. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989. p. 321.

feliz do nascimento de uma criança ou o período de saudades de alguém que partiu. A temporalidade da narrativa parte do linear para o humano.

Pela inteligibilidade, linguagem cultural e a temporalidade, faz-se o julgamento. Pensar: chove agora! Pode ser belo, feio, bom, mau, rápido, lento. Em “mimeses I”³²⁰ não se configura apenas a compreensão, mas a resposta ética do pensar. Como estrutura cultural, temporal e inteligível.

vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de mimese I: imitar ou representar a ação, é primeiro, précompreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade.³²¹

Assim, conclui:

Qualquer que possa ser à força de inovação da composição poética no campo de nossa experiência temporal, a composição da intriga está enraizada numa précompreensão do mundo e da ação: de suas estruturas

inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal. Esses traços são mais descritos que deduzidos. Nesse sentido, nada exige que sua lista seja fechada. Contudo, sua enumeração segue uma progressão fácil de estabelecer. Primeiro, se é verdade que a intriga é uma imitação da ação, é exigida uma competência preliminar: a capacidade de identificar a ação em geral por seus traços estruturais; uma semântica da ação explicita essa primeira competência. Ademais, se imitar é elaborar uma significação articulada da ação, é exigida uma competência suplementar: a aptidão de identificar o que chamo de as mediações simbólicas da ação, num sentido da palavra símbolo que Cassirer tornou clássico e que a antropologia cultural adotou. Enfim, essas articulações simbólicas da ação são portadoras de caracteres mais precisamente temporais,

³²⁰ RICOUER, Paul. Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 101.

³²¹ RICOUER, Paul. Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 101.

donde procedem mais diretamente à própria capacidade da ação a ser narrada e talvez a necessidade de narrá-la.³²²

Se o ato simples de se apropriar do mundo e das ações são narrativos, não há maneira de escapar da narrativa. O estado absolutista, mas que qualquer outro, acreditou nisso, apostou e investiu.

3.3.2 A Diplomática após Mabillon

O trabalho de cada jurista e pesquisador dependia de um método pessoal bem pouco discutido. Charles du Fresne (1610-1688), por exemplo, é um destes eruditos franceses que teve que criar a sua maneira de produzir conhecimento. Padre Daniel van Papenbroeck, desde 1659 dirigiu as *Actas sanctorum*, declarando por meio de antigos títulos, privilégios da igreja dentro dos mosteiros. Contudo, era impossível discernir o que realmente era legítimo na documentação dada como legitimadora de direitos eclesiais.

Para evitar erros e colocar em dúvida privilégios religiosos, o reconhecido erudito em sua época, Jean Mabillon, do mosteiro de Saint Maur, pesquisando a história dos beneditinos produziu, em 1681, sua grande obra: *De re diplomatica*.

Suas pesquisas terminaram em um método. Tal livro produziu um impacto na Europa “*savante*”, ou erudita. Seu ataque não estava nas conclusões, que em geral não deviam nada à lógica cartesiana de qualquer historiador católico como Daniel van

³²² RICOUER, Paul. Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 88

Papenbroeck. No entanto, seu alvo tornou-se as fontes, que derivam todas as premissas. A diplomática de Mabillon, descontrói, ou mais, implode qualquer construção baseada em documentação sem autenticação. O próprio Papendbroeck será seduzido por esta novidade. Jesuítas e jansenistas começam suas disputas sobre a autenticidade de documentos, no caso, até as Confissões de Santo Agostinho não escapam de tamanha empreitada de crítica literária, que por seu turno, era religiosa e política.

Surge uma guerra diplomática³²³. No entanto, a Europa parece acolher a metodologia de Mabillon. Na Espanha, José Perez publicou, em 1688, uma série de dissertações sobre a diplomática apoiando o texto de Mabillon³²⁴. Na Inglaterra, Thomas Madox é o continuador de Mabillon³²⁵. No universo germânico, a diplomática tornou-se matéria obrigatória nos estudos do Direito. Das muitas publicações, para Arthur Giry³²⁶, devem-se destacar autores como o monge George Bessel, Daniel Eherard Baring e Heinr Eckhart.

³²³ p. GARMON, De retribua regnm Francorum diplomnlibua diaceptatio II, Paris, 1700.

Th. RUINART, Ecclesia parisieusis vindicata ttarth. Germonii duas disceptationes de antiquis Francorum diplomatibus. Paris, 1700.

p. COUSTANT. Vindiciae monscriptorm coldicum R.p.R Germon impgnatorum... Paris, 1706

p. COUSTANT. Vindiciae codicum reterum confirmatae, Paris, 1707.

E outros. Ver nota em ARTHUR, Giry. Manuel de diplomatique. Paris: Alcan, 1925. p.64

³²⁴ PEREZ, Jose. Dissertationes ecclesiaticae de re diplomatica. Salamanca, 1688.

³²⁵ MADOX, Thomas. *Formulare Anglicanum* (1702); cf. HARRISON, Charlotte "Thomas Madox and the Origins of English Diplomatic Scholarship". *Journal of the Society of Archivists* 29 (2009): 147–169

³²⁶ ARTHUR, Giry. Manuel de diplomatique. Paris: Alcan, 1925. p. 66.

3.3.3 O método e a vida

Georges Canguilhem, célebre orientador da tese sobre loucura de Michel Foucault, aponta para diplomática como o nascimento da ideia de fontes na História³²⁷. Para o epistemólogo, a revolução científica é tão gutemberguiana quanto copernicana, afinal a criação do arquivo gera a superioridade do escrito sobre o falado, proeminência jurídica sobre o escrito e a coletividade científica de olhos atentos ao chamado erudito, porque a erudição se enraíza na ciência.

A constituição das fontes está associada à vida dos monastérios. O monge é parte de uma maquinaria. A máquina de guerra, fruto dos desejos de Richelieu, o monastério de Saint-Maur, lugar tão importante para história quanto Newton para mecânica e Lavoisier para a química, parafraseando Pierre Chaunu³²⁸.

3.3.3.1.1 *DE RE DIPLOMATICA LIBRI IV*

Em cada capítulo ou livro, Mabillon designava bem o que o desejava demonstrar. No Primeiro Livro - em que se explicam a Antiguidade dos vários documentos, a matéria e os escritos, seu conceito geral de documento. No segundo Livro – cujo assunto é o estilo dos diplomas, as subscrições [colofões: inscrições (assinaturas) no fim dos manuscritos], os selos e notas cronológicas. Aparece à estilística.

³²⁷ CANGUILHEM, Georges. Nature dénaturée et nature naturante. In Saboire, faire, espérer: le limites da la raison. Publication des Facultés Universitaires Saint-Louis, Bruxelas: 1976. Vol 1.

³²⁸ CHAUNU, Pierre. La civilization de L'Europe des Lumières, Paris, Arthaud: 1971. p. 282.

O Terceiro Livro – em que são refutadas certas objeções dos adversários; depois se examina atentamente a autenticidade das listas e dos arquivos, há crítica severa ao padre Daniel Papenbroeck. Segue-se, então, ao Quarto livro – onde se trata dos palácios dos Reis dos Francos, das aldeias régias em que os diplomas foram fundados. Estes palácios, em número de cento e sessenta e seis [166], e outras tantas divisões, em ordem alfabética, são lembrados e explicados. Aqui, estuda a procedência. Já o Quinto livro trata da escrita do documento em que se apresentam e se explicam os modelos dos antigos escritos [antigas escritas]. Primeiramente, os modelos dos antigos códigos [ou códice] e de inscrições com vários alfabetos. Em segundo lugar, exemplares de diplomas reais desde Dagoberto I até São Luís. Em terceiro lugar, os modelos dos documentos eclesiásticos.

Sexto Livro - que abrange vários diplomas e materiais [arquivos] para a aprovação dos livros anteriores. Estes materiais, observada a ordem dos tempos, são mencionados com breves anotações, onde convêm, muitas tiradas dos próprios originais, e são mais de duzentas. Trata-se da transcrição e comentário do que está sendo estudado

O sexto livro transcreve e comenta grande quantidade de documentos (experimentos)³²⁹.

O Método de Mabillon era razoavelmente simples. De um lado, a busca por fatos incontestáveis. De outro, a função literária, ou seja, compor a história, fato e seu engajamento narrativo. Cabia aos monges e noviços a busca por fatos e aos grandes

³²⁹ Texto adaptado a partir de: NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. *Análise documental e análise diplomática: Perspectivas de interlocução de procedimentos*. Tese de doutorado, Marília, 2009. p. 89. Em conformidade com o texto original de: MABILLON, Jean. *De re diplomatica libri VI*. Luteciae Parisiorum: L. Billaine, 1681.

abades, a escrita da história. Desta maneira, todo monastério funcionava como uma máquina historiadora.

Tomando por exemplo l'Histoire de V abbaye de Notre Dame de Soissons (1675) cada monge deveria tomar um ano e livros correspondentes a este ano, durante o trabalho que durava 5 horas e 15 minutos, entre orações, mortificações e refeições. Mabillon dá ao trabalho diplomático o status de missão divina.

No caso da história do monastério, sua primeira questão seria qual a sua origem e desenvolvimento exterior. Descrição da fundação, diocese, mudanças, prioridades, benfeitores, santos estimados, acontecimentos extraordinários na região.

A segunda questão aponta para vida interior do monastério: regras, costumes, atos memoráveis, santuários de devoção, relíquias, grandes nomes, epitáfios, membros da comunidade.

A terceira questão trata do poder espiritual e laico. Cabe saber que títulos de nobreza estavam dispostos no interior do monastério. Quais eram as ordens consagradas, bispos e presbíteros, relações políticas com a Igreja e o Reinado, assim como os intelectuais de renome.

Enfim, a quarta questão, trata do que chamamos de história monumental, direcionada a arqueologia religiosa. Os lugares, os espaços, as divisões, as escalas e os objetos.

Outra função importante para os jovens na congregação seria a de transcrição de manuscritos. Assim, localizando e criando fontes, o abade poderia escrever a história.

Tanto trabalho servia à monarquia absolutista. O elogio a Colbert, na De re diplomatica não era a única possibilidade de envolvimento com o poder secular. A

monarquia encontrou nesta fábrica de verdades históricas o método da burocracia jurídica, o poder da história sobre a nobreza, já que os monges não apenas cuidavam da história eclesiástica, mas de toda anotação e inscrição medieval. Portanto, a legitimidade do poder e dos benefícios da nobreza agora pertenciam à monarquia. Deste modo, a “vingança” de Luís XIV, vitorioso das frondes, seria a *recherche* de noblesse. O rei, que outrora era eleito pelos nobres, agora os destituiu de privilégios quando incapazes de documentar sua nobreza³³⁰.

3.4 A Roma De Colbert

O 16 de julho de 1701 marca a fundação da *Academie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres*. Notadamente, a instituição política que agenciou os eruditos do Mosteiro de Saint-Maur. A máquina de guerra programada por Colbert, ainda quando se chamava *Académie des Inscriptions et Médailles*.

Com uma lista em mãos, onde o primeiro ministro mapeava o nome de todos os sábios do reino³³¹ buscou-se um lugar que desenha, analisa, e reproduzia moedas, elas que foram inventadas pelos gregos e romanos e que traziam em si a imagem eterna de príncipes de outrora; moeda, testemunho de poder; moeda, presença do poder; moeda justificativa e propaganda do poder.

Diz o Jean Chapelain à Colbert:

³³⁰ MARTINS, Adilton Luís . Arestas do poder : Antiguidade e Modernidade. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2010. p. 95.

³³¹ KRIEGLER, Blandine. L'histoire à l'âge Classique: Les Académies de l'histoire. Quadrige/PUF: Paris, 1988. p. 171.

Quando aquelas medalhas cunharam-se uma invenção a qual os gregos e os Romanos se serviram para eternizar a memória das ações heroicas de seus príncipes, de seus capitães e de seus imperadores, por causa da incorruptibilidade dos metais em que elas eram compostas, sobretudo o ouro e a prata, eu concordo plenamente com o senhor que se coloque entre nós a serviço do rei. Este é um meio usado em todos os tempos para semelhante fim e muito conveniente à dignidade do rei.³³²

Tornada em 1701 em grande academia, usando os métodos do maurista Mabillon, pesquisa de forma industrial provas históricas³³³. Afirma Raskolnikoff que por volta de 1720 seriam os anos dourados da Grande Academia, no que concerne à história de Roma. Principalmente pela presença do Abade Vertot³³⁴ e do padre Montfaucon³³⁵.

³³² Letree de Jean Chapelain à Colbert. In. Clément, Pierre. Lettres Instructions et mémoires de Colbert. Impr. Imperial: Paris, 1861-1873. T. V. p. 587. Disponível em 10 de julho de 2012, em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CFgQFjAB&url=http%3A%2F%2Fgallica.bnf.fr%2Fark%3A%2F12148%2Fbpt6k515478&ei=xsr8T6KHM9QTT6Zj2Bg&usq=AFQjCNF9RcqZ1I_Gm_gKwdDXT9s4paC16Q

³³³ RASKOLNIKOFF, Mouza. Histoire romaine et critique historique dans l'Europe des lumières: la naissance de l'hypercritique dans l'historiographie de la Rome antique. Strasbourg, Aecr: 1992. p. 73

³³⁴ VERTOT, René Aubert de. Histoire des révolutions arrivées dans le gouvernement de la république romaine, Volume 1. Disponível em 10 de julho de 2012, em http://books.google.fr/books/download/Histoire_des_r%C3%A9volutions_arriv%C3%A9es_dans.pdf?id=rEwPAAAAQAAJ&hl=fr&capid=AFLRE70G-fuBrEyDb6xLwOma2Cphq6fyV1mc9EW2-XAYW0Qzhn06Ssu6ERGxIH2FRPM0jxnMDTqOoLppEibiBO5C8I9RQiNhpA&continue=http://books.google.fr/books/download/Histoire_des_r%C3%A9volutions_arriv%C3%A9es_dans.pdf%3Fid%3DrEwPAAAAQAAJ%26hl%3Dfr%26output%3Dpdf

³³⁵ MONTFAUCON, Bernard de L' antiquité expliquée et représentée en figures / Antiquitas explanatiore et schematibus illustrata (Band 4,2): La guerre, les voitures, les grands chemins, les ponts, les aqueducs, la navigation: Les chemins publics, les aqueducs, & la navigation Paris, 1722. Disponível em: 11 de julho de 2012 sob o endereço <http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/montfaucon1722g/0186>

3.4.1 Vertot

Traduzido em boa parte das línguas europeias, este abade, buscava agradar ao grande público segundo como nos apresenta Raskonkioff³³⁶. Caracterizado pelo conhecimento dos limites do trabalho do historiador, afirma em seu livro anônimo sobre a conjuração de Portugal, sobre este ofício:

É bem possível, escreve ele, que eu não tenha sido bastante exato e informado de todos os fontes secretos deste grade ofício: mas, se são eles secretos, são repletos de desconfianças, e de motivos que não se pode adivinhar ou que não se deveria adivinhar. O que eu afirmo é não dizer a coisa como ela aconteceu, mas acho que ela veio³³⁷.

Com a presença da Revolução Inglesa, do final do século XVII, Vertot trocou seu objetivo, que era compreender a Conjuração, e passou, a partir de seu ponto de vista, a pensar a ideia de revolução na história. Disto, apresenta a “Histoire des Revolutions de Suède”³³⁸, de 1695, e modifica o título de “La Histoire de la Conjuraton de Portugal” para “Histoire des Révolutions de Portugal” a segunda edição, realizada no ano de 1711. O que deve chamar a atenção do leitor de teoria da

³³⁶ RASKOLNIKOFF, Mouza. Histoire romaine et critique historique dans l'Europe del Lumieres. Ecole Francaise de Rome: Roma, 1992. p.. 29

³³⁷ VERTOT, Abbé. Histoire de cojuraton de Portugal. In: Oeuvres choisies de l'abbé de Vertot, Volume 5. Louis Janet: Paris, 1719. Disponível em 11 de julho de 2012, em http://books.google.com.br/books?id=2aQ1AAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

³³⁸ VERTOT (abbé de). Histoire des révolutions de Suède: où l'on voit les changements qui sont arrivés dans ce Royaume au sujet de la religion et du gouvernement. Volume 1. Stéretyp, Paris 1811. Disponível em 11 de julho de 2012, sob o endereço: http://books.google.com.br/books?id=Ln82AAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

história ou de historiografia é a apresentação desta última edição. Aqui, explica porque mudou o título de sua obra.

Quem são em si mesmo a causa ou até mesmo as continuações necessárias, e é esta a argumentação dos eventos que se somaram para substituir o título de Conjuração para Revoluções, alhures, mais adequado em uma sociedade cujos líderes não tinham outro objeto que dar a coroa a um príncipe que viam como o herdeiro legítimo³³⁹.

Não é difícil perceber que a palavra Revolução, novíssima no mundo político do século XVII, toma seu espaço no universo do historiador. Refaz, portanto, seu pensar. A política conta a história. Não necessariamente o poder, mas o que pensa a respeito do acontecer público, do acontecer no mundo dos homens.

Esta nova ideia para história, a revolução, pode ser traduzida com a influência do agora do historiador em sua história³⁴⁰. No entanto, não quebra o sentido linear da história. É o que defende Jean Marie Goulemot³⁴¹. A revolução nada mais será que um encadeamento lógico de fatos³⁴², causas e consequências, e de maneira distante, seria o próprio desenvolvimento de uma sociedade constituída por pequenos eventos.

³³⁹ VERTOT (abbé de). Histoire de Révolution de Portugal. Libraires Associés: Paris, 1773. Disponível em 11 de julho de 2012, no endereço <http://books.google.com.br/books?id=52FkEuRgg-YC&printsec=frontcover&dq=vertot+revolution+de+portugal&source=bl&ots=LNNfFsrU4u&sig=RqAPP514T8HUTmiPpwFDYL0IW30&hl=pt-BR&sa=X&ei=Hr9T4jZOpKs8ASQ4bTzBg&ved=0CEIQ6AEwAg#v=onepage&q=vertot%20revolution%20de%20portugal&f=false>

³⁴⁰ NICOLET Claude. Des Belles-Lettres à l'érudition : l'Antiquité gréco-romaine à l'Académie au XVIIIe siècle. In: Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 145e année, N. 4, 2001. p. 1627-1637

³⁴¹ GOULEMOT, J.M. « Le mot "révolution" et la formation du concept de "révolution politique" (fin XVIIe siècle) » in: Annales historique de la Révolution Française, 39, 1967, p. 417-444;

³⁴² BARDET Jean-Pierre. Autour du concept de Révolution : Jeux de mots et reflets culturels. In: Histoire, économie et société. 1991, 10e année, n°1. Le concept de révolution. p. 7-16.

Em “Histoire des Révolutions arrivées dans le gouvernement de la République Romaine” (1719), coloca-se uma perspectiva tradicional. A primeira causa seria o amor romano pela liberdade, ameaçada por conspirações, demagogias, perda das antigas virtudes, austeridade e simplicidade. Assim, o declínio surge de causas morais³⁴³.

Observa o moralismo dos historiadores antigos, procura por motivações subjetivas, da vaidade à ambição:

L'Histoire des Révolutions arrivées dans le gouvernement de la République Romaine se revela como um monumento complexo que se pode decifrar em muitos níveis. Pode-se encontrar inicialmente uma narrativa plena de anedotas que formam a trama da história romana, ordenada em uma sucessão de etapas, onde a finesa da análise psicológica e a variedade de discursos carregam a arte do romancista (o episódio de Virginia é um modelo do gênero). Um segundo nível, o futuro de Roma está marcado por uma continuidade de alterações da forma de governo e se organiza segundo a categoria das revoluções, cada episódio, naturalmente, toma lugar na série de modificações institucionais que produz cada vez a autoridade soberana se desloca em favor de um ou de outro membro da cidade. A história romana é chamada a testemunhar no vasto debate sobre a soberania e o equilíbrio dos poderes no Estado. Debate que continuará durante todo o século XVIII.³⁴⁴

Debate absolutista. Debate Luís catorzianista, desejoso de conquistar subjetivamente crentes ao rei e à religião do rei. A análise subjetiva fora mais que um ancoradouro do pensamento sobre a psicologia das paixões na história, mas um moralismo militante. Era preciso observar na história das revoluções, sobretudo, na

³⁴³ RASKOLNIKOFF, Mouza. Histoire romaine et critique historique dans l'Europe del Lumieres. Ecole Francaise de Rome: Roma, 1992. p. 32.

³⁴⁴ RASKOLNIKOFF, Mouza. Histoire romaine et critique historique dans l'Europe del Lumieres. Ecole Francaise de Rome: Roma, 1992. p. 33.

romana, mãe e mestra das instituições francesas e cristãs, a criação de um discurso moralizante político que almejava um poder moderador das paixões. A própria produção do problema invoca o debate sobre a autoridade régia.

3.4.2 L'« Antiquite Expliquée »

Em 1719 aparece um monumento, “Antiquité expliquée et représentée en figures”, de Bernard de Montfaucon. Um grande sucesso de vendas em toda a Europa, no qual agradecia a grandes homens, a saber, marechal d’Estrées, considerado na dedicatória; M. de Launay, secretário do Rei; Charles Stanhope, subsecretário de Estado do Rei da Inglaterra; banqueiros como o John Law, diretor do Banque générale, M. Paris, recebedor geral das finanças e, ainda, M. Fabre, banqueiro de Strasbourg; o cardinal Rohan e o arcebispo de Cambrai; abade Vertot, padre Lelong, bibliotecário do Oratório; também, Barbeyrac, professor de direito Groningue e abade Mongault, preceptor do príncipe³⁴⁵.

Endereçada, primeiramente, ao público mais erudito, a grande obra “Antiquite Expliquée”, em 10 volumes, teve a primeira tiragem de 1800 exemplares, em 1722. Foi republicado ainda em 1724 e 1757, indicando o interesse geral no tema, isto não se contabilizando a tradução inglesa e alemã.³⁴⁶

³⁴⁵ MONTFAUCON, Bernard de. L'Antiquité expliquée et représentée en figures. F. Delaulne (Paris) 1719. p.I – IV. Disponível em 11 de julho de 2012 sob o endereço <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k114615m/f8.image.r=Antiquit%C3%A9+expliqu%C3%A9+et+repr%C3%A9sent%C3%A9+en+figures.langPT>

³⁴⁶ RASKOLNIKOFF, Mouza. Histoire romaine et critique historique dans l'Europe del Lumieres. Ecole Francaise de Rome: Roma, 1992. p. 40.

Como parte do desejo maurista de dominar a história a partir de grandes textos, Montfaucon explica sua intenções: *Trata-se de tombar sob os olhos o que se pode representar em imagens*³⁴⁷. O domínio do olhar³⁴⁸ agora se institui junto ao domínio da literatura³⁴⁹. Podem-se olhar os monumentos³⁵⁰ submersos no tempo e os objetos diversos, coisas do cotidiano, vestimentas, ornamentos, utensílios.

A obra de Montfaucon assume a “belle Antiquité”, um termo de julgamento estético que aponta para a civilização greco-romana até o fim do século V d.C. O reino de Teodósio o jovem. No entanto, Montfaucon apresenta alguns costumes egípcios, fenícios, cartaginenses, citas, germânicos e gauleses. Representação dos bárbaros. Deliberadamente esquece o mundo judaico. Aponta a Idade Média como grosseira, bárbara indigna de sua obra. Afirma Rasconikoff:

A diferença dos monumentos antigos, onde a beleza é intemporal e absoluta, os vestígios da Idade Média não são aos olhos de Montfaucon proprietários de nenhum valor artístico; eles não representam interesse para o historiador, seu estudo se justifica somente na medida em que ele esclarece o passado da França.³⁵¹

³⁴⁷ MONTFAUCON, Bernard de. *L'Antiquité expliquée et représentée en figures*. F. Delaulne (Paris) 1719. p.I – IV. Disponível em 11 de julho de 2012 sob o endereço <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k114615m/f8.image.r=Antiquit%C3%A9+expliqu%C3%A9+et+repr%C3%A9sent%C3%A9+en+figures.langPT> p. IV

³⁴⁸ PAYEN, Pascal « L'Antiquité après l'Antiquité : parcours et détours d'un projet éditorial », *Anabases*, 1 2005, p. 5-13.

³⁴⁹ COLOMBAT B.; POULOUIN C.; MERCIER-FAIVRE et all. *Du savoir aux images*. In: *Dix-huitième siècle*. Presses universitaires de France, Paris, 1995, no27, p. 25-158.

³⁵⁰ LLINARES, Sylviane. *Marine et anticomanie au xviiiè siècle : les avatars de l'archéologie expérimentale en vraie grandeur*. *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest* 008/2 (n° 115-2)

³⁵¹ RASKOLNIKOFF, Mouza. *Histoire romaine et critique historique dans l'Europe del Lumieres*. Ecole Francaise de Rome: Roma, 1992. p. 44.

Bem provavelmente o texto de Montfaucon aparece como uma das primeiras tentativas para constituir a arqueologia³⁵². O objeto antigo não é mais apenas uma peça de coleção, da anticomania, mas, ao apelar para uma realidade concreta, imediata, para esclarecer obscuridade do texto escrito. Deste modo, a imagem seria auxiliar da leitura. Apenas serve do lido, não autônoma, pois somente o texto escrito tem o privilégio do saber.³⁵³

A importância de Vertot e Montfaucon está em traduzir em suas histórias novidades respectivas, no campo de conceitos e explicações políticas e na ordem temporal quase didática de representar o lido, aproximar o passado por meio da imagem, criar a atmosfera do visível junto ao lido.

Eles representam de maneira bem clara as características da reflexão histórica. Primeiramente, confiança nas testemunhas do passado. Assim, há o debate de Louis Lévesque de Pouilly com o abade Claude de Sallier, sobre os primeiros cinco séculos da cidade de Roma. Respectivamente Pouilly defende um total ceticismo cartesiano, devido à ausência de fontes, anais que teriam sido queimados, mas Sallier afirma a crença nos textos de Tito-Lívio e Denis de Halicarnasso³⁵⁴.

³⁵² SCHNAPP, Alain. Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIIIe et XIXe siècles in: Annales. Histoire, Sciences Sociales 37e Année, No. 5/6, Le document: Éléments critiques (Sep. - Dec., 1982), p. 760-777.

³⁵³ RASKOLNIKOFF, Mouza. Histoire romaine et critique historique dans l'Europe des Lumières. Ecole Française de Rome: Roma, 1992. p. 46.

³⁵⁴ GRELL Chantal. Les origines de Rome : mythe et critique. Essai sur l'histoire au XVIIème et au XVIIIème siècles. In: Histoire, économie et société. 1983, 2e année, n°2. p. 255-280.

AVLAMI, Chryssanthi, ALVAR, Jaime, ROMERO, Mirella. Historiographie de l'Antiquité et Transferts Culturels: Les Histoires Anciennes dans l'Europe des XVIIIe et XIXe Siècles. Rodopi

Uma segunda característica trata de usar a narrativa para subsumir falhas da pesquisa para tanto³⁵⁵. Já a última característica destes textos eruditos repousa sobre a oposição entre fatos reais e ficção. Tal característica é a imensa tese de Raskonikoff³⁵⁶ sobre Louis Beaufort.

3.5 Conclusão

Portanto, por meio deste capítulo, procurou-se responder o significado da erudição como saber-poder, em meio, ao contexto da criação do Estado francês frente ao poder eclesiástico e o seu Império.

A erudição se comporta como verdade de atributos políticos, identitários e jurídicos. O mundo da verdade passa necessariamente pelo jogo erudito, uma das maiores invenções da Renascença.

Localizou o nascimento da ideia de fonte histórica, importância política (poder) e valor positivo de conhecimento (saber). Sincrônicos, em relação a três instâncias geradoras do saber-poder moderno no mundo da História estão o latim, a História da Religião e o Direito.

O Absolutismo francês inaugurou uma indústria, cuja maquinaria historiadora da vida monástica gerou a matriz da fazer história – a diplomática de Mabillon.

³⁵⁵ KRZYSZTOF, Pomian. L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 30e année, N. 5, 1975. p. 935-952.

³⁵⁶ RASKOLNIKOFF, Mouza. Histoire romaine et critique historique dans l'Europe del Lumieres. Ecole Francaise de Rome: Roma, 1992.

Colbert, primeiro ministro de Luís XIV se apropria da maquinaria, ao mesmo tempo em que a constrói, lado a lado, com a erudição beneditina. Ele financia a História-Memória-jurídica do reinado absolutista entre os séculos XVII e XVIII, que será combatida por Montesquieu, ao passo, que se relaciona com a expectativa das leituras frente ao desejo da anticomania.

Uma vez apresentado este processo, então, pode-se compreender o campo de batalha no qual Montesquieu se coloca como adversário. Em guerra, há verdades históricas memoriais e monumentais.

Capítulo 4: O Espírito do Medo:

Roma e o absolutismo

4.1 Introdução

O grupo social de Montesquieu aparece neste capítulo, e ele, como teórico político da defesa dos seus, os Nobres. Entram em cena o antiabsolutismo de Montesquieu, sua compreensão da história romana e sua teoria germanista da história, uma e outra em oposição ao absolutismo e à sua historiografia legitimadora, ou melhor, criadora.

Certamente, a história é o metal que liga os dois gumes de uma espada do poder absoluto, a criação e a legitimação. A história erudita se comporta como liga metálica. Armadura. Forja. Ela é fábrica de medo e sedução, profeta espiritual do Estado que vê por sua vidência a reencarnação de Roma Imperial sob os pés da Monarquia.

Montesquieu enfrentou a erudição católica, monárquica e burguesa com a exaltação e queda da República Romana. Se Roma alguma vez foi um bom modelo a ser seguido, isto começou e se encerrou com a República. A República Romana é, acima de tudo, a política sem medo, virtuosa que cai sob o Império do medo. A lei

histórica do medo como fonte de corrupção grassa as ruas e os chambres da França do século XVIII.

4.2 Montesquieu e a Erudição

Para bem compreender a oposição que Montesquieu faz à história erudita da empresa absolutista, pode-se perceber no grande conjunto da obra de diversos autores da Academie e dos mosteiros contratados, a obra de Gabriel Mably, *Parallèle des Français et des Romains*, de 1741.

Ausente da discussão antiabsolutista, fora pintado por Helga Gahyva como um defensor da igualdade francesa:

O rival em comum é uma convergência entre Mably e Boulainvilliers. Segundo Furet, elas vão além: “os dois homens dividem uma mesma concepção de história. Mas também os mesmos materiais e uma temática idêntica” (Furet, 1997, p.174). Porém, se o destinatário principal de Boulainvilliers é o delfim, o do abade é o terceiro estado. E os objetivos são também divergentes: enquanto o primeiro se preocupa em reforçar as diferenças estamentais entre nobres e burgueses, Mably não apenas as refuta, como intenta superá-las. Se o estabelecimento de ordens fixas fundou uma dualidade nacional, o restabelecimento da unidade pressupõe o reingresso da parcela alijada nas assembleias da nação. Reconciliados no seio do germanismo, os estados transformar-se-ão, enfim, em classes distintas pertencentes à mesma ordem.³⁵⁷

³⁵⁷ GAHYVA, Helga. Boulainvilliers, Mably e Tocqueville: genealogia de uma exclusão. In: *Philosophos* 11 (1) : 129-144, jan./jun. 2006.

O germanismo de Boulainvilliers consiste sim numa defesa de privilégios, mas a partir uma teoria bem mais complexa. Para este nobre normando, consiste em um ideário aristocrata. Boulainvilliers vê na aristocracia o melhor dos governos.³⁵⁸ Indefensável é a ideia de igualdade, quando há a presença de privilégios legais e reais para nobreza, mesmo sob Luís XIV. O que Mably, historiador da coroa, tenta sim, constituir uma França serva do absolutismo, naquilo que Montesquieu define como igualdade sob o déspota.

Todos os homens são iguais no governo republicano; são também iguais no governo despótico: no primeiro, por serem tudo, no segundo, por serem nada.³⁵⁹

O debate que se propõe à nobreza configura-se a partir da relação entre a queda romana pela imoralidade e o uso de mercenários sem honra, uma representação histórica do saber burguês em meio ao Estado Absolutista.

O privilégio nobre se caracteriza por uma teoria de poder, de governo. Diferente dos historiadores da coroa, estes nobres buscavam nos francos (germanismo) a defesa da aristocracia, contra os absolutistas (galo-romanistas).

Tanto um e outro grupo procuravam na história razões de legitimidade política e jurídica. Montesquieu, por exemplo, fará de forma notável e constituirá o absolutismo de Luís XIV como um despotismo, configurando-se na queda de Roma. Na medida em que o absolutismo perde seu vigor, em especial, a partir dos anos 1740, ressurge a luta aristocratizante antiabsolutista.

³⁵⁸ THOLOZAN, Olivier. Henri de Boulainvilliers: l'anti-absolutisme aristocratique légitimé par l'histoire. Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1999.

³⁵⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VI. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 91.

Por isso, a tese de igualdade sob o Antigo Regime não é realizada pela academia francesa, sempre a serviço da monarquia. Ela aparecerá em alguns iluministas e principalmente depois da Revolução Francesa, o que aponta a inexistência de um período pré-revolucionário, pelo menos não no campo da história.

Quem se afirma como romana é a monarquia. Afirma Senarclens:

Se, ao lado do discurso moralista sobre a virtude e o patriotismo romano, o tema da grandeza de Roma guarda uma atualidade política no século XVIII, também, o é porque a França concorreu por um lugar particular na herança de Roma. Numerosos historiadores fazem de Roma um “modelo” para a França aspirante à glória. O caráter excepcional desta cidade é, com efeito, a medida de uma nação que faz uma grande ideia de sua própria história, mas também de “seu destino”.³⁶⁰

Nem se pode ignorar Claude Nicolet³⁶¹, que nos aponta um dado quase óbvio, até 1791; o tema de Roma era o mais importante na academia, em seguida o da Grécia Antiga. Os dois temas somados produzem o número de 55% do total da produção da academia.

Em torno ao tema das “Belas letras”, somam-se o total 201 títulos sobre poesia, eloquência, teatro e obras literárias em geral. Os mais lidos eram Homero e Virgílio. Sobre os historiadores romanos e gregos há 47 títulos.

Ao tratar de legislação política, 16 são sobre a Grécia, 41 sobre Roma e 42 sobre a Gália e França antiga. A arte militar grega aparece em 8 títulos, enquanto que a romana, em 31. Algo que se repete na numismática com 28 títulos. As outras

³⁶⁰ SENARCLENS, Vanessa. Montesquieu Historien de Roma: un tournant pour la réflexion sur le statut de l'histoire au XVIIIe siècle. Droz: Gevè, 2003. p. 39.

³⁶¹ NICOLET Claude. Des Belles-Lettres à l'érudition : l'Antiquité gréco-romaine à l'Académie au XVIIIe siècle. In: Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 145e année, N. 4, 2001. p. 1627-1637.

centenas de títulos que tratam do mundo oriental, africano e dos povos do norte também ecoam o interesse pelo Império Romano. O mesmo acontece quando se faz referência à “história da pátria”, que se deleita sobre o tema da Gália, França antiga.

As narrativas que fazem ser das *mimeses II* e *mimeses III*, de Paul Ricouer³⁶², provocam o sentimento de romanidade, no mundo das ideias do século XVIII.

Assim, a coroa pode afirmar a sua linhagem romana. Senarclens³⁶³ mapeia o regime de textos. Em primeiro lugar, aparece a aura gloriosa de Roma pela imensa obra de Catrou e Rouillé³⁶⁴, com Jacque Bossuet³⁶⁵ e sua teocracia contada na história do mundo, ou universal, até o nascimento de Luís XIV.

Também elencado por Senarclens, o jansenista Charles Rollin³⁶⁶ aparece afirmando a providência divina sobre Roma e a monarquia francesa. Nestes autores, a

³⁶² RICOUER, Paul. Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 101.

³⁶³ SENARCLENS, Vanessa. Montesquieu Historien de Roma: un tournant pour la réflexion sur le statut de l'histoire au XVIIIe siècle. Droz: Gevè, 2003. p. 40.

³⁶⁴ CATROU, François et ROUILLE, Pierre-Julien Histoire romaine depuis la fondation de Rome: avec des notes historiques, géographiques[et] critiques. Paris. 1725. Disponível em 12 de julho de 2012 em http://books.google.com.br/books?id=0o5oX-DREv0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

³⁶⁵ BOUSSUET, Jacques Bénigne. Discours sur Histoire universelle. Paris, 1691. Outras versões disponíveis em 12 de julho de 2012 em http://books.google.com.br/books?id=-yBCAAAcAAJ&dq=bossuet%20discours%20sur%20la%20histoire%20universelle&hl=pt-BR&source=gbs_similarbooks Ver também: MARTINS, Adilton Luis. Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. Cap. II.

³⁶⁶ ROLLIN, Charles. De la manière d'enseigner et d'étudier les Belles-Lettres par rapport à l'esprit et au cœur..., Paris, 1726-1728, 4 vol. Versão de 1810 disponível em 12 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=2zQnKQaBGzMC&printsec=frontcover&dq=De+la+mani%C3%A8re+d'enseigner+et+d%C3%A9tudier+les+Belles-Lettres+par+rapport+%C3%A0+l'esprit+et+au+c%C5%93ur&source=bl&ots=ia_wMqrnGG&sig=C7zjscwyEDPbY-F8L7x7Be01uDo&hl=pt-BR&sa=X&ei=sjz_T4uhLLi88ATJnqiiBw&ved=0CDUQ6AEwAA#v=onepage&q=De%20la%20mani%C3%A8re%20d'enseigner%20et%20d%C3%A9tudier%20les%20Belles-Lettres%20par%20rapport%20%C3%A0%20l'esprit%20et%20au%20c%C5%93ur&f=false

ROLLIN, Charles. Histoire romaine depuis la fondation de Rome jusqu'à la bataille d'Actium..., Paris 1738-1748 edição de 1810 disponível em 12 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=LfPQAAAAAAJ&printsec=frontcover&dq=Histoire+romaine+depuis+la+fondation+de+Rome+jusqu'à+la+bataille+d'Actium&source=bl&ots=lybrd6VbW4&sig=6Q-LJrZxYht_UiaC1IUZ0jQ-v0o&hl=pt-BR&sa=X&ei=Ez3_T9HpJpGi8qS6qNX4Dw&ved=0CDQ6AEwAA#v=onepage&q=Histoire%20romaine%20depuis%20la%20fondation%20de%20Rome%20jusqu'à%20la%20bataille%20d'E2%80%99Actium&f=false

figura de Carlos Magno consiste na ponte entre a derrocada de Roma e Glória francesa.

O tema da reencarnação de Roma está em Mably, por meio do paralelo entre romanos e franceses. Sobre a obra de Mably, afirma Senarclens

Mably compara termo a termo os grandes momentos da história francesa com os da história romana. Ele inúmeras vezes compara as circunstâncias que impediram a França de atender mais rápido o nível de Roma, ou mais exatamente, os “principais fatos que mantiveram durante muitos séculos o governo longe de sua perfeição.”³⁶⁷

A tese geral de Senarclens trata da historiografia da academia como uma França de linhagem ou reencarnação romana. Também afirma que, com a morte de Luís XIV, surge um novo tema: a decadência do Império Romano, tema antiabsolutista, em vigor desde o século XVII, com Henri de Boulainvilliers³⁶⁸.

4.3 O Espírito de Roma

Por influência de sua formação humanista, característica de seu século, Montesquieu conhecia bem a história de Roma. Por isso, ao criar sua concepção de formas de governo, sabia bem onde encontrar os modelos, em uma densidade como nenhuma outra.

³⁶⁷ SENARCLENS, Vanessa. Montesquieu Historien de Roma: un tournant pour la réflexion sur le statut de l'histoire au XVIIIe siècle. Droz: Genève, 2003. p. 44.

³⁶⁸ MARTINS, Adilton Luis. Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. Cap. III.

República, Monarquia e despotismo são as formas históricas de governo. Da mesma forma que monarquia, república e império são os grandes momentos da história de Roma. Tais divisões da história romana serão em toda a obra a condição epistemológica do pensamento político. História e política se autoagenciam em Montesquieu. O conhecimento de Aristóteles não determina completamente a divisão dos poderes, porque o empirista newtoniano da história precisa de dados mais fixos que a teoria política de Aristóteles.

A presença do estagirita informa aquilo que Bobbio afirma:

Mas existe também, embora como subclasse, a ideia da extraordinária originalidade e fecundidade das categorias elaboradas pelos gregos, em particular por Aristóteles, a cuja Política deve o Ocidente um sistema conceitual que resistiu ao tempo e chegou até nós praticamente intacto. Era uma ideia que devia ser posta à prova: parece-me que nenhum tema se adaptaria mais a esta prova do que a forma de governo, no mínimo por duas razões: não há obra política clássica que não trate desse tema e não há autor clássico, que, tratando dele, não faça, direta ou indiretamente, referência aos autores gregos (de resto, os termos ainda hoje usados - monarquia, oligarquia, aristocracia, democracia, autocracia, tirania - são de origem grega, do mesmo modo que os termos construídos artificialmente, como tecnocracia e hierocracia).³⁶⁹

Para Aristóteles nota-se a relação política com o poder a partir de duas questões simples: quem governa (*politeia*³⁷⁰) na Monarquia, um só, Aristocracia poucos governam; já a *politia* muitos governam.

Montesquieu ainda que se pareça em alguma escala com Aristóteles, afasta-se por dois motivos. Primeiro, seu ideal político não é a democracia, e sim a

³⁶⁹ BOBBIO, Norberto A teoria das formas de governo. Tradução Sérgio Bath. 10a Edição. UNB: Brasília, 2005. p.. 3.

³⁷⁰ Traduzida: ora, por formas de governo, ora, por constituição.

monarquia constitucional de modelo inglês, a chamada monarquia moderada. O segundo motivo está na presença de Roma. Ela é totalmente desconhecida por Aristóteles. Em seu conjunto, a história de Roma conduz as transformações políticas por meio dos homens, virtudes e corrupções. Um só povo, em mesmo clima, vivenciou todos os tipos de governo e todos os tipos de corrupções. E sobre todas as transformações há textos de altíssimo grau de formalidade, dando ao filósofo iluminista as condições de autoridade junto à ordem discursiva da chamada erudição. Portanto, Roma é uma garantia de toda a teoria, e os outros povos são apenas ramificações e exemplificações.

A teoria política é uma teoria histórica na medida em que as transformações e as espacialidades iluminam o pensamento, exemplificam, produzem questionamentos e apontam para soluções. Há um sentido de previsibilidade histórica. A derrocada do Império Romano pode ser o alerta para derrocada do absolutismo.

Em Roma, que nasceu pequena para tornar-se poderosa; em Roma feita para experimentar todas as vicissitudes da fortuna; em Roma, que tinha, ora quase todos os cidadãos fora de suas muralhas, ora toda a Itália e uma parte de terra no interior de sua muralhas, não se especificara esse número (de eleitores) sendo uma das principais causas de sua ruína.³⁷¹

³⁷¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 39.

4.3.1 A República Romana

Qualquer um pode perceber a diferença da natureza nos três tipos de governo, república é reconhecida até mesmo pelos “não instruídos” como:

Governo republicano é aquele em que o povo, como um todo ou somente uma parcela do povo, possui o poder soberano; (nota 14 da edição francesa): Por democracia se entende que Montesquieu fala de Atenas e de Roma. Quando ele diz: “é essencial fixar o número de cidadãos que devem formar as assembleias. no estado popular divide-se o povo em certas classes, etc.” traduzir por: eis o que se fazia nas repúblicas de Atenas e de Roma. Não esqueça, sobretudo, que as reflexões do autor não mais que a medida de fatos observados³⁷².

A indicação dos fatos observados nos afasta de Aristóteles, pois implica severamente o único povo histórico a experimentar os três governos, a começar pela democracia.

Quando todo o povo tem o poder, então, há a democracia. Outrossim, quando o povo é governado por um grupo que tem em mãos a soberania, tem-se aí a aristocracia. Estas duas afirmações respondem a pergunta aristotélica sobre o “quem?”. A resposta a respeito do “Como?”, consiste no sufrágio. Cabe à lei determinar o modo de sufrágio: “Com efeito, aqui é tão importante regulamentar como, por quem, sobre o que os sufrágios devem ser atribuídos”³⁷³.

³⁷² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 39.

³⁷³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 39.

Cita como exemplo uma afirmação do sofista Libânio³⁷⁴ (314-390): “*Libânio afirma que em Atenas um estrangeiro que se imiscuísse na assembleia do povo era punido com a morte*”³⁷⁵. Assim, o povo é que possui o poder soberano e tem a responsabilidade de agir de forma correta com intermédio de seus ministros. A legitimidade do magistrado está na escolha popular, diretamente como em Atenas ou por meio de magistrados, como em Roma.³⁷⁶

O belo discurso sobre a república, muito próximo à contribuição empirista dos ingleses, Newton e Locke:

O povo é admirável para escolher aqueles a quem deve confiar parte de sua autoridade. Só pode decidir-se por coisa que não pode ignorar e por fatos que estão ao alcance de seus sentidos. Sabe muito bem que determinado homem esteve tais e tais êxitos; é, então capaz de eleger um general. Sabe que um juiz é assíduo e que muita gente sai de lá satisfeita com ele, que não se pode corrompê-lo: isso é suficiente para que eleja um pretor³⁷⁷. Está-se impressionado com a magnificência ou com as riquezas de um cidadão, isso é suficiente para que possa escolher um edil. Todas essas coisas são fatos que o povo aprende melhor na praça pública do que um monarca em seu palácio.³⁷⁸

Mas, há um “entretanto” aqui: o limite específico da condição empírica da política. O povo conhece a qualidade moral, ou virtude, como capacidade na praça pública. O povo conhece os homens. No entanto, não conhece os problemas.

³⁷⁴ FABRICIUS, Johann Albert. The life of Libanius, the sophist: From the Latin, Volume 1. Cadell e Strand: Londres, 1798. Disponível em 13 de julho de 2012 em: <http://books.google.com.br/books?id=wyMbAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:LBxYq3DF3g0C&source=bl&ots=fbMA4m77Z4&sig=o3xd0Dmjbea7Z8OKXqNXHjD0yUg&hl=pt-BR&sa=X&ei=WU4AUInEK4us8ATMwOSOCA&ved=0CDgQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false>

³⁷⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 39.

³⁷⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 40.

³⁷⁷ Título romano. Ver a relação da lei e do povo romano em: CROOK, John Anthony. Law and Life of Rome. Cornell University Press, 1967

³⁷⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 40

Montesquieu responde à própria pergunta como se em questão estivesse a *virtú* maquiavélica:

Entretanto, saberá o povo dirigir um negócio, conhecer lugares, as ocasiões, os momentos e aproveitá-los? Não, não saberá.³⁷⁹

Apesar de poder eleger pessoas de todas as classes, Grécia e Roma não elegiam plebeus para altos cargos. Afinal, para Montesquieu, a ausência de conhecimento dos negócios da cidade criavam uma autoridade técnica. E a divisão em classes sociais sempre fora para os legisladores a condição de prosperidade. Mas, esta afirmação parte da “empiricidade histórica” de Montesquieu: *ter-se-ia, apenas, que olhar*³⁸⁰ *para a série de eleições surpreendentes feitas pelos atenienses e romanos*³⁸¹.

Tito-Lívio³⁸² e Denis de Halicarnasso³⁸³ demonstram a aristocracia, quando Servio Túlio impôs a aristocracia como condição do desenvolvimento de Roma, com a divisão das 183 centúrias e das seis classes. Sólon, em Atenas, teria dividido em quatro classes.

A divisão de classes caracteriza a base do sufrágio:

³⁷⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 40.

³⁸⁰ Domínio empírico do olhar: “Voyez”

³⁸¹ il n'y auroit qu'à jeter les yeux sur cette suite continuelle de choix étonnants que firent les Athéniens et les Romains. MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749.

³⁸² Nota de Montesquieu: *Tito-Lívio, liv. I*. Disponível na internet edição bilíngue francês e original latino a edição: TITO LIVIO, Histoire romaine. Volume 1. Traduzido por A. A. J. Liez, N. A. Dubois, V. Verger. C.L.F. Panckoucke, 1830. Disponível em 13 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=Bko-enCGE_sC&dq=inauthor:%22Tito+Livio%22&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

³⁸³ Nota de Montesquieu: Dionísio de Halicarnasso Liv. IV, art. 15 e segs. DIONISIO DE HALICARNASO. Les antiquités romaines. Traduzido por François Bellanger. Philippe-Nicolas Lottin, 1723.

Como a divisão dos que têm direito a voto é, na república, uma lei fundamental, a maneira de dá-lo é outra lei fundamental.

O sufrágio pelo sorteio é de natureza da democracia³⁸⁴; o sufrágio pela escolha é da natureza da aristocracia³⁸⁵.

Para corrigir o sorteio, caso alguém tivesse sido escolhido para o cargo, mas não tinha a dignidade e a competência, julgava-se o mérito do indivíduo. No caso a grande preleção de Demóstenes contra Timarco, em termos de corrupto, prostituto, vicioso.

A publicidade da acusação, o fato de expor a vida do elegível, contribuía para o conhecimento e desenvolvimento das repúblicas. Para afirmar isso, evoca o testemunho de Cícero em seu “Tratado sobre as Leis”³⁸⁶ para exemplificar que o fim da República Romana se caracteriza também pelo voto secreto.

Está fora de dúvida que, quando o povo vota, seus votos devem ser públicos³⁸⁷ e isso deve ser considerado como uma lei fundamental da democracia. É preciso que a plebe seja esclarecida pelos principais e contida pela seriedade de seus personagens. Assim, na República Romana, estabelecendo-se o sufrágio secreto, destrói-se tudo (.)uma questão de prevenir os conluíus, os sufrágios não poderiam ser em nada secretos.³⁸⁸

³⁸⁴ Aqui Montesquieu cita: Voyez l'oraison de Démosthène, *De falsa legat*, et l'oraison contre Timarque. Edição Demosthenes, Aeschines, Jean F Stiévenart. Oeuvres complètes. F. Didot, 1853. Disponível em 13 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=brqWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=qbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

³⁸⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 41.

³⁸⁶ Marcus Tullius CICERO. Traité des loix. Edição Bilingue francês e latim. Chez Jean Mariette, 1719.

³⁸⁷ Em Atenas, levantavam-se as mãos (nota de Montesquieu).

³⁸⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 41.

A cidadania da República Romana estava diretamente relacionada à vida da cidade. *Todo soldado era também cidadão: cada cônsul recrutava um exército e outros cidadãos iam à guerra*³⁸⁹. A ideia de acrescentar ao exército pessoas abastadas promovia um incentivo à vitória e ao retorno à cidade. As lutas em solo “italiano” permitiam exércitos pequenos, generais vigiados pelo senado e o retorno para cidade natal.

Quando as conquistas se tornam grandes, além- mar e além Alpes, perde-se o espírito de cidadão. Os generais sentem seu poder, tornam-se senhores de suas tropas. A cidade deixa de ser a referência para o general. Agora, a sua identidade está relacionada diretamente ao General. *Já não eram mais soldados da República, em sim de Sila, de Mário, de Pompeu ou de César.*³⁹⁰ Em Montesquieu só há um valor republicano que deve ser perseguido, a própria república:

Uma República sábia não deve arriscar nada que a exponha à sorte ou ao azar: o único bem a que deve aspirar é a perpetuidade de seu Estado.³⁹¹

Transformar-se em império significa primeiro vivenciar a corrupção. *Se a grandeza do Império corrompeu a República, a grandeza da cidade igualmente a*

³⁸⁹ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734. Cap IX. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 71.

³⁹⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734. Cap IX. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 72.

³⁹¹ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734. Cap IX. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 72.

*corrompeu*³⁹². Ao subjugar o universo Roma perdeu seu espírito de amor à liberdade e à igualdade. O ódio à soberania desapareceu. A união desapareceu.

O que se chama união em um corpo político é uma coisa muito dúbia: a verdadeira é a uma união de harmonia, que faz com que todas as partes, por mais oposta que pareçam, concorram par ao bem geral da cidade, tal como as dissonâncias na música concorrem para a harmonia global.³⁹³

Por outro lado, a união falsa é aquela em que cada um oprime a outro. A união sem liberdade, pela opressão. Montesquieu usa o despotismo, aplicado ao mundo asiático, como condição explicativa. Nestes Estados:

Estão unidos porque uns oprimem os outros sem resistência. Quando se vê união nessas circunstâncias, o que se une não são cidadãos, mas cadáveres sepultados ao lado uns dos outros.³⁹⁴

A liberdade exige amor ao político e é uma conquista. A leitura de Hannah Arendt sobre o político antigo nos propõe a transparência e a conquista constante do político.

A resposta à questão do significado da política é tão simples e conclusiva que se poderia pensar que todas as outras são

³⁹² MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734. Cap IX. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 72.

³⁹³ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734. Cap IX. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 74.

³⁹⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734. Cap IX. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 74-75.

absolutamente irrelevantes. A resposta é: o significado da política é a liberdade.³⁹⁵

Arendt explica que raramente o homem teve a oportunidade de experimentar o político. Para ela, o protótipo da política que busca a liberdade, por meio da palavra, depois que as necessidades básicas já estão saciadas, está em Heitor e Aquiles:

O Protótipo da rivalidade entre os homens era ainda o combate entre Heitor e Aquiles, que, independente de quem ganha ou perde, dá a cada um a oportunidade de se mostrar tal como é, ou seja, de vir à realidade para se tornar totalmente real. O mesmo se dá com a guerra entre gregos e troianos, que pela primeira vez dá a ambos a oportunidade de realmente se mostrarem. Ela espelha o enfrentamento dos deuses, o que não apenas dá à luta que está sendo travada na terra o seu verdadeiro significado, mas também revela claramente que em ambos os lados há um elemento de divindade, mesmo que um deles esteja condenado a perecer.³⁹⁶

Há a transparência na república, tanto do voto quanto do eleito. A possibilidade de acusar e ser acusado em praça pública, diante de todos, dá uma realidade enobrecedora a luta política. Então, a liberdade se refaz quando há as multiplicidades de pontos de vista sobre a fala, o desejo, o agente. E Arendt alcança uma dimensão para esta política dos antigos, pensada sobre os gregos, mas, facilmente, comparada à República Romana de Montesquieu. Para a filósofa:

O decisivo não é que se possam torcer argumentos e inverter proposições, mas que se adquiriu a capacidade de ver, de fato as coisa de diferentes lados — isto é,

³⁹⁵ ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel, 2008. p. 161.

³⁹⁶ ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel, 2008. p. 226.

politicamente – daí resultando que as pessoas compreendiam como assumir as muitas perspectiva, proporcionadas pelo mundo real, desde as quais um mesmo objeto pode ser considerado e no qual cada um deles, apesar de sua unicidade, segundo uma grande diversidade de pontos de vista.³⁹⁷

A divisão clássica dos tipos de governo, a pergunta sobre “quem” aristotélico do governo, leva a diferenciação de dois governos populares em Montesquieu, democracia, capítulo II do livro I do “Espírito das Leis”, e aristocracia, capítulo III do mesmo livro.

No início de Roma, havia uma aristocracia, tanto é que os cônsules poderiam indicar os novos senadores. Assim, a lei define o espaço público e constitui harmonia, limitando poderes e exortando fazeres. O fim da República Romana está marcado pela auto-proclamação individual de poder. Constitui-se por uma quebra das regras políticas, num contexto de acomodação política, em que se encontrara o final da República Romana, Montesquieu pode aí, teorizar:

Numa república em que um cidadão se faz atribuir um poder exorbitante, o abuso desse poder é maior, pois as leis que não o previram, nada fizeram para pará-lo.³⁹⁸

Para melhorar a aristocracia é preciso que ela participe da vida do povo, Os aristocratas não precisam estar distantes, devem se aproximar. *Quanto mais uma aristocracia aproximar-se da democracia, tanto mais perfeita será ela* ³⁹⁹. Assim, quanto menos parecida com a monarquia, melhor. Precisa, sobretudo, diferenciar-se

³⁹⁷ ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel, 2008. p. 228.

³⁹⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749.

³⁹⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 43.

da aristocracia polonesa, onde os aristocratas são senhores da servidão dos camponeses. A aristocracia *mais imperfeita de todas é da Polônia, onde parte da população obedece, em uma escravidão civil*⁴⁰⁰.

A aristocracia polonesa sofre de uma condenação em quase toda obra de Montesquieu. Distante das pessoas, quase um despotismo. É acusada de excesso de luxo, excesso de desigualdade; mas, como a população é pobre o luxo relativo também o é:

Na Polônia, por exemplo, as fortunas são extremamente desiguais, mas pobreza do conjunto impede que haja tanto luxo quanto num Estado mais rico.⁴⁰¹

Na matemática racionalista de Montesquieu, o luxo é proporcional à desigualdade. Somente a partilha das riquezas, ou da fortuna, faz do Estado com cidadãos iguais. O luxo dentro da Polônia era escandaloso diante da pobreza, enquanto, medíocre diante de outros Estados.

O luxo é sempre proporcional à desigualdade das fortunas. Se, num Estado, as riquezas são igualmente divididas, não haverá luxo, pois ele só está baseado nas comodidades que obtemos com o trabalho dos outros.⁴⁰²

Conceito que pode fazer referência à alienação do trabalho em Marx. No entanto, a matemática aplicada à economia do luxo é da ordem da aritmética. O trecho abaixo serve como indício para relação empírica racionalista nos “Espírito das Leis” .

Supondo que o necessário físico seja igual a uma soma determinada, o luxo daqueles que só possuirão o necessário

⁴⁰⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1ª Parte. Livro VII. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁴⁰¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1ª Parte. Livro VII. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 107.

⁴⁰² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1ª Parte. Livro VII. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p.107.

será igual à zero; aquele que possuir o dobro terá um luxo igual a um; aquele que possuir o dobro do bem deste último terá um luxo igual a três; quando tiver ainda o dobro, terá um luxo igual a sete; de sorte que se supusermos que o bem do particular seguinte seja sempre o dobro do anterior, o luxo crescerá do dobro mais uma unidade, na seguinte progressão: 0, 1, 3, 7, 15, 31, 63, 127.⁴⁰³

Por outro lado, a multidão reunida cria o desejo do supérfluo, uma característica dos grandes impérios, das grandes cidades:

O luxo também é proporcional ao tamanho das cidades, e principalmente da capital; de forma que ele está na razão composta das riquezas do Estado, da desigualdade das fortunas dos particulares e do número de homens que se reúnem em certos lugares.

Quanto maior o número de homens reunidos, mais vão eles se tornam e sentem nascer dentro de si à vontade de se singularizar por meio de pequenas coisas. Se estiverem em tão grande número que a maioria seja desconhecida uns dos outros, a vontade de se destacar redobra, porque há mais esperança de ser bem-sucedido. O luxo dá esta esperança; cada um assume o aspecto da condição que lhe é superior. Mas, de tanto querer singularizar-se, tudo se torna igual, e ninguém mais se destaca: como todos querem fazer-se notar, ninguém é notado.⁴⁰⁴

Um leitor desavisado poderia ler no texto acima um trecho de algum pensador franckfurtiano ao tratar das sociedades de massa. No entanto, os excessos do luxo fazem a característica de cada tipo de governo. Na democracia, o luxo é quase que inexistente, afinal, numa atmosfera de igualdade não há como supor que alguém tenha proporção de até quatro vezes o que o outro tem.

⁴⁰³ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1^o Parte. Livro VII. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p.107.

⁴⁰⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1^o Parte. Livro VII. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p.107.

Deste modo, a excelência da democracia reside na igualdade de riqueza. Novamente a proporção aritmética “*quanto menos luxo haja numa república, tanto mais perfeita ela será*”⁴⁰⁵. Nos primeiros tempos de Roma e de Esparta não havia luxo. Assim, fortalecia o espírito comunitário, já que o luxo uma vez estabelecido produz o sentimento de interesse meramente particular.

Uma das motivações do fim da República Romana fora o luxo⁴⁰⁶, velho discurso moral sobre a Queda de Roma agora utilizado como fim da república e início do Império. O Império só é possível na corrupção.

Na aristocracia, a virtude da moderação deve ser usada contra o luxo. É o caso de Veneza, que por meio de Saint-Didier⁴⁰⁷ pode pensar esta Aristocracia veneziana de seu tempo ⁴⁰⁸. Em Veneza haveria leis que obrigam os nobres à modéstia. Do contrário, o caso da Polônia⁴⁰⁹, a própria lei que garante a desigualdade cria também a corrupção do Estado. Assim, o Estado corroído sofre com a insurreição do povo.

Montesquieu, para pensar a corrupção compara a Polônia com a Antiga Creta, usa o recurso da comparação entre antigos e modernos para estabelecer uma ordem teórica meta-histórica. O barão de Breda não cessa de citar a república de

⁴⁰⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VII. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p.108.

⁴⁰⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VII. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p.108.

⁴⁰⁷ Livro encontrado na Biblioteca de Montesquieu. A partir da página começa a narrativa sobre a riqueza de Venesa. SAINT-DIDIER, Alexandre Toussaint Limojon de. La ville et la république de Venise. Adrian Moetjens, 1685. Disponível em 14 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=wwpaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

⁴⁰⁸ VOLPILHAC-AUGER, Catherine e WEIL, Françoise. Principes de l'édition. Catalogue de la bibliothèque de Montesquieu à La Brède. in Cahiers Montesquieu, n°4. Naples, Liguori Editore 1998. p. 16-26.

⁴⁰⁹ SLUGOCKI, L., « La Pologne et les problèmes polonais dans L'Esprit des lois de Montesquieu », Actes du colloque international, Bordeaux, 1999, p. 139-151

Platão⁴¹⁰ como fonte, histórica para demonstrar, do mesmo modo que utiliza as obras de Plutarco⁴¹¹ e Marcial⁴¹².

O que está em jogo entre Creta e a Polônia é a educação do povo. Educados para exercícios de guerra, tanto em Creta como em Tebas, o jovens que nas palavras de Platão praticam seus esportes de luta, nós, em praça pública tiveram maior êxito na sua insurreição. O mesmo não pode acontecer na Polônia. O remédio da insurreição apenas torna-se eficaz quando há *amor à pátria*. Amor este que as leis das polonesas do século XVIII não promovem, muito pelo contrário, criam uma enorme independência individual; “*a independência de cada particular é o objeto das leis da Polônia; e resulta, a opressão de todos.*”⁴¹³

A própria legislação polonesa⁴¹⁴ afeta o comércio, empobrece o povo e os nobres, aproxima-se de um universo bárbaro, nota-se a severidade contra a este país:

A Polônia servirá de exemplo para tanto. Ela não possui quase nada do que chamamos bens mobiliários do universo, a não ser o trigo de suas terras. Alguns senhores possuem províncias inteiras; eles forçam o lavrador para terem uma maior quantidade de trigo que possam vender aos estrangeiros e conseguirem as coisas que seu luxo requer. Se a Polônia não fizesse comércio com nenhuma nação, seus povos seriam mais felizes. Seus grandes, que só teriam o trigo, dá-lo-iam aos camponeses para que estes vivessem; domínios grandes demais ser-lhes-iam pesados e os

⁴¹⁰ PLATÃO. A República. Liv. V. tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁴¹¹ PLUTARQUE. Les oeuvres morales et meslées. F. Léonard, 1655

⁴¹² (MARTIAL) MARTIALIS, Marcus Valerius. Oeuvres complète. Paris: Garnier, 1864

⁴¹³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro XX. Capítulo XXIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁴¹⁴ LUKOWSKI, J. « L'influence de L'Esprit des lois sur la pensée politique en Pologne à l'époque des Lumières ». in: Montesquieu du Nord au Sud: Cahiers Montesquieu 2, 2001, p. 49-59.

dividiriam com os camponeses; como todos teriam peles e lãs em seus rebanhos, não haveria mais uma imensa despesa por fazer com as roupas; os grandes, que sempre amam o luxo e só Poderiam encontrá-lo em seu país, encorajariam os pobres a trabalhar. Afirmo que esta nação seria mais florescente, a não ser que se tornasse bárbara, coisa que as leis poderiam evitar..⁴¹⁵

Veneza, outra república do tempo de Montesquieu, também é comparada à República Romana. Em primeiro lugar, quando discute a magistratura:

A exceção a esta regra acontece quando a constituição do Estado é tal que ele precisa de uma magistratura que tenha um poder exorbitante. Assim era Roma com seus ditadores, assim é Veneza com seus inquisidores de Estado; são magistraturas terríveis, que trazem violentamente o Estado de volta à liberdade..⁴¹⁶

A *dobra 1*, antigo-moderno, aqui está usada como compreensão política da magistratura dentro da república. O magistrado vigia o poder do príncipe, limita-o. No caso da Roma Antiga, o importante era estabelecer um ditador segundo uma função, assim, a magistratura intervinha entre o povo e o ditador. Já em Veneza, há uma magistratura permanente⁴¹⁷, pois,

é nela que os planos podem ser iniciados, acompanhados, suspensos, retomados, que a ambição de um indivíduo toma-se a ambição de uma família, e a ambição de uma família a de muitos. Precisa-se de uma magistratura oculta porque os crimes que ela pune, sempre profundos, formam-se no segredo e no silêncio. Esta magistratura deve possuir uma inquisição geral, porque ela não precisa acabar com os

⁴¹⁵ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro II. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. p.42.

⁴¹⁶ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro II. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. p.42 - 43.

⁴¹⁷ GEORGELIN, Jean *Venise au siècle des Lumières*. In: *Civilisations et Sociétés*, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales: Walter de Gruyter, 1978. Vol. 41

males que se conhecem, e sim prevenir até mesmo aqueles que não se conhecem⁴¹⁸.

Além disso, a magistratura veneziana impõe-se contra os nobres, trata-se de defender a aristocracia. Vigiando constantemente os nobres impede a formação da monarquia ou de um despotismo. Como o povo é carregado pelas emoções do momento, a magistratura romana teria duração do problema a ser resolvido. A veneziana permanente caçaria os crimes silenciosos dos nobres, invisível a todos, pois, sorrateiros.

A proximidade da aristocracia com o povo é uma característica importante; mostrar as conquistas da cidade, os bens, ao invés de dá-los produz o espírito de unidade. Assim, a dobra, antigo e moderno, serve como máxima para tratar o povo. Como dividir os bens com o povo? Apenas demonstrando.

mostrá-los significa, de algum modo, fazer com que o povo goze deles. A cadeia de ouro que se estendia em Veneza, as riquezas que se carregavam em Roma nos triunfos, os tesouros que se guardavam no templo de Saturno eram verdadeiramente a riquezas do povo.⁴¹⁹

Ainda, sobre a comparação entre Roma e Veneza, quando pensa na administração dos bens do Estado, Montesquieu compara a lei veneziana com a lei Cláudia. Na fonte citada pelo filósofo iluminista, o caso moderno aparece:

Não se permite aos nobres exercer o comercio, com medo que os negócios públicos se atrasados por assuntos particulares. Algo que não está de acordo com a Majestade

⁴¹⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro II. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. p.42 - 43.

⁴¹⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro V. Capítulo VIII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.42 - 43.

do Governo, eis a razão porque o comercio era proibido aos senadores romanos.⁴²⁰

Sobre a “Lei Cláudia”, passagem mencionada por Montesquieu:

Ademais, era malvisto dos senadores em virtude da nova lei proposta por Quinto Cláudio, tribuno da plebe, e que só Caio Flamínio apoiara em prejuízo do Senado. Com efeito, rezava a lei que nenhum senador ou filho de senador poderia dispor de um navio de mais de trezentas ânforas, tonelagem considerada suficiente para transportar a colheita de uma propriedade; afora isso, todo tráfico parecia indigno de um senador.⁴²¹

Aqui há duas dobras, a “*dobra 1*”, antigos e modernos, e *dobra 2*, erudição e empirismo. Houssaie e Tito Lívio justapostos fazem a “*dobra 1*”, mas a autoridade desta primeira dobra depende da segunda. Por ser Houssaie um viajante, por ter estado em Veneza, produz-se a autoridade empírica. Já Tito Lívio permite a autoridade clássica, justaposta, é a “*dobra 2*”. O tecido narrativo, além de sua composição textual, é dado por dobras bem específicas, eis a *mimeses II*⁴²² de Montesquieu.

⁴²⁰HOUSSAIE, Amelot de la. Histoire du gouvernement de Venise. Paris: David Mortier, 1714. Disponível em 14 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books/about/Histoire_du_gouvernement_de_Venise.html?hl=pt-BR&id=E1nu4Ypb-ZAC

Sobre o autor ver: SOLL, Jacob. Amelot de la Houssaye and the Tacitean Tradition in France. In: Translation and Literature. Edinburgh: Edinburgh University Press. Vol. 6, No. 2 (1997), p. 186-202. Disponível em 14 de julho de 2012 em <http://www.jstor.org/stable/40316855>. – PITOU, Spire A Battle of Books: Pierre Richelet and Amelot de la Houssaye. In: Modern Language. The Johns Hopkins University Press, 68, No. 2 (Feb., 1953), p. 105-107. Disponível em 15 de julho de 2012 em <http://www.jstor.org/stable/2709595>. – MORANDI, Carlo. Histoire D'italie Du Xv E Au XVIII E Siècle. In: Revue Historique. Presses Universitaires de France T. 169, Fasc. 2 (1932), p. 340-376. Disponível em 15 de julho de 2012 em <http://www.jstor.org/stable/40944837>.

Sobre a historiografia da República de Veneza ver: VIVO, Filippo de, « Quand le passé résiste à ses historiographies Venise et le xviiiè siècle », Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques 28-29 | 2002. Disponível em 14 de julho de 2012 em: <http://ccrh.revues.org/1122>

⁴²¹ Titus Livius Patavinus (TITO LÍVIO). Oeuvres de Tite Live: histoire romaine, org. Désiré Nisard. Volume 1. Paris, Editora J.J. Dubochet, 1839. Disponível em 15 de julho de 2012 em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ISqVAAAAQAAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=Oeuvres+de+Tite+Live:+histoire+romaine&ots=NEINF2d00N&sig=JkaDa-kTLMEGuggbMLY0jv9yAFM#v=onepage&q=Oeuvres%20de%20Tite%20Live%3A%20histoire%20romaine&f=false>

TITO LÍVIO. História de Roma. AB URBE CONDITA LIBRE. 2º volume. introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paupap, 1989. p.432.

⁴²² RICOUER, Paul. Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 101.

(Lacedemônia):

Elas devem mortificar sempre o orgulho da dominação. É necessário que haja, por um tempo ou para sempre, um magistrado que faça os nobres tremerem, como os éforos na Lacedemônia e os inquisidores de Estado em Veneza, magistraturas que não estão submetidas a nenhuma formalidade. Este governo precisa de forças bastante violentas. Uma boca de pedra abre-se para qualquer delator em Veneza; dir-se-ia que é a boca da tirania.⁴²³

Essas magistraturas tirânicas destro da aristocracia têm a função de moderação, principalmente dos nobres. São funções das quais não se pode condenar. De Veneza a Roma: *os romanos eram admiráveis; podia-se reclamar de todos os magistrados em razão de seus procedimentos, exceto aos censores.*⁴²⁴.

A dobra 3, “orient e ocidente”, produz conhecimento sobre a aristocracia veneziana. Em especial, quando trata da magistratura, por ocasião da discussão da constituição da Inglaterra, e da divisão dos poderes, o regime hereditário de Veneza precisa se diferenciar por meio da divisão dos poderes do regime oriental, tipificado constantemente como despótico.

Creio que a pura aristocracia hereditária das repúblicas da Itália não corresponde precisamente ao despotismo da Ásia. A multidão de magistrados suaviza por vezes a magistratura; nem todos os nobres possuem sempre os mesmos objetivos; formam-se diversos tribunais que moderam uns aos outros. Assim, em Veneza, o grande conselho tem a legislação; o ***pregadi***, a execução; os ***quarenties***, o poder de julgar. Mas o mal está em que estes diferentes tribunais são formados

⁴²³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro V. Capítulo VIII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.42 - 76.

⁴²⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro V. Capítulo VIII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.42 - 76.

por magistrados do mesmo corpo, o que constitui um mesmo poder.⁴²⁵

Como para Montesquieu o regime político marca os costumes do povo, apresenta quase que uma anedota. Os espíritos mau-preparados não podem receber boas leis. As boas leis são risíveis para os despreparados. O curto capítulo II do Livro XIX do “Espírito das Leis” apresenta, por sua, vez várias dobras.

A “*dobra 1*” está em Justiniano impôs o tribunal de Varus aos germânicos e que vai tocar ao fim do capítulo a “*dobra 2*”, ligados por Veneza. A certa ironia de Montesquieu tão presente em Cartas Persas, também se faz presente em O Espírito das Leis. Eis a “*dobra 3*”⁴²⁶

Um veneziano chamado Balbi, quando estava em Pegu⁴²⁷, foi apresentado ao rei. Quando este soube que não havia rei em Veneza, deu tamanha gargalhada que uma tosse o acometeu e ele teve muito trabalho para conseguir falar com seus cortesãos. Que legislador poderia propor o governo popular para povos semelhantes?

Eis a citação que Montesquieu apenas menciona em nota:

Todas suas respostas tinham sido escritas, e foram apresentadas ao rei por um orador. O rei ainda perguntou em qual lugar do mundo Veneza estava situada, e se ela era governada por um rei? Quando respondeu que se situava na Itália, e que não havia nenhum Rei, mas que era governada por um conselho de principais, e pelo povo, ele parecera surpreso, e fez uma escandalosa gargalhada.⁴²⁸

⁴²⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro XI. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749. p.157.

⁴²⁶ Dobra III: Oriente-ocidente; bárbaro-civilizado; selvagem-civilizado.

⁴²⁷ Anexo 12

⁴²⁸ RENNEVILLE, René Augustin Constantin de. Recueil des voyages qui ont servi à l'établissement & aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales, formée dans les provinces-unies de Païs-bas, Volume 1;Volume 3. J. Frederic Bernard, 1725. Disponível em 15 de julho de 2012 em

Este intermeio entre Veneza e Polônia deve esclarecer ainda mais o que vem a ser para Montesquieu a República Romana. Quando trata das divisões na cidade de Roma no período republicano, faz referência indireta a Veneza:

Aqueles que obedecem a um rei são menos atormentados pela inveja e pelo ciúme do que aqueles que vivem em uma aristocracia hereditária. O príncipe fita tão longe de seus súditos que quase não é visto, e está tão acima deles que não lhes é possível imaginar nenhum contato que possa chocá-los. Mas os nobres que governam acham-se à vista de todos e não são tão elevados que com eles não se façam comparações odiosas, repetidas vezes.⁴²⁹

4.3.2 O princípio da república a virtude

A virtude é a condição da aristocracia e da democracia:

O que estou dizendo é confirmado por todo o conjunto da história e está bem conforme a natureza das coisas. Pois fica claro que numa monarquia, onde aquele que faz executar as leis julga estar acima das leis,. Precisa-se de menos virtude do que num governo popular, onde aquele que faz executar as leis sente que está a elas submetido e que suportará seu peso.⁴³⁰

<http://books.google.com.br/books?id=JOJaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Recueil+des+voyages+qui+ont+servi+%C3%A0+l%E2%80%99%C3%A9tablissement+de+la+compagnie+des+Indes+++balbi&source=bl&ots=-VqvCuJWcv&sig=1DEIONL639Ua8ckG1paiLiZizpk&hl=pt-BR&sa=X&ei=XqYDUK2bN4n88gTdofisCA&ved=0CDwQ6AEwAQ#v=onepage&q=balbi&f=false>

⁴²⁹ MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734. Cap IX. MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 64. – nota que faz referencia não pertence a edição geral em francês supra citada. A nota está na edição de: MONTESQUIEU, Charles de *Œuvres complètes de Montesquieu: Discours, lettres, voyage à Paphos*. Organizada e comentada por Edouard Laboulaye. Paris, Garnier frères, 1879. 49 volumes.

⁴³⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro III. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. p.49.

Na condição de “*dobra 1*”, antigo e moderno, Montesquieu considera os problemas de Cromwell⁴³¹ e Sila⁴³² ao tentar, respectivamente, construir uma democracia ou restaurar a liberdade aos cidadãos. A ambição burguesa não era virtuosa, daí o fracasso da democracia inglesa, fracasso de Cromwell. Já Sila nada podia fazer, ainda mais depois de César, Tibério, Caio, Cláudio, Nero e Domiciano devorarem a toda virtude, e Roma *não possuía mais do que um tênue resquício*, e tornou-se escrava.

Em andamento o capitalismo, Montesquieu compara o passado e o presente para afirmar a falta de virtude em seu tempo, que também pode ser uma assustadora ironia para os discursos políticos, do século XXI

Os políticos gregos, que viviam no governo popular, só reconheciam uma força capaz de mantê-los: a força da virtude. Os políticos atuais só nos falam de manufaturas, de comércio, de finanças de riqueza e até de luxo⁴³³.

Virtude e ambição são as antíteses em meio ao governo. A virtude produz o respeito, enquanto a ambição, o medo. Frugalidade torna-se avareza. Os bens particulares eram o tesouro público, e a ambição faz do público algo privado. Fora este o motivo da queda de Cartago:

De que forma Cartago teria podido sustentar-se? Quando Aníbal, que se tornara pretor, quis impedir os magistrados de pilharem a república, não foram acusá-lo junto aos romanos? Infelizes, que queriam ser cidadãos sem cidade e receber suas riquezas da mão de seus destruidores! Logo

⁴³¹ Oliver Cromwell (1599-1658). HILL, Christopher. Oliver Cromwell e a Revolução inglesa In: O Eleito de Deus. São Paulo: Companhia das Letras

⁴³² Lucius Cornelius Sulla; (138 a.C. — 78 a.C)

⁴³³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro III. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. p.50.

Roma lhes pediu como reféns trezentos de seus principais cidadãos; fez com que lhe entregassem as armas e as naves e depois lhes declarou guerra. Pelas coisas que realizou o desespero de Cartago desarmada; pode-se julgar o que ela teria podido fazer com sua virtude, quando era senhora de suas forças.⁴³⁴

A ambição é o fim da democracia. Quanto mais virtudes os cidadãos possuem, mais liberdade – verdadeira república. Atenas, quando preocupada por seus prazeres, é dominada, pois seus prazeres foram os substitutos do ideal de liberdade.

Atenas teve em seu seio as mesmas forças quando dominava com tanta glória e quando serviu com tanta vergonha. Possuía vinte mil cidadãos quando defendeu os gregos contra os persas, quando disputou o império com a Lacedemônia e quando atacou a Sicília. Possuía vinte mil deles quando Demétrio de Faleros os contou como são contados, num mercado, os escravos. Quando Filipe ousou dominar a Grécia, quando apareceu às portas de Atenas, (.). Podemos ver em Demóstenes o trabalho que deu acordá-la: temia-se Filipe, não enquanto inimigo da liberdade, e sim dos prazeres.

E Montesquieu faz seu juízo histórico com palavras absolutamente dramáticas:

Esta cidade, que havia resistido a tantas derrotas, que fora vista renascendo após suas destruições, foi vencida em Queronéia, para sempre. Que importância tem que Filipe tenha devolvido todos os prisioneiros? Não estava devolvendo homens. Sempre foi tão fácil vencer as forças de Atenas quanto foi difícil vencer sua virtude.⁴³⁵

A virtude fora tão importante que diferenciava o valor do elemento privado. Assim, um problema privado é também um problema público, visto que o crime

⁴³⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro III. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. p. 50.

⁴³⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro III. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. p.50.

privado choca-se contra a constituição do Estado. Crime contra a virtude. Daí a absoluta transparência.

A lei romana que estabelecia que a acusação de adultério deveria ser pública era admirável para preservar a pureza dos costumes; intimidava as mulheres, intimidava também aqueles que deviam velar por elas.⁴³⁶

A educação para virtude é a característica das instituições gregas, o que faz delas tão fortes. Mas, o amor à pátria não é uma característica totalmente grega. Os selvagens do Paraguai também a têm. Articulando a “*dobra 1*”, antigo e moderno, com a “*dobra 3*”, Europeus e não europeus, apresenta seu argumento explicativo, por meio da sua visão das missões jesuíticas:

4.3.2.1 Dobra 1

Creta e a Lacônia foram governadas por estas leis. Lacedemônia foi à última que cedeu aos macedônios, e Cretas, a última vítima dos romanos. Os samnitas tiveram estas mesmas instituições, e elas foram para esses romanos motivo de vinte e quatro triunfos. Esta coisa extraordinária que se via nas instituições da Grécia, vimo-la na lama e na corrupção de nossos tempos modernos.⁴³⁷

Um legislador honrado formou um povo para o qual a probidade parece tão natural quanto à bravura para os espartanos. Penn⁴³⁸ é um verdadeiro Licurgo e, ainda que o primeiro tivesse a paz como objetivo enquanto o outro tinha a guerra, eles se parecem pela via singular onde colocaram seu povo, na ascendência que tiveram sobre

⁴³⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro V. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.74.

⁴³⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro IV. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749. p.63.

⁴³⁸ William Penn (1644 - 1718) fundador da província de Pensilvânia.

homens livres, nos preconceitos que venceram, nas paixões que subjugaram.⁴³⁹

4.3.2.2 Dobra 1

O Paraguai pode fornecer outro exemplo. Quiseram imputar à Companhia⁴⁴⁰, como um crime o que considera o prazer de comandar como único bem na vida; porém será sempre belo governar os homens tornando-os mais felizes

As missões jesuíticas foram comparadas ao ideal da república platônica. As características das missões, como Montesquieu as via, circulavam sobre a ideia de uma religião unida à humanidade, reparando devastações espanholas, praga jamais vista na história. As missões promoviam a honra, o zelo, retirando homens das florestas para dar subsistência, vestindo-os.

Ao falar sobre as missões do Paraguai, os jansenistas acusam Montesquieu de não falar o suficiente sobre a cristianização:

No capítulo VI do livro IV, eu havia falado do estabelecimento dos jesuítas no Paraguai. Eu havia dito que algumas más cores, desejaram dar, a respeito de sua conduta e neste sentido muito louvável ; e os jansenistas acharam muito ruim eu ter defendido o que eles atacaram.⁴⁴¹

Sendo a virtude é o amor pela república. Na democracia torna-se amor pela igualdade, que só é possível pela frugalidade – modéstia. Roma começa no espírito de igualdade:

⁴³⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro IV. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749. p.63.

⁴⁴⁰ Jesuítas

⁴⁴¹ MONTESQUIEU. Au Marquis De Stainville , Ministre Plénipotentiaire De L'empereur D'Allemagne A Paris. De Paris, le 27 mai 1750. In Oeuvres complètes, Volume 3. 1865

Alguns legisladores antigos, como Licurgo e Rômulo, dividiram igualmente as terras. Isto só poderia acontecer na fundação de uma nova república; ou então quando a lei antiga estava tão corrompida e os espíritos em tal disposição que os pobres se acreditavam forçados a buscar e os ricos forçados a suportar tal remédio.⁴⁴²

A igualdade deve ser orientada pela força da subordinação. Assim, quanto mais submissão tivessem os jovens, melhor seria a moderação. Os velhos devem ter respeito por si mesmos, e os jovens, por seus velhos. A submissão familiar, para Montesquieu, constituía uma das estruturas da República Romana. Portanto, o que era público dependia do privado. Não havia limites.

Em Roma, os pais tinham direito de vida ou morte sobre seus filhos. Na Lacedemônia, todo pai tinha direito de castigar o filho de outro. O poder paterno perdeu-se, em Roma, com a república.⁴⁴³

A autoridade paterna, dentro do agrupamento familiar, e a presença dos tribunos, conferem uma referência de poder e ordem à República Romana:

Cícero acredita que o estabelecimento dos tribunos e Roma foi à salvação da república. "De fato", diz ele, "a força do povo que não possui chefe é mais terrível. Um chefe sente que o caso depende dele e pensa nisso; mas o povo, impetuoso, não conhece o perigo no qual está se lançando". Pode-se aplicar esta reflexão a um Estado despótico, que é um povo sem tribunos, e a uma monarquia, onde o povo possui, de alguma forma, tribunos.⁴⁴⁴

⁴⁴² MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro V. Capítulo V. Genève: Barillot et fils, 1749. p.71.

⁴⁴³ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro V. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.74.

⁴⁴⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro V. Capítulo XI. Genève: Barillot et fils, 1749. p.78. A nota da edição de coloca os tribunos como os parlamentos franceses representantes do povo, frente a monarquia absolutista: MONTESQUIEU, Charles de *Œuvres complètes de Montesquieu: Discours, lettres, voyage à Paphos*. Organizada e comentada por Edouard Laboulaye. Paris, Garnier frères, 1879. 49 volumes.

O estado francês necessitava de tribunais? Quem representava o povo? Para Montesquieu, segundo a nota sugerida da citação acima, os parlamentos, instâncias muito mais jurídicas do que legislativas. Eram reuniões de nobres. Lugar da justiça. Desde Mazarino a autoridade dos parlamentos entra em derrocada. A imposição do absolutismo também é imposição sobre outros poderes, diluição dos poderes que não os da coroa⁴⁴⁵. Aqui há um indício de propaganda antiabsolutista.

4.3.3 Características gerais da República Romana

*Nunca se pode abandonar os romanos*⁴⁴⁶; por esta frase, Montesquieu aponta para algo que conhecia pessoalmente, as ruínas e os castelos de Roma. Mas, o que chamou atenção de Montesquieu foram os campos romanos. Lugar dos patrícios, dos grandes, que elegiam nos primeiros tempos seus reis.

Assim, com a expulsão dos reis, Roma pode vivenciar a distribuição dos “três poderes”. Com quatro elementos, o povo teria modificado o privilégio patristico de cargos sagrados, políticos, civis e militares; o poder exorbitante de consulado e influência nos sufrágios do povo.

Para esta história da República Romana, duas fontes são fundamentais para Montesquieu, Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso, recebendo críticas

⁴⁴⁵ Sobre a relação econômica de Luís XIV e os Parlamentos vede: HURT, John Jeter. Louis XIV And The Parlements: The Assertion Of Royal Authority. Manchester University Press, 2004. Sobre a relação da Fronde e o parlamento de Paris: ROELKER, Nancy L. e HAYDEN, J. Michael. King, One Faith: The Parlement of Paris and the Religious Reformations of the Sixteenth Century. In: History: Reviews of New Books .Vol. 25, Iss. 2, 1997

⁴⁴⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XI. Capítulo XIII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.166.

constantes, principalmente, como relata Laboulaye editor da edição de Cartas Persas, em 1875.

A república nasce com (1) magistraturas populares, (2) dissolução do consulado em diversas magistraturas⁴⁴⁷, o pretorato questões privadas, questores para crimes públicos, edis para polícia, tesoureiros⁴⁴⁸, (3) tribunos que poderiam intervir contra os patrícios e (4) influência do povo nas grandes decisões. Tudo isso sob Servio Túlio.

O amargo da escravidão viria com Tarquínio⁴⁴⁹, mas dramaticamente o capítulo XV dispõe a República Romana entre dois sangues: a morte de Virgínia⁴⁵⁰ que marca a ruína dos decênviros e o Sangue nas vestes de Júlio César.

O espetáculo da morte de Virgínia, imolada por seu pai em nome do pudor e da liberdade, fez desvanecer-se o poder dos decênviros. Todos se acharam livres, porque todos foram ofendidos: todos se tomaram cidadãos, porque todos se acharam pais. O senado e o povo recuperaram uma liberdade que havia sido confiada a ridículos tiranos.⁴⁵¹

Cada detalhe da história, no caso, realizada por Tito Lívio, e eternizada no juízo moral em *mimeses I* – copiar para si – e em *mimeses II*⁴⁵² – escrever para outros –, não é apenas retórica vazia, mas sim justaposição da política em *mimeses*

⁴⁴⁷ (Tite Live) Titus. - Livius Patavinus. Histoire romaine: Première décade. Paris: Michaud, 1810. Volume III, capítulo IV.

⁴⁴⁸ (Plutarco)Plutarchus, Anne Dacier. Les vies des hommes illustres. Andre Dacier, 1695. Cap VI.

⁴⁴⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XI. Capítulo XV. Genève: Barillot et fils, 1749. p.168.

⁴⁵⁰ ANTIQUEIRA, Moisés. Tito Lívio e a lógica dos corpos: Ou por que assassinar Lúcio Sício e sacrificar Virgínia?. Rev. hist., São Paulo, n. 161, dez. 2009. Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092009000200013&lng=pt&nrm=iso acessos em 16 jul. 2012.

⁴⁵¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XI. Capítulo XV. Genève: Barillot et fils, 1749. p.168. 3§

⁴⁵² RICOUER, Paul. Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 101.

III. Daí, uma memória para compreensão política e moral do texto. Uma maquinaria de fazer crer, lembrar e legitimar, para um determinado fim político.

O sangue de Virgínia se contrapõe a outro: *A veste ensanguentada de César trouxe Roma de volta à servidão*⁴⁵³. Retórica do sangue? Dado vazio? Não, em absoluto. Tudo é justaposto para produzir o efeito de que o império é um despotismo, cujo princípio é o medo. O sangue nas vestes de Júlio César, sangue bárbaro para sua glória e sangue romano para sua vergonha, marca a servidão de Roma, isto é, o nascimento do Império, ou ainda, o fim da República.

Ter um modo de julgar fixo é uma das características da república. Como o objeto geral do “Espírito das Leis” são as leis, para explicar e legitimar Montesquieu, usa suas a “*dobra 1*” – antigos e moderno – fora utilizada:

Em Roma, os juízes sentenciavam somente que o acusado era culpado de um determinado crime, e a pena se encontrava na lei, como podemos ver em várias leis que foram feitas. Assim também, na Inglaterra, os jurados decidem se o acusado é culpado ou não do fato que lhes foi relatado, e se ele for declarado culpado o juiz pronuncia a pena que a lei inflige para este crime e para tanto ele só precisa ter olhos.⁴⁵⁴

Além disso, cada cidadão poderia acusar publicamente ou formalmente outro cidadão. Os juízes não poderiam se comunicar, colocando-se sempre diante do povo⁴⁵⁵. O juiz julgava com o povo.

O povo da República Romana era, acima de tudo, virtuoso, capaz de juízos justos e não necessitava de muitas leis.

⁴⁵³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro XI. Capítulo XV. Genève: Barillot et fils, 1749. p.168. 4§

⁴⁵⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VI. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749. p.91

⁴⁵⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VI. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749. p.92

O povo romano tinha probidade. Esta probidade teve tanta força, que muitas vezes o legislador só precisou mostrar-lhe o bem para fazê-lo seguir. Parecia que no lugar de ordens era suficiente dar-lhe conselhos.

As penas das leis reais e das leis das Doze Tábuas foram quase todas abolidas na república, quer em consequência da lei Valeriana⁴⁵⁶, quer em consequência da lei Pórcia.⁴⁵⁷

A lei Valéria, ou valeriana, afirmava a punição com a morte para quem usurpasse o poder da república, enquanto que a lei Pórcia impedia que qualquer cidadão fosse colocado em açoite ou outra forma de punição flageladora. Ademais, esta lei permitia que o acusado pudesse recorrer à população. A perda da humanidade é a marca do despotismo. Tanto é que:

O espírito da república teria exigido que os decênviros não tivessem incluído essas leis em suas Doze Tábuas, mas pessoas que aspiravam à tirania não se preocupavam com seguir o espírito da república. Tito Lívio disse, sobre o suplicio de Metius Suffetius, ditador de Alba, que foi condenado por Tullus Hostilius a ser puxado por duas carroças, que este tinha sido o. Primeiro e último suplicio onde se testemunhou que haviam perdido a lembrança da humanidade. Ele está errado; a lei das Doze Tábuas está cheia de disposições muito cruéis.⁴⁵⁸

Para Montesquieu, a expulsão dos decênviros produz a moderação das leis,

Após a expulsão dos decênviros, quase todas as leis que tinham fado as penas foram suprimidas. Não foram expressamente revogadas, mas, tendo a lei Pórcia proibido que se matasse um cidadão romano, elas não tiveram mais

⁴⁵⁶ LACORNE, Denis. Mémoire et amnésie : les fondateurs de la République américaine, Montesquieu et le modèle politique romain. In: *Revue Française de science politique*, 42e année, n°3, 1992. P. 363-374.

⁴⁵⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VI. Capítulo XI. Genève: Barillot et fils, 1749. p.96.

⁴⁵⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VI. Capítulo XV. Genève: Barillot et fils, 1749. p.99.

aplicação. Eis o tempo em que se pode lembrar o que Títo Lívio disse dos romanos: jamais um povo amou mais a moderação das penas.⁴⁵⁹

Somente o espírito republicano suaviza as penas. O respeito à humanidade é sua característica principal. Não necessitando de clemência de príncipes, a justiça era feita pela liberdade e igualdade. Num ambiente de simplicidade e pouco luxo⁴⁶⁰ e frugalidade, uma vez que *tudo isso leva a uma reflexão: as repúblicas acabam pelo luxo; as monarquias, pela pobreza*⁴⁶¹.

Roma era um barco seguro; a palavra de um romano, um juramento, valiam tanto quanto uma lei, pois neste barco havia duas correntes para qualquer tempestade, *a religião e os Costumes*⁴⁶². Pois, quando os costumes se vão, acontece o mesmo que a Aníbal, que ao voltar para Cartago, encontrou-a em lastimável corrupção⁴⁶³.

As mulheres da República Romana eram inspiradas à modéstia, não carregavam grandes dotes e, quando necessário, julgadas em tribunais particulares, sob a direção do marido e em frente aos seus parentes. Não havia um tribunal público para este tipo de assunto. O costume dirigia o tribunal para que fosse ele mesmo mantido. Os costumes aprisionavam as mulheres, enquanto a lei as libertava, a não ser em caso de adultério:

⁴⁵⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VI. Capítulo XV. Genève: Barillot et fils, 1749. p.99.

⁴⁶⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VII. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749. p.108.

⁴⁶¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VII. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749. p.109.

⁴⁶² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VIII. Capítulo XIII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.128.

⁴⁶³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VIII. Capítulo XIV. Genève: Barillot et fils, 1749. p.128.

O tribunal doméstico cuidava da conduta geral das mulheres. Mas havia um crime que, além da animadversão deste tribunal, era também submetido a uma acusação pública: era o adultério; quer porque numa república tão grande violação dos costumes interessasse ao governo; quer porque o desregramento da mulher pudesse fazer desconfiar do desregramento do marido; quer enfim porque se temesse que as pessoas preferissem esconder esse crime a puni-lo, ignorá-lo a vingá-lo.⁴⁶⁴

4.3.4 Corrupção da República Romana

A corrupção da República Romana estava também em uma das suas leis:

Era uma lei ruim a lei romana que permitia que os magistrados recebessem pequenos presentes, contanto que não ultrapassassem cem escudos no ano inteiro. Aqueles para quem nada se dá não desejam nada; aqueles para quem se dá um pouco logo desejam um pouco mais e, em seguida, muito. Aliás, é mais fácil incriminar aquele que, não devendo receber nada, recebeu algo do que aquele que recebeu. Mais quando deveria receber menos, que encontra sempre, pretextos, desculpas, causas e razões plausíveis.⁴⁶⁵

Destes pequenos presentes, o espírito de luxo vai se apossando dos corações republicanos, tornando ocupados de mais pelo amor privado, esquecendo-se do amor público, a ponto de tornar a coisa pública como objeto de uso particular. Nada é suficiente ao um homem corrompido pelo luxo. As terras férteis que sustentam uma pequena república não serão suficientes para uma república corrompida; é preciso dominar. O tamanho da república indica sua permanência. O crescimento

⁴⁶⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro VII. Capítulo X. Genève: Barillot et fils, 1749. p.113.

⁴⁶⁵ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro V. Capítulo XVII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.84.

desordenado das conquistas romanas produziu o efeito do luxo e da devassidão dos costumes. Por isso, a dolorosa queda da república:

Enquanto Roma conservou seus princípios, os julgamentos puderam ficar, sem abuso, entre as mãos dos senadores; mas, quando se tornou corrupta, para qualquer corporação para a qual se transportassem os julgamentos, para os senadores, os cavaleiros; os tesoureiros da poupança, a dois destes corpos, a todos os três juntos, a qualquer outra corporação, sempre se estava mal. Os cavaleiros não possuíam mais virtude do que os senadores, os tesoureiros da poupança não mais do que os cavaleiros e estes tão poucas quanto os centuriões.⁴⁶⁶

O gosto pelo poder domina os corações, e cada um deseja sempre o maior, o mais poderoso. O povo enoja-se com frugalidade, simplicidade ou modéstia. Quer poder, ama os poderosos:

Quando o povo de Roma conseguiu participar das magistraturas patrícias, era natural pensar que seus bajuladores iriam ser os árbitros do governo. Não: viu-se este povo, que tornava as magistraturas comuns aos plebeus; sempre eleger patrícios. Porque era virtuoso, era magnânimo; porque era livre, desdenhava o poder. Mas, quando perdeu seus princípios, quanto mais poder possuía, menos cuidados tinha; até que, afinal, tornando-se seu próprio tirano e seu próprio escravo, perdeu a força da liberdade para cair na fraqueza da licenciosidade.⁴⁶⁷

O preço da liberdade é o luxo, o excesso. A promessa cesarista, afinal um grande império, supõe uma autoridade despótica⁴⁶⁸. Na teoria da possibilidade do fim de uma república, Montesquieu aponta para dois lados, dois fins possíveis, condições de derrocada para um despotismo. Afinal, não via na relação entre dois governos, que

⁴⁶⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VIII. Capítulo XII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.127.

⁴⁶⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VIII. Capítulo XII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.127.

⁴⁶⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VIII. Capítulo IX. Genève: Barillot et fils, 1749. p.130.

chamava de moderados, derrocada, ou seja, não há mal em uma república tornar-se monarquia, e nem o seu contrário, a monarquia tornar-se república. O grande mal residia na possibilidade do desfecho despótico.

O primeiro caminho para a queda de uma república, que só pode subsistir quando pequena, é de ser vencida por uma força externa, um Império. O segundo caminho é a corrupção interna, quando a república se agiganta⁴⁶⁹.

Como defender a república? E *dobra 1*, antigo e moderno, compara as cidades gregas frente aos persas. República federativa. Foi por meio destas “federações” que Roma enfrentou o universo, aliando-se a cidades “do outro lado de Danúbio e do Reno”⁴⁷⁰. A Holanda, a Alemanha e as Ligas Suíças, as chamadas *Repúblicas eternas*⁴⁷¹.

Roma torna-se grande, e este é um dos caminhos para sua derrocada. Está inscrita na história de Montesquieu. Não é possível um império sem despotismo, sem luxo, que é o pai da desigualdade. Não havia o caminho para a monarquia:

Os antigos não conheciam o governo fundado num corpo de nobreza, e ainda menos o governo fundado num corpo legislativo formado pelos representantes de uma nação. As repúblicas da Grécia e da Itália eram cidades que, possuíam cada uma seu governo e reuniam seus cidadãos centro de seus muros. Antes que os romanos tivessem absorvido todas as repúblicas, quase não havia rei em lugar nenhum, na Itália, na Gália, na Espanha, na Alemanha; tudo eram pequenos povos ou pequenas repúblicas; até a África estava submetida a uma grande; a Ásia Menor estava ocupada pelas colônias gregas. Logo, não havia exemplo de deputados de, cidades nem de assembleias de Estados; precisava-se ir até a

⁴⁶⁹ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro X. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p.127.

⁴⁷⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro IX. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p.136.

⁴⁷¹ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro IX. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749. p.136.

Pérsia para encontrar o governo de um só. É verdade que havia repúblicas federativas; várias cidades enviavam deputados a uma assembleia. Mas afirmo que não havia monarquia baseada nesse modelo.⁴⁷²

Roma fora de certa forma determinada em direção ao despotismo. Era grande demais e sem qualquer noção de um governo moderado para seu tamanho, algo que vai aprender com os germanos, os fundadores do sistema francês de governo. Aqui está a presença do mecanismo das origens do antiabsolutista nobre⁴⁷³.

Eis como se formou o primeiro plano das monarquias que conhecemos. As nações germânicas que conquistaram o Império Romano eram, como se sabe, muito livres. É só ler sobre este assunto Tácito, Sobre os costumes dos germanos. Os conquistadores espalharam-se pelo país; moravam nos campos e pouco nas cidades. Quando estavam na Germânia, toda a nação podia reunir-se. Quando foram dispersos pela conquista, não o puderam mais. No entanto, era preciso que a nação deliberasse sobre seus negócios, como o fazia antes da conquista: ela o fez através de representantes. Eis a origem do governo gótico entre nós. Foi, no início, uma mistura de aristocracia e de monarquia. Havia o inconveniente de que o baixo povo era escravo.⁴⁷⁴

A derrocada do Império Romano será a criação irônica dos governos feudais:

Era um bom governo que tinha em si a capacidade de se tornar melhor. O costume veio dar cartas de alforria, e logo a liberdade civil do povo, as prerrogativas da nobreza e do clero, o poder dos reis encontraram-se em tal concerto, que não creio que tenha havido na terra um governo tão bem moderado quanto o foi o de cada parte da Europa durante o tempo em que subsistiu. E é admirável que a corrupção do governo de um povo conquistador tenha formado a melhor

⁴⁷² MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro XI. Capítulo VIII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.163

⁴⁷³ MARTINS, Adilton Luis. *Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. Cap. II.

⁴⁷⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro XI. Capítulo VIII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.163.

espécie de governo que os homens tenham podido
imaginar.⁴⁷⁵

Este germanismo é a principal arma contra o romanismo absolutista.

4.3.5 A república germânica

Consiste em grande erro não perceber a estratégia política aristocrata de Montesquieu. Se o vulgo chega a afirmar que ele é o teórico dos três poderes, até mesmo o inventor do conceito, retirando a autoria de John Locke, no “Tratado sobre o Governo”⁴⁷⁶. Montesquieu defende a Aristocracia, que para ele é uma república. A monarquia constitucional, invenção germânica, é facilmente comparada à república. Tanto é que Sêrvio Túlio é constantemente pensado como criador da República Romana.

Em seu projeto político não há espaço para a democracia, governo para cidades pequenas, mas para monarquia constitucional de características inglesas. Tudo que ele não apoia é o absolutismo. Toda sua obra, “Espírito das Leis” tem este caráter antiabsolutista, para firmar seu ideário político. Pensa o “agenciamento das origens” a partir dos francos, da República Romana e das experiências históricas que para ele eram negativas como o despotismo romano e oriental, afirmado positivamente a experiência do resultado da Revolução Inglesa – uma monarquia constitucional.

⁴⁷⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1ª Parte. Livro XI. Capítulo VIII. Genève: Barillot et fils, 1749. p.163.

⁴⁷⁶ LOCKE, John. Segundo Tratado Do Governo Civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Editora Vozes, 2001

No tecido narrativo, entrelaçam história e política. Mas, para fortalecer sua manta política, sua tapeçaria de poder, dobra o tecido várias vezes, assim, tomando resistente em busca de ser inquebrável. Faz consciente? Provavelmente não, faz segundo a ordem do discurso histórico político de seu tempo. Faz segundo a erudição absolutista e sua maquinaria histórica para ser contra a erudição.

Seu tecido se dobra uma primeira vez, “*dobra 1*”, sua narrativa alcança dois pontos, a Antiguidade e o seu Mundo Moderno. Produzindo uma continuidade, ora devastadora, ora exemplar. Imperadores, reis, sábios, leis, num contínuo histórico não linear, dobrado, portanto, com o dobro do peso argumentativo. A dobra é invisível para transparecer a força do tecido argumentativo, a mistura de épocas para argumentos atemporais e ao mesmo tempo históricos. Estranhamente, cria uma atemporalidade histórica. Exemplos históricos em contextos diferentes para produzir artificialmente a força argumentativa necessária.

Por exemplo, quando trata do comércio nas repúblicas, tece as seguintes afirmações:

No governo de vários, está com maior frequência baseado na economia. Como os negociantes têm vistas sobre todas as nações da terra, levam para uma o que tiram da outra. Foi assim que as repúblicas de Tiro, de Cartago, de Atenas, de Marselha, de Florença, de Veneza e da Holanda fizeram o comércio. Esta espécie de tráfico diz respeito ao governo de vários por sua natureza, e ao monárquico por oportunidade.⁴⁷⁷

A dobra discursiva, a narrativa é realizada de novo. *Dobra 2*, muito mais epistemológica, escorregadia, impura, não polarizada, densa. Uma ponta do tecido

⁴⁷⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 4^o Parte. Livro XX. Capítulo IV. Genève: Barillot et fils, 1749. p.293.

está à erudição racionalista, cartesiana. Em outra ponta está o empirismo de Newton. A dobra obriga as pontas se tocarem. Assim, argumentos empiristas (exemplos históricos e contemporâneos) mesclam-se autoridades eruditas, textos clássicos e deduções teóricas.

O empirismo leva a uma terceira dobra, “*dobra 3*”; o peso da primeira dobra é duas vezes, o da segunda é quatro vezes, já a terceira, produz oito vezes o peso e a resistência do discurso. Esta última dobra unirá dois pontos divergentes: em uma polaridade está a Europa, noutra, o mundo bárbaro ou selvagem, ou melhor, não europeu. Romper o espaço geográfico e histórico, a partir das narrativas de viagem, condição do empirismo de Montesquieu. O outro está em oposição à identidade. Somadas, produzem a teoria do homem universal, a política universal e seus braços, governamentais.

Portanto, o tecido narrativo tem oito vezes o peso de cada argumento. Uma dobra sustenta outra. “*Dobra 1*”, que é temporal; “*Dobra 2*” que é epistemológica; “*Dobra 3*”, que é identitária. Ao desconstruir todas as dobras, aparecem as estratégias do autor, objetivos e posição inicial.

4.4 Conclusão

Montesquieu pensou a república com a finalidade de contrapô-la ao Império Romano. Fez uma etnografia das repúblicas, teorizou a república. Exaltou a Romana,

exaltou a celta. Sua motivação principal é minar teoricamente qualquer possibilidade de benefícios provenientes do despotismo, no que via a França sendo vítima.

O grupo social de Montesquieu aparece neste capítulo, e ele, como teórico político da defesa dos seus, os Nobres. Entra em cena, o antiabsolutismo de Montesquieu, sua compreensão a história romana e sua teoria germanista de história, uma e outra, em oposição ao absolutismo e à sua historiografia legitimadora, ou melhor, criadora.

Montesquieu enfrentou a erudição católica, monárquica e burguesa com a exaltação e queda da República Romana. Se Roma alguma vez foi um bom modelo a ser seguido, isto começou e se encerrou com a república. A República Romana é acima de tudo a política sem medo, virtuosa, que cai sob o Império do medo. A lei histórica do medo como fonte de corrupção grassa as ruas e os chambers da França do século XVIII.

Capítulo 5: Despotismo romano

5.1 Introdução

Ainda como argumento antiabsolutista, Monstequieu aparece neste capítulo demonstrando como a Roma Republicana torna-se corrupta e que esta corrupção é a construção de um Império, sem virtudes e sem glórias. Em destaque, a sua visão antiabsolutista.

Enfim, procede para o discurso diretamente germanista, contrariando a pretensão monárquica de legitimar seu despotismo na herança do Império Romano. A evocação de uma espécie de República Franca, para uma Monarquia Franca, surge como resposta ao sentimento corrupto da monarquia francesa e despótica.

5.2 A Queda da República

O “Espírito das Leis” seria a continuação do livro “Considerações”. Dionísio de Halicarnasso é a primeira fonte a aparecer em “Considerações à causa da grandeza e da decadência”. Aqui revela o início a grandeza – os edifícios, em especial, os esgotos. É preciso compreender que a presença de autor grego, como primeiro a ser citado, tem sua legitimidade justamente por ser estrangeira.

A criação de compreensão sobre o outro a partir da leitura de viajantes é a forma científica de compreender o homem. O grego Dionísio nascido no século I, “espantou-se com a resistência dos esgotos de Tarquínio – a *Cloaca Maxima*”. Assim, Dionísio era a feição dos narradores viajantes do século XVIII – esteve lá e não era de lá – critério de verdade.

Outra marca na Roma “monárquica” era viver de espólios e de adotar costumes que eram melhores que o seus. Outra característica estava que em cada acordo real, desaparecia com a morte do rei. Daí a contínua guerra dos romanos. Mas o que faz Roma próspera nos primeiros tempos é a “personalidade dos seus líderes”, a que chamou de “grandes comandantes”.

Uma das causas de sua prosperidade é que todos os seus reis foram grandes personagens. Em nenhum outro lugar, nos textos de história, encontra-se uma sucessão ininterrupta de tais estadistas e tais comandantes.⁴⁷⁸

⁴⁷⁸ MONTESQUIEU, Charles du. *Considerations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence*. J. Desbordes, 1735. MONTESQUIEU, Charles du. *Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência*. . tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002.

No nascimento das cidades os grandes homens criam a República, mas a República, uma vez criada, cria os grandes homens. Quando Tarquínio, dito o soberbo, resolve tomar a coroa sem eleição qualquer, tornou-se “absoluto”. Tornou-se tirano, e como toda tirania tem seu fim, seu filho Sexto, ao violar Lucrecia, permite a todos a consciência da servidão. Os romanos de Montesquieu chegaram a um impasse: ficar numa monarquia pequena e pobre ou mudava de governo.

A *dobra 1*, Antiguidade e Modernidade, serve para garantir a legitimidade e a capacidade explicativa do argumento:

A história moderna nos fornece um exemplo do que então aconteceu em Roma, o que é realmente notável, pois como em todas as épocas os homens tiveram as mesmas paixões, as ocasiões que produzem as grandes mudanças são diferentes, mas causas sempre são as mesmas.

Assim, Henrique VII, rei da Inglaterra, aumentou o poder dos plebeus para aviltar os nobres, Sêrvio Túlio⁴⁷⁹, antes dele, havia ampliado os privilégios do povo, que logo se tornou mais audacioso derrubou tanto uma quanto a outra monarquia.⁴⁸⁰

Roma vivia sem comércio e suas rendas eram notoriamente pilhagem.

Estava sempre preparada para guerra. Disso nasce a virtude romana

Estando sempre expostos às mais aterroradoras vinganças, a constância e a valentia tornaram-se lhes necessárias, e neles essas virtudes não se distinguem do amor-próprio, do amor à família, à pátria e a tudo o que há de mais precioso entre os homens.⁴⁸¹

⁴⁷⁹ Rei de Roma. 578 a.C. - 535 a.C.

⁴⁸⁰ MONTESQUIEU, Charles du. Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência. . Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. p.11

⁴⁸¹ MONTESQUIEU, Charles du. Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência. . tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. p.14.

A virtude dos soldados fundamenta-se politicamente em outra crítica, também em *dobra 1*, antigos e modernos. O tema das deserções.

Entre nós, as deserções são frequentes, porque os soldados são a parte mais vil de cada nação, e porque não há nenhuma que tenha, ou acredite ter, certa vantagem sobre as demais. Entre os Romanos, elas eram mais raras: soldados extraídos do seio de um povo tão ativo, tão orgulhoso e tão seguro de comandar os outros não podiam pensar em se rebaixar a ponto de deixar de ser romanos.⁴⁸²

Adiantando-se aqui, o velho argumento aristocrático da honra. Os nobres defendem seus reinados segundo a honra. O uso de plebeus por toda a Europa, como soldados, produz a derrocada dos exércitos. Este também será o argumento da dominação franca e da queda do Império Romano: a falta de virtude do exército.

Roma triunfa em sua república, domina a península itálica, e seu povo vive da virtude que a arte da guerra lhe proporciona. E de tanto espólios, e de tanto desejo de ter mais, começa a sua decadência. Para Montesquieu, o “Jardim do Éden” curva-se à imoralidade e ao medo por duas causas.

Quando a dominação de Roma limitava-se à Itália, a República podia subsistir com facilidade. Todo soldado era também cidadão: cada cônsul recrutava um exército e outros cidadãos iam à guerra, sob o comando do sucessor.⁴⁸³

De perto o senado vigiava a conduta de cada general, mas quando as legiões cruzaram os Alpes, cruzaram os mares, perderam o espírito de cidadãos. Os generais de cidadãos nada mais tinham, agora eram senhores. No governo das

⁴⁸² MONTESQUIEU, Charles du. Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência. . tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. p.20.

⁴⁸³ MONTESQUIEU, Charles du. Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência. . tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. p.71

províncias Roma não havia como saber se eram generais de seu exército ou inimigos perigosos.

Um Estado pequeno é um Estado livre. O curto período das repúblicas se dá porque elas ousam, quando têm sucesso, ir além de seus limites, a ponto de perder a comunicação, as alianças, e são devoradas pelos vícios do poder.

Existem para Montesquieu dois tipos de União. A primeira do corpo político harmônico, que como em uma música até mesmo as dissonâncias justapõem-se para beleza triunfal. A segunda é a harmonia despótica, que em “Considerações”, Montesquieu apresenta a *dobra 3*, oriente e ocidente,

Mas, na harmonia do despotismo asiático, isto é, de todo governo que não é moderado, existe sempre uma divisão real: o lavrador, o guerreiro, o negociante, o magistrado e o nobre só estão unidos porque uns oprimem os outros sem resistência. Quando se vê união nessas circunstâncias, o que se une não são cidadãos, mas cadáveres sepultados ao lado uns dos outros.⁴⁸⁴

Boas leis geram boas repúblicas, que ao crescerem, não podem ser mantidas por estas leis geradoras. “Roma perdeu sua liberdade por ter concluído sua obra cedo demais”⁴⁸⁵.

A república corrompeu-se, perdeu a sua liberdade para os vícios. No momento em que o senado pediu a ajuda de Pompeu para salvar a república contra César, já não havia república a ser salva. Uma república não pode depender de um só. Uma república é livre por ser auto-determinada.

⁴⁸⁴ MONTESQUIEU, Charles du. Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência. . tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. p.75.

⁴⁸⁵ MONTESQUIEU, Charles du. Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência. . tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. p.75.

Com César, a liberdade fora sepultada. Nasce a maior escravidão do universo, o Império Romano, portanto, a liberdade que fora destruída pelos generais que estavam fora. Em especial, o norte dos Alpes, fora devolvida pelos bárbaros, livres e destruidores da escravidão que fora o Império Romano.

César é um personagem que a monarquia desejou como herói e não como Montesquieu o pintou como sintoma de uma república moribunda ⁴⁸⁶. Esta Roma que nasce com o sangue derramado por César, como túmulo de tudo que representava realmente a república, será a Roma que os historiadores ligados à monarquia absoluta se referenciarão. À medida em que o Império Romano fosse exaltado, na mesma proporção criaria-se uma hereditariedade de glória.

Ao final chegamos a um herói francês, que por suas conquistas se tornara o sucessor dos imperadores romanos, que lhe apaga quase a de todos, sua glória foi igual à de Augusto, Trajano, e Constantino. Carlos Magno fez passar para as mãos francesas, a própria Roma, a porção mais florescente do Império Romano.⁴⁸⁷

Duas ideias muito importantes nesta passagem. A glória de Roma e sua hereditariedade pelas mãos de Carlos Magno. Não se trata da glória da república, mas glória da majestade de grandes Imperadores.

É preciso aproximar os romanos dos franceses, seguir suas histórias e fazê-las em paralelo. Então convencidos que os

⁴⁸⁶ Ver anexo 13 e anexo 14

⁴⁸⁷ CATROU, François e ROUILLE, Pierre-Julien. Histoire romaine depuis la fondation de Rome: avec des notes historiques, géographiques [et] critiques ... redação de Jacques Rollin ((Paris)), Jean-Baptiste Delespine ((Paris)): chez Jacques Rollin, 1725. T1. – prefácio. Disponível em 26 de julho de 2012 em: http://books.google.fr/books?id=Au_AdeuTNBIC&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

segundos, malgrado seus limites, ressurgiu de seu Império e não adquiriu menos glória que os primeiros.⁴⁸⁸

A França reencarna o Império Romano, até porque, não seria muito sensato por parte dos historiadores monárquicos comparar apenas Paris e Roma. O melhor exemplo para o Estado Moderno, devido à sua legislação e hierarquia, tem sido Roma. O Direito Romano até hoje se impõe nas constituições modernas e na formação jurídica do “ocidente”.

Montesquieu rejeita completamente esta ideia de glória imperial. Seu alvo é a monarquia constitucional, por isso, precisa provar que o Império Romano é um lugar de escravidão e medo. Teoriza:

O imenso poder do príncipe passa inteiramente para aqueles aos quais o confia. Pessoas capazes de estimarem muito a si mesmas seriam capazes de promover revoluções. Logo, é preciso que o temor acabe com todas as coragens e pague o menor sentimento de ambição.⁴⁸⁹

O medo é o retrato do Império Romano. Montesquieu não olha apenas para os poderosos; para ele, a política se estende de alto a baixo. A política é o cuidado com todos. E esta não é a dignidade do Império Romano. O Absolutismo tentou não só por livros de história criar uma situação de reencarnação ou hereditariedade do Império Romano, mas, também das artes⁴⁹⁰, da educação⁴⁹¹ e da arquitetura⁴⁹².

⁴⁸⁸ MABLY, Gabriel Bonnot de. Parallele des Romains et des François Par Rapport Au Gouvernemen . LA HAYe: Chez Jean Van Duren, 1741. T2, p 271. Disponível em 26 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=b2IAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=qbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

⁴⁸⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro III. Capítulo IX. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁴⁹⁰ Ver anexo 13

⁴⁹¹ Mably reformou o currículo de ensino nas escolas francesas. Dando ênfase ao Império Romano por meio do ensino clássico.

⁴⁹² Ver anexo 14

5.3 Como Montesquieu teoriza e afirma que o Império Romano é despótico.

Nos governos despóticos a população sonha, ou melhor, tem a esperança de um conforto, uma vez que a regra geral é o medo. Onde reina a honra o príncipe só faz distinções. A honra basta ao nobre, e o príncipe presenteia com honrarias, menções.

Na república é subjetiva, afinal cabe à virtude qualquer tipo de presente. Assim, a ação correta em si já é um presente, uma honraria. Cabe ao sujeito fazê-la cômulo do bem que realiza. Desse modo, exclui-se qualquer materialidade, cumpre ao Estado o testemunho dos homens virtuosos.

Grandes presentes nas repúblicas e nas monarquias são sinais de decadência. Eles corrompem, e perde-se o brilho da virtude e da honra. Um lugar que a virtude ou a honra não brilham é o Estado despótico, lugar onde os cidadãos não têm qualidades. Mas na Roma imperial:

Os piores imperadores romanos foram os que mais presentearam: por exemplo, Calígula, Cláudio, Nero, Otão, Vitélio, Cômulo, Heliogábalo e Caracala. Os melhores, como Augusto, Vespasiano, Antonino Pio, Marco Aurélio e Pertinax, foram econômicos. Sob os bons imperadores, o Estado retomava seus princípios; o tesouro da honra substituía os outros tesouros.⁴⁹³

Com estas entrelinhas o “Espírito das Leis” vai afirmar que o Império Romano não é uma Monarquia. Quando se pergunta se um homem deve ocupar o poder civil e militar, responde que nas repúblicas este ofício dependeria

⁴⁹³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1ª Parte. Livro V. Capítulo XIX. Genève: Barillot et fils, 1749.

exclusivamente do problema a ser enfrentado segundo as leis, nas monarquias, segundo a busca de honra e fortuna, por isso, trabalhos civis devem ser ignorados para estes homens. No despotismo, não deve ser dividido.

No entanto, com as reformas após o fim da República Romana, os poderes foram divididos, até a usurpação de Procópio. Montesquieu conhecia bem o nível dos historiadores adversários. Por isso, cada afirmação leva em conta não a possibilidade de homogeneidade do Império Romano, mas suas tramas e contradições:

Assim Procópio, concorrente de Valêncio ao império, não sabia o que estava fazendo quando, dando a Hormísda, príncipe de sangue real da Pérsia, a dignidade de procônsul, devolveu a esta magistratura o comando dos exércitos que ela outrora tivera, a não ser que tivesse razões particulares para isso. Um homem que aspira ao trono procura fazer menos o que é útil para o Estado do que o que o é para sua causa.⁴⁹⁴

O poder de julgar do príncipe é uma característica da época do absolutismo. Por exemplo, Luís XIII forçou os oficiais do parlamento a constituírem-no como juiz no processo contra o duque de La Valette⁴⁹⁵. Era algo inédito na história da França um rei julgar um nobre. Para tanto, Montesquieu afirma que o presidente Bellièvre, a partir do texto de Montresor⁴⁹⁶.

Que via neste caso uma coisa estranha, um príncipe que opinava no processo de um de seus súditos; que os reis só haviam reservado para si os indultos e delegavam as condenações a seus oficiais. E Vossa Majestade gostaria de

⁴⁹⁴ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1ª Parte. Livro V. Capítulo XIX. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁴⁹⁵ CONTAMINE, Philippe. Pouvoir et vie de cour dans la France du XVe siècle : les mignons. In: *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 138e année, N. 2, 1994. p. 541-554.

⁴⁹⁶ MONTRESOR, Claude de Bourdeille. *Mémoires de Monsieur de Montresor. Diverses pièces durant le Ministère du Cardinal de Richelieu. Relation de Monsieur de Fontrailles. Affaires de Messieurs le Comte de Soissons, Ducs de Guise et de Bouillon, etc.*, chez Jean Sambix le jeune, à la Sphère, 1665.

ver sobre o banco dos réus um homem, em Sua frente, que, devido a seu julgamento, iria dali a uma hora para a morte!⁴⁹⁷

E continua:

Este é um julgamento sem exemplo, até mesmo contra todos os exemplos do passado até hoje, que um rei de França tenha condenado, na qualidade de juiz, por seu veredicto, um fidalgo à morte.”

Montesquieu teoriza que os julgamentos feitos pelos príncipes são fontes inesgotáveis de abusos, condensação de injustiça e uma evidência do despotismo. Ainda neste livro, a *obra 1*, antigos e modernos, oferece o suporte à teoria de governo:

Os imperadores romanos foram tomados pelo furor de julgar; nenhum reinado espantou mais o universo com suas injustiças.⁴⁹⁸

“Bons imperadores”, segundo Montesquieu, tentavam aproximar o despotismo imperial da monarquia; já os outros, gozavam do medo que todos tinham de seu braço. O que surge diante do déspota-juiz é o caluniador. Esta figura é o medroso que procura agradar, levando outros à morte. O despotismo só trata de morte.

Como Roma não é um império qualquer, tem um despotismo vacilante, mesmo que perpétuo, pois tudo nela é corrupto, com raras exceções, cita Tácito⁴⁹⁹ para demonstrar a heterogeneidade, apesar da hegemonia da corrupção:

⁴⁹⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VI. Capítulo V. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁴⁹⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VI. Capítulo V. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁴⁹⁹ TACITO, Cayo Cornelio. Les Annales de Tacite: en latin et en François. Traduzido por Nicolas Perrot D'Ablancourt. Lyon: chez Molin [et] Barbier, 1693. Livro XII. Cap. IV.

Cláudio, diz Tácito, "tendo tomado para si o julgamento dos assuntos e das funções dos magistrados, deu oportunidades a toda espécie de rapina." Assim Nero, que chegou ao império depois de Cláudio, querendo conciliar os espíritos, declarou: "Que ele evitava com cuidado ser o juiz de todas as causas, para que os acusadores e os acusados, dentro dos muros de um palácio, não ficassem expostos ao infame poder de alguns libertos."⁵⁰⁰

A calúnia torna-se a fonte de todo processo diante do governador.

Montesquieu afirma:

"Sob o reinado de Arcádio", conta Zózimo, "a nação dos caluniadores se expandiu, cercou a corte e a infectou. Quando um homem morna, se supunha que ele não havia deixado filhos; doavam-se seus bens com um rescrito. Pois, como o príncipe era estranhamente estúpido e a imperatriz empreendedora em excesso, ela servia à avareza insaciável de seus empregados e de suas confidentes; de sorte que, para as pessoas moderadas, não havia nada de tão desejável quanto a morte."⁵⁰¹

Para Montesquieu, Procópio⁵⁰² revela ainda mais:

"Havia outrora", conta Procópio, "muito pouca pessoas na corte; mas, sob Justiniano, como os juízes não tinham mais liberdade de fazer a justiça, seus tribunais estavam desertos, enquanto no palácio do príncipe ressoavam os clamores das partes que lá solicitavam suas causas." Todos sabem como ali se vendiam os julgamentos e até as leis."⁵⁰³

Em um Estado moderado a lei é a condição do juízo justo. Mas, no despotismo romano, tinha um preço: a lei e sua interpretação. O costume de acusar

⁵⁰⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro VI. Capítulo V. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁰¹ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro VI. Capítulo V. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁰² PROCOPIUS Caesariensis. *Histoire secrète de Procope de Cesarée*. Guillaume De Luyne, 1669. Disponível em 1 de agosto de 2012 em : http://books.google.com.br/books?id=SMoWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

⁵⁰³ MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. 1º Parte. Livro VI. Capítulo V. Genève: Barillot et fils, 1749.

um outro cidadão não era novo na história de Roma. Era lei e costume na República – o limite era o bem público, afinal cada cidadão, para Montesquieu, carrega todos os direitos da pátria.

Com o Império, a acusação e todo tipo de justiça foram corrompidos:

Seguiram-se, sob os imperadores, as máximas da república, e, no início, viram surgir um tipo de homens funestos, um bando de delatores. Qualquer um que possuísse muitos vícios e muitos talentos; uma alma bem baixa e um espírito ambicioso procurava um criminoso, cuja condenação pudesse agradar ao príncipe; era o caminho para chegar às honrarias e à fortuna, coisa que não temos entre nós.⁵⁰⁴

Outro tema importante é a hora de perdoar. Montesquieu ironiza imperadores bizantinos que não perdoaram. A característica fundamental do despotismo é provocar medo, portanto, o perdão não passa de uma rara exceção, No entanto,

O imperador Maurício tomou a decisão de nunca verter o sangue de seus súditos. Anastácio não castigava os crimes. Isaac, o Anjo, jurou que, durante seu reinado, não mandaria matar ninguém. Os imperadores gregos esqueceram que não era em vão que portavam a espada.⁵⁰⁵

No caso do luxo, perigoso demais, os romanos precisariam voltar à frugalidade dos primeiros tempos. O luxo traz a ruína. A história do luxo é a história do empobrecimento dos países não monárquicos. Uma república suntuária é destinada ao fim. Um despotismo suntuário é destinado à miséria e à ostentação de poder e corrupções sem iguais. Em seu Império de governos heterogêneos e de sociedade

⁵⁰⁴ Esta Dobra 1. Antigos e modernos, está em: MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VI. Capítulo V. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁰⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VI. Capítulo XXI. Genève: Barillot et fils, 1749.

hegemonicamente corrupta, Montesquieu argumenta que no tempo de Augusto fora pedido o retorno a leis suntuárias. No entanto, Tibério, segundo Dion Cássio e Tácito, sabia que estava erigindo uma monarquia e dissolvendo uma república. A questão do luxo e do despotismo romano fica a cargo da interpretação do leitor, Roma é uma monarquia ou um estado despótico?

Logo, o luxo é necessário nos Estados monárquicos; é-o também nos Estados despóticos. Nos primeiros, é um uso que se faz do fato de se ter liberdade; nos outros, é um abuso que se faz das vantagens da servidão, como quando um escravo escolhido por seu senhor para tyrannizar os outros escravos, incerto quanto ao dia seguinte de sua sorte de cada dia, não tem outra felicidade a não ser a de saciar o orgulho, os desejos e as volúpias de cada dia.⁵⁰⁶

Este recurso indireto na argumentação que leva o leitor à conclusão, e a presença constante de insinuações, não permitem que os padres façam tipo de defesa típica da erudição. A cada tese clara e objetiva, uma refutação. A insinuação impede a refutação. Com os iluministas há uma nova forma de se escrever a história, muito mais simples que a erudita, com menos citações e afirmação categóricas, evitando o eterno jogo de refutação da *disputio* medieval.

As mulheres romanas mães tem filhas coirmãs o luxo e a devassidão suas. A Lei Júlia em relação ao adultério não produzia os efeitos de virtude, mas de castigo; a lei que amedronta. Toda legislação civil depois da república fora para produzir o medo:

O horrível desregramento dos costumes obrigava os imperadores a criar leis para acabar, até certo ponto, com o despudor; mas sua intenção não foi a de corrigir os

⁵⁰⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VII. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749.

costumes em geral. Fatos positivos, relatados por historiadores, provam isto melhor do que todas estas leis que não seriam capazes de provar o contrário. Podemos ver em Dion a conduta de Augusto sobre este assunto, e de que maneira eludiu, durante sua pretoria e sua censura, os pedidos que neste sentido lhe foram feitos.⁵⁰⁷

A ideia de uma Roma totalmente imoral, na linguagem de Montesquieu, “cheia de depravações”, aponta que as políticas de Augusto e de Tibério tinham um espírito que não consistia na valorização da virtude republicana dos velhos tempos, nem na criação da honra, que em momento algum é mencionada junto da palavra monarquia.

As leis de Augusto e Tibério, segundo Dion, tinham o espírito do medo, e assim, a busca moral dentro do Império faz da monarquia uma tirania:

Podemos encontrar nos historiadores julgamentos rígidos que foram feitos, sob Augusto e sob Tibério, contra o impudor de algumas damas romanas; mas ao nos revelarem o espírito destes reinados, eles nos revelam o espírito destes julgamentos. Augusto e Tibério pensaram principalmente em castigar a devassidão de seus parentes. Eles não estavam castigando o desregramento dos costumes, mas certo crime de impiedade ou de lesa-majestade que eles haviam inventado, útil para impor respeito, útil para sua vingança. Daí que os autores romanos protestem tão fortemente contra essa tirania.⁵⁰⁸

Tibério usou das antigas leis para punir mulheres, não por efeitos de crimes, mas se tinham desobedecido a lei. Em nota, Montesquieu cita: *proprium id Tiberio fuit, scelera reperta priscis verbis obtegera*⁵⁰⁹. Mas, tais disposições não eram para todos. A moralização das mulheres tinha um alvo certo, as damas esposas e

⁵⁰⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VII. Capítulo XIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁰⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro VII. Capítulo XIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁰⁹ TÁCITO. Anais IV, cap. XIX (Era um aspecto característico de Tibério ocultar sob termos antigos crimes novos).

filhas dos senadores. Tibério queria controlar o senado a partir da família de cada senador.

Para Montesquieu a conclusão consiste em:

Enfim, o que eu disse, que a bondade dos costumes não é o princípio do governo de um só, nunca se verificou melhor do que sob estes primeiros imperadores; e se duvidarem disto basta ler Tácito, Suetônio, Juvenal e Marcial.⁵¹⁰

Eis um dos trechos mais antiabsolutistas do “Espírito das Leis”. Montesquieu se pergunta, quando a monarquia se corrompe? Responde à sua própria questão dizendo que quando os “maiores se tornam os escravos” de um homem: quando os principais de um povo se tornam instrumentos de um homem. O maior sinal disto tudo é que quando a honra é colocada em contradição, alguém pode estar coberto de infâmias, como Dion, que afirmou que Tibério criava ornamentos triunfais à delatores e dignidades falsas, referência ao Cardeal Dubois , regente até a maioria de Luís XV. E acima de tudo:

Corrompe-se quando o príncipe transforma sua justiça em severidade; quando coloca, como os imperadores romanos, uma cabeça de Medusa em seu peito; quando assume aquele aspecto ameaçador e terrível que Cômodo mandava colocar em suas estátuas.⁵¹¹

A monarquia corrompe-se quando cada um em particular se torna covarde, sua vaidade está a serviço da grandeza que podem ter ao servir. Acreditam que se *deve tudo ao príncipe faz com que nada se deva à pátria*. Mas obediência cega ou interesseira ao monarca cria uma enorme insegurança política, isola o monarca sob

⁵¹⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VII. Capítulo XIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵¹¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro VII. Capítulo XIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

tantos elogios e servidão interessada a ponto de Montesquieu perguntar, se toda esta bajulação e “escravidão voluntária”⁵¹² “*não seria um crime de lesa-majestade contra ele*”?

Os libertos são sinais do despotismo sob o Império Romano:

Assim, no governo de muitos, é muitas vezes útil que a condição dos libertos esteja um pouco abaixo da dos ingênuos, e as leis trabalhem no sentido de acabar com o desgosto que sentem por sua condição. Mas no governo de um só, quando o luxo e o poder arbitrário reinam, não se deve fazer nada neste sentido. Os libertos encontram-se quase sempre acima dos homens livres: dominam na corte do príncipe e nos palácios dos grandes e, como estudaram as fraquezas de seu senhor e não suas virtudes, fazem-no reinar não pelas virtudes, mas pelas fraquezas. Tais eram em Roma os libertos da época dos imperadores.⁵¹³

A Roma despótica teve um grande período, amado pelos iluministas, como todos: o estoicismo. Nada era mais digno que o estoicismo para Montesquieu, *ele realçava apenas as coisas nas quais havia grandeza: o desprezo pelos prazeres e pela dor*. O estoicismo é o melhor exemplo de filosofia política, por que:

Somente ela sabia fazer cidadãos; somente ela fazia os grandes homens; somente ela fazia os grandes imperadores. Façam por um instante abstração das verdades reveladas; procurem em toda a natureza e não encontrarão objeto maior do que os Antoninos; Juliano, o próprio Juliano um sufrágio assim obtido não me tornará cúmplice de sua apostasia, não, não houve depois dele príncipe mais digno de governar os homens.⁵¹⁴

⁵¹² DE LA BOÉTIE, E. (1577) Discurso da servidão voluntária – São Paulo: Brasiliense, 1999.

⁵¹³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 2º Parte. Livro xv. Capítulo XIX. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵¹⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 5º Parte. Livro XXIV. Capítulo X. Genève: Barillot et fils, 1749.

Para os estoicos, são vãs as riquezas, qualquer grandeza humana; também a dor, a tristeza e os prazeres. O domínio destes homens é trabalhar para a felicidade de todos. Para Montesquieu, esta felicidade estava baseada no trabalho de exercer seus deveres com a sociedade:

parecia que encaravam o espírito sagrado que acreditavam existir neles mesmos como uma espécie de providência favorável que velasse pelo gênero humano.⁵¹⁵

A exceção estoica não impediu o fim do Império Romano. Destino concluso, afinal, o medo, sua força e sua corrupção anulariam suas conquistas, sociedade, e qualquer outra vantagem.

Ao final do século XVII, Tácito torna-se leitura obrigatória para o debate político⁵¹⁶. Este fenômeno intelectual e político denomina-se *tacitismo*:

Durante o período moderno, o tacitismo definia-se antes de tudo por sua característica transfronteiriça. A Europa era constituída por países com regimes políticos e religiosos diferentes, mas a diversidade destes regimes políticos e religiosos eram transcendidos pelo que se chamava, desde o século XV, de “República das Letras.”⁵¹⁷

Qual o conteúdo do tacitismo? Uma ambiguidade como nenhuma outra. Havia os que o consideravam o Maquiavel⁵¹⁸ do Mundo Antigo. Outros um severo crítico da tirania, como Montesquieu.

⁵¹⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 5^o Parte. Livro XXIV. Capítulo X. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵¹⁶ LEVILLAIN Charles-Edouard. Les simulacres de la liberté ? : le rôle du tacitisme dans les débats politiques de la fin du XVIII^e siècle (1696-1699). In: XVII-XVIII. Bulletin de la société d'études anglo-américaines des XVII^e et XVIII^e siècles. N°60, 2005. p. 143-154.

⁵¹⁷ LEVILLAIN Charles-Edouard. Les simulacres de la liberté ? : le rôle du tacitisme dans les débats politiques de la fin du XVIII^e siècle (1696-1699). In: XVII-XVIII. Bulletin de la société d'études anglo-américaines des XVII^e et XVIII^e siècles. N°60, 2005. p. 145

⁵¹⁸ STÉPHANE, Bonnet. Botero machiavélien ou l'invention de la raison d'Etat. In: Les études philosophiques. p.U.F.: 2003/3 (n° 66)

A tirania em Montesquieu consiste em duas formas, a primeira como força física, uma espécie de monopólio da violência⁵¹⁹ sob a égide de um homem. A segunda forma de tirania é exercida pela opinião de um só, que fere a opinião geral daquele país. Como exemplo, Montesquieu não vai ao oriente naturalmente déspota, mas aponta para Roma:

Dion conta que Augusto quis ser chamado de Rômulo, mas, quando soube que o povo temia que ele quisesse tornar-se rei, mudou de ideia. Os primeiros romanos não queriam rei, porque não podiam suportar seu poder; os romanos de então não queriam rei para não ter de suportar seus modos. Pois, ainda que César, os triúmviros, Augusto fossem verdadeiros reis, tinham mantido toda a aparência da igualdade, e sua vida privada encerrava uma espécie de oposição ao fausto dos reis da época; e quando não queriam reis, isto significava que queriam conservar suas maneiras e não adquirir as dos povos da África e do Oriente.⁵²⁰

Mas, Augusto conserva-se no poder frente à opinião contrária dos Romanos:

Dion conta que o povo romano estava indignado contra Augusto por causa de certas leis demasiado duras que ele havia criado, mas que assim que ele mandou voltar o comediante Pílades, que as facções tinham expulsado da cidade, o descontentamento cessou. Tal povo sentia mais vivamente a tirania quando se expulsava um saltimbanco do que quando se suprimiam todas as suas leis.⁵²¹

Para Montesquieu, Augusto é um tirano:

⁵¹⁹ WEBER, Max. 1967 e 1968. Ciência e política - Duas vocações. Editora Cultrix . São Paulo, 1999.

⁵²⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 3º Parte. Livro XIX. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵²¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 3º Parte. Livro XIX. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749.

Citação de DION Liv. LIV, cap. XVII.

Todos os atos de Augusto e todas as suas normas tendiam visivelmente para uma para o estabelecimento de uma monarquia. Sila livrou-se da ditadura, mas, em toda sua vida, em meio a seus atos de violência, vê-se o espírito republicano: todos os seus regulamentos, apesar de tiranicamente executados, tendiam sempre para uma certa forma de república. Sila, um homem arrebatado, conduziu os romanos violentamente à liberdade; Augusto, um tirano ardiloso, conduziu-os suavemente à escravidão.

A conclusão deste parágrafo merece um destaque especial:

Sob o comando de Sila, enquanto a República recobrava as forças, todos clamavam contra a tirania; sob o comando de Augusto, enquanto a tirania se fortalecia, só se falava em liberdade.⁵²²

Quem são os tiranos de Tácito e que se tornaram os tiranos de Montesquieu? Em “Considerações” aparecem como tiranos a listagem dos *Annales* de Tácito, do Livro 1. César, Augusto e Tibério, são os que mais aparecem. Fazendo uma ressalva, O uso do termo tirano, no Mundo Antigo significava alguém que usava de força. Montesquieu o estendeu para déspota⁵²³.

Calígula e Cláudio aparecem citados; Nero, quase esquecido. Para Montesquieu, estes não eram os piores, afinal, o sangue que corria pelo mundo romano não deixava dúvida do despotismo. O que Montesquieu realmente temia não era os que grassavam nos palcos de Racine, não eram os famosos monstros romanos, mas os que deixavam o povo cego. Pior que o sangue, era a cegueira de um povo.

⁵²² MONTESQUIEU, Charles du. *Considerations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence*. J. Desbordes, 1735. MONTESQUIEU, Charles du. *Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência*. . Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. Pp 103-104

⁵²³ VOLPILHAC-AUGER, Catherine. *Tacite e Montesquieu*. Oxford: The Voltaire Foundation, 1985. p.150.;

Montesquieu pensa no tirano como vítima de todo um universo sem moral. Não são virtuosos, nem o povo, nem o senado, cada general pode tomar seu lugar. O medo corrompe. O elogio é falso. Quem resistirá?⁵²⁴

O tirano moderno é Luís XIV, cheio de espetáculos, confiante na cegueira do povo:

Montesquieu encontra em Tácito quando se impõem a sua imagem do tirano moderno que reina desde Versailles. Temos visto que a seus olhos, a aproximação de Louis XIV de Augusto, com efeito, ele não é apenas seu sucessor, ele é mais cruel e perigoso ainda, que o seu similar. A leitura de Tácito convida Montesquieu a ver que o despotismo na França não é somente uma ameaça, já é uma realidade, introduzido por um príncipe hábil e dissimulador.⁵²⁵

No entanto, o antiabsolutismo de Montesquieu, assim como o de Henri de Boulainvilliers⁵²⁶, não culpa diretamente o rei. Para eles, o rei é vítima de uma sociedade corrupta, como fora a República Romana no caso de Montesquieu, ou como foi o fim do Império Romano, no caso de Boulainvilliers.

Os novos poderes corrompem as leis tradicionais fundamentais do governo francês. Leis francas, antigas, que limitam o poder do rei, protegendo sob direitos e deveres, constituindo-o na possibilidade da justiça. Maus historiadores como Dubos⁵²⁷,

⁵²⁴ MONTESQUIEU, Charles du. Considerations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence. J. Desbordes, 1735. MONTESQUIEU, Charles du. Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência. . Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. Pp 118-119

⁵²⁵ VOLPILHAC-AUGER, Catherine. Tacite e Montesquieu. Oxford: The Voltaire Foundation, 1985. p.153.

⁵²⁶ BOULAINVILLIERS, Henri (comte de) Histoire de l'ancien gouvernement de la France: Avec XIV. lettres historiques sur les parlemens ou États-generaux. Amsterdã: .Aux dépends de la compagnie, 1727. Disponível em 29 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=aspBAAAACAAJ&printsec=frontcover&dq=dubos&source=bl&ots=pyb41EXvdu&sig=L_FdiaRUEyZuNPXS-WPfiwN95EI&hl=pt-BR&sa=X&ei=7kVUL6tHlqo8QT1o4H4Bg&ved=0CEsQ6AEwBA#v=onepage&q=dubos&f=false

⁵²⁷ DUBOS, Jean Baptiste. Histoire critique de l'établissement de la monarchie françoise. Amsterdã: François Changuian, 1734. Disponível em 29 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=aspBAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=qbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

e maus conselheiros como Mazarino, em especial, burgueses, como Colbert, dariam uma educação muito distante da verdadeira fundação da França.

Foucault não se cansou de repetir este tema ao ver a construção da história moderna. Mas do que qualquer outro, teorizou sobre as lutas na arena da História. Para ele, a História é um intensificador de poder, narrar significa legitimar e celebrar, criar hereditariedade com o poder e, ao mesmo tempo, vincular o poder.

Quem ensina o rei? Com certeza não são os nobres da fronda, alto clero e grandes burgueses. A denúncia que Montesquieu realiza, junto a Boulainvilliers, consiste em dizer que a nobreza perdeu seu papel dentro da monarquia. A nobreza perdeu o saber, a nobreza ficou cega, a nobreza não viu sangue. Seu castigo é a perda da honra e consequente perda do Estado.

O verdadeiro alvo de todos esses historiadores ligados À reação nobiliária será o mecanismo de saber-poder que, desde o século XVII, vincula o aparelho administrativo ao absolutismo do Estado.⁵²⁸

Toda a história feita pelos nobres, em um nível quase que revolucionário, como Boulainvilliers, com a “luta das raças” e Montesquieu, com o “Espírito das Leis”, fora uma reação a um esquecido elo do sistema de poder, que a nobreza deixou de lado. O elo é a história, que sempre foi jurídica.

Uma vez desprezado pelos nobres, quem o assumiu? Foucault responde:

Essa peça estratégica, menosprezada pela nobreza, fora, em seu lugar, ocupada pela Igreja, pelos clérigos, pelos

⁵²⁸ FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002 p. 155

magistrados, depois pela burguesia, pelos administradores públicos, pelos próprios financistas.⁵²⁹

Os nobres perderam o saber com o rei. Por diversas razões a monarquia, que não vive sem nobreza, corrompeu-se, virou despotismo. O saber histórico jurídico é a saída para o rei. O rei precisa conhecer os problemas da França, deixar de ser vítima do despotismo, tornar-se um monarca honrado, reestabelecendo este princípio no reino.

Todo jogo histórico-político-epistemológico, harmonicamente criado no “Espírito das Leis”, consiste em salvar a monarquia. Mas, se as leis fundamentais da república foram destruídas por César e Augusto, quais os fundamentos da França que Montesquieu observa no absolutismo?

A queda de Roma aconteceu na corrupção que resultou em César. O mal que fora o Império Romano terminará da mesma maneira que começou: com o medo.

Tal foi o fim do Império do Ocidente. Roma se havia engrandecido por só ter tido guerras consecutivas: por uma sorte inacreditável, cada nação só a atacava depois de outra ter sido arruinada. Roma foi destruída porque todas as nações atacaram simultaneamente e nela penetraram por toda parte.⁵³⁰

5.4 Monarquia

⁵²⁹ FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002 p. 155

⁵³⁰ MONTESQUIEU, Charles du. Considerations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence. J. Desbordes, 1735. MONTESQUIEU, Charles du. Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua Decadência. . tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002.

Na Europa, o que se instituiu com o domínio bárbaro foram as leis feudais. A verdadeira face da monarquia, cujo princípio é a honra, e a sua natureza é

a natureza do governo monárquico, isto é, daquele onde um só governa com leis fundamentais. Eu falei dos poderes intermediários subordinados e dependentes: de fato, na monarquia, o príncipe é a fonte de todo poder político e civil. Estas leis fundamentais supõem necessariamente a existência de canais médios por onde flui o poder: pois, se existe num Estado apenas a vontade momentânea e caprichosa de um só, nada pode ser fixo e, conseqüentemente, nenhuma lei pode ser fundamental.⁵³¹

Além da “lei fundamental”, algo associado ao “mecanismo das origens”⁵³², deve existir os canais médios. Quem são os canais médios?

O poder intermediário subordinado mais natural é o da nobreza. De alguma maneira ele entra na essência da monarquia, cuja máxima fundamental é: sem monarca, não há nobreza; sem nobreza, não há monarca; mas tem-se um déspota⁵³³.

E ainda, outra condição da monarquia consiste em não ser confundida com o despotismo; precisa-se, ainda, de um *depósito das leis*.

Este depósito só pode estar nos corpos políticos, que anunciam as leis quando elas são elaboradas e as lembram de quando são esquecidas. A ignorância natural da nobreza, sua desatenção, seu desprezo pelo governo civil exigem que exista um corpo que retire incessantemente as leis da poeira onde ficariam soterradas.⁵³⁴

⁵³¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo IV. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵³² MARTINS, Adilton Luis. Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. Cap. III.

⁵³³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo IV. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵³⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro II. Capítulo IV. Genève: Barillot et fils, 1749.

Talvez esta seja uma citação que tenha faltado a Foucault para complementar sua teoria do esquecimento das leis e do governo civil pela nobreza. Assim, o próprio Montesquieu diagnostica, por meio de teoria, “epistemologia política”, ou seja, estrutura um sistema de pensamento para produzir ideias a respeito da política afirma:

O Conselho do príncipe não é um depósito conveniente. É, por sua natureza, o depósito da vontade momentânea do príncipe que executa, não o depósito das leis fundamentais. Além do mais, o Conselho do monarca muda sem parar; não é permanente; não poderia ser numeroso; não tem, em um grau suficiente, a confiança do povo: logo, não se encontra em condições de esclarecê-lo nos tempos difíceis, nem de fazê-lo voltar à obediência.⁵³⁵

Onde não há leis fundamentais, o que se tem? A resposta é simples: o despotismo. O que limita nestes estados o absoluto desmando do príncipe é, na verdade, a religião. Não há despotismo sem poder religioso.

Utilizando Newton, em *do bra* 2, empirismo e racionalismo, afirma que o princípio da monarquia não é a virtude. E isso não significa que os homens sejam maus, na verdade:

O governo monárquico supõe, como dissemos, preeminências, hierarquia e até uma nobreza de origem. A natureza da honra é requerer preferências e distinções; está, pois, por essência, colocada neste governo.⁵³⁶

Em teoria,

⁵³⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro III. Capítulo IV. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵³⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1º Parte. Livro III. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749.

Dir-se-ia que é como o sistema do universo, onde há uma força que afasta continuamente do centro todos os corpos, e uma força de gravidade que os traz de volta: A honra move todas as partes do, corpo político; liga-as com sua própria ação; e assim todos caminham no sentido do bem comum, pensando ir em direção a seus interesses particulares.⁵³⁷

O nobre, que busca ser citado, honrado, lembrado, louvado por um grande ato, que envolveu esforço, tempo, dedicação e até mesmo heroísmo, beneficiou a todos. Esta louvação é a honra. A ação reconhecida. É por ela que o Estado monárquico age, pois a honra é sua força de coesão.

As leis da monarquia são as leis feudais. O gosto por estas leis criam em Montesquieu uma bela imagem:

É um belo espetáculo o das leis feudais. Um carvalho antigo eleva-se; o olho vê de longe suas folhagens; aproxima-se, enxerga o caule, mas não percebe suas raízes: é preciso cavar a terra para encontrá-las.⁵³⁸

Montesquieu “cava a terra” para dizer que as leis feudais são provenientes dos povos que destruíram o Império Romano. Conquistaram este Império, para lembrar o direito de conquista⁵³⁹. Trata-se da Germânia⁵⁴⁰. Para fortalecer seu argumento, escreve em *dobra 1*, antigos e modernos, e *dobra 2*, racionalismo e empirismo:

César, quando fazia a guerra contra os germanos, descreve os costumes deles; e foi sobre estes costumes que pautou algumas de suas empresas. Algumas páginas de César sobre

⁵³⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 1^o Parte. Livro III. Capítulo VII. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵³⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo I. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵³⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 2^o Parte. Livro x. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁴⁰ Em anexo 15

esta matéria são volumes. Tácito escreveu um livro especial sobre os costumes dos germanos. É curto, este livro, mas é um livro de Tácito, que resumia tudo porque via tudo.⁵⁴¹

Esta confiança nos textos antigos se justifica pela *dobra 1*, a presença da Antiguidade:

Estes dois autores encontraram-se em tal acordo com os códigos das leis dos povos bárbaros que possuímos, que, lendo César e Tácito, encontramos por toda parte estes códigos e, lendo estes códigos, encontramos por toda parte César e Tácito.⁵⁴²

A partir destes dois autores que o “labirinto das leis feudais” será desvendando, o fio de meada. O primeiro passo fora encontrar o início da vassalagem, a hierarquia entre os germanos. Duas citações lhe são importantes. A primeira, de César

que os germanos não estavam ligados à agricultura; a maioria vivia de leite, de queijo e de carne: ninguém possuía terras nem limites que lhe fossem próprios; os príncipes e os magistrados de cada nação davam aos particulares a porção de terra que queriam e no lugar que queriam e os obrigavam no ano seguinte a ir para outro lugar".(liv IV da Guerra das Gálias, cap. XXI)⁵⁴³

Cita Tácito "que cada príncipe tinha uma tropa de pessoas que se uniam a ele e o seguiam"⁵⁴⁴. O germano, acompanhado por uma multidão de jovens é um homem honrado. Estes jovens o seguem, são o ornamento de sua dignidade. Quanto mais corajosos e fortes, mas jovens ao redor.

⁵⁴¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁴² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo II. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁴³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo III. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁴⁴ Germânia XXI. Nota de Montesquieu.

Estes povos vivem da guerra. O príncipe, segundo Montesquieu, não consegue persuadir a lavrar a terra, estabelecer-se, pois a rapina constante revela muito mais o gosto pelo sangue dos outros do que pelo suor de sua face. Esta profunda ligação entre o príncipe e os guerreiros, e os guerreiros e os jovens produziu o que se chama de vassalagem. No entanto, alerta Montesquieu, vassalagem sem feudos. Afinal o príncipe não era proprietário de terras para poder fazer distribuição.

Os francos viviam dessa vassalagem, mas, diferente de Boulainvilliers⁵⁴⁵, não ocuparam todas as terras da Gália e a dividiram em feudos. Se o rei tivesse sob seu poder todos os feudos divididos e todos os vassalos, seria como o Sultão da Turquia⁵⁴⁶, onde disporia da propriedade de qualquer.

Montesquieu narra que as Gálias foram invadidas por diversas nações germânicas. Visigodos em Narbonésia e o sul, os borguinhões no oriente, os francos o resto, provavelmente, vivendo da antiga vida pastoril.

Godos e borguinhões fizeram acordo com os romanos: paz em troca de trigo. Já os francos, não. De qualquer modo, a narrativa de Montesquieu procura observar a origem da servidão neste período:

A lei dos borguinhões, legislando sobre as duas nações, distingue formalmente, numa e na outra, os nobres, os ingênuos e os servos. Logo, a servidão não era uma coisa particular aos romanos, nem a liberdade e a nobreza aos bárbaros.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ TYVAERT, Michel. L'image du Roi: légitimité et moralité royales dans les Histoires de France au XVIIe siècle. In: Revue d'histoire moderne et contemporaine (1954-) T. 21e, No. 4 (Oct. - Dec., 1974), p. 521-547.

⁵⁴⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Capítulo V. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁴⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749.

As leis sálicas⁵⁴⁸ e ripuária não provam a tese de Boulainvilliers, que teriam os francos criados uma escravidão sobre os galo-romanos.

Como seu livro está escrito sem nenhuma arte e ele escreve com a simplicidade, a franqueza e a ingenuidade da antiga nobreza da qual havia saído, todos são capazes de julgar as belas coisas que diz e os erros nos quais incorre. Assim, não o examinarei.

Não detalhando os pontos e equívocos de Boulainvilliers⁵⁴⁹, Montesquieu apenas se solidariza com o colega de nobreza e luta política:

Direi apenas que ele tinha mais espírito do que luzes, e mais luzes do que saber; mas este saber não era desprezível porque, de nossa história e de nossas leis, ele conhecia muito bem as grandes linhas.⁵⁵⁰

De um lado, Boulainvilliers conjurou contra o terceiro estado – representado pelos galo-romanos. Por outro lado, coube ao padre Dubos conjurar contra o segundo estado – a nobreza. O ponto de vista de Montesquieu a esta batalha antiabsolutista pode ser retratada por um mito antigo:

Quando o Sol deu a Faetonte o seu carro para conduzir, lhe disse: "Se subires alto demais, queimarás a morada celeste; se desceres baixo demais, reduzirás a terra a cinzas. Não vás por demais à direita, cairás na constelação da Serpente; não vás por demais à esquerda, cairás na do Altar: conserva-te entre as duas."⁵⁵¹

⁵⁴⁸ A lei sálica tem sido tratada como muito mais como mito do que uma realidade jurídica. BARNAVI Elie. Mythes et réalité historique : le cas de la loi salique. In: Histoire, économie et société. 1984, 3e année, n°3. p. 323-337.

⁵⁴⁹ Memoires Historiques

⁵⁵⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Capítulo VI. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁵¹ Ovídio, metamorfoses liv II

O que sugeriu a ideia de um regulamento geral, elaborado na época da conquista, foi o número imenso de servos no início da “terceira raça”, com Hugo Capeto. A tese de Montesquieu, da servidão sob a dinastia capetiana (987 a 1328) se construiu durante todo período da conquista. Na primeira raça, merovíngia, havia muitos livres, tanto entre os francos, quanto entre os romanos.

No entanto, lavradores, habitantes das cidades, até por volta de 987, foram se tornando servos. No início da primeira raça, os merovíngios havia administração de alguns romanos, burgueses, senadores, cortes de justiça, na terceira raça, apenas duas distinções: senhores feudais e servos.

A servidão vai aumentando na medida em que há enfrentamento. A paz com germanos não criava rapina, mas respeito. Foram as rebeliões e lutas por heranças entre famílias que deram origem ao aumento de servos. Tudo isso, afirma Montesquieu, continuou durante a segunda raça, a dinastia carolíngia.

Uma infinidade de terras que homens livres faziam render tornaram-se passíveis de mão-morta. Quando um país perdia os homens livres que o habitavam, aqueles que possuíam muitos servos tomaram ou conseguiram a cessão de grandes territórios e neles construíram aldeias, como pode, nos ver em diversas cartas. Por outro lado, os homens livres que cultivavam as artes viram-se transformados em servos que deviam exercê-las; as servidões devolviam às artes e ao cultivo o que se lhes tinha retirado. Era comum que os proprietários das terras as doassem as igrejas para mantê-las eles mesmos no censo, acreditando contribuir com sua servidão para a santidade das igrejas.⁵⁵²

⁵⁵² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6ª Parte. Livro XXX. Capítulo XI. Genève: Barillot et fils, 1749.

Montesquieu discute os tributos para enfrentar os argumentos do padre Dubos⁵⁵³. Em seu argumento, toda e qualquer tributação que os francos ou os romanos faziam não era digna de fé, afinal, nos becos da erudição, e no excesso de demonstração de conhecimento, faltam-se as provas, que os iluministas tanto queriam:

O que mais custa àqueles cujo espírito vagueia numa vasta erudição é procurar suas provas onde elas não sejam estranhas ao assunto e encontrar, para falar como os astrônomos, o lugar do sol.

O abade Dubos abusa das capitulares, da história e das leis dos povos bárbaros. Quando ele quer que os francos tenham pagado tributos, aplica a homens livres o que só pode ser compreendido dos servos; quando quer falar de sua milícia, aplica a servos o que só podia envolver homens livres.⁵⁵⁴

Mesmo sujeito ao Imperador Romano, gauleses e romanos continuavam a pagar tributos? Esta pergunta se estabelece pelo tipo de documentação que revelaria as atribuições de poder durante os primeiros séculos da França. Entre estas fontes, Gregório de Tours, Capitulares, cartas paroquiais, divisões episcopais e tantos outros.

Na verdade, para Montesquieu, não se tem como saber a exatidão destes tributos, mas é certo que, se existiram, foram substituídos por serviços militares. Uma atribuição de homens livres, tanto dos que estavam durante as primeiras invasões, quanto dos fugidos das regiões ibéricas, temerosos dos mouros.

⁵⁵³ Alfred Lombard. L'abbé Du Bos, un initiateur de la pensée moderne (1670-1742), Revue d'histoire de l'Église de France, 1920, vol. 6, n° 31, p. 194-196.

⁵⁵⁴ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Capítulo XII. Genève: Barillot et fils, 1749.

Estes homens livres eram isentos de tributos, mas estavam obrigados à guerra. Montesquieu se vê obrigado a demonstrar tantos detalhes históricos para enfrentar o inimigo de Boulainvilliers,

Suplico que o leitor me perdoe o aborrecimento mortal que tantas citações devem causar-lhe: eu seria mais breve se não encontrasse na minha frente o livro do Estabelecimento da monarquia francesa nas Gálias, do abade Dubos. Nada atrasa mais o progresso dos conhecimentos do que um livro ruim de um autor célebre, porque antes de instruir é preciso começar por desvendar o erro.⁵⁵⁵

Dubos procurava afirmar o absolutismo romano, fazendo com que os francos submetessem à grandiosa cultura romana. O exame do livro do Abade Dubos é uma oposição absoluta, *porque minhas ideias são perpetuamente contrárias às dele; e, se ele encontrou a verdade, eu não a encontrei*⁵⁵⁶.

Um livro sedutor, muito bem escrito, adjetiva Montesquieu. No entanto, este livro necessita do que os empiristas da nova geração de historiadores, os iluministas⁵⁵⁷, exigem, aquilo que Montesquieu chama de provas.

porque quanto mais provas faltam, mais se multiplicam as probabilidades; porque uma infinidade de conjeturas são postas como princípio e delas se tiram como consequências outras conjeturas. O leitor esquece-se de que duvidou e começa a acreditar. E, como uma erudição sem fim está colocada, não no sistema, mas ao lado do sistema, o espírito é incessantemente distraído por acessórios e não cuida mais do principal.⁵⁵⁸

⁵⁵⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo XX. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁵⁶ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo XXIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁵⁷ Goldmann Lucien. La pensée des « Lumières ». In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 22e année, N. 4, 1967. p. 752-779.

⁵⁵⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo XXIII. Genève: Barillot et fils, 1749.

Trata-se de um “colosso de pés de barro”, três volumes para provar uma total ausência de fundamentação: o absolutismo justificado pela história de Dubos. A principal tese de Dubos é que os francos não tinham sido conquistadores das Gálias, mas foram convidados a tornarem-se reis no lugar dos romanos, ou seja, trocando uma servidão por outra. A que responde Montesquieu:

Esta pretensão não pode ser aplicada à época em que Clóvis, entrando nas Gálias, pilhou e tomou as cidades; tampouco pode ser aplicada à época em que desafiou Siágrio, oficial romano, e conquistou o país que este vigiava; ela só pode estar então relacionada com a época em que Clóvis, que se havia tornado senhor de uma grande parte das Gálias pela violência, teria sido chamado pela escolha e o amor dos povos para a dominação do resto do país. E não é suficiente que Clóvis tenha sido aceito, é preciso que tenha sido chamado; é preciso que o abade Dubos prove que os povos preferiram viver sob a dominação de Clóvis a viver sob a dominação dos romanos ou sob suas próprias leis.⁵⁵⁹

Para Dubos, haveria uma tal república armórica, que teria convidado Clóvis como rei. O estranho disso tudo que não há literatura alguma sobre esta república. Não há dado empírico, nem mesmo a conjectura se sustenta; *dobras 2*:

Dubos prova que os romanos, que ainda estavam submetidos ao império, chamaram Clóvis? Absolutamente. Prova que a república dos armóricos tenha chamado Clóvis e feito algum tratado com ele? De modo algum, de novo. Longe de poder dizer-nos qual foi o destino dessa república, ele não saberia nem demonstrar sua existência e, embora a acompanhe desde a época de Honório até a conquista de Clóvis, embora relate com uma arte admirável todos os acontecimentos daqueles tempos, ela permaneceu invisível nos autores.⁵⁶⁰

⁵⁵⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁶⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

É preciso provar como as províncias da Gália se revoltaram e formaram uma república que teria sobrevivido a Clóvis. Onde estão as provas? Um conquistador quando entra em um Estado e o submete pela força e pela violência, e depois, o estado inteiramente submetido, há razões (*dobra 2*) suficientes para entender que da invasão ao estabelecimento da monarquia, não houve nenhum. Entretanto, a não ser a conquista.

Tendo este ponto falhado, é fácil perceber que todo o sistema do abade Dubos desmorona de ponta a ponta, e, todas as vezes que ele tirar alguma consequência do princípio de que as Gálias não foram conquistadas pelos francos, mas que os francos foram chamados pelos romanos, poderemos sempre negá-la.⁵⁶¹

Eis a tentativa de argumentar que Clóvis teria recebido dignidades romanas baseada na carta de São Remígio. Carta meramente de congratulação pela subida ao trono. Mas Dubos faz dela uma carta em que Clóvis tenha sucedido Childerico como senhor da milícia. E ainda, Clóvis, ao final do reinado teria sido feito procônsul pelo imperador Anastácio, algo que não está fundamentado em nada.

Montesquieu procura na ausência da legislação objetiva, antiga, original, típica de uma cultura envolta no “agenciamento das origens”, para demonstrar, do mesmo modo que todos os historiadores que debateram o tema, que na ausência do documento escrito, na ausência da prescrição, havia o costume. O senhor do costume, do fato, do acontecido, das formas de fazer é o senhor do direito fundamental da monarquia feudal.

Para contrariar o dito proconsulado de Clóvis, Montesquieu afirma:

⁵⁶¹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6ª Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

Tenho até uma razão para isto. Gregório de Tours, que fala do consulado, não diz nada sobre o proconsulado. Este proconsulado teria mesmo durado apenas seis meses. Clóvis morreu um ano e meio após ter sido feito cônsul; não é possível fazer do proconsulado um cargo hereditário. Por fim, quando o consulado e, se quiserem, o proconsulado lhe foram dados, ele já era o senhor da monarquia e todos os seus direitos estavam estabelecidos.⁵⁶²

Toda tentativa de fazer a monarquia francesa herdeira do Império Romano, segundo Montesquieu, não pode ser fundamentada em nada. O uso da documentação feita pelo abade adversário é equivocada, falta-lhe crítica da *dobra 2*, racionalismo e empirismo, ou seja, sofrem da mais pura falta de critérios racionais sobre a ausência de critérios empíricos. Na desordem de um Império que cai e de uma monarquia que se ostenta, o que fazem os escritores? Adulam segundo a maré, conforme a ordem dos ventos, modernamente, dir-se-ia que são como birutas de aeroporto

Que supõe a adulação além da fraqueza daquele que é obrigado a adular? Que provam a retórica e a poesia senão o próprio uso destas artes? Quem não ficaria espantado ao ver Gregório de Tours que, após ter falado dos assassinios de Clóvis, disse que, no entanto, Deus prosternava todos os dias seus inimigos porque eles caminhavam por seus caminhos? Quem pode duvidar de que o clero tenha ficado muito satisfeito com a conversão de Clóvis e não tenha tirado deste fato grandes vantagens? Mas quem pode duvidar de que ao mesmo tempo os povos não tenham enfrentado todas as desgraças da conquista e o governo romano não tenha cedido diante do governo germânico?⁵⁶³

A teoria de Dubos, baseada em “birutas de aeroporto”, pois não tem critérios sobre suas fontes a não ser contradizer Boulainvilliers. Os germanos não teriam mudado nada na Gália e teriam eles mesmos se transformados em romanos.

⁵⁶² MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁶³ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6º Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

Com ironia, Montesquieu fala de Alexandre Magno como se fosse um diplomata pronto a se submeter à Pérsia.

Ao falar da constituição da nobreza francesa⁵⁶⁴, Dubos afirma que teria nos primeiros tempos da monarquia duas ordens entre os francos. E que as diversas dinastias posteriores teriam que ser buscadas entre romanos e saxões. Esta opinião se basearia na lei Sállica⁵⁶⁵.

Ao ler a Lei Sállica⁵⁶⁶, Montesquieu observa as seguintes ordens, duzentos soldos de composição pela morte de qualquer franco, trezentos soldos de composição pela morte de um romano conviva do rei, cem soldos de composição pela morte de um romano proprietário de terras, quarenta e cinco soldos de composição pela morte de um

É surpreendente que seu próprio erro não o tenha feito descobrir seu erro. De fato, teria sido muito extraordinário que os nobres romanos que viviam sob o domínio dos francos tivessem uma composição maior e tivessem sido personalidades mais importantes do que os mais ilustres dos francos e seus maiores capitães. Que probabilidade pode ter o fato de que o povo vencedor tivesse tido tão pouco respeito por si mesmo e tanto respeito pelo povo vencido?

⁵⁶⁷

Montesquieu afirma categoricamente que os francos tinham apenas uma ordem que só poderia ser julgada pelo rei. No entanto, colocando a moralidade dos

⁵⁶⁴ HULLIUNG, Mark. Montesquieu and the Old Regime. University of California Press, 1976

⁵⁶⁵ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁶⁶ Poly Jean-Pierre. La corde au cou. Les Francs, la France et la Loi salique. In: Genèse de l'État moderne en Méditerranée. Approches historique et anthropologique des pratiques et des représentations. Actes des tables rondes internationales tenues à Paris (24-26 septembre 1987 et 18-19 mars 1988). Rome : École Française de Rome, 1993. p. 287-320. (Publications de l'École Française de Rome, 168)

⁵⁶⁷ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6^o Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

textos de Dubos em questão, aponta que o abade vai até a Turquia para dizer como era a nobreza franca. A Turquia, lugar tão corrompida na obra de Montesquieu. Aparece aí um dos propósitos do despotismo turco aparecer tanto no “Espírito das Leis.” Para Dubos:

Turquia de que lá se eleve às honras e às dignidades gente de baixo nascimento, como se queixavam durante os reinados de Luís, o Bonachão, e de Carlos, o Calvo?⁵⁶⁸

A que o próprio Montesquieu responde:

Não se queixavam disto na época de Carlos Magno, porque este príncipe sempre diferenciou as antigas famílias das novas, o que Luís, o Bonachão, e Carlos, o Calvo, não fizeram.⁵⁶⁹

O recurso retórico para encerrar o livro XXXII contra Dubos, do qual não se pode duvidar da luta política que o “Espírito das Leis” representa:

O público não se deve esquecer de que deve ao abade Dubos várias excelentes composições. E sobre estas belas obras que deve julgá-lo, e não sobre esta. O abade Dubos incorreu nela em grandes erros porque teve mais tempo sob olhos o conde de Boulainvilliers do que seu assunto. Tirarei de todas as minhas críticas apenas esta reflexão: se este grande homem errou, que não deverei eu temer?⁵⁷⁰

⁵⁶⁸ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6ª Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁶⁹ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6ª Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

⁵⁷⁰ MONTESQUIEU, Charles de. L'Esprit des lois. 6ª Parte. Livro XXX. Capítulo XXIV. Genève: Barillot et fils, 1749.

5.5 Conclusão

O último argumento para demonstrar o antiabsolutismo teórico e histórico de Montesquieu trata de como a Roma Republicana torna-se corrupta e que esta corrupção é a construção de um Império, sem virtudes e sem glórias; além disso, culminando com o discurso germanista, contrariando a pretensão monárquica de legitimar seu despotismo na herança do Império Romano. A evocação de uma espécie de República Franca, para uma Monarquia Franca, surge como resposta ao sentimento corrupto da monarquia francesa e despótica.

Conclusão

Por fim, para afirmar a tese que **Montesquieu criou uma história universal das leis em meio a sua luta antiabsolutista. Seu trabalho enfrentou a maneira erudita de se fazer história no século XVIII, severamente apoiada pela monarquia. No centro, está sua história de Roma com ares epistemológicos e políticos. Toda a estrutura do pensamento de Montesquieu a respeito do político passa, necessariamente, por uma ordem romana: Monarquia, República e Império. Para alcançar bons resultados, três elementos compõem a obra, três dobras: antigos e modernos; nós e os outros; e racionalismo e empirismo. Em cada uma justapõem elementos distantes para poder afirmar sua teoria de leis, maneira de fazer a história e sua luta política.**

Tudo isso a partir do contexto de comparação em o “Espírito das Leis” de Montesquieu e a leitura que Michel Foucault fez de “Dom Quixote”, como o romance que anuncia a ruptura moderna entre as “palavras e as coisas”. São dois nobres desesperados devido ao fim da analogia medieval, mas que procuram um sistema novo.

No caso do personagem histórico, Montesquieu recorre à estratégia das dobras. *Dobra 1*, comparação entre os antigos e modernos. De um lado a continuação por legado e ruptura como política. *Dobra 2*, uso do empirismo newtoniano e do

racionalismo cartesiano. E *Dobra 3*, refere-se à comparação cultural entre o europeu e os reféns das narrativas de viagens.

Na obra de Montesquieu a história, a etnografia, o clima, a diferença, as leis, as virtude, as corrupções, os antigos e os modernos, todos cooperam para o antiabsolutismo nobilitário e filosófico de Montesquieu. Aqueles que perderam poder, privilégios e foram humilhados pela tecnologia burocrática da burguesia.

A partir da física newtoniana, Montesquieu tem como agenciar o signo e o mundo sob a regência de uma mecânica de leis. A lei une tudo. Estabelece uma nova ordem. Ela demonstra a íntima relação do mundo da matéria e do mundo dos homens e suas ideias. Ela é a constituição do elo signo e mundo.

Para tanto, Montesquieu oferece elementos físicos no seu debate teórico. O “Espírito da Leis” é referência da relação signo mundo, por meio das leis, que servem tanto à física, quanto a história. Do corpo dos homens ao corpo da política em seu significado singular e plural. No corpo plural, corpos políticos, repousa a compreensão política dos grupos. Mas, corpos, como unidade que criam ação e reação, corpos unidades sem órgãos, simplesmente, sujeitos e objetos de ação de forças.

Também, procurou-se responder o significado da erudição como saber-poder, em meio, ao contexto da criação do Estado francês frente ao poder eclesiástico e o seu Império. A erudição se comporta como verdade de atributos políticos, identitários e jurídicos. O mundo da verdade passa necessariamente pelo jogo erudito, uma das maiores invenções da Renascença.

Localizou o nascimento da ideia de fonte histórica, importância política (poder) e valor positivo de conhecimento (saber). Sincrônicos, em relação a três

instâncias geradoras do saber-poder moderno no mundo da História, o latim, a História da Religião e o Direito.

O Absolutismo francês inaugurou uma indústria, cuja maquinaria historiadora da vida monástica gerou a matriz da fazer história – a diplomática de Mabillon. Colbert, primeiro ministro de Luís XIV se apropria da maquinaria, ao mesmo tempo em que a constrói, lado a lado, com a erudição beneditina. Ele financia a História-Memória-jurídica do reinado absolutista entre os séculos XVII e XVIII que será combatida por Montesquieu, ao passo, que se relaciona com a expectativa das leituras frente ao desejo da anticomania.

Uma vez apresentado este processo, então, pode-se compreender o campo de batalha onde Montesquieu se coloca como adversário da monarquia. Em guerra, verdades históricas memoriais e monumentais.

Como toórico político da defesa dos seus, os Nobres. Entra em cena, o anti-absolutismo de Montesquieu, sua compreensão a história romana e sua teoria germanista de história, uma e outra, em oposição ao absolutismo e à sua historiografia legitimadora, ou melhor, criadora.

Certamente a história é o metal que liga os dois gumes de uma espada do poder absoluto, a criação e a legitimação. A história erudita se comporta como liga metálica. Armadura. Forja. Ela é fábrica de medo e sedução, profeta espiritual do Estado que vê por sua vidência a reencarnação de Roma Imperial sob os pés da Monarquia.

Montesquieu enfrentou a erudição católica, monárquica e burguesa com a exaltação e queda da República Romana. Se Roma alguma vez foi um bom exemplo a ser seguido, isto começou e se encerrou com a república. A República Romana é

acima de tudo a política sem medo, virtuosa que cai sob o Império do medo. A lei histórica do medo como fonte de corrupção grassa as ruas, os chambres da França do século XVIII.

Em Montesquieu há uma contra afirmação à situação política francesa, ou melhor, o filósofo cria uma teoria histórico jurídica com teor antiabsolutista. A erudição católica e burguesa fora enfrentada em uma luta historiográfica densamente teórica.

Esta oposição configura-se, pois, a Roma republicana frente à Roma imperial, despótica, império do medo. Assim, o princípio do medo é tão presente no Oriente, no mundo quente, que é fonte de toda corrupção aparece vivo na França da primeira metade do XVIII.

Contra a Historiografia erudita que criou uma França herdeira da política do Império Romano, para legitimar práticas que retiram privilégios dos nobres, para defesa dos nobres há evocação do germanismo, fazendo dos francos verdadeiros ancestrais da política francesa.

O último argumento para demonstrar o antiabsolutismo teórico e histórico de Montesquieu trata de como a Roma Republicana torna-se corrupta, e que esta corrupção é a construção de um Império, sem virtudes e sem glórias. Além disso, culmina com o discurso germanista, contrariando a pretensão monárquica de legitimar seu despotismo na herança do Império Romano. A evocação de uma espécie de República Franca, para uma Monarquia Franca, surge como resposta ao sentimento corrupto da monarquia francesa e despótica.

Bibliografia

5.6 Textos Antigos

DIONISIO DE HALICARNASO. Les antiquites romaines. Traduzido por François Bellanger. Philippe-Nicolas Lottin, 1723.

DEMOSTHENES, Aeschines, Jean F Stiévenart. Oeuvres completes. F. Didot, 1853.

Disponível em 13 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books?id=brgWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

MARTIALIS, Marcus Valerius. Oeuvres complète. Paris: Garnier, 1864

PLATÃO. A República. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Martins Fontes: São Paulo, 2006.

PLUTARCHUS, Anne Dacier. Les vies des hommes illustres. Andre Dacier, 1695. Cap VI.

PLUTARQUE. Les oeuvres morales et meslées. F. Léonard, 1655

TACITO, Cayo Cornelio. Les Annales de Tacite: en latin et en François. Traduzido por Nicolas Perrot D'Ablancourt. Lyon: chez Molin [et] Barbier, 1693. Livro XII. Cap. IV.

TÁCITO. Anais IV, cap. XIX (Era um aspecto característico de Tibério ocultar sob termos antigos crimes novos).

TITO LÍVIO. História de Roma. AB URBE CONDITA LIBRE. 2º volume. introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumap, 1989. p.432.

TITUS - LIVIUS Patavinus. Histoire romaine: Première décade. Paris: Michaud, 1810.
Volume III, capítulo IV.

5.7 Textos Modernos

BOULAINVILLIERS, Henri (comte de) Histoire de l'ancien gouvernement de la France: Avec XIV. lettres historiques sur les parlemens ou États-generaux. Amesterdã: .Aux dépends de la compagnie, 1727. Disponível em 29 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books?id=aspBAAAacAAJ&printsec=frontcover&dq=dubos&source=bl&ots=pyb41EXvdu&sig=L_FdiaRUEyZuNPXS-WPfiwN95EI&hl=pt-BR&sa=X&ei=7lkVUL6tHIqo8QT1o4H4Bg&ved=0CEsQ6AEwBA#v=onepage&q=dubos&f=false

BOUSSUET, Jacques Bénigne. Discours sur Histoire universelle. Paris, 1691. Outras versões disponíveis em 12 de julho de 2012 em http://books.google.com.br/books?id=yBCAAAacAAJ&dq=bossuet%20discours%20sur%20la%20histoire%20universell&hl=pt-BR&source=gbp_similarbooks Ver também: MARTINS, Adilton Luis. Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. Cap. II.

CERVANTES, Miguel de. Dom Quixote de la Mancha. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 371.

COUSTANT. Vindiciae codicum reterum confirmatae, Paris, 1707.

DE LA BOÉTIE, E. (1577) Discurso da servidão voluntária – São Paulo: Brasiliense, 1999.

DU HALDE, Jean-Baptiste. Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'Empire de la Chine e de la Tartarie Chinoise. p.-G. Le Mercier : Paris, 1735. Tomo III. p 49.

DUBOS, Jean Baptiste. Histoire critique de l'établissement de la monarchie françoise. Amsterdã: François Changuian, 1734. Disponível em 29 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books?id=aspBAAAacAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbp_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

ERASMUS Desiderius e VALLA, Laurentius. In Novum Testamentum annotationes. Basiléia, 1541.

ERASMUS Desiderius e VALLA, Laurentius. In Novum Testamentum annotationes. Basiléia, 1541.

ESPINOSA, Benedicto. Tratado Teológico-Político. Tradução, introdução e notas por Diogo Pires Aurélio. S. Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 9.

GARMON, De reteribua regnm Francorum diplomnlibua diaceptatio II, Paris, 1700.

HOBBS, Thomas. Leviatã, ou matéria, forma e poder de um estado eclesiastico e civil. tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

LA LOUBÈRE, Simon de. Du Royaume de Siam. Paris, chez la Veuve de Jean-Baptiste Coignard et Jean-Baptiste Coignard, 1691.

LAFITAU. Joseph-François. Moeurs des Sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps, 2 vol.; puis, en 1733, Histoire des découvertes et des conquêtes des Portugais dans le nouveau monde, 2 vol.

Letree de Jean Chapelain à Colbert. In. Clément, Pierre. Lettres Instructions et mémoires de Colbert. Impr. Imperial: Paris, 1861-1873. T. V. p 587. Disponível em 10 de julho de 2012, em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CFgQFjAB&url=http%3A%2F%2Fgallica.bnf.fr%2Fark%3A%2F12148%2Fbpt6k515478&ei=xsr8T6KHMoHM9QTT6Zj2Bg&usg=AFQjCNF9RcqZ1I_Gm_qKwdDXT9s4paC16Q

LOCKE, John. Segundo Tratado Do Governo Civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Editora Vozes, 2001

LOUBÈRE, Simon de La. Description du Royame du Siam. A Paris, chez la Veuve de Jean-Baptiste Coignard et Jean-Baptiste Coignard, 1691. p. 456. Em nota, apenas no original em francês do Espírito das Leis, encontramos: “Note_15 La Loubère, Relation de Siam, p. 446”. Trata-se do mesmo tema, provavelmente, da edição de 1714.

MABILLON, Jean. De Res Diplomatica. Livri IV. Paris, 1681-1704.

MABLY, Gabriel Bonnot de. Parallele des Romains et des François Par Rapport Au

Gouvernement . LA HAYE: Chez Jean Van Duren, 1741. T2, p 271. Disponível em 26 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books?id=b2lAAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Tradução de Brasil Bandecchi. 13. ed. São Paulo : Centauro, 2008.

MARANA, Giovanni-Paolo. Lettre d'un Sicilien à un de ses amis, 1700-1710. Introdução et notes par l'abbé Valentin Dufour. Paris, A. Quantin: 1883.

Marcus Tullius CICERO. Traité des loix. Edição Bilingue francês e latim. Chez Jean Mariette, 1719.

MIRANDOLA, Giovanni Pico della. Oratio de hominis dignitate: Oration on the dignity of man. Traduzido para o inglês por Elizabet Livermore Forbes. Anvil Press, 1953.

MONTESQUIEU, Charles de. "Observations sur l'histoire naturelle". In: Ouvres de Montesquieu. Paris, Lequien: 1819. p.174.

_____. Considérations sur les causes de la grandeur des romains. et de leur décadence. Amsterdã: Pierre Mortier, 1734 MONTESQUIEU, Charles de. Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 11.

_____. Defêse de L'Esprit des lois. Genève: Barillot et fils, 1749.

_____. L'Esprit des lois. Genève: Barillot et fils, 1749.

_____. Oeuvres complètes de Montesquieu: Le temple de Gnide. Arsace et Ismène. Poesies. Discours. Ebauche de l'éloge historique du maréchal de Berwick. Pensées diverses. t. 8. Lettres familières. J. Decker, 1799. p. 153.

_____. Lettres persanes. Amsterdam, chez Pierre Brunel, sur 1721. Montesquieu, Charles de. Letras Persas. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

MONTFAUCON, Bernard de L' antiquité expliquée et représentée en figures / Antiquitas explanatiore et schematibus illustrata (Band 4,2): La guerre, les voitures, les grands chemins, les ponts, les aqueducs, la navigation: Les chemins publics, les aqueducs, & la navigation Paris, 1722. Disponível em: 11 de julho de 2012 sob o endereço <http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/montfaucon1722g/0186>

MONTRÉSOR, Claude de Bourdeille. Mémoires de Monsieur de Montresor. Diverses pièces durant le Ministère du Cardinal de Richelieu. Relation de Monsieur de Fontrailles. Affaires de

Messieurs le Comte de Soissons, Ducs de Guise et de Boüillon, etc, chez Jean Sambix le jeune, à la Sphère, 1665.

NEWTON, Issac. The mathematical principles of natural philosophy. London, Printed for BENJAMIN Motte, 1729. Tomo 2 – Livro 3, p 200.

PEREZ, Jose. Dissertationes ecclesiaticae de re diplomatica. Salamanca, 1688.

PROCOPIUS Caesariensis. Histoire secrète de Procope de Cesarée Guillaume De Luyne, 1669. Disponível em 1 de agosto de 2012 em :

http://books.google.com.br/books?id=SMoWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

RENNEVILLE, René Augustin Constantin de. Recueil des voyages qui ont servi à l'établissement & aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales, formée dans les provinces-unies de Païs-bas, Volume 1; Volume 3. J. Frederic Bernard, 1725. Disponível em 15 de julho de 2012 em

<http://books.google.com.br/books?id=JOJaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Recueil+des+voyages+qui+ont+servi+%C3%A0+l%E2%80%99%C3%A9tablissement+de+la+compagnie+des+Indes+++balbi&source=bl&ots=-VgvCuJWcv&sig=1DElONL639Ua8ckG1paiLiZizpk&hl=pt-BR&sa=X&ei=XgYDUK2bN4n88gTdofisCA&ved=0CDwQ6AEwAQ#v=onepage&q=balbi&f=false>

ROLLIN, Charles. De la manière d'enseigner et d'étudier les Belles-Lettres par rapport à l'esprit et au cœur., Paris, 1726-1728, 4 vol. Versão de 1810 disponível em 12 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books?id=2zQnkQaBGzMC&printsec=frontcover&dq=De+la+mani%C3%A8re+d'enseigner+et+d%C3%A9tudier+les+Belles-Lettres+par+rapport+%C3%A0+l'esprit+et+au+c%C5%93ur&source=bl&ots=ia_wMqrnGG&sig=C7zjswyEDPbY-F8L7x7Be01uDo&hl=pt-BR&sa=X&ei=sjz_T4uhLLi88ATJnqiiBw&ved=0CDUQ6AEwAA#v=onepage&q=De%20la%20mani%C3%A8re%20d'enseigner%20et%20d%C3%A9tudier%20les%20Belles-Lettres%20par%20rapport%20%C3%A0%20l'esprit%20et%20au%20c%C5%93ur&f=false

_____. Histoire romaine depuis la fondation de Rome jusqu'à la bataille d'Actium., Paris 1738-1748 edição de 1810 disponível em 12 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books?id=LfPQAAAAMAAJ&printsec=frontcover&dq=Histoire+romaine+depuis+la+fondation+de+Rome+jusqu'à+la+bataille+d'Actium&source=bl&ots=lybrd6VbW4&sig=6Q-LJrZxYht_UiaC1lUZ0jQ-v0o&hl=pt-BR&sa=X&ei=Ez3_T9HpJpGi8gS6gNX4Dw&ved=0CDoQ6AEwAA#v=onepage&q=Histoire%20romaine%20depuis%20la%20fondation%20de%20Rome%20jusqu%E2%80%99%C3%A0%20la%20bataille%20d%E2%80%99Actium&f=false

ROUSSEAU, François. Dom Grégoire Tarrisse, premier supérieur général de la Congrégation de Saint-Maur (1575-1648). Paris, Lethielleux, 1924., vol. 85, n° 1, p. 170-171.

SAINT-EVREMOND, Pierre Silvestre. Sir Politik. In: Maizeaux Org. Oeuvres de monsieur de Saint Evremond: avec la vie de l'auteur Volume 2. 1740

SPINOZA, Benedictus de. Ética. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Th. RUINART, Ecclesia parisieusis vindicata ttarth. Germonii duas disceptationes de antiquis Francorum diplomatibus. Paris, 1700.

VEGA, Garcilaso de la. Histoire des guerres civiles des Espagnols dans les Indes: causées par les souslevemens des Picarres et des Almagres. Tradução para o francês de Boudoin. Volume 1. Simeon Piaget, Paris, 1658. p.5.

VERTOT (abbé de). Histoire de Révolution de Portugal. Libraires Associés: Paris, 1773.

Disponível em 11 de julho de 2012, no endereço

<http://books.google.com.br/books?id=52FkEuRgq-YC&printsec=frontcover&dq=vertot+revolution+de+portugal&source=bl&ots=LNNfFsrU4u&s>

ig=RqAPP514T8HUTmiPpwFDYL0IW30&hl=pt-BR&sa=X&ei=_Hr9T4jZOpKs8ASQ4bTzBg&ved=0CEIQ6AEwAg#v=onepage&q=vertot%20revolution%20de%20portugal&f=false

VERTOT (abbé de). Histoire des révolutions de Suède: où l'on voit les changements qui sont arrivés dans ce Royaume au sujet de la religion et du gouvernement. Volume 1. Stéretype, Paris 1811. Disponível em 11 de julho de 2012, sob o endereço:
http://books.google.com.br/books?id=Ln82AAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

VERTOT, Abbé. Histoire de cojuración de Portugal. In: Oeuvres choisies de l'abbé de Vertot, Volume 5. Louis Janet: Paris, 1719. Disponível em 11 de julho de 2012, em
http://books.google.com.br/books?id=2aQ1AAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

5.8 Textos Contemporâneos

AGNOLIN, Adone. Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupí (séculos XVI-XVII). São Paulo: Editora Humanitas, 2007..

ALTHUSSER, Louis. Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, Lisboa: 1972.

ANTIQUERA, Moisés. Tito Lívio e a lógica dos corpos: Ou por que assassinar Lúcio Sício e sacrificar Virgínia?. Rev. hist., São Paulo, n. 161, dez. 2009. Disponível em
http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092009000200013&lng=pt&nrm=iso acessos em 16 jul. 2012.

ARABEYRE Patrick. NATALINI, Cecilia. «Convenientem reconvenire»: genesi et sistematica della riconvenzione nella dottrina dei glossatori (1120-1234). Giovanni Minucci. Alberico Gentili tra «mos italicus» e «mos gallicus»: l'inedito commentario «Ad legem Juliam de adulteriis», Bibliothèque de l'école des chartes, 2005, vol. 163, n° 1.

ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução de Jerome Kohnn; tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel: 2008.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Tradução de Sérgio Bath. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999

ARTHUR, Giry. Manuel de diplomatique. Paris: Alcan, 1925.

AVLAMI, Chryssanthi, ALVAR, Jaime, ROMERO. Mirella. Historiographie de l'Antiquité et Transferts Culturels: Les Histoires Anciennes dans l'Europe des XVIIIe et XIXe Siècles. Rodopi

BARDET Jean-Pierre. Autour du concept de Révolution : Jeux de mots et reflets culturels. In: Histoire, économie et société. 1991, 10e année, n°1. Le concept de révolution.

BARNAVI Elie. Mythes et réalité historique : le cas de la loi salique. In: Histoire, économie et société. 1984, 3e année, n°3.

BATAILLON, Marcel. Erasme et l'Espagne, recherches sur l'histoire spirituelle du XVIe siècley rééd. avec une préface de Jean-Claude Margolin, Genève, Droz, 1998, coll. n°10.

BENSARD Eva. Anticomanie: L'Antiquité vivante en Europe. Archeologia (Paris) A. 2011, n° 484, p. 38-53.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio: Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002.

BOBBIO, Norberto A teoria das formas de governo. Tradução Sérgio Bath. 10a Edição. UnB: Brasília, 2005.

BRAUDEL, Fernand. Historia e ciencias sociais. Tradução, Rui Nazare. 6. ed.Lisboa: Presença, 1990.

BURCKARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália: Um Ensaio. Tradução de Sérgio Tellaroli. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p.157.

CALMON, Jean. O Dom Quixote de Foucault. São Paulo: E-papers, 2003

CANGUILHEN, Georges. Nature dénaturée et nature naturante. In Saboire, faire, espérer: le limites da la raison. Publication des Facultés Universitaires Saint-Louis, Bruxelles: 1976. Vol 1.

CASABIANCA, Denis de. Le (s) “corps politique (s)” Dans l’Esprit des Lois de Montesquieu. In: Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 23-32, 2007.

CASTEL, Robert. Rupturas irremediáveis: sobre Tristão e Isolda. Lua Nova, 1998, no. 43.

CASTEL, Louis-Bertrand Le Vrai Système de Physique Generale de M. Issac Newton. Exposé et analysé em parallele avec celui de Descartes; à la portée du commun des Phyficiens. PARIS, Jorry, Libraire, Quay des Auguftins, près le Poni S. Michel, aux Cigognes. 1747. (com privilégio real).

CATROU, François e ROUILLE, Pierre-Julien. Histoire romaine depuis la fondation de Rome: avec des notes historiques, geographiques [et] critiques . redação de Jacques Rollin ((París)), Jean-Baptiste Delespine ((París)): chez Jacques Rollin, 1725. T1. – prefácio. Disponível em 26 de julho de 2012 em:

http://books.google.fr/books?id=Au_AdeuTNBIC&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

CÉDRIC Monget, La Théologie de controverse des auteurs catholiques du diocèse de Bordeaux et de Bazas à l’époque baroque (1598-1629), thèse de doctorat d’histoire. Université de Bordeaux 3, 2005.

CHAMPY, Cécilie. Curieux idolâtres et acheteurs de statues: Le marché de la sculpture sous la Révolution et l’Empire à Paris. Dissertação de Mestrado, Paris Sorbonne, 2008.

CHARTIER, Roger. Leituras e leitores “populares” da Renascença ao período clássico. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). História da leitura ocidental. São Paulo: Ática, 1999. v. 2, cap. 10.

CHAUNU, Pierre. La civilization de L’Europe des Lumières, Paris, Arthaud: 1971

_____. Le temps des reformes. Paris, 1975

CHOMARAT, Jacques. Grammaire et rhetorique chez Erasme. Paris: Société d’Edition “Les Belles Lettres,” 1981. 2 vols. p. 235.

CISNEROS, Francisco Jiménez de e ZÚÑIGA, Diego Lopez de. Biblia poliglota: Vetus Testamentu[m] multiplici língua Industria Arnaldi de Brocario, 1517

CISNEROS, Francisco Jiménez de. Cartas del cardenal don fray Francisco Jimenez de Cisneros, dirigidas á don Diego Lopez de Ayala: publicadas de real. Colegio de sordo-mudos y de ciegos, 1867. Disponível em 09/05/2012 18:25:18 em http://books.google.com.br/books?id=tLPUZ62RWhEC&dq=Francisco+Jim%C3%A9nez+de+Cisneros&hl=pt-BR&source=gbp_navlinks_s

COELHO, Kamilla Kristina Sousa França. A Representação E O Real Em Michel Foucault. In: RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 03, nº 01, jan./jul, 2011.

COLOMBAT B.; POULOUIN C.; MERCIER-FAIVRE et all. Du savoir aux images. In: Dix-huitième siècle. Presses universitaires de France, Paris, 1995, no27.

COMTE, Auguste. Cours de philosophie positive. Tome quatrième. 1839.

CONTAMINE, Philippe. Pouvoir et vie de cour dans la France du XVe siècle : les mignons. In: Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 138e année, N. 2, 1994.

CROOK, John Anthony. Law and Life of Rome. Cornell University Press, 1967

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 23.

DELORME, Suzanne. La vie scientifique à l'époque de Fontenelle d'après les Éloges des savants. In: Archeion. International Academy for the History of Science. Volume 19, Volume 19 / 1937.

DERATHE, Robert. "A teoria orgânica da sociedade em Rousseau e seus antecessores." In:, Robert. DERATHE. Jean-Jacques Rousseau e da ciência política do seu tempo . Paris, Vrin, 1995. p.

DOSTERT Astrid, POLIGNAC François de. La description historique des antiques du cardinal de Polignac par Moreau de Mautour : une collection « romaine » sous le regard de l'érudition Française. In: Journal des savants. 2001, N°1. p. 93-152. doi : 10.3406/jds.2001.1642

ERHARD, Jean. L'Idée de Nature en France dans la Première Moitié du XVIIIe Siècle. Albin Michel: Paris, 1963.

FABRICIUS, Johann Albert. The life of Libanius, the sophist: From the Latin, Volume 1. Cadell e Strand: Londres, 1798. Disponível em 13 de julho de 2012 em:
<http://books.google.com.br/books?id=wyMbAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:LByXq3DF3g0C&source=bl&ots=fbMA4m77Z4&sig=o3xd0Dmjbea7Z8OKXgNXHjD0yUg&hl=pt-BR&sa=X&ei=WU4AUInEK4us8ATMwOSOCA&ved=0CDgQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false>

FAISANT, Claude. Lieux communs de la critique classique et post-classique. Études Françaises, Volume 13, numéro 1-2, avril 1977.

FATIO, Olivier e FRAENKEL, Pierre. Histoire de l'exégèse au XVIe siècle: textes du Colloque international tenu à Genève en 1976. Librairie Droz, 1978.

FEBVRE Lucien. Sur une forme d'histoire qui n'est pas la nôtre. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 3e année, N. 1, 1948.

_____. Combats pour l'Histoire. Paris: Librairie Armand Colin, 1992.

_____. O Problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais. Tradução de Maria Lucia Machado. Tradução do latim de José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. A História da Loucura: na Idade Clássica. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 11-12.

_____. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 241.

_____. .. Em defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002 p. 155

_____. Isto não é um cachimbo. Volume 1 de Oficina das artes : Traduzido por Jorge Coli. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. A ordem do discurso, Loyola, 2002.

FRERE, Dominique et SANTROT, Marie-Hélène, « Un aspect de l'anticomanie dans les pays de l'Ouest : histoire des collections grecques, étrusques et phéniciennes en Bretagne et dans les Pays de la Loire », Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest [En ligne], 112-1 | 2005, mis en ligne le 20 mars 2007, Consulté le 09 novembre 2011. URL : <http://abpo.revues.org/1134>

GAHYVA, Helga. Boulainvilliers, Mably e Tocqueville: genealogia de uma exclusão. In: Philósofos 11 (1) : 129-144, jan./jun. 2006.

- GALLO Daniela. Per una storia degli antiquari romani nel Settecento. In: *Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Italie et Méditerranée* T. 111, N°2. 1999. p. 827-845.
- GEERTZ, C A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989. p. 321.
- GEORGELIN, Jean Venise au siècle des Lumières. In: *Civilisations et Sociétés, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales: Walter de Gruyter*, 1978. Vol. 41
- GOLDMANN Lucien. La pensée des « Lumières ». In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 22e année, N. 4, 1967. p. 752-779.
- GOMES, Dias. O Bem Amado. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1985.
- GOMES, Roberto. Crítica da razão tupiniquim. São Paulo: FTD, 1994.
- GOULEMOT, J.M. « Le mot "révolution" et la formation du concept de "révolution politique" (fin XVIIe siècle) » in: *Annales historique de la Révolution Française*, 39, 1967,.
- GRELL Chantal. Les origines de Rome : mythe et critique. Essai sur l'histoire au XVIIème et au XVIIIème siècles. In: *Histoire, économie et société*. 1983, 2e année, n°2.
- _____.Herculanum et Pompéi dans les récits de voyagerus Français du XVIIIe siècle. Naples: publications du Centre Jean Bérard, 1982.
- _____. L’histoire entre érudition et philosophie: etude sur la connaissance historique à l’âge des Lumières. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- GUENEE, Bernard. Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval. Paris, Aubier-Montaigne, 1980.
- HAZARD, Paul. La crise de la conscience européenne. Paris:Boivin et Cie, Paris, 1935.
- HILL, Christopher. O mundo de Ponta-cabeça. Ideias radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Cia das Letras: São Paulo, 1987.
- _____.Oliver Cromwell e a Revolução inglesa In: O Eleito de Deus. São Paulo: Companhia das Letras

HIRATA, Celi. Leibniz e a Conciliação entre fé e razão. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política. Nº 10. USP, São Paulo, 2007. www.fflch.usp.br/df/cefp/Cefp10/hirata.pdf

HORNIK, Henry. Three Interpretations of the French Renaissance. In: Studies in the Renaissance. Vol. 7, (1960), p. 43-66. The University of Chicago Press.

HOUSSAIE, Amelot de la. Histoire du gouvernement de Venise. Paris: David Mortier, 1714. Disponível em 14 de julho de 2012 em:
http://books.google.com.br/books/about/Histoire_du_gouvernement_de_Venise.html?hl=pt-BR&id=E1nu4Ypb-ZAC

HUGOT Laurent « La Grèce et l'Étrurie dans l'Ouest de la France », Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest 2/2008 (nº 115-2), p. 107-120.

HULLIUNG, Mark. Montesquieu and the Old Regime. University of California Press, 1976

HUPPERT Georges. Naissance de l'histoire en France : les « Recherches » d'Estienne Pasquier. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 23e année, N. 1, 1968. p. 69-105.

KRIEGER, Blandine. L' Histoire à l' Age Classique. La Défaite de l' Erudition. Presses Universitaires de France: Paris, 1988.

_____. L'histoire à age Classique: Les Académies de l'histoire. Quadrige/PUF: Paris, 1988.

KRITSCH, Raquel. Maquiavel e a construção da política. Lua Nova [online]. 2001, n.53, p. 181-190. - Murari Pires Francisco. Machiavel, la cour des Antiques et (le dialogue) avec Thucydide. In: Dialogues d'histoire ancienne. Vol. 34 Nº1, 2008. p. 59-84.

KRZYSZTOF, Pomian. L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 30e année, N. 5, 1975.

LACORNE, Denis. Mémoire et amnésie : les fondateurs de la République américaine, Montesquieu et le modèle politique romain. In: Revue Française de science politique, 42e année, nº3, 1992.

LAURENS, Annie France, POMIAN, Krzysztof. L'Anticomanie. La collection d'antiquités aux xvme et xixe siècles. Paris : EHESS, 1992.

LEROY, Hugues. Les procédures juridiques et canoniques de réforme des monastères : l'exemple de la congrégation de Saint-Maur. In: *Revue Mabillon*. Brepols Publishers. Volume 13, Volume 13 / 2002.

LEVILLAIN Charles-Edouard. Les simulacres de la liberté ? : le rôle du tacitisme dans les débats politiques de la fin du XVIIIe siècle (1696-1699). In: *XVII-XVIII. Bulletin de la société d'études anglo-américaines des XVIIe et XVIIIe siècles*. N°60, 2005. p. 143-154.

LIEBEL, Silvia. O Mundo às avessas na Europa dos séculos XVI e XVII: Humor sandice e crítica social. Dissertação de Mestrado, UFPR. Curitiba, 2006.

LINDBERG, Carter. *As Reformas Na Europa*. Editora Sinodal: São Paulo, 2001.

LLINARES, Sylviane, « Marine et anticomanie au xviiiè siècle : les avatars de l'archéologie expérimentale en vraie grandeur », *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* [En ligne], 115-2 | 2008, mis en ligne le 30 juin 2010, Consulté le 09 novembre 2011. URL : <http://abpo.revues.org/331>

LOMBARD, Alfred. L'abbé Du Bos, un initiateur de la pensée moderne (1670-1742), *Revue d'histoire de l'Église de France*, 1920, vol. 6, n° 31.

LUKOWSKI, J. « L'influence de L'Esprit des lois sur la pensée politique en Pologne à l'époque des Lumières ». in: *Montesquieu du Nord au Sud: Cahiers Montesquieu 2*, 2001, p. 49-59.

MADOX, Thomas. *Formulare Anglicanum* (1702); cf. HARRISON, Charlotte "Thomas Madox and the Origins of English Diplomatic Scholarship". *Journal of the Society of Archivists* 29 (2009).

MANGAN, John Joseph. *Life, Character and Influence of Desiderius Erasmus of Rotterdam Derived from a Study of His Works and Correspondence*. Whitefish: Kessinger Publishing, 2003. p. 193.

MARTINS, A. L. Pensar as origens. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 48/49, p. 195-223, 2008. Editora UFPR.

_____. *Arestas do poder : Antiguidade e Modernidade*. São Paulo, SP: FAPESP: Annablume, 2010. p. 20.

MATHIOT, Jean. A República segundo Hobbes: o corpo ou a razão? Tradução de Maria das Graças de Souza Nascimento In: Revista Discurso. Nº 22. 1993. FFLCH, USp. São Paulo.

MICELI, Paulo. O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, século XV e XVI) 4ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 95.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Ancient History and the Antiquarians. In: Journal of the Warburg and Courtauld Institutes. Volum XIII, 1950. Nº 4.

MONNIER, Philippe. Le Quattrocento : essai sur l'histoire litteraire du XVe siecle italien Paris: Perrin, 1931.

MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. In: Revue Historique – Tomo 1876. Tradução de Glaydson José da Silva. In: A Escola Metódica. Nº 61, Textos Didáticos. IFCH-Unicamp, Campinas, 2006.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. Análise documental e análise diplomática: Perspectivas de interlocução de procedimentos. Tese de doutorado, Marília, 2009. p. 89;.

NASCIMENTO, Márcio Luiz do. Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”. In: Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 207-227, jan./jun. 2008.

NICOLET Claude. Des Belles-Lettres à l'érudition : l'Antiquité gréco-romaine à l'Académie au XVIIIe siècle. In: Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 145e année, N. 4, 2001

NICOLET, Claude. La fabrique d'une nation. La France entre Rome et les Germains. Paris: Perrin, 2006.

NOIRIEL Gérard. Max Weber et le sens des limites. In: Genèses, 32, 1998. Anthropologie et histoire politique. p. 140-155.

OFTESTAD, Bernt Torvild. Further development of Reformation hermeneutics. In: Hebrew Bible/Old Testament; the History of Its Interpretation. From the Renaissance to the Enlightenment. Vol. II. Magne Saebø. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008.

OROPALLO, Maria Cristina. A presença de Nietzsche no discurso de Foucault. São Paulo. 2005. (Dissertação em Filosofia) - Universidade São Judas Tadeu.

PAYEN, Pascal « L'Antiquité après l'Antiquité : parcours et détours d'un projet éditorial », *Anabases*, 1 2005, p. 5-13.

POLMAN, Pontien, L'élément historique dans la controverse religieuse du XVI^e siècle. Gembloux, J. Duculot, 1932.

RASKOLNIKOFF, Mouza. Histoire romaine et critique historique dans l'Europe des lumières: la naissance de l'hypercritique dans l'historiographie de la Rome antique. Strasbourg, Aecr: 1992.

REUCHLIN, Johann. La Kabbale. (De arte cabalistica); introduction, traduction, notes par François Secret. Archè, Milan collection bibliothèque de l'unicorne numéro 49, 1995.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. P. 247-301.

_____. Tempo e narrativa (vol.1). Tradução de Constança M. César. Campinas: Papirus, 1994.
RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa (vol.3). Tradução de Roberto L. Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

ROJAS DONAT, Luis. Para una historia del derecho canónico-político medieval: la donación de constantino. *Rev. estud. hist.-juríd.*, Valparaíso, n. 26, 2004

RUMMEL, Erika. Biblical Humanism and Scholasticism in the Age of Erasmus. Danver: Brill, 2008. p. 24p

SAINT-DIDIER, Alexandre Toussaint Limojon de. La ville et la république de Venise. Adrian Moetjens, 1685. Disponível em 14 de julho de 2012 em:
http://books.google.com.br/books?id=wvpaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

SANTROT, Marie-Hélène, « Un autre aspect de l'anticomanie : l'histoire des collections égyptiennes en Bretagne et dans les Pays de la Loire », *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* [En ligne], 115-2 | 2008, mis en ligne le 30 juin 2010. URL : <http://abpo.revues.org/325>

SAPUNARU, Raquel Anna. A Construção lógica do "Estilo Newtoniano". Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 14, n. 1, 2008 . p. 58.

SCHNAPP, Alain. Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIIIe et XIXe siècles in: Annales. Histoire, Sciences Sociales 37e Année, No. 5/6, Le document: Éléments critiques (Sep. - Dec., 1982), p. 760-777.

SCHOLEM, Gershom Gerhard. La kabbale: une introduction : origines, thèmes et biographies. Cerf, 1998 -

SEEBOHM, Frederic. The Oxford reformers: John Colet, Erasmus, and Thomas More, Longmans, Green, and co., 1869 disponível em 09/05/2012 18:14:55 em http://books.google.com.br/books?id=yvsPAAAAYAAJ&dq=John+Colet&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

SENARCLENS, Vanessa. Montesquieu Historien de Roma: un tournant pour la réflexion sur le statut de l'histoire au XVIIIe siècle. Droz: Gevevè, 2003. p. 39.

SLUGOCKI, L., « La Pologne et les problèmes polonais dans L'Esprit des lois de Montesquieu », Actes du colloque international, Bordeaux, 1999, p. 139-151

SNOEKS, Rémi. L'argument de tradition dans la controverse eucharistique entre catholiques et réformés Français au XVIIe siècle. Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1951

STAROBINSKI, Jean. Montesquieu. Companhia das Letras: São Paulo, 1990. p.17.

STÉPHANE, Bonnet. Botero machiavélien ou l'invention de la raison d'Etat. In: Les études philosophiques. p.U.F.: 2003/3 (n° 66)

STEWART, Susan. On Longing: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1984, p. 135-136.

THOLOZAN, Olivier. Henri de Boulainvilliers: l'anti-absolutisme aristocratique légitimé par l'histoire. Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1999.

TYVAERT, Michel. L'image du Roi: légitimité et moralité royales dans les Histoires de France au XVIIe siècle. In: Revue d'histoire moderne et contemporaine (1954-) T. 21e, No. 4 (Oct. - Dec., 1974), p. 521-547.

VIEIRA, Maria Augusta Da Costa. O Dito pelo Não-dito: paradoxos de Dom Quixote. Volume 14 de Ensaios de Cultura. São Paulo: Edusp, 1998.

VILLEY, Michel. La formation de la pensée juridique moderne. Paris, 1976

VOELTZEL, René, Vraie et fausse Eglise selon les théologiens protestants Français du XVIIe siècle, Paris, PUF, 1956.

VOLPILHAC-AUGER, Catherine e WEIL, Françoise. Principes de l'édition. Catalogue de la bibliothèque de Montesquieu à La Brède. in Cahiers Montesquieu, n°4. Naples, Liguori Editore 1998. p. 16-26.

_____. Tacite e Montesquieu. Oxford: The Voltaire Foundation, 1985. p.150.;

WEBER, Max. 1967 e 1968. Ciência e política - Duas vocações. Editora Cultrix . São Paulo, 1999.

_____. A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 95.

_____. Economia e Sociedade, Brasília, Ed. Universidade Brasília, 2000, p. 16-7.

5.9 Anexos

5.9.1 ANEXO 01

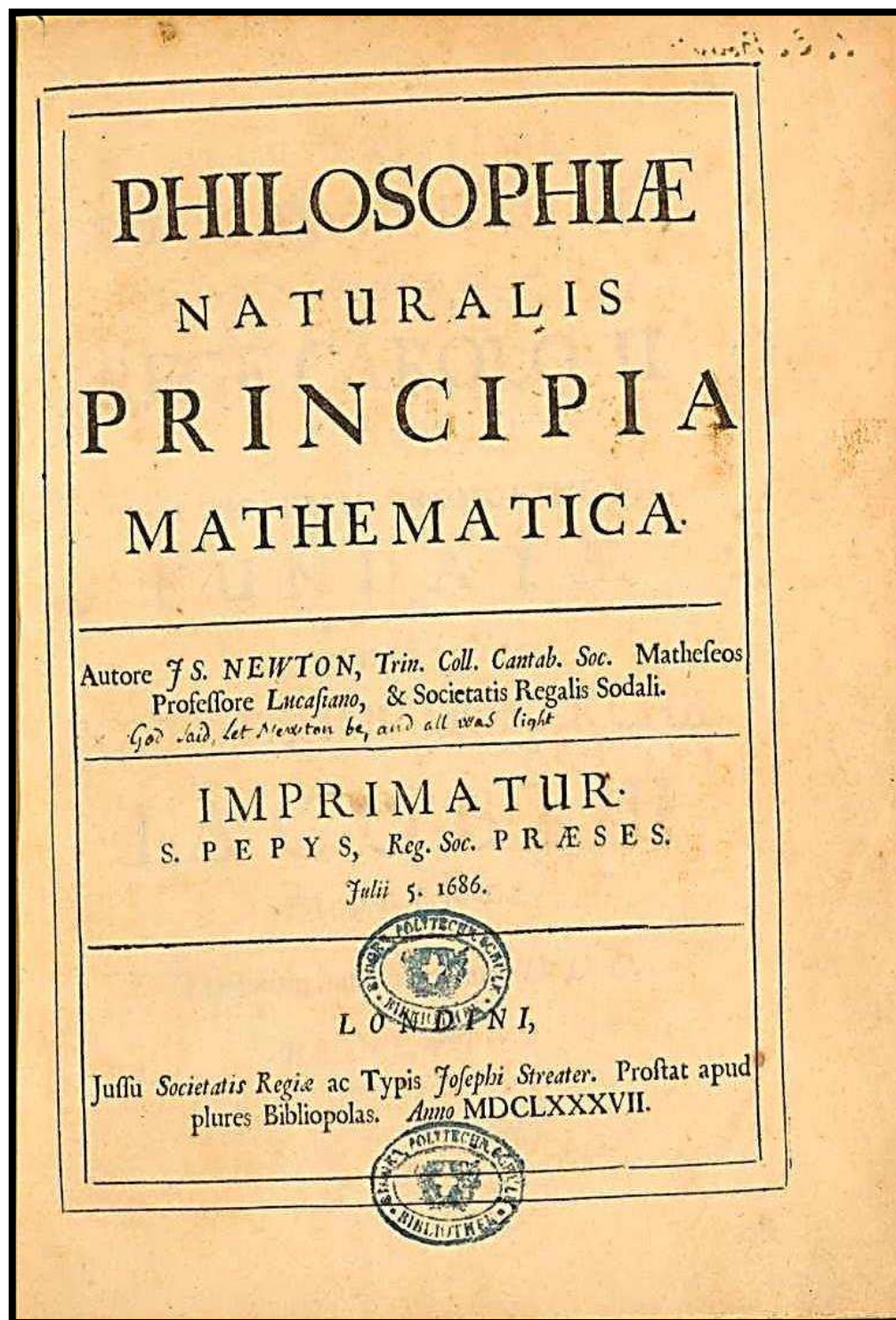
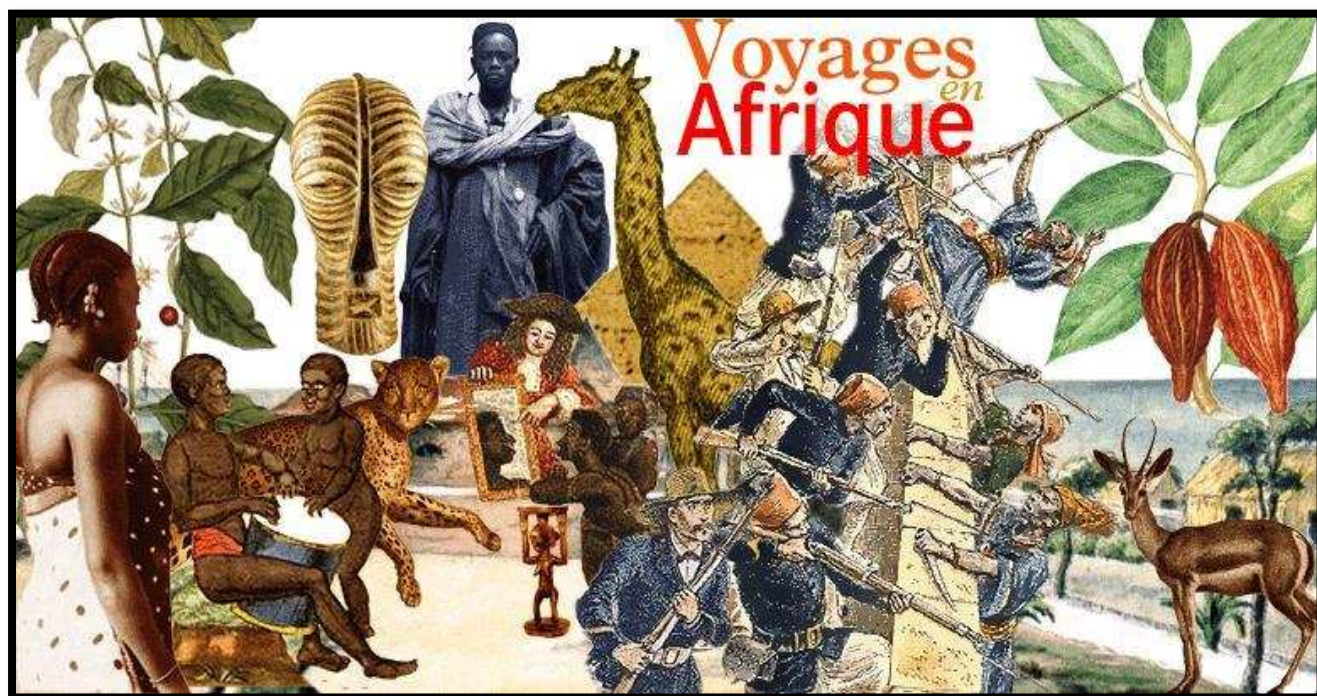


FIGURA 1 FRONTISPÍCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO TEXTO "PRINCIPIA" DE NEWTON (PRIMEIRA EDIÇÃO)

5.9.2 ANEXO 02



Voyages du capitaine Robert Lade en différentes parties de l'Afrique, de l'Asie et de l'Amérique. T. 2 / ... ouvrage traduit de l'anglais [par l'Abbé Prévost] -Didot (Paris)-1744

L'Afrique de Marmol. 2 / de la traduction de Nicolas Perrot, sieur d'Ablancourt... avec l'Histoire des chérifs, traduite de l'espagnol de Diego Torrès par le duc d'Angoulême le père, revue et retouchée par P. R. A. [Pierre Richelet] -L.

L'Afrique de Marmol. 1 / de la traduction de Nicolas Perrot, sieur d'Ablancourt... avec l'Histoire des chérifs, traduite de l'espagnol de Diego Torrès par le duc d'Angoulême le père, revue et retouchée par P. R. A. [Pierre Richelet] -L. Billaine (Paris)-1667

Voyages du capitaine Robert Lade en différentes parties de l'Afrique, de l'Asie et de l'Amérique. T. 1 / ... ouvrage traduit de l'anglais [par l'Abbé Prévost] -Didot (Paris)-1744

Voyage pour la rédemption des captifs aux royaumes d'Alger et de Tunis / fait en 1720 par les P. P. François Comelin, Philémon de La Motte et Joseph Bernard,... -L. A. Sevestre (Paris)-1721

Les voyages du sieur Le Maire : aux îles Canaries, Cap-Verd, Sénégal et Gambie, sous monsieur Dancourt, directeur général de la compagnie roïale d'Afrique ([Reprod.]) -J. Collombet (Paris)-1695

Voyages du Sr. A. de la Motraye en Europe, Asie et Afrique. T. 1 / , où l'on trouve une grande variété de recherches géographiques, historiques et politiques... des remarques instructives sur les moeurs... des peuples... des relations fidèles des événemens considérables arrivées [sic] pendant plus de 26 années... employées dans ses voyages, comme de la révolution en Turquie... -T. Johnson et J. Van Duren (La Haye)-1727

Description de l'Afrique : contenant les noms, la situation et les confins de toutes ses parties... ([Reprod.]) / trad. du flamand d'O. Dapper,... ; [publ. par l'Institut national des langues et civilisations orientales] -W. Waesberge, Boom et Van Someren (Amsterdam)-1686

Voyages en Afrique, Asie, Indes orientales et occidentales ([Reprod.]) / faits par Jean Mocquet,... -J. de Heuqueville (Paris)-1617

Voyages du Sr. A. de la Motraye en Europe, Asie et Afrique. T. 2 / , où l'on trouve une grande variété de recherches géographiques, historiques et politiques... des remarques instructives sur les moeurs... des peuples... des relations fidèles des événemens considérables arrivées [sic] pendant plus de 26 années... employées dans ses voyages, comme de la révolution en Turquie... -T. Johnson et J. Van Duren (La Haye)-1727

Nouveau voyage fait au Levant, ès années 1731 et 1732 , contenant les descriptions d'Alger, Tunis, Tripoly de Barbarie, Alexandrie en Égypte, Terre sainte, Constantinople, etc., par le sieur Tollot -Durand (Paris)-1742

Voyages de M. Shaw,... dans plusieurs provinces de la Barbarie et du Levant. T. 1 / , contenant des observations géographiques, physiques, philologiques,... sur les royaumes d'Alger et de Tunis, sur la Syrie, l'Égypte et l'Arabie Pétrée,... traduits de l'anglois,... -J. Neaume (La Haye)-1743

Voyages de M. Shaw,... dans plusieurs provinces de la Barbarie et du Levant. T. 2 / , contenant des observations géographiques, physiques, philologiques,... sur les royaumes d'Alger et de Tunis, sur la Syrie, l'Égypte et l'Arabie Pétrée,... traduits de l'anglois,... -J. Neaume (La Haye)-1743

Relation de divers voyages : faits dans l'Afrique, dans l'Amérique et aux Indes Occidentales... ([Reprod.]) / par le sieur Dralsé de Grand-Pierre,... -C. Jombert (Paris)-1718

Relation d'un voyage fait au Levant : dans laquelle il est curieusement traité des Etats sujets au Grand Seigneur... ([Reprod.]) / par M. de Thévenot -L. Billaen (Rouen)-1665

L'esclave religieux, et ses aventures -A Paris, chez Daniel Hortemels, rue S. Jacques, au Mécénas. M. DC. XC.-1690

A voyage to Guinea, Brasil, and the West-Indies, in his majesty's ships the Swallow and Weymouth : giving a genuine account of the several islands and settlements of Madeira, the Canaries, Cape de Verd,... : describing the colour, diet, languages... manners, customs and religions of the...inhabitants : with remarks on the gold, ivory, and slave-trade,... (2e ed.) / by John Atkins,... -Ward and Chandler (London)-1737

Voyage de Madagascar, connu aussi sous le nom de l'Ile St Laurent / par M. de V..... (Carpeau du Saussay), commissaire provincial de l'artillerie de France -J. Luc Nyon (Paris)-1722

Relation du premier voyage de la Compagnie des Indes orientales en l'isle de Madagascar ou Dauphine , par M. Souchu de Renefort,... -P. Auboüin (Paris)-1668

Histoire de la grande isle Madagascar , composée par le sieur de Flacourt,... avec une relation de ce qui s'est passé ès années 1655, 1656 et 1657... -N. Oudot (Troyes)-1661

Nouvelle relation de l'Afrique occidentale : contenant une description exacte du Sénégal et des païs situés entre le Cap-Blanc et la rivière de Serrelienne.... T. 4 / par le P. Jean-Baptiste Labat,... -G. Cavelier (Paris)-1728

Nouvelle relation de l'Afrique occidentale : contenant une description exacte du Sénégal et des païs situés entre le Cap-Blanc et la rivière de Serrelienne.... T. 2 / par le P. Jean-Baptiste Labat,... -G. Cavelier (Paris)-1728

Nouvelle relation de l'Afrique occidentale : contenant une description exacte du Sénégal et des païs situés entre le Cap-Blanc et la rivière de Serrelienne.... T. 5 / par le P. Jean-Baptiste Labat,... -G. Cavelier (Paris)-1728

Nouvelle relation de l'Afrique occidentale : contenant une description exacte du Sénégal et des païs situés entre le Cap-Blanc et la rivière de Serrelienne.... T. 1 / par le P. Jean-Baptiste

Labat,... -G. Cavelier (Paris)-1728

Nouvelle relation de l'Afrique occidentale : contenant une description exacte du Sénégal et des païs situés entre le Cap-Blanc et la rivière de Serrelienne.... T. 3 / par le P. Jean-Baptiste Labat,... -G. Cavelier (Paris)-1728

Histoire de Barbarie et de ses corsaires... / par le R. P. F. Pierre Dan,... -chez P. Rocolet (A Paris)-1637

Relation d'un voyage fait dans la Mauritanie, en Affrique : par ordre de Sa Majesté, en l'année 1666 ([Reprod.]) / par le sieur Roland Fréjus -G. Clousier (Paris)-1670

29 Nouvelle relation de quelques endroits de Guinée et du commerce d'esclaves qu'on y fait ... traduite de l'anglois du capitaine Guillaume Snelgrave par Mr. A. Fr. D. de Coulange -aux dépens de la Compagnie (Amsterdam)-1735

30 Description de l'Égypte , contenant plusieurs remarques curieuses sur la géographie ancienne et moderne de ce païs... composée sur les Mémoires de M. de Maillet,... par M. l'abbé Le Mascrier... -L. Genneau et J. Rollin (Paris)-1735

Relation de la Nigritie : contenant une exacte description de ses royaumes et de leurs gouvernements, la religion, les mœurs, coutumes et raretez de ce païs, avec la découverte de la rivière du Senega... ([Reprod.]) / [J. Gaby] -E. Couterot (Paris)-1689

Relation de ce qui s'est passé dans les trois voyages que les religieux de l'ordre de Nostre-Dame de la Mercy ont faits dans les estats du Roy de Maroc, pour la rédemption des captifs en 1704, 1708 et 1712 , par un des Pères députés pour la rédemption... -A.-U. Coustelier (Paris)-1724

Relation de l'empire de Maroc où l'on voit la situation du pays, les mœurs, coutumes, gouvernement, religion et politique des habitans , par M. de S. Olon... -Vve Marbre-Cramoisy (Paris)-1695

La miraculeuse redemption des captifs . Faite a Salé, coste de Barbarie, sous les heureux auspices du sacre du roy tres-chrestien. Par les religieux de l'ordre de la Tres-sainte-Trinité vulgairement appelez Maturins -A Paris, de l'imprimerie de Julian Jacquin, ruë des Massons, vis à vis l'eglise de Sorbone. M. DC. LIV. Avec permission du general dudit ordre-1654

Voyages d'Afrique faicts par le commandement du roy, où sont contenues les navigations des François entreprises en 1629 et 1630, sous la conduite de M. le commandeur de Razilly, ès costes occidentales des royaumes de Fez et de Maroc... / le tout recueilli et illustré de curieuses observations par Jean Armand,... -N. Trabouilliet (Paris)-1631

A journey to Mequinez, the residence of the present emperor of Fez and Morocco, on the occasion of Commodore Stewart's embassy thither from the redemption of the British captives in the year 1721 -J. Tonson (London)-1725

Drawings of some ruins and colossal statues at Thebes in Egypt , with an account of the fame

in a letter to the Royal Society. [Signé : F. L. Norden] -[s.n.]-1741

Voyage de Libye au royaume de Senegal, le long du Niger : avec la description des habitants qui sont le lon [sic] de ce fleuve, leurs coùtumes et façons de vivre, les particularités les plus remarquables de ces pays ([Reprod.]) / fait et composé par Claude Jannequin,.. -C. Rouillard (Paris)-1643

Relation historique de l'Éthiopie occidentale : contenant la description des royaumes de Congo, Angolle et Matamba.... [3] / P. Cavazzi ; trad. de l'italien... et augm. de plusieurs relations portugaises des meilleurs auteurs... par le R. P. J. B. [Jean-Baptiste] Labat,.. -Hachette (Paris)-1732

Relation historique de l'Éthiopie occidentale : contenant la description des royaumes de Congo, Angolle et Matamba.... [2] / P. Cavazzi ; trad. de l'italien... et augm. de plusieurs relations portugaises des meilleurs auteurs... par le R. P. J. B. [Jean-Baptiste] Labat,.. -Hachette (Paris)-1732

Relation historique de l'Éthiopie occidentale : contenant la description des royaumes de Congo, Angolle et Matamba.... 1 / P. Cavazzi ; trad. de l'italien... et augm. de plusieurs relations portugaises des meilleurs auteurs... par le R. P. J. B. [Jean-Baptiste] Labat,.. -Hachette (Paris)-1732

Relation historique de l'Éthiopie occidentale : contenant la description des royaumes de Congo, Angolle et Matamba.... [5] / P. Cavazzi ; trad. de l'italien... et augm. de plusieurs relations portugaises des meilleurs auteurs... par le R. P. J. B. [Jean-Baptiste] Labat,.. -Hachette (Paris)-1732

Relation curieuse et nouvelle d'un voyage de Congo : fait és années 1666 et 1667 ([Reprod.]) / par les RR. PP. Michel Ange de Gattine et Denys de Carli de Plaisance,... [traduit de l'italien] --1680

Idée du gouvernement ancien et moderne de l'Égypte : avec la description d'une nouvelle pyramide et de nouvelles remarques sur les moeurs et les usages des habitans de ce pays / par M. L. L. M. -Vve Ganeau (Paris)-1743

Voyage de Guinée : contenant une description nouvelle et très-exacte de cette côte où l'on trouve et où l'on trafique l'or, les dents d'elephant et les esclaves... ([Reprod.]) / par Guillaume Bosman... -A. Schouten (Utrecht)-1705

Relation du voyage du royaume d'Issyny : Côte d'Or, païs de Guinée, en Afrique... ([Reprod.]) / par le R.P. Godefroy Loyer,.. -A. Seneuze et J.-R. Morel (Paris)-1714

Relation des costes d'Afrique appelées Guinée : avec la description du pays, moeurs et façons de vivre des habitans, des productions de terre et des marchandises qu'on en apporte... le tout remarqué dans le voyage qu'il y a fait en 1666 et 1667 ([Reprod.]) / par le sieur Villault,.. -D. Thierry (Paris)-1669

Description et récit historial du riche royaume d'or de Guinea, aultrement nommé la Coste d'or

de Mina, gisante en certain endroit d'Afrique... -C. Claesson (Amsterdam)-1605

Nouveau voyage de Grèce, d'Égypte, de Palestine, d'Italie, de Suisse, d'Alsace et des Pays-Bas, fait en 1721, 1722 et 1723 -P. Gosse (La Haye)-1724

Les larmes et clameurs des chrétiens, français de nation, captifs en la ville d'Alger en Barbarie . Adressées à la Reine régente, mère de Louis XIII. Roy de France & de Navarre. Par le R. P. Lucien Hérault,... -A Paris, chez Denys Houssaye, au mont sainte Genevieve, près le collège de Laon. M. DC. XLIII-1643

Mémoires du chevalier d'Arvieux, envoyé extraordinaire du Roy à la Porte, consul d'Alep, d'Alger, de Tripoli et autres Échelles du Levant : contenant ses voyages à Constantinople, dans l'Asie, la Syrie, la Palestine, l'Égypte et la Barbarie.... Tome 1 / recueillis... de ses Mémoires originaux et mis en ordre par le R. P. Jean-Baptiste Labat,.. -C.-J.-B. Delespine (Paris)-1735

Mémoires du chevalier d'Arvieux, envoyé extraordinaire du Roy à la Porte, consul d'Alep, d'Alger, de Tripoli et autres Échelles du Levant : contenant ses voyages à Constantinople, dans l'Asie, la Syrie, la Palestine, l'Égypte et la Barbarie.... T. 3 / recueillis... de ses Mémoires originaux et mis en ordre par le R. P. Jean-Baptiste Labat,.. -C.-J.-B. Delespine (Paris)-1735

Mémoires du chevalier d'Arvieux, envoyé extraordinaire du Roy à la Porte, consul d'Alep, d'Alger, de Tripoli et autres Échelles du Levant : contenant ses voyages à Constantinople, dans l'Asie, la Syrie, la Palestine, l'Égypte et la Barbarie.... T. 5 / recueillis... de ses Mémoires originaux et mis en ordre par le R. P. Jean-Baptiste Labat,.. -C.-J.-B. Delespine (Paris)-1735

Mémoires du chevalier d'Arvieux, envoyé extraordinaire du Roy à la Porte, consul d'Alep, d'Alger, de Tripoli et autres Échelles du Levant : contenant ses voyages à Constantinople, dans l'Asie, la Syrie, la Palestine, l'Égypte et la Barbarie.... Tome 4 / recueillis... de ses Mémoires originaux et mis en ordre par le R. P. Jean-Baptiste Labat,.. -C.-J.-B. Delespine (Paris)-1735

Mémoires du chevalier d'Arvieux, envoyé extraordinaire du Roy à la Porte, consul d'Alep, d'Alger, de Tripoli et autres Échelles du Levant : contenant ses voyages à Constantinople, dans l'Asie, la Syrie, la Palestine, l'Égypte et la Barbarie.... T. 2 / recueillis... de ses Mémoires originaux et mis en ordre par le R. P. Jean-Baptiste Labat,.. -C.-J.-B. Delespine (Paris)-1735

Mémoires du chevalier d'Arvieux, envoyé extraordinaire du Roy à la Porte, consul d'Alep, d'Alger, de Tripoli et autres Échelles du Levant : contenant ses voyages à Constantinople, dans l'Asie, la Syrie, la Palestine, l'Égypte et la Barbarie.... T. 6 / recueillis... de ses Mémoires originaux et mis en ordre par le R. P. Jean-Baptiste Labat,.. -C.-J.-B. Delespine (Paris)-1735

Relations véritables et curieuses de l'isle de Madagascar et du Brésil , avec l'histoire de la dernière guerre faite au Brésil entre les Portugais et les Hollandais, trois relations d'Égypte et une du royaume de Perse -A. Courbé (Paris)-1651

Voyages de Rabbi Benjamin, fils de Jona de Tudèle, en Europe, en Asie et en Afrique, depuis l'Espagne jusqu'à la Chine : où l'on trouve plusieurs choses remarquables concernant l'histoire et la géographie et particulièrement l'état des Juifs au douzième siècle / trad. de

l'hébreu et enrichis de notes et de dissertations historiques et critiques... par J. P. Baratier - aux dépens de la Compagnie (Amsterdam)-1734

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 16 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 17 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 20 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 4 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 14 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 3 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 18 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 12 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 1 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état

actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 8 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 5 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 15 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 7 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des

voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 2 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 6 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 19 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

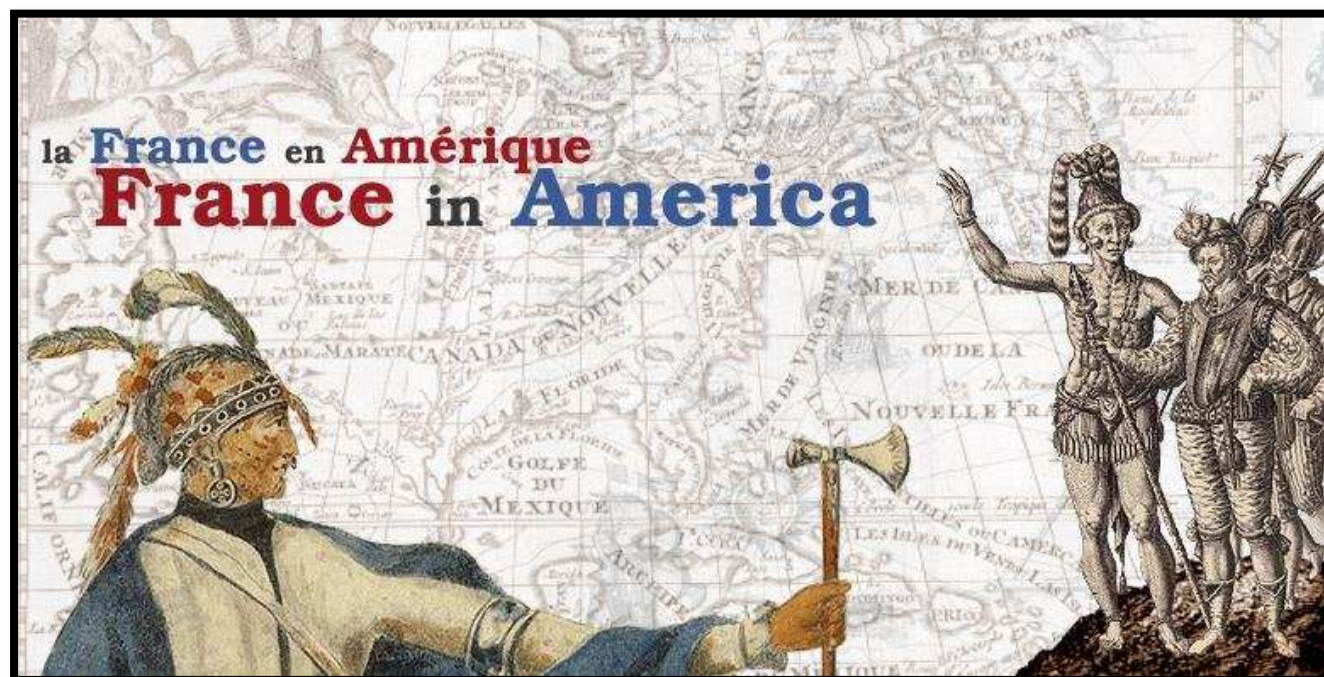
Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 9 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M.

l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues. Tome 10 / ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... figures d'animaux, de végétaux, habits, antiquités, etc. T. I [-XV]. - Table alphabétique des matières contenues dans les XV volumes de l'"Histoire générale des voyages". T. XVI. - Suite de l'"Histoire générale des voyages"... T. XVII, contenant les restitutions et les additions de l'édition de Hollande, pour servir de supplément à l'édition de Paris. - Continuation de l'Histoire des voyages, ou Collection nouvelle : 1° des relations de voyages par mer... omises dans celles de feu M. l'abbé Prévost ou publiées depuis cet ouvrage ; 2° des voyages par terre faits dans toutes les parties du monde... T. XVIII [-XX] -[éd. divers] (Lieux divers)-1746-1801

78 Relation d'un voyage : fait en 1695, 1696 et 1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et isles Antilles, par une escadre des vaisseaux du roy, commandée par M. De Gennes ([Reprod.]) / par le sieur Froger,... -M. Brunet (Paris)-1698

5.9.3 ANEXO 03



CONÇU EN COOPERATION AVEC LA LIBRARY OF CONGRESS, LA FRANCE EN AMERIQUE / FRANCE IN AMERICA EST UN SITE
BILINGUE DE LA BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE
LE SITE CORRESPONDANT A LA LIBRARY OF CONGRESS FAIT PARTIE D'UN PROGRAMME INTITULE GLOBAL GATEWAY

DOSSIÉ DA BNF – 1600-1750 - Voyages en Amérique

Lettres de l'abbé Bernou à Eusèbe Renaudot. [Manuscrit] -[s.n.]-1679-1686

Les muses de la Nouvelle France, à Mgr le Chancelier / [signé : Marc Lescarbot] -J. Millot (Paris)-1612

De Americaensche Zee-Roovers , behelsende een pertinente en waerachtige beschrijving van alle de voornaemste roveryen, en onmenschelijke wreedheden, die de Engelse en Franse rovers, tegens de Spanjaerden in America, gepleeght hebben ; verdeelt in drie deelen... beschreven door A. O. Exquemelin, die self alle dese roveryen... bygewoont heeft... -Jan ten Hoorn (Amsterdam)-1678

Adieu à la France sur l'embarquement du sieur de Poutrincourt et de son équipage faisant voile en la terre de Canadas, dicte la France occidentale, le 26e de may, 1606 : avec une lettre de l'auteur, adressante à Mademoiselle sa mère / par Marc L'Escarbot,... -de l'impr. de J. Petit (A Rouen)-1606

Premier établissement de la foy dans la Nouvelle-France : contenant la publication de l'Evangile, l'histoire des colonies françoises, & les fameuses découvertes depuis le fleuve de Saint Laurent , la Louïsiane & le fleuve Colbert jusqu'au Golphe Mexique, achevées sous la conduite de feu monsieur de la Salle : avec les victoires remportées en Canada par les armes de sa majesté sur les anglois & les iroquois en 1690. T. 2 / par le Père Chrestien Le Clercq,... -chez Amable Auroy (A Paris)-1691

Premier établissement de la foy dans la Nouvelle-France : contenant la publication de l'Evangile, l'histoire des colonies françoises, & les fameuses découvertes depuis le fleuve de Saint Laurent , la Louïsiane & le fleuve Colbert jusqu'au Golphe Mexique, achevées sous la conduite de feu monsieur de la Salle : avec les victoires remportées en Canada par les armes de sa majesté sur les anglois & les iroquois en 1690. T. 1 / par le Père Chrestien Le Clercq,... -chez Amable Auroy (A Paris)-1691

Nouvelle découverte d'un très grand pays situé dans l'Amérique, entre le Nouveau Mexique et la mer Glaciale... avec les cartes & les figures nécessaires, & de plus l'histoire naturelle & morale, & les avantages, qu'on peut en tirer par l'établissement des colonies le tout dédié à sa majesté britannique Guillaume III, par le R. P. Louis Hennepin,... -G. Broedelet (Utrecht)-1697

Mémoires divers sur l'Amérique. [Manuscrit] -[s.n.]-17..

Journal du voyage de la Louisiane fait par le sr Bernard de la Harpe et des découvertes qu'il a fait dans la party de l'ouest de cette colonie (1716-1722). [Manuscrit] -[s.n.]-173.

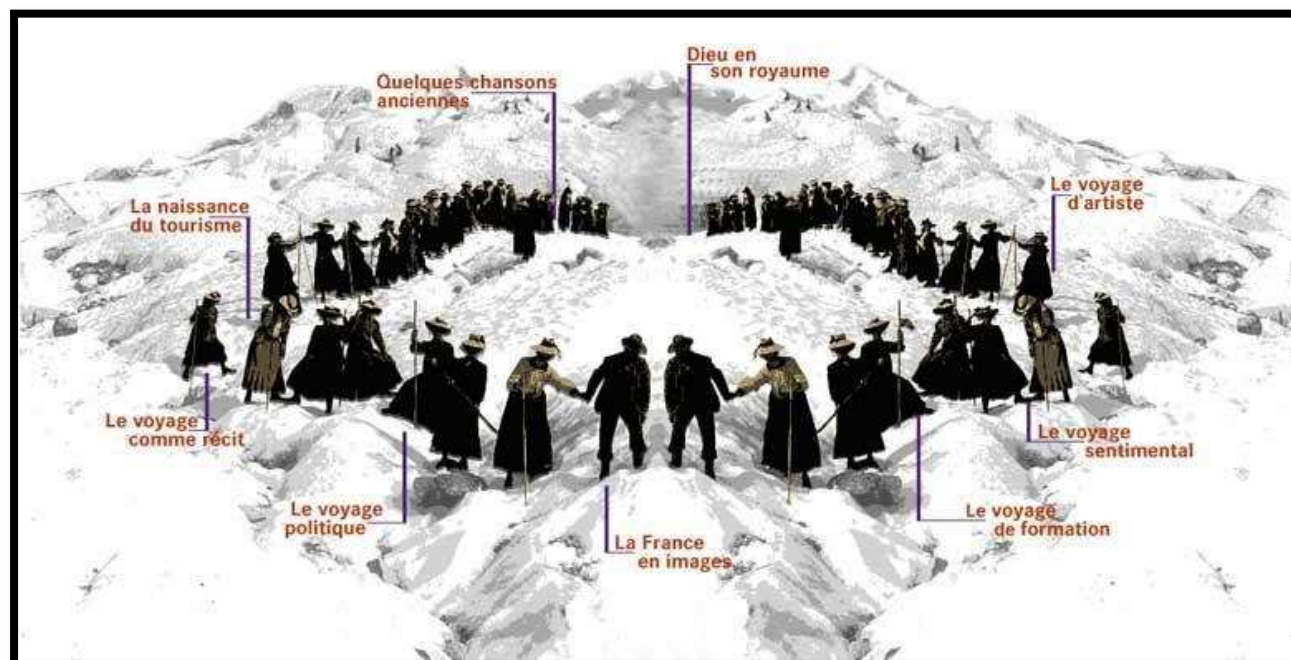
Histoire du Canada et voyages que les frères mineurs Récollets y ont faicts pour la conversion des Infidelles , divisez en quatre livres où est amplement traicté des choses principales arrivées dans le pays depuis l'an 1615 jusques à la prise qui en a esté faite par les Anglois, des biens et commoditez qu'on en peut espérer, des moeurs... et coustumes merveilleuses de ses habitans, de la conversion et baptême de plusieurs... l'entretien ordinaire de nos mariniers et autres particularitez... fait et composé par le F. Gabriel Sagard,... -C. Sonnius (Paris)-1636
Histoire du Canada et voyages que les frères mineurs Récollets y ont faicts pour la conversion des Infidelles , divisez en quatre livres où est amplement traicté des choses principales arrivées dans le pays depuis l'an 1615 jusques à la prise qui en a esté faite par les Anglois, des biens et commoditez qu'on en peut espérer, des moeurs... et coustumes merveilleuses de ses habitans, de la conversion et baptême de plusieurs... l'entretien ordinaire de nos mariniers et autres particularitez... fait et composé par le F. Gabriel Sagard,... -C. Sonnius (Paris)-1636
Lettres de la vénérable mère Marie de l'Incarnation , première supérieure des Ursulines de la Nouvelle France, divisées en deux parties [Lettres spirituelles, puis Lettres historiques] -A Paris, chez Louis Billaine au second pilier de la grande salle du Palais, au grand Cesar. M. DC. LXXXI. Avec approbation des docteurs, & privilege de sa Majesté-1681
L'architecture navale. Routier des Indes / , contenant la manière de construire les navires, galères,... l'explication des termes de la marine,... avec une description des marées, des dangers,... le tout enrichi de figures et accompagné du Routier des Indes orientales et occidentales. Par le Sr Dassié,... -L. d'Houry (Paris)-1695
L'architecture navale. Architecture navale / , contenant la manière de construire les navires, galères,... l'explication des termes de la marine,... avec une description des marées, des dangers,... le tout enrichi de figures et accompagné du Routier des Indes orientales et occidentales. Par le Sr Dassié,... -L. d'Houry (Paris)-1695
Voyage de la Louisiane, fait par ordre du Roy en l'année mil sept cent vingt... L'on y a joint les Observations sur la réfraction faites à Marseille... divers voyages faits pour la correction de la carte de la côte de la Provence, et des réflexions sur quelques points du système de M. Newton. Par le P. Laval,... -J. Mariette (Paris)-1728
Mémoires sur la Louisiane. [Manuscrit] : [rédigés après la paix de 1763 et avant celle de 1783] -[s.n.]-17..
Mémoire sur la Louisiane, pour estre présenté avec la carte de ce païs au Conseil souverain de la Marine. [Manuscrit] / par F. Le Maire -[s.n.]-1717
Traité des animaux à quatre pieds terrestres et amphibies qui se trouvent dans les Indes occidentales ou Amérique septentrionale. [Manuscrit] ; suivi d'un Traité des oyseaux ; et d'un

Traité des poissons -[s.n.]-17..
Les voyages de la Nouvelle-France occidentale, dicte Canada, faits par le Sr de Champlain,.. : où se voit comme ce pays a esté premièrement descouvert par les François... / [par le P. J. Ledesma] ; traduite du françois au langage des peuples sauvages de quelque contrée [par le P. J. de Brébeuf][par le RP Massé,...] -C. Collet (Paris)-1632
Les voyages de la Nouvelle-France occidentale, dicte Canada, faits par le Sr de Champlain,.. : où se voit comme ce pays a esté premièrement descouvert par les François... / [par le P. J. Ledesma] ; traduite du françois au langage des peuples sauvages de quelque contrée [par le P. J. de Brébeuf][par le RP Massé,...] -C. Collet (Paris)-1632
La conversion des sauvages qui ont esté baptizés en la Nouvelle France, cette année 1610 : avec un bref récit du voyage du sieur de Poutrincourt / [signé : Marc Lescarbot] -chez Jean Millot (A Paris)-1610
Les véritables motifs de messieurs et dames de la Société de Notre-Dame de Monreal : pour la conversion des sauvages de la nouvelle France -[s.n.]-1643
Grammaire algonquine ou des sauvages de l'Amérique septentrionale, avec la description du pays, journaux de voyages, mémoires, remarques sur l'histoire naturelle. [Manuscrit] / composé à ce qu'il paraît en 1672, 1673, 1674 par Louis Nicolas,... -[s.n.]-1672-1674
Nouvelle relation de la Gaspésie : qui contient les moeurs et les religions des sauvages Gaspésiens Porte-Croix, adorateurs du soleil et d'autres peuples de l'Amérique septentrionale, dite le Canada... / par le P. Chrestien Le Clercq,... -A. Auroy (Paris)-1691
[Relation, ou annale véritable de ce qui s'est passé dans le païs de la Louisiane pendant vingt-deux années consecutives, depuis le commencement de l'établissement des François dans le païs, par Mr d'Hyberville et Mr le comte de Sugère, en 1699, continué jusqu'en 1721,...]. [Manuscrit] / par Penicaut -[s.n.]-17..
Recueil de pièces sur l'histoire du Canada : dédié à l'abbé Le Pelletier. [Manuscrit] / par l'abbé de Belmont -[s.n.]-17..
Relation de ce qui s'est passé en la Nouvelle-France en l'année 1634 : envoyée au R. Père [Barth. Jacquinot], provincial de la Compagnie de Jésus en la province de France / par le P. Paul Le Jeune de la même Compagnie, supérieur de la résidence de Kébec -chez Sébastien Cramoisy (A Paris)-1635
Le grand voyage du pays des Hurons, situé en l'Amérique vers la mer douce, és derniers confins de la nouvelle France, dite Canada : où il est amplement traité de tout ce qui est du pays, des moeurs & du naturel des sauvages, de leur gouvernement & façon de faire... ; avec un Dictionnaire de la langue huronne, pour la commodité de ceux qui ont à voyager

dans le pays, & n'ont l'intelligence d'icelle langue / par F. Gabriel Sagard Théodat,... -chez Denys Moreau (A Paris)-1632
[Dictionnaire Français-iroquois]. [Manuscrit] -[s.n.]-17..
Petit dictionnaire de la langue des Iroquois de la nation d'Agnié. [Manuscrit] / de la main de Mr le marquis de la Galissonnière,... -[s.n.]-17..
Des sauvages, ou Voyage de Samuel Champlain, de Brouage, fait en la France nouvelle l'an mil six cens trois... : contenant les moeurs, façons de vivre, mariages, guerres, & habitations des sauvages de Canadas [sic]... -C. de Monstr'oeil (Paris)-1603
Relation dernière de ce qui s'est passé au voyage du sieur Poutrincourt en la Nouvelle France depuis 20 mois en ça / par Marc Lescarbot,... -chez Jean Millot (A Paris)-1612
Histoire de l'Isle espagnole ou de S. Domingue. T1 / , écrite particulièrement sur des mémoires manuscrits du P. Jean-Baptiste Le Pers, jésuite, missionnaire à Saint-Domingue, et sur les pièces originales qui se conservent au Dépôt de la Marine, par le P. Pierre-François-Xavier de Charlevoix,... -J. Guérin (Paris)-1730-1731
Histoire de l'Isle espagnole ou de S. Domingue. T2 / , écrite particulièrement sur des mémoires manuscrits du P. Jean-Baptiste Le Pers, jésuite, missionnaire à Saint-Domingue, et sur les pièces originales qui se conservent au Dépôt de la Marine, par le P. Pierre-François-Xavier de Charlevoix,... -J. Guérin (Paris)-1730-1731
A full and impartial account of the company of Mississipi , otherwise call'd the french East-India company, projected and settled by Mr. Law,... In french and english -R. Francklin (London)-1720
Prospectus pour l'établissement sur les rivières d'Ohio et de Scioto, en Amérique -[s.n.]-17??
Histoire véritable et naturelle des moeurs et productions du pays de la Nouvelle-France, vulgairement dite le Canada / [par Pierre Boucher] -chez Florentin Lambert (A Paris)-1664
Histoire et description générale de la Nouvelle France ; avec le Journal historique d'un voyage fait par ordre du roi dans l'Amérique septentrionale. T. 2 / par le P. de Charlevoix,... -chez Pierre-François Giffart (A Paris)-1744
Relation du voyage du Port-Royal de l'Acadie, ou de la Nouvelle-France... par M. Diéreville,... Ensuite de la relation on a ajouté le détail d'un combat donné entre les françois & les acadiens contre les anglois -J.-B. Besongne (Rouen)-1708
Histoire et description générale de la Nouvelle France ; avec le Journal historique d'un voyage fait par ordre du roi dans l'Amérique septentrionale. T. 3 / par le P. de Charlevoix,... -

chez Pierre-François Giffart (A Paris)-1744
Les voyages du sieur de Champlain, xaintongeois, capitaine ordinaire pour le roy, en la marine, divisez en deux livres, ou Journal très-fidèle des observations faites és découvertures de la Nouvelle France : tant en la description des terres, costes, rivières, ports... qu'en la créance des peuples, leur superstition, façon de vivre et de guerroyer -chez Jean Berjon (A Paris)-1613
Relation de ce qui s'est passé de plus remarquable aux Missions des Pères de la Compagnie de Jésus, en la Nouvelle-France, les années 1671 & 1672 / par le R. P. Claude Dablon,... -S. Mabre-Cramoisy (Paris)-1673
Histoire et description générale de la Nouvelle France ; avec le Journal historique d'un voyage fait par ordre du roi dans l'Amérique septentrionale. T. 1 / par le P. de Charlevoix,... -chez Pierre-François Giffart (A Paris)-1744
Voyages et découvertes faites en la nouvelle France, depuis l'année 1615 jusques à la fin de l'année 1618 ; par le sieur de Champlain,... -C. Collet (Paris)-1619
The Contents of each sheet of the twenty plates of Mr. Popple's map of America -[s.n.] (-)-1733
Histoire générale des Antilles habitées par les François. T. 1 / ,... par le R. P. Jean Baptiste Du Tertre,... -T. Jolly (Paris)-1667-1671
Histoire générale des isles de S. Christophe, de la Guadeloupe, de la Martinique et autres dans l'Amérique . Où l'on verra l'establissement des colonies françoises,... par le R. P. Jean-Baptiste Du Tertre,... -J. Langlois (Paris)-1654
Histoire générale des Antilles habitées par les François. T. 3 / ,... par le R. P. Jean Baptiste Du Tertre,... -T. Jolly (Paris)-1667-1671
Histoire générale des Antilles habitées par les François. T. 2 / ,... par le R. P. Jean Baptiste Du Tertre,... -T. Jolly (Paris)-1667-1671
Nouveaux voyages de M. le baron de La Hontan dans l'Amérique septentrionale. Tome 1 -les frères L'Honoré (La Haye)-1703
Nouveaux voyages de M. le baron de La Hontan dans l'Amérique septentrionale. Tome 2 -les frères L'Honoré (La Haye)-1703

5.9.4 ANEXO 04



	<i>Promenade chronologique au XVIIe siècle</i>
1605	Construction du canal de Briare (1605-1612)
1607	▮ Annexion du Béarn ▮ Guillaume Bernard, <u>Description de la mer Méditerranée</u>, Amsterdam, C. Nicolas, 1607
1608	Thomas Coryate, <u>Voyage à Paris (1608)</u> , Nogent-le-Rotrou, 1880
1609	<u>Voyage de François Vinchant en France et en Italie</u> , Bruxelles : Société générale d'imprimerie, 1897
1612	Construction de l'Auberge du Cheval Blanc (rue Mazet à Paris). Bureau des coches et des carrosses pour les destinations Orléans, Vendôme, Bordeaux
1616	Justus Zinzerling, <u>Jodoci Sinceri Itinerarium Galliae, Lugduni, J. Du Creux alias Molliard</u> , 1616
1617	Création à Paris de la première entreprise de "chaise à bras". Paul Hentzner, <u>Itinerarium Germaniae, Galliae, Angliae, Italiae</u>, J. Eyerlingii et J. Perfertum, 1617
1618	Claude Garnier, <u>Description du voyage du Roy et discours à MM. de Soissons</u> , N. Alexandre, 1618
1621	<u>Continuation de relation de ce qui s'est passé au second voyage du roy, depuis le 1er du mois de may 1621</u> , Raim. Colomiez, sd
1625	Début des pèlerinages à Sainte-Anne d'Auray
1630	▮ Le service des postes devient public sur l'ensemble du royaume <u>Les Confessions de Jean-Jacques Bouchard, parisien, suivies de son Voyage de Paris à Rome</u>, 1881
1631	▮ Abraham Gölnitz, <u>Curiosités de voyage : de Limoges à Clermont et à Thiers, en 1631</u>, Revue lyonnaise, Novembre 1882 ▮ Emmanuel-Henri Grouchy, <u>Voyage d'un quidam à Fontainebleau (1631)</u>, Bulletin de la Société de l'histoire de Paris et de l'Ile-de-France, mars-avril 1888
1632	▮ Le voyage de M.de Bullion à Béziers, Bureau d'adresse, 1632
1633	Claude Bazot, <u>Le Pèlerinage de saint Cosme et saint Damian en l'église collégiale de Luzarches au diocèse de Paris</u> , F. Noel, 1633
1635	Oxenstiern, <u>Voyage en France, 1635</u> , Plon-Nourrit, 1917
1639	▮ <u>Antoine de Rombise</u> , <u>Itinerarii per diversa Galliae ac Italiae loca memores notae et rerum romanarum curiosi ac religiosi indagatoris dies decem</u> , J. Havart, 1639 Voir aussi : Edgar Mareuse, <u>Voyage de Rombise à Saint-Denis et à Pontoise, 1635</u> , Mémoires de la Société historique de Pontoise et du Vexin,

	1888 ▮ Chancelier Séguier, <u>Diaire, ou Journal du voyage du chancelier Séguier en Normandie</u>, Rouen, É. Frère, 1842
1640	▮ Création à Paris des premiers fiacres stationnaires par Nicolas Sauvage. Ils seront numérotés en 1703. En 1753, il y aura vingt-huit stations de fiacres, soixante entrepreneurs de carrosses de remises soit cent soixante-dix voitures
1641	▮ Claude de Varennes, <u>Le Voyage de France, dressé pour l'instruction et la commodité tant des François que des estrangers</u>, O. de Varennes, ▮ John Evelyn, <u>The Diary of John Evelyn, from 1641 to 1705-1706</u>, London, W. W. Gibbings, 1890
1643	▮ Louis Coulon, <u>L'Ulysse françois, ou le Voyage de France, de Flandre et de Savoye</u>, G. Clouzier, 1643 ▮ Giovanni Francesco Rucellai, <u>Un' ambasciata. Diario dell'abate G. Frco Rucellai</u>, Firenze, G. Barbèra, 1884. [Relation du voyage de Lorenzo Corsi, envoyé en France, en 1643, comme ambassadeur extraordinaire, par le grand-duc de Toscane Ferdinand II]
1644	▮ Léon Godefroy, <u>Voyages de Léon Godefroy en Gascogne, Bigorre et Béarn, 1644-1646</u>, impr. de Vignancour, 1899 ▮ Louis Coulon, <u>Les Rivières de France, ou Description géographique et historique du cours et débordement des fleuves, rivières, fontaines, lacs et estangs qui arrousent les provinces du royaume</u>, G. Clousier, 1644
1648	▮ Benjamin Fillon, <u>Recherches sur le séjour de Molière dans l'ouest de la France en 1648</u>, P. Robuchon, 1871
1651	▮ Charreyron Pierre, <u>Passage du Roi Louis XIV à Chauvigny-de-Poitou</u>, Bulletin de la Société des Antiquaires de l'Ouest, 1899
1654	Louis Coulon, <u>Le Fidèle conducteur pour le voyage de France</u>, G. Clouzier, 1654
1656	▮ Chapelle et Bachaumont font leur Voyage en Languedoc, il sera publié en 1663
1657	▮ <u>Journal d'un voyage à Paris en 1657-1658 [par les frères de Villers]</u>, publié par A. P. Faugère, B. Duprat, 1862
1659	▮ François Colletet, <u>Journal contenant la relation véritable et fidèle du voyage du roy et de Son Eminence, pour le traité du mariage de Sa Majesté et de la paix générale</u>, J. B. Loyson, 1659-1660
1660	▮ Entrée de Louis XIV à Paris (Ode de Racine : La Nymphé de la Seine) ▮ Balthazar Grangier de Liverdis, <u>Journal d'un voyage de France et d'Italie, fait par un gentilhomme françois [14 septembre 1660 -31 mai 1661]</u>, M. Vaugon, 1667
1661	▮ Début des travaux du château de Versailles
1662	▮ Création des carrosses à cinq sols (omnibus) par Blaise Pascal. Paris compte trois lignes. Cette invention tombe en désuétude au bout d'une quinzaine d'années

1663	▮ Pierre Du Val, <u>Description de la France et de ses provinces</u>, J. Du Puis, 1663 ▮ Jean-Gaspard Dolfuss, <u>Voyage en France, fait en l'an 1663</u>, Mulhouse, C. Detloff, 1881
1664	▮ Sebastiano Locatelli, <u>Voyage de France, moeurs et coutumes Françaises (1664-1665)</u>, A. Picard et fils, 1905 ▮ Antoine Biet, <u>Voyage de la France équinoxiale en l'isle de Cayenne, entrepris par les Français en l'année 1652</u>, F. Clouzier, 1664
1665	▮ Joseph Morey, <u>Le diocèse de Besançon au XVIIe siècle, visite pastorale d'Antoine-Pierre de Grammont (1665-1668)</u>, 1869
1666	▮ Fondation du port de Lorient ▮ Lefebvre de La Barre, <u>Description de la France équinoxiale, ci-devant appelée Guyanne</u>, J. Riboud, 1666
1669	▮ Du Bois, <u>Voyages aux isles Dauphine ou Madagascar , et Bourbon ou Mascarenne des années 1669, 1670, 1671 et 1672</u>, C. Barbin, 1674
1670	▮ François-Savinien d'Alquié, <u>Les Délices de la France, avec une description des provinces et des villes du royaume</u>, G. de Luyne, 1670
1671	▮ J. de Clodoré, <u>Relation de ce qui s'est passé dans les isles et terre-ferme de l'Amérique, pendant la dernière guerre avec l'Angleterre, et depuis en exécution du traité de Bréda</u>, G. Clouzier, 1671
1672	▮ Installation définitive de Louis XIV et de la Cour à Versailles. Louis XIV réunit les divers services de messageries, coches et carrosses à la ferme des postes ▮ Alexandre Poidebard, <u>Voyages de Mme de Sévigné dans le Lyonnais (1672 à 1693)</u>, Revue du Lyonnais, 1899
1674	▮ H. de L'Hermine, <u>Mémoires de deux voyages et séjours en Alsace, 1674-76 et 1681</u>, Mulhouse, 1886
1675	▮ <u>Voyage d'Italie, de Dalmatie, de Grèce et du Levant : fait aux années 1675 et 1676</u> par Jacob Spon et George Wheler, A. Cellier, 1678
1676	▮ <u>Journals of Sir John Lauder, lord Fontainhall</u>, Edinburgh, T. Constable, 1900
1678	▮ Léonce Pingaud, <u>Un voyageur en Franche-Comté en 1678</u>, Bulletin de l'Académie de Besançon, 1900
1680	▮ Giuseppe Greppi, <u>Notes de voyage du cte Giandemaria, envoyé du duc de Parme à la cour de Louis XIV, 1680</u>
1681	▮ Inauguration du canal du midi, entrepris par Pierre Paul Riquet en 1667
1683	▮ Jean de Préchac, <u>Relation d'un voyage fait en Provence</u>, C. Barbin, 1683
1686	▮ Fondation de l'Académie d'Angers

1687	▮ Le P. Claude de Varennes, <u>Le Voyage de France</u> , N. Le Gras, 1687
1693	▮ Claude Jordan, <u>Voyages historiques de l'Europe</u> , P. Aubouyn, 1693-1700 Tillemon, Description du royaume de France, R. Pepie, 1693
1695	▮ Pierre-Louis Jacobs d'Hailly, <u>Voyage dans les Pays-Bas, Flandre, Hainaut et Artois en 1695</u> , Annales du Comité flamand de France, 1899
1698	▮ Martin Lister, <u>Voyage de Lister à Paris en 1698</u> , Société des bibliophiles, 1873
1699	▮ Harangue faite au roi à Versailles, le 5 février, par Abdalla-Ben-Aischa,... ambassadeur de l'empereur du Maroc auprès du roi Louis XIV, en 1699
1700	▮ Melchior de Vogüé, <u>Le Duc de Bourgogne et le duc de Beauvillier. Lettres inédites, 1700-1708</u> , Plon-Nourrit et Cie, 1900
1701	▮ Ellis Veryard, <u>An Account of divers choice remarks, as well geographical as historical, political, mathematical, physical and moral, taken in a journey through the Low-Countries, France, Italy and part of Spain</u> , S. Smith and B. Walford, 1701
1705	▮ Première machine à vapeur de Newcomen et Savery
1714	▮ Jean de La Caille, <u>Description de la ville et des faubourgs de Paris en vingt planches</u> , J. de La Caille, 1714
1715	▮ Louis Liger, <u>Le Voyageur fidèle ou le Guide des étrangers dans la ville de Paris</u> , P. Ribou, 1715
1721	▮ Montesquieu, <u>Lettres Persanes</u>
1722	▮ Jean-Baptiste Labat, <u>Nouveau voyage aux isles de l'Amérique</u> , G. Cavelier et P.-F. Giffard, 1722
1724	▮ Piganiol de La Force, <u>Nouveau voyage de France</u> , T. Le Gras, 1724 ▮ Louis-Pierre Daudet, Nouveau guide des chemins du royaume de France, Ganeau, 1724
1725	▮ Bêat Louis de Muralt, <u>Lettres sur les Anglois et les François et sur les voïages</u> , 1725
1726	▮ John Durant de Bréval, <u>Remarks on several parts of Europe, relating chiefly to the history, antiquities and geography of those countries through which the author has travel'd, as France, the Low Countries, Lorrain, Alsatia, Germany, Savoy, Tyrol, Switzerland, Italy and Spain, London</u> , B. Lintot, 1726
1729	▮ Etienne de Silhouette, <u>Voyage de France, d'Espagne, de Portugal, et d'Italie</u> , Merlin, 1770
1730	▮ Jean-Baptiste Labat, <u>Voyage du chevalier Des Marchais en Guinée, isles voisines, et à Cayenne fait en 1725, 1726, 1727</u> , Saugrin l'ainé, 1730
1734	▮ Achèvement du canal de Picardie

1735	▮ Mesure d'un méridien par La Condamine
1739	▮ Horace Walpole, <u>Lettres...écrites à ses amis, pendant ses voyages en France (1739-1775)</u> , 1872
1741	▮ William Windham et Pierre Martel, <u>Relations de leurs deux voyages aux glaciers de Chamonix, 1741-1742</u> , Genève : impr. de Bonnant, 1879
1744	▮ <u>Voyage littéraire de Dom Guyton en Champagne (1744-1749)</u> , H. Champion, 1890
1747	▮ Création de l'Ecole des Ponts et Chaussées
1749	▮ Antoine-Nicolas Dézallier d'Argenville, <u>Voyage pittoresque de Paris</u> , De Bure l'aîné, 1749
1750	▮ Les premiers aristocrates anglais arrivent à Nice
1752	▮ Antoine René de Voyer d'Argenson, <u>Voyage d'inspection de la frontière des Alpes en 1752</u> , 1902
1754	▮ Th. de Bordeu contribue par sa thèse à l'essor du thermalisme en Aquitaine. Début de la construction de la place Louis XV à Paris (place de la Concorde)
1760	▮ Ernest-Théodore Hamy, <u>Gauthier, voyageur en Guyane (1760-1795)</u> , Comptes rendus de l'Association Française pour l'avancement des sciences, s.d.
1761	▮ Rousseau, La Nouvelle Héloïse
1762	▮ Antoine-Nicolas Duchesne, <u>Voyage de Antoine-Nicolas Duchesne au Havre et en Haute-Normandie, 1762</u> , Mélanges publiés par la Société de l'histoire de Normandie, 1898
1763	▮ Watt perfectionne la machine à vapeur (1763-1800) ▮ Jean-Baptiste Thibault de Chanvalon, <u>Voyage à la Martinique</u> , C.-J.-B. Bauche, 1763 ▮ Voltaire, <u>Relation du voyage de M. le marquis Le Franc de Pompignan</u> , 1763
1765	▮ Joseph de Laporte, <u>Le voyageur Français, ou la connaissance de l'ancien et du nouveau monde</u> , Vincent Moutard, 1765
1766	▮ Rattachement de la Lorraine à la France
1767	▮ Andrew Burnaby, <u>Osservazioni d'un viaggiatore inglese sopra l'isola di Corsica</u> , Londra, 1767
1768	▮ La France acquiert la Corse ▮ Laurence Sterne, <u>A sentimental journey through France and Italy</u> , London, 1768

1769	- Machine à vapeur de Cugnot (le fardier) - J.-M. Roland de La Platière, <u>Voyage en France, 1769</u>, Valence, L. Deschizeaux, 1913 - James Boswell, <u>Relation de l'île de Corse, Journal d'un voyage dans cette île et mémoires de Pascal Paoli</u>, F. Staatman, 1769
1770	- Traduction de Sterne, <u>A Sentimental journey</u> - Antoine Rodier de Labruguière, D'Anduze à Amsterdam (1770-1771), <u>journal de voyage</u>, Nîmes, 1900
1771	Claude-Marin Saugrain, <u>Nouveau voyage de France</u>, Les libraires associés, 1771
1773	- Aux Etats Unis d'Amérique, Oliver Evans établit les plans d'un moteur à vapeur destiné à un véhicule routier - Joseph Marshall, <u>Travels through Holland, Flanders, Germany, Denmark, Sweden, Lapland, Russia, the Ukraine and Poland in the years 1768, 1769, and 1770</u>, J. Almon, 1773 - Bernardin de Saint-Pierre, <u>Voyage à l'isle de France, à l'isle de Bourbon, au cap de Bonne-Espérance</u>, Merlin, 1773
1775	- Création des <u>Messageries royales</u>. Les voyageurs sont transportés avec des "turgotines". Elles mettent dix-sept jours pour effectuer le trajet Paris-Bayonne, douze pour Strasbourg, dix pour Lyon, trois pour Rouen - Jacques-Antoine-Hippolyte de Guibert, <u>Voyages de Guibert dans diverses parties de la France et en Suisse, faits en 1775, 1778, 1784 et 1785</u>, D'Hautel, 1806 - Julien-Toussaint-Marie Trévédy, <u>Voyages dans le département actuel des Côtes-du-Nord, 1775-1785</u>, R. Prud'homme, 1890

5.9.5 ANEXO 05



Voyages en Italie

Lettres juives (La Haye) -P. Gautier (La Haye)-1736-1737

Lettre à M.*** sur les campagnes de M. de Vendôme en Italie -P. Ribou (Paris)-1706

Voyage de Monsieur le Prince de Condé en Italie : depuis son partement du camp de Montpellier, jusques à son retour en sa maison de Mouron, ensemble les remarques des choses les plus notables qu'il a veuës en sondit voyage -chez Toussaint Quinet (A Paris)-1634

Lettres sur l'Italie. [Manuscrit] / par M. Dupaty -[s.n.]-17..

Mémoire contenant les distances des postes les plus importants pour la guerre en Italie. [Manuscrit] -[s.n.]-17..

Histoire du roi de Campanie et de la princesse Parfaite / [par le Mis d'Argens] -chez la veuve de Louis-Denys Delatour (A Paris)-1736

Relation des festes qui ont été faites à Turin, à l'occasion du mariage du Roy de Sardaigne avec la princesse Élisabeth de Lorraine (6 mai 1737) -Piget (Paris)-1737

Campagne du roi en 1744 & 1745 : contenant les victoires & les conquêtes de sa Majesté, & celles de ses alliés... / par M. l'abbé Rousseau -chez Wetstein (Amsterdam)-1745

Histoire des tromperies des prestres et des moines de l'Eglise romaine : où l'on découvre les artifices dont ils se servent pour tenir les peuples dans l'erreur, et l'abus qu'ils font des choses de la religion. T. 1 / contenues en huit lettres, écrites par un voyageur [Gabriel d'Emilliane] pour le bien du public -chez Abraham Acher (A Rotterdam)-1693

Histoire des tromperies des prestres et des moines de l'Eglise romaine : où l'on découvre les artifices dont ils se servent pour tenir les peuples dans l'erreur, et l'abus qu'ils font des choses de la religion. T. 2 / contenues en huit lettres, écrites par un voyageur [Gabriel d'Emilliane] pour le bien du public -chez Abraham Acher (A Rotterdam)-1693

Itinerario d'Italia / di Francesco Scotto -F. Amidei (Roma)-1747

Lettre... escripte à Mgr. le duc de Montbason, pair et Grand veneur de France, gouverneur et lieutenant général pour le Roy de Paris et de l'Isle de France, contenant l'entière exécution du traicté de la paix d'Italie, et autres particularitez des affaires présentes -chez Antoine Vitray (A Paris)-1631

Bref recueil des choses rares, notables, antiques, citez, forteresses principales d'Italie... / par Jean Antoine Rigaud,... -J. Tolosan (Aix)-1601

Nouvelles d'Italie, 1743. [Manuscrit] -[s.n.]-17..

Poësies sur le voyage et le mariage de Mademoiselle Anne de Cenamy en Italie / [Habert] -C. Hulpeau (Paris)-1626

Le pompose feste di Vicenza, fatte nel mese di giugno, del 1680 . Dedicate alli illustrissimi signori sig.ri deputati di Vicenza. -In Padova, M DC LXXX. Per Gio: Battista Pasquati. Con licenza de' Sup.-1680

Récit des choses remarquables qui sont en Italie -[s.n.]-1624

Voyage d'Italie curieux et nouveau : enrichi de deux listes, l'une de tous les curieux et de toutes les principales curiositez de Rome, et l'autre de la pluspart des sçavans, curieux et ouvriers excellens de toute l'Italie à présent vivans / [par J. Huguetan] ; [enrichi par J. Spon] -T. Amaulry (Lyon)-1681

Discours à Monseigneur le duc de Nevers sur son joyeux retour d'Italie / par Jacques Du Lorens,... -T. Blaise (Paris)-1613

Voiage d'Italie. [Manuscrit] -[s.n.]-17..

Les épistres de maistre François Rabelais, docteur en médecine, escrites pendant son voyage d'Italie , nouvellement mises en lumière, avec des observations historiques [par les frères de Sainte-Marthe], et l'abrégé de la vie de l'auteur -C. de Sercy (Paris)-1651

Relation du passage du Pô et du combat donné le 10 août 1746 sur le Tidon entre l'armée combinée de France et d'Espagne et l'armée autrichienne... -[s.n.]-1746

Iter Italicum litterarium dom Johannis Mabillon et dom Michaelis Germain... annis 1685 et 1686 -apud Vam E. Martin, J. Boudot et S. Martin (Luteciae Parisiorum)-1687

Voyage d'Italie, par Lyon, Turin, Milan, Bologne, Florence, Rome, Naples. [Manuscrit] / [M. de Saint-Quentin] -[s.n.]-17..

Voyages historiques de l'Europe.... Qui comprend tout ce qu'il y a de plus curieux en France / [par C. Jordan] -chez Pierre Aubouyn (A Paris)-1693-1700

Voyages historiques de l'Europe.... Qui comprend tout ce qu'il y a de plus curieux en Italie / [par C. Jordan] -chez Pierre Aubouyn (A Paris)-1693-1700

Voyages historiques de l'Europe.... Qui comprend tout ce qu'il y a de plus curieux dans la Moscovie / [par C. Jordan] -chez Pierre Aubouyn (A Paris)-1693-1700

Voyages historiques de l'Europe.... Qui comprend tout ce qu'il y a de plus curieux en Hollande & dans le reste des Provinces-Unies / [par C. Jordan] -chez Pierre Aubouyn (A Paris)-1693-1700

Voyages historiques de l'Europe.... Qui comprend tout ce qu'il y a de plus curieux en Espagne & en Portugal / [par C. Jordan] -chez Pierre Aubouyn (A Paris)-1693-1700 [t](#)

Voyages historiques de l'Europe.... Qui comprend tout ce qu'il y a de plus curieux dans l'Empire d'Allemagne / [par C. Jordan] -chez Pierre Aubouyn (A Paris)-1693-1700

Voyages historiques de l'Europe.... Qui comprend tout ce qu'il y a de plus curieux dans les royaumes d'Angleterre, d'Irlande et d'Ecosse / [par C. Jordan] -chez Pierre Aubouyn (A Paris)-1693-1700

Itinerarium ... Editio altera auctior et emendatior, curante Car. Patin[Index geographicus / auctore Nicolao Sanson] -C. Cramoisy et J. Du Bray (Paris)-1662

Relation d'une découverte merveilleuse faite dans le royaume de Naples : Extrait d'une lettre d'un chevalier de Malthe, écrite de Porticy.. -imp. de Gonichon (Paris)-1747

Lettres à un jeune artiste peintre, pensionnaire à l'Académie royale de France à Rome / par M. C. -[s.n.]-17.. [t](#)

Lettres à un jeune artiste peintre, pensionnaire à l'Académie royale de France à Rome / par M. C. -[s.n.]-17.. [t](#)

Histoire du chevalier Bayard, lieutenant général pour le roy au gouvernement de Dauphiné, et de plusieurs choses mémorables advenues en France, Italie, Espagne et es Pays-Bas, du règne des rois Charles VIII, Louys XII et François I, depuis l'an 1489 jusques à 1524 / [par J. de Mailles] ; [publ. par Théodore Godefroy] -A. Pacard (Paris)-1616

Relation d'un voyage fait au Levant : dans laquelle il est curieusement traité des estats sujets au Grand Seigneur... et des singularitez particulières de l'Archipel, Constantinople, Terre-Sainte, Égypte, pyramides, mumies ["sic"], déserts d'Arabie, la Meque, et de plusieurs autres lieux de l'Asie et de l'Afrique... outre les choses mémorables arrivées au dernier siège de Bagdat, les cérémonies faites aux réceptions des ambassadeurs du Mogol et l'entretien de l'auteur avec celui du Pretejan, où il est parlé des sources du Nil / par Monsieur Thevenot -L. Bilaine (Paris)-1664

Voyage d'Italie et de Grèce ; avec une dissertation sur la bizzarerie des opinions des hommes -J. Guignard (Paris)-1698

Voyage d'Italie. T. 1 / . Par Maximilien Misson. Edition augmentée de remarques nouvelles et intéressantes. -Clousier

(Amsterdam)-1743

Voyage d'Italie. T. 3 / . Par Maximilien Misson. Edition augmentée de remarques nouvelles et intéressantes. -Clousier (Amsterdam)-1743

Voyage d'Italie. T. 4 / . Par Maximilien Misson. Edition augmentée de remarques nouvelles et intéressantes. -Clousier (Amsterdam)-1743

Voyage d'Italie. T. 2 / . Par Maximilien Misson. Edition augmentée de remarques nouvelles et intéressantes. -Clousier (Amsterdam)-1743

Voyages du P. Labat,... en Espagne et en Italie. T. 7 -J.-B. et C.-J.-B. Delespine (Paris)-1730

Voyages du P. Labat,... en Espagne et en Italie. T. 6 -J.-B. et C.-J.-B. Delespine (Paris)-1730

Voyages du P. Labat,... en Espagne et en Italie. T. 1 -J.-B. et C.-J.-B. Delespine (Paris)-1730

Voyages du P. Labat,... en Espagne et en Italie. T. 3 -J.-B. et C.-J.-B. Delespine (Paris)-1730

Voyages du P. Labat,... en Espagne et en Italie. T. 4 -J.-B. et C.-J.-B. Delespine (Paris)-1730

Voyages du P. Labat,... en Espagne et en Italie. T. 2 -J.-B. et C.-J.-B. Delespine (Paris)-1730

Le voyageur d'Europe, où sont les voyages de France, d'Italie et de Malthe, d'Espagne et de Portugal, des Pays Bas, d'Allemagne et de Pologne, d'Angleterre, de Danemark et de Suède. T. 2 (parties 1 et 2) / , par A. Jouvin,... -D. Thierry (Paris)-1672

Le voyageur d'Europe, où sont les voyages de France, d'Italie et de Malthe, d'Espagne et de Portugal, des Pays Bas, d'Allemagne et de Pologne, d'Angleterre, de Danemark et de Suède. T. 3 (parties 1 et 2) / , par A. Jouvin,... -D. Thierry (Paris)-1672

Les voyages et observations du sieur de La Boullaye-Le-Gouz,... ([Nouv. éd.]) -N. Oudot (Troyes)-1657

Voyage du duc de Rohan, fait en l'an 1600 en Italie, Allemagne, Pays-Bas Uni, Angleterre et Escosse-L. Elzevier (Amsterdam)-1646

Lettre d'un comédien à un de ses amis : touchant sa captivité & celle de vingt-six de ses camarades chez les corsaires de Tunis... : avec une description historique & exacte de la ville de Gênes... / [signé : D...] -chez Pierre Clément (A Paris)-1741

État ancien et moderne des duchés de Florence, Modène, Mantoue et Parme : avec l'histoire anecdote des intrigues des Cours de leurs derniers princes ; On y a ajouté une semblable relation de la ville et légation de Bologne / [par C. Freschot] -G. Van Poolsum (Utrecht)-1711

Le saint voyage de Hiérusalem et Mont Sinay, fait en l'an du grand Jubilé, 1600... / par R. P. F. Henry Castela,... -L. Sonnius (Bordeaux ; Paris)-1603

La guide des chemins pour le voyage de Hierusalem et autres villes et lieux de la Terre sainte... / par M. Loys Balourdet,... -C. Guyot (Chaalons)-1601

Le portulan de la mer Méditerranée, ou Le vray guide des pilotes costiers : dans lequel on verra la véritable manière de naviguer le long des côtes d'Espagne, Catalogne, Provence, Italie,... : avec une ample description de tous les ports, havres,... / le tout fidèlement observé sur les lieux, par Henry Michelot,... -P. Mortier (Amsterdam)-1709

Anecdotes vénitiennes et turques, ou Nouveaux mémoires du comte de Bonneval. T. 2 / ,... par Mr. de Mirone -aux dépens de la Compagnie (Londres)-1740

Germani Audeberti Aurelii, Galliarum regis, ac D. Marci Veneti equitis torquati ([2e éd.]) / postrema editio ab auctore ante obitum recognita & emendata -apud Cl. Marnium et haeredes J. Aubrii (Hanoviae)-1603

Anecdotes vénitiennes et turques, ou Nouveaux mémoires du comte de Bonneval. T. 1 / ,... par Mr. de Mirone -aux dépens de la Compagnie (Londres)-1740

Recueil de diverses relations des guerres d'Italie, ès années 1629, 1630 et 1631 / [par C.-G. Bachet de Méziriac] -J. Bristot (Bourg-en-Bresse)-1632

Le voyage d'Italie et du Levant : contenant la description des royaumes, provinces, gouvernemens, villes, bourgs villages, églises, palais, mosquées, édifices anciens et modernes ; vies, moeurs, actions tant des italiens que des turcs, juifs, grecs, arabes, arméniens, mores, nègres, & autres nations qui habitent dans l'Italie, Turquie, Terre Sainte, Egypte et autres lieux de tout le pais du Levant / de messieurs Fernanel,..., Fauvel,..., Baudouin de Launay...[et al.] -chez Jacques Herault (A Rouen)-1670

Mémoires de la dernière guerre d'Italie : avec des remarques critiques & militaires / par Monsieur D***. -aux dépens de l'auteur (Cologne)-1728

Mémoire historique et critique sur la ville souterraine découverte au pied du Mont-Vésuve... / [par Moussinot] ; [éd. par d'Arthenay] -chez Alexandre Giroud (A Avignon)-1748

Diarium italicum, sive Monumentorum veterum, bibliothecarum, musaeorum, &c. : notitiae singulares in itineralio italico collectae, additis schematibus ac figuris / a R. P. D. Bernardo de Montfaucon,... -apud Joannem Anisson (Parisiis)-1702

Lettre du roy à M. le duc de Montbason, pair, Grand veneur, gouverneur et lieutenant général en l'Isle de France, sur l'eux succés des armes de S. M., ès affaires d'Italie -A. Vitray (Paris)-1629

Lettres du Roy à sa Cour de Parlement de Provence, sur l'heureux progrez de ses armes en Italie, où les Espagnols ont esté contraincts de laisser avitailler Casal et d'oster le siège ; dont ladite Cour a fait rendre grâces à Dieu, par un Te Deum, chanté solemnellement en l'église métropolitaine -impr. de E. David (Aix)-1629

La harangue de Mgr le duc de Rohan, ambassadeur pour le Roy aux Suisses et aux Grisons, faite par commandement de Sa Majesté, en leur assemblée générale tenue à Baden, le 1er jour de juin 1632, touchant l'empeschement du passage des troupes qui se lèvent contre Sa Majesté dans le comté de Bourgogne et en Italie -J. Martin (Paris)-1632

Voyage de l'année sainte -A. Stohfler (Cologne)-1675

Relation fidelle de ce qui s'est passé en Italie en l'année 1630 , entre les armes de la France, & celles de l'Empereur d'Espagne, & du Duc de Savoye, jointes ensemble -[s.n.] (Paris)-1631

Journal du voyage d'Italie de l'invincible & glorieux monarque Philippe V, roy d'Espagne et de Naples, &c. : dans lequel on voit par un détail fidèle tout ce qu'a fait Sa Majesté de plus particulier en Italie, depuis le 16 avril 1702 qui fut le jour qu'Elle arriva à Naples, jusqu'au 16 novembre de la mesme année qu'Elle s'embarqua à Gênes pour retourner en Espagne / écrit par Antoine Bulifon - chez Nicolas Bulifon (A Naples)-1704

Remarques d'un voyageur sur la Hollande, l'Allemagne, l'Italie, l'Espagne, le Portugal, l'Afrique, le Brésil, & quelques isles de la Méditerranée : contenant une idée exacte de leur gouvernement, de leur commerce, de leurs forces, & de leurs moeurs, & les caractères de plusieurs personnes illustres qui vivent actuellement -M. G. De Merville (La Haye)-1728

5.9.6 ANEXO 06

Tipo de ar	Ação sobre o corpo	Efeito no corpo	Efeito no caráter
Ar frio	Comprime as extremidades do corpo.	Isso aumenta a sua energia e favorece o retorno do sangue das extremidades para o coração que se torna mais potente. Nervos se comprimem Grandes de corpos e de pouca vivacidade Apenas sentem fortes sensações, estão retraídos para isso. Pouca sensibilidade ao prazer Menos sensível a dor A física do amor não é mal tem força para se tornar sensível Máquina (corpo) sadia e bem constituída	peessoas com mais vigor, Mais confiança em si mesmas Mais coragem Mais conhecimento de sua superioridade Menos desejo de vingança Mais franqueza Menos suspeitas Menos política Menos malícia Corajosos como jovens. Óperas calmas, como na Inglaterra Gosto pelo rude Gosta da caça, viagens, guerra, vinho – tudo que coloca o corpo em movimento Poucos vícios Muitas virtudes Sinceridade Franqueza Suicídio por dor
Ar temperado		Maior sensibilidade ao prazer O amor é acompanhado de mil acessórios, torna-se agradável as coisas que inicialmente parecem o próprio ato	Pessoas inconstantes A preguiça será felicidade Servidão mais suportável que força do espírito

5.9.7 ANEXO 07

Tipo de ar	Ação sobre o corpo	Efeito no corpo	Efeito no caráter
Ar quente	Relaxa as extremidades das fibras e as alonga	Diminui a força e a energia Enfraquecimento do coração Extremidade dos nervos estão desabrochadas, exposta a ação dos menores objetos Exagerada sensibilidade ao prazer. Máquina (corpo)	Indisposição Desencorajamento da alma Temor Povos de regiões quentes são tímidos como os anciões Homens do norte em terras quentes não produzem grandes guerras, ou guerras com efeitos superficiais – vide a Guerra de Sucessão Espanhola. Operas arrebatadoras, como as italianas. A alma é movida a tudo o que diz respeito à união de dois sexos Amam o amor (sexual) em si Entrega-se a um amor, que num serralho, e deixa as mulheres em grande dependência. Sujeito a grandes perturbações Multiplicação de paixões e crimes Quer tirar vantagem de tudo Indianos são sem coragem, europeus nascidos nas índias perdem a coragem de seu clima. Precisam mais de legislador que nos Precisam educar mais as crianças Imutabilidade da religião, dos costumes, das maneiras, das leis Inação, como estado mais perfeito Siameses a felicidade não permite animar a máquina (corpo). Na índia se obriga a agricultura, já que a indolência não permite Religião, filosofia e práticas O monarquismo é uma facilitação da preguiça – troca seus bens pela ociosidade Suicídio por costume, caso dos romanos.

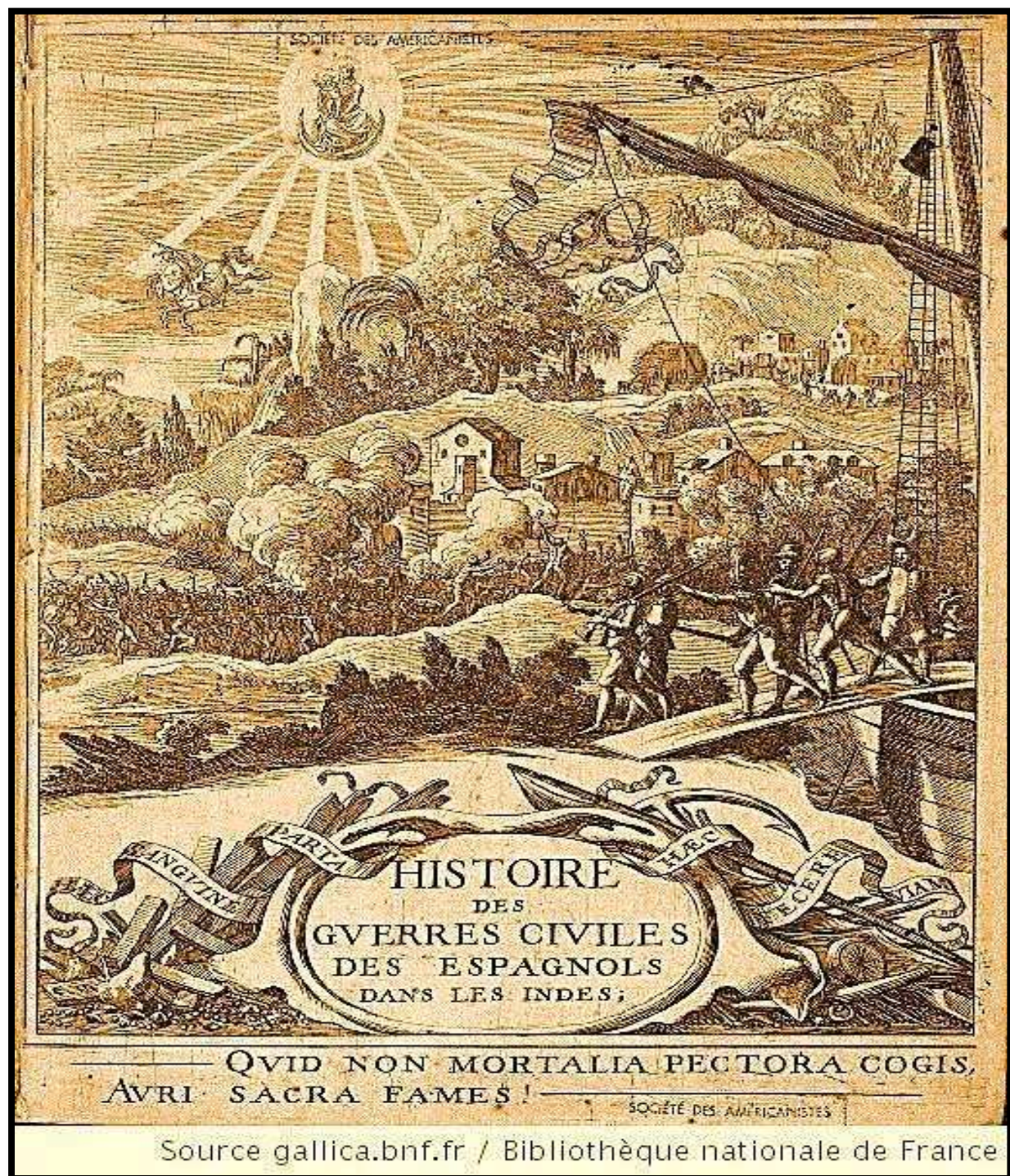
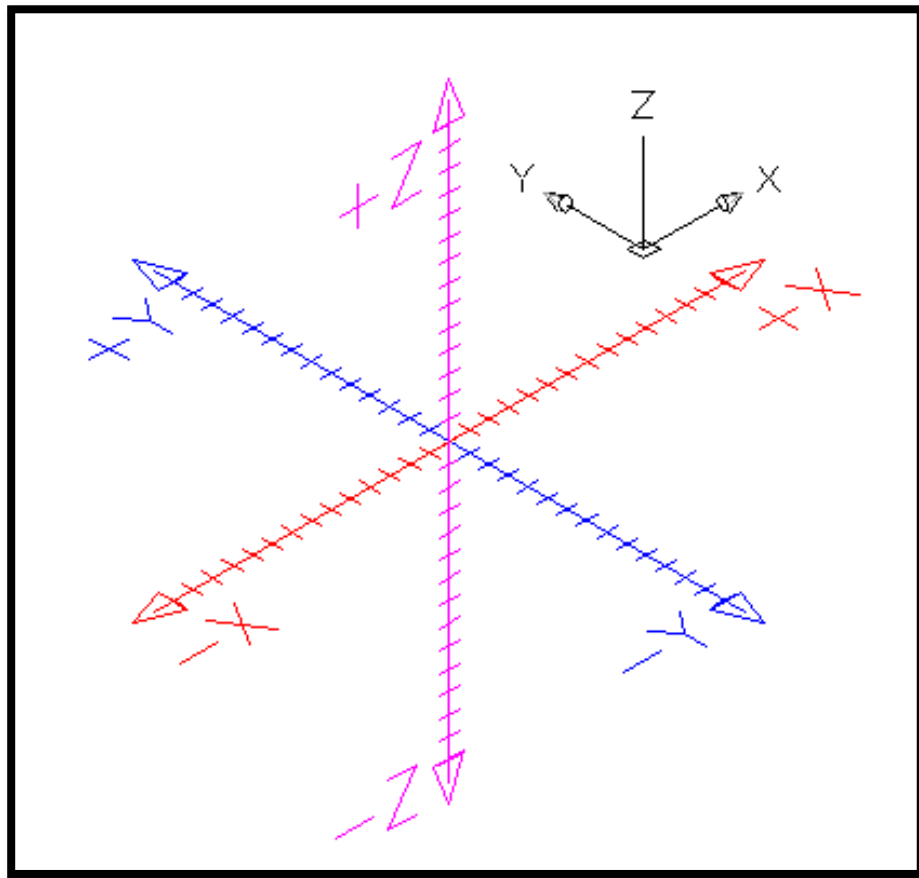


FIGURA 2: FRONTISPICIO DA "HISTÓRIA DAS GUERRAS CIVILES DES ESPAGNOLS DANS LES INDES"

ANEXO 09



5.9.9 ANEXO 10

5.9.9.1 *Bibliografia De Lefèvre D'etaples*

Quincuplex Psalterium ; gallicum, romanum, hebraicum, vêtus, conciliatum, 1509 et 1513, chez Henri Estienne, in-fol. avec de petites notes.

Commentaires sur saint Paul, avec une nouvelle traduction latine, Paris, 1512 et 1531. Cet ouvrage, dans lequel on sent encore le peu de progrès qu'avait fait la critique, fut censuré par Érasme sur la partie grammaticale, et par Beda sur la théologique, ce qui ne l'empêcha pas d'être estimé et recherché.

Rithmimachie ludus, qui et pugna numerorum appellatur, Paris, Henri Estienne, 1514, in-4° ; opuscul de cinq pages, imprimé à la suite de l'Arithmetica de Jordan Nemorarius. Dans cet opuscul, le Febvre donne une description fort curieuse de cet ancien jeu pythagorique, mais avec si peu de détail qu'on ne peut bien le connaître qu'en joignant à cette description la notice beaucoup plus étendue que Boissière a donnée du même jeu.

Œuvres (Opera) de Nicolas de Cues, éd. J. Lefèvre d'Étaples et J. Bade, Paris, 1514 (2e éd., H. Petrus, Bâle, 1565).

De Maria Magdalena, 1516, 1518, suivi en 1519 d'un autre intitulé : De tribus et unica Magdalena. Cet ouvrage est bien fait ; l'auteur y suit l'ordre géométrique il y rétracte plusieurs choses du précédent, par exemple, ce qu'il avait dit que ces trois femmes portaient toutes le nom de Madeleine.

Traduction Française du Nouveau Testament, Paris, Colines, 1523, 5 vol. in-8°, demi-gothique, sans nom d'auteur, extrêmement rares, surtout le dernier volume. Elle est faite sur la Vulgate, parce qu'il la destinait à l'usage des fidèles. On la retrouve dans sa version entière de la Bible, Anvers, in-fol. ; ibid., 1529 et 1532, 4 vol. in-4° ; 1528, 4 vol. in-8°. L'édition de revue par les docteurs de Louvain, est la plus correcte et la plus rare, parce qu'elle fut supprimée aussi bien que celle de 1511. Ce qu'il y a de singulier, c'est que tandis que les cordeliers de Meaux faisaient la guerre à Lefèvre à cause de ses traductions, ceux d'Anvers donnaient leur approbation, en 1528, pour les faire imprimer et débiter.

Commentaires sur les Évangiles, Meaux, 1525 ; sa doctrine y paraît très orthodoxe sur les points contestés alors par les novateurs, quoique le syndic Beda lui ait reproché des erreurs à cet égard.

Commentaires sur les épîtres canoniques, Meaux, 1525 ; tous ses commentaires sur le Nouveau Testament furent mis à l'index par les inquisiteurs romains, sous Clément VIII. Il s'y éloigne de l'ancienne barbarie.

l'Épître exhortatoire, qui avait principalement mécontenté les docteurs de Paris.

Exhortations en Français sur les évangiles et les épîtres des dimanches, Meaux, 1525, condamnées par le parlement.

Traduction latine des livres de la Foi orthodoxe de saint Jean de Damas ; c'est la première version imprimée de cet excellent ouvrage.

5.9.10 ANEXO 11



VERSO

Legend : *LUDOVICUS XIII. REX CHRISTIANISSIMUS.*

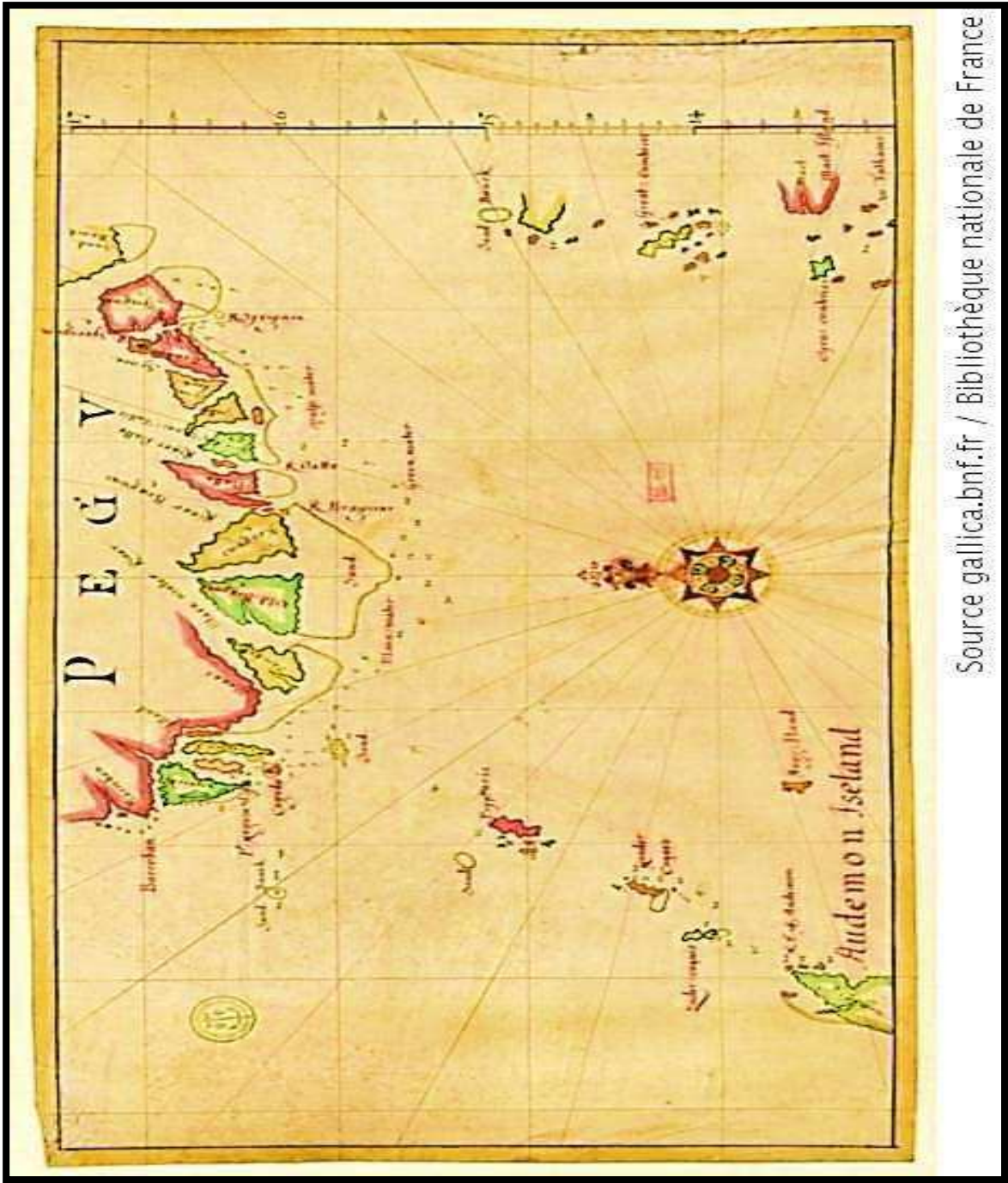
Translation : (Louis XIV, roi très chrétien).

Description: Buste de Louis XIV à droite, signé J. MAVGER. F.

REVERSO

Legend : *RERUM GESTARUM FIDES..*

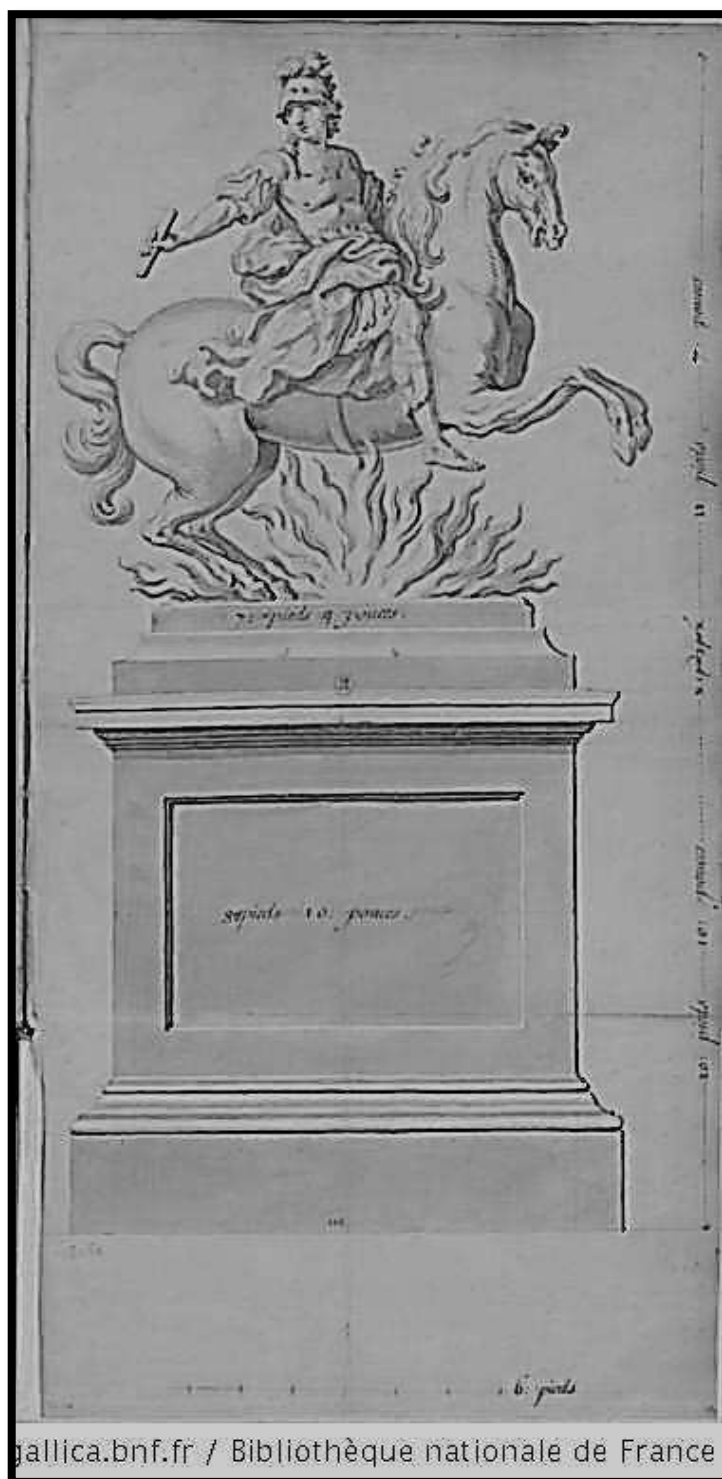
Description : Mercure assis sur un mur écrivant sur un tableau. A sa gauche une urne avec des médailles, par terre d'autres médailles dans des cartons ; à l'exergue : *ACADEMIA REG. INSCRIPT. / ET NUMISM. INST. / M.DC.LXIII.*



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

5.9.12 ANEXO 13

5.9.12.1 *Louis XIV Imperador Romano*



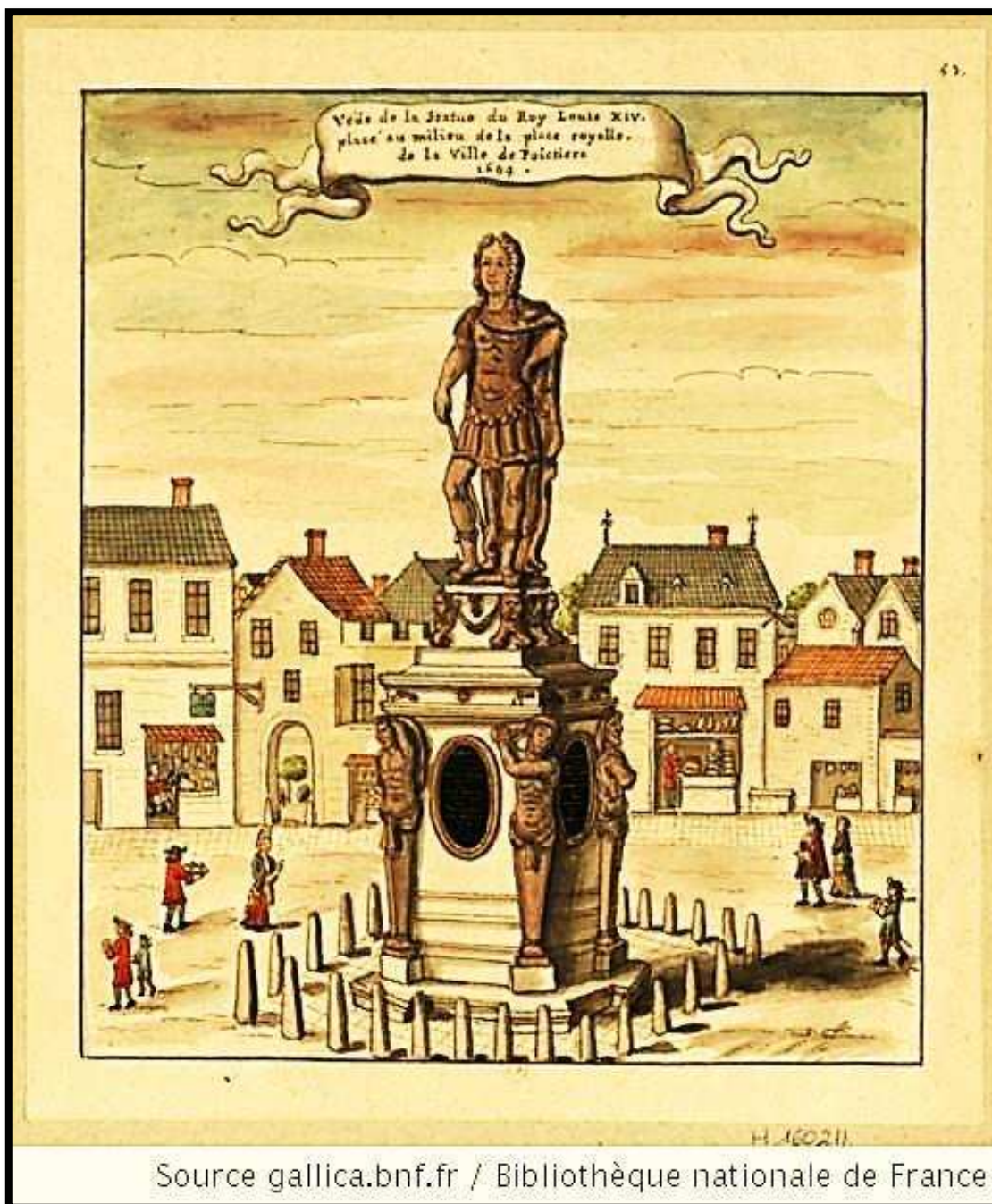


LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 2 ORIGINAL DE LOUIS XIV SOUS LES TRAITS DE MARCUS CURTIUS, PAR LE BERNIN,
MODIFIEE PAR GIRARDON, CONSERVE DANS L'ORANGERIE DU CHATEAU DE VERSAILLES.:



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 3 TITULO : LOUIS XIV, EN JUPITER, FOUDDROIE UN LION QUI S'ENFUIE DEVANT LUI :
 [ESTAMPE
 AUTOR : VAN SCHUPPEN, PET. GRAVEUR DATA DE PUBLICAÇÃO : 1659 ASSUNTO : LOUIS XIV (ROI DE FRANCE ; 1638-
 1715)
 TIPO : SCENES HISTORIQUES -- 17E SIECLE, IMAGE FIXE, ESTAMPE



LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 4 : VEÛE DE LA STATUE DU ROY LOUIS XIV, PLACE AU MILIEU DE LA PLACE ROYALLE DE LA VILLE DE POITIERS // 1699 : [DESSIN] / [LOUIS BOUDAN]



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

LUÍS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 5 : LVD. MAG. RELIGIONIS ASSERTOR ET VINDEXT : [LOUIS XIV TERRASSANT
L'HERESIE PERSONNIFIEE SOUS LES TRAITS D'UN HOMME TENANT UN MASQUE]
DATA DE PUBLICAÇÃO : 1680
ASSUNTO : PROTESTANTISME



Médaille frappée à la Monnaie à l'occasion
de l'inauguration de la statue du roi Louis

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 7 : [MEDAILLE FRAPPEE A LA MONNAIE A L'OCCASION DE L'INAUGURATION DE LA STATUE
DU ROI LOUIS XIV] : [DESSIN]

DATA DE PUBLICAÇÃO : 1693 ASSUNTO : LOUIS XIV (ROI DE FRANCE ; 1638-1715) -- STATUES

ASSUNTO : GIRARDON, FRANÇOIS (1628-1715). STATUE EQUESTRE DE LOUIS XIV



LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 8 : ARC DE TRIOMPHE ELEVE A LA BARRIERE DU TRONE, EN L'HONNEUR DE LOUIS XIV, POUR SON RETOUR DE LA FRANCHE-COMTE. DÉMOLI SOUS LA RÉGENCE : [DESSIN]
 DATA DE PUBLICAÇÃO : 1750 ASSUNTO : PARIS (FRANCE) -- ARRONDISSEMENT (12E)



LUÍS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 10: MODELLO FOR THE CENTRAL PANEL OF THE CEILING OF THE HALL OF MIRRORS.
ACCESSION NUMBER : MV 8975.
CHARLES LE BRUN (1619–1690)
LE ROI GOUVERNE PAR LUI-MEME



LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 11: CHEMINÉES À LA ROMAINE, CA. 1663

DESIGN FOR A CHIMNEYPIECE, FROM CHEMINÉES À LA ROMAINE, CA. 1663

JEAN LE PAUTRE (FRENCH, 1618–1682)

HARRIS BRISBANE DICK FUND, 1933 (33.84[1])

THIS MONUMENTAL CHIMNEYPIECE BEARS ANALOGIES TO THE WORK OF THE DESIGNER AND ENGRAVER JEAN LE PAUTRE. ONE PLATE FROM HIS SERIES CHEMINÉES À LA ROMAINE (PARIS, CA. 1663), SHOWS THE BASIC DESIGN FOR THIS CHIMNEYPIECE, WHICH ORIGINATED AT THE CHÂTEAU DU CHAY IN CHÉRAC. THE IDENTITY OF THE HELMETED BUST HAS NOT YET BEEN ESTABLISHED.



LUÍS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 12 : LUÍS XIV VENCEDOR DA FRONDE
GILLES GUERIN (D'APRES)
(1611 - 1678)
54 CM X 33 CM X 18 CM

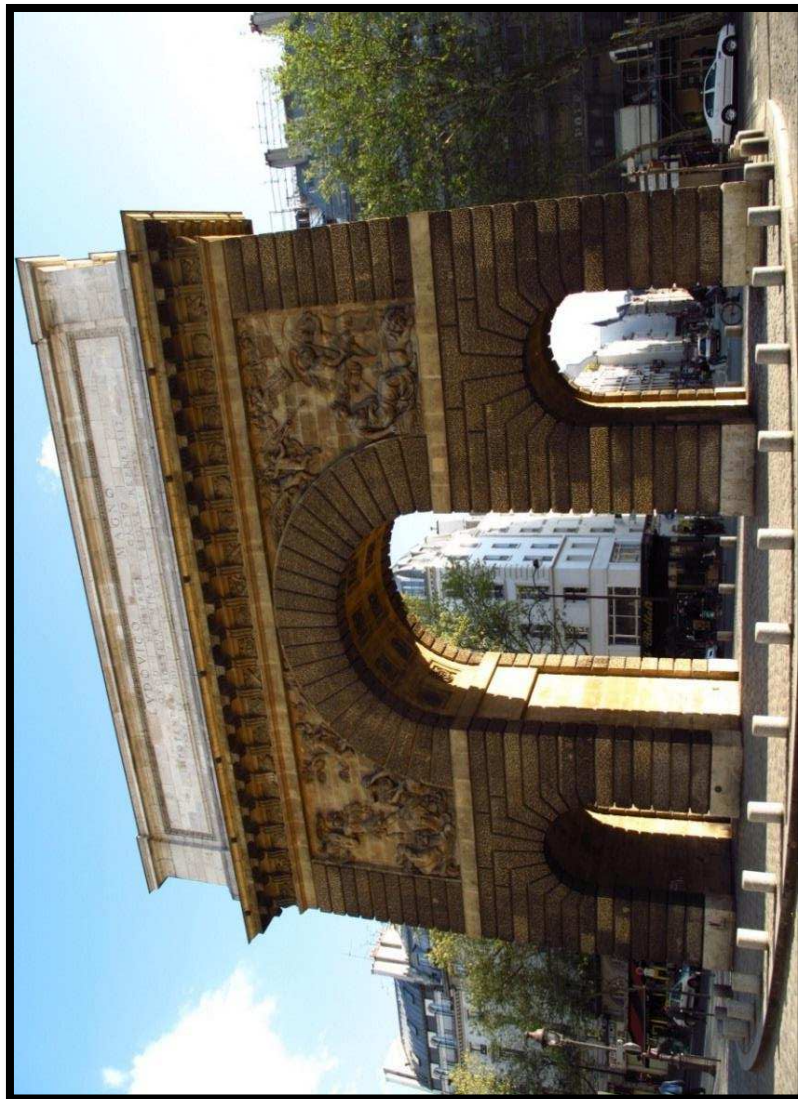
[HTTP://CARNAVALET.PARIS.FR/FR/COLLECTIONS/LOUIS-XIV-TERRASSANT-LA-FRONDE](http://CARNAVALET.PARIS.FR/FR/COLLECTIONS/LOUIS-XIV-TERRASSANT-LA-FRONDE)



LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 13 : STATUE DE LOUIS XIV (1643 -1715).
ANTOINE COYSEVOX. STATUE DE LOUIS XIV (1643 -1715). COPYRIGHT © MUSEE CARNAVALET / ROGER-VIOLETT
[HTTP://CARNAVALET.PARIS.FR/FR/COLLECTIONS/STATUE-DE-LOUIS-XIV-1643-1715](http://carnaulet.paris.fr/fr/collections/statue-de-louis-xiv-1643-1715)

5.9.13 ANEXO 14

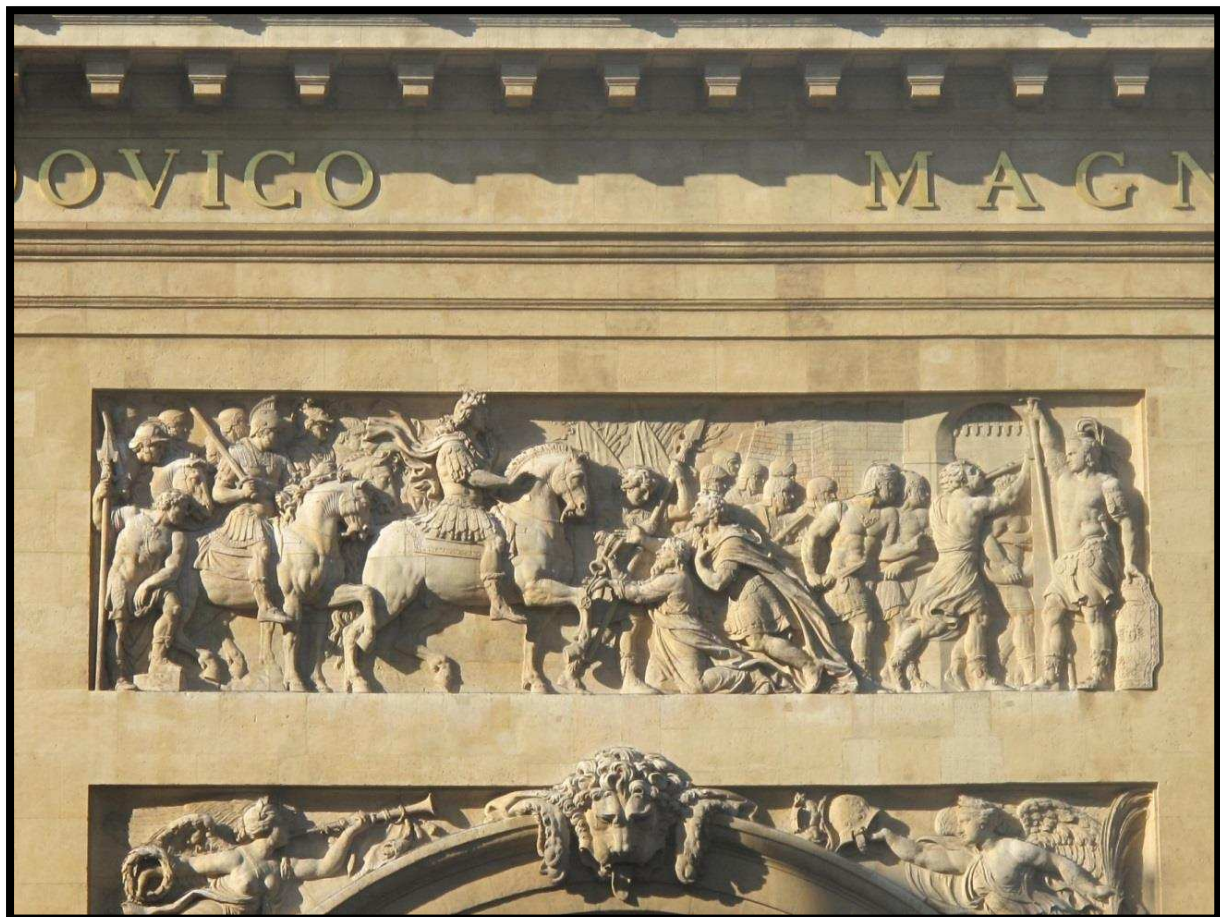
5.9.13.1 Arquitetura de Luís XIV – Imperador Romano



LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 14 : PORTE SAINT-MARTIN MONUMENT DE PARIS SITUE A L'EMPLACEMENT D'UNE PORTE DE PARIS DE L'ANCIENNE ENCEINTE DE CHARLES V FRAICHEMENT DETRUITE, LA PORTE SAINT-MARTIN FUT ERIGEE EN 1674 SUR ORDRE DE LOUIS XIV, EN L'HONNEUR DE SES VICTOIRES SUR LE RHIN ET EN FRANCHE-COMTE PAR L'ARCHITECTE PIERRE BULLET (PIERRE BULLET ETAIT L'ELEVE DE FRANÇOIS BLONDEL, ARCHITECTE DE LA PORTE SAINT-DENIS VOISINE).
AU NORD : LA PRISE DU LIMBOURG EN 1675, PAR PIERRE IER LEGROS : UNE FEMME ASSISE PRES D'UN LION COUCHE
LA DEFAITE DES ALLEMANDS, PAR GASPARD MARSY : LOUIS XIV EN MARS, PORTANT L'ECU DE LA FRANCE ET REPOUSSANT
L'AIGLE GERMANIQUE POUR PROTEGER UNE FEMME ET UN VIEILLARD



Luís XIV como Imperador Romano 15 : Porte Saint-Denis



LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 16 : PORTE SAINT-DENIS AU NORD, LOUIS XIV MET AU PAS LA VILLE DE MAASTRICHT.
[HTTP://FR.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/FICHER:PORTE SAINT-DENIS LA PRISE DE MAASTRICHT.JPG](http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Porte_Saint-Denis_La_Prise_de_Maastricht.jpg)



LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 17: PORTE SAINT-DENIS AU SUD, LE PASSAGE DU RHIN ET DES FIGURES ALLEGORIQUES DU RHIN ET DE LA HOLLANDE VAINCUS, SOUS LES TRAITS D'UNE FEMME AFFLIGEE
http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Porte_Saint-Denis_Le_passage_du_Rhin.jpg



LUIX XIV COMO IMPERADOR ROMANO 18: L'ARC DE TRIOMPHE DU PEYROU, COMMANDE PAR LOUIS XIV, MARQUE L'ENTREE DU CENTRE-VILLE DE MONTPELLIER.

L'INSCRIPTION LATINE : « LUDOVICO MAGNO LXXII ANNOS REGNANTE DISSOCIATIS REPRESSIS CONCILIATIS GENTIBUS QUATUOR DECENNALI BELLO CONJURATIS PAX TERRA MARIQUE PARTA 1715 »

TRADUCTION : "ALORS QUE LOUIS LE GRAND (= LOUIS XIV) REGNAIT DEPUIS 72 ANNEES, ALORS QUE LES NATIONS QUI ONT TRAHIS L'ALLIANCE ONT ETE REPRIMEES ET QU'ONT ETE CONCILIEES CELLES QUI S'ETAIENT UNIES PAR LE SERMENT DURING UNE GUERRE DE QUATRE DECENNIES, LA PAIX A ETE APPOTEE SUR TERRE ET SUR MER, EN 1715"



LUIS XIV COMO IMPERADOR ROMANO 19: PERSPECTIVE DE L'AVENUE FOCH VERS LA STATUE EQUESTRE DE LOUIS XIV DU PEYROU

5.9.14 ANEXO 15

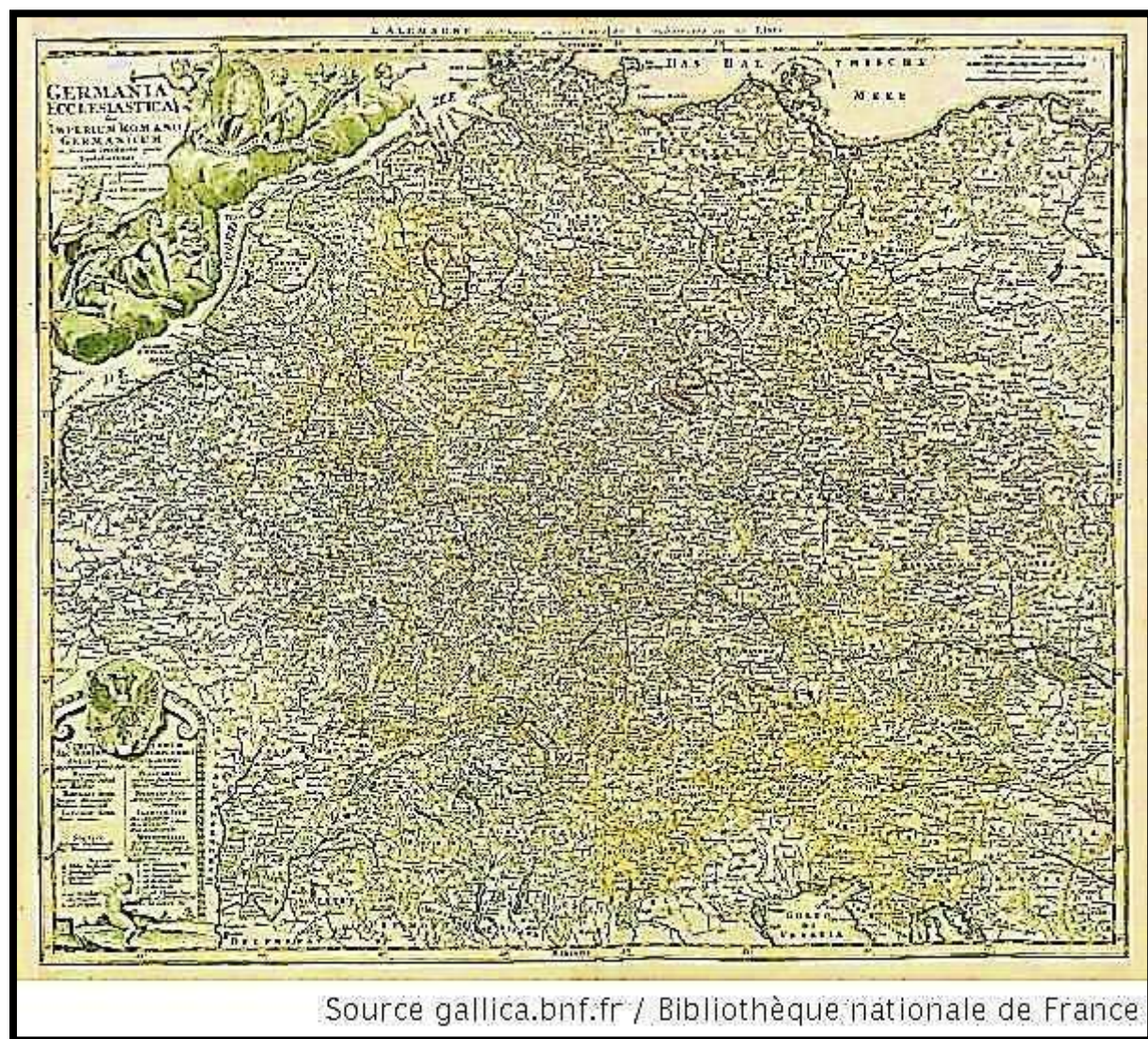
5.9.14.1 Mapas da germânia antiga do século XVIII



MAPA DA GERMANIA ANTIGA NO SÉCULO XVIII 1:GERMANIA ANTICA / AUT. N. SANSON,... GERMANIA ANTICA
AUTOR : SANSON, NICOLAS (1600-1667). CARTOGAPHE / EDITOR : APUD. AUTOREM (PARISUS)
DATA DE PUBLICAÇÃO : 1708



MAPA DA GERMANIA ANTIGA NO SÉCULO XVIII 2: GERMANIA AUSTRIACA COMPLECTENS SRI CIRCULUM AUSTRIACUM UT ET RELIQUAS IN GERMANIA / AUCTORE IO BAPT HOMANN
 AUTOR : HOMANN, JOHANN BAPTIST (1663-1724). CARTOGAPHE
 EDITOR : IO BAPT HOMANN (NORIBERGAE)
 DATA DE PUBLICAÇÃO : 1724



MAPA DA GERMANIA ANTIGA NO SÉCULO XVIII 3 GERMANIA ECCLESIASTICA seu IMPERIUM ROMANO GERMANICUM IN SUAS TAM
 SECULARES QUAM ECCLESIASTICAS DITIONES CONCINNIS COLORIBUS PECULIARITER DISTINCTUM ET EXHIBITUM
 EDITOR : IN OFFICINA HOMANIANA
 DATA DE PUBLICAÇÃO : 1715

